maria antônia: uma rua na contramão



Organização de
Maria Cecília Loschiavo dos Santos

Azis Simão ▪ Oliveiros S. Ferreira ▪ Fernando Henrique Cardoso
Antonio Candido ▪ Simão Mathias ▪ José Arthur Giannotti
Mário Schenberg ▪ Ubiratan D'Ambrosio ▪ Bento Prado Junior
Paul Singer ▪ O. C. Louzada Filho ▪ Consuelo de Castro ▪ Gérard Lebrun
Maria Adélia Aparecida de Souza ▪ João Quartim de Moraes ▪ Renato Pompeu
Adélia Bezerra de Meneses ▪ Franklin Leopoldo e Silva ▪ Frei Betto
Diva Benevides Pinho ▪ Márcio de Souza ▪ José Goldemberg
Rubens Rodrigues Torres Filho ▪ Eder Sader ▪ Álvaro Alves de Faria
Paulo Eduardo Arantes ▪ José Dirceu de Oliveira e Silva
Lauro Pacheco de Toledo Ferraz ▪ Irene de Arruda Ribeiro Cardoso
Luiz Roberto Salinas Fortes ▪ Marilena Chauí

Nobel

maria antônia:
uma rua na contramão

Coordenação editorial
Carla Milano Benclowicz

Secretaria editorial
Martha Assis de Almeida

Chefe-de-arte
Mariza Ana Corazza

Produção gráfica
Paulo Sérgio Pires

Colaboradores
José Antonino de Andrade (copydesk)
Maria Aparecida Amaral (revisão)
J. S. Produções (revisão)
Natal B. Pepe (produção gráfica)

Ilustração da capa: **Multidão**, 1968, tinta acrílica sobre tela, de Claudio Tozzi.

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

M285 Maria Antônia : uma rua na contramão / organizadora Maria Cecília Loschiavo dos Santos — São Paulo : Nobel, 1988.

Vários colaboradores.
ISBN 85-213-0520-6

1. Brasil — Política e governo — 1964 2. Movimentos estudantis — Brasil — São Paulo (SP) 3. Rua Maria Antônia (São Paulo, SP) — História 4. São Paulo (SP) — Vida intelectual 5. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas — História I. Santos, Maria Cecília Loschiavo dos.

CDD-378.81612
-303.4840981611
-320.98108
88-1223 -981.611

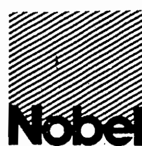
Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Política, 1964 320.98108
2. Rua Maria Antônia : São Paulo : Cidade : História 981.611
3. São Paulo : Cidade : Movimentos estudantis, 1960 303.4840981611
4. São Paulo : Cidade : Vida intelectual 981.611
5. São Paulo : Estado : Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas : História 378.81612

Organização de
Maria Cecília Loschiavo dos Santos

maria antônia: uma rua na contramão

1988



Impresso no Brasil/Printed in Brazil
1988

Departamento Editorial:
Rua Maria Antônia, 108 - 01222 - São Paulo - SP
Fone: (011) 257-2744

Administração/Vendas:
Rua da Balsa, 559 - 02910 - São Paulo - SP
Fone: (011) 876-2822
Telex: 1125327 LNOB BR

APRESENTAÇÃO

A rua Maria Antônia constitui parte fundamental da paisagem urbana paulistana. Nela estão e estiveram presentes algumas das mais expressivas instituições de ensino e pesquisa do país.

A transferência da Faculdade de Filosofia para a rua Maria Antônia, em fins dos anos quarenta, trouxe intensas transformações para o antigo bairro residencial da Vila Buarque.

Embora esse bairro já sediasse a Universidade Mackenzie, a Escola de Sociologia e Política, a Faculdade de Economia, na rua Dr. Vila Nova, mais tarde, em 1951, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, na Vila Penteado, à rua Maranhão, a ida dos estudantes da Faculdade de Filosofia para a Rua Maria Antônia representou quase que uma primeira experiência de implantação de um campus universitário no coração da cidade. Era um verdadeiro bairro universitário, e o saguão do prédio da Faculdade de Filosofia era o fórum fervilhante, o centro nervoso de todas as atividades estudantis de São Paulo.

Até obter esse espaço para as suas instalações a Faculdade de Filosofia travou uma luta contínua pela conquista do espaço universitário, social e físico. Desde sua criação a Faculdade peregrinou pela cidade. Dividiu com a Escola Politécnica e com a Faculdade de Medicina seus espaços tradicionais. Depois funcionou num edifício a ser demolido, onde a Prefeitura construiu a Biblioteca Municipal. A seguir instalou parte de suas seções na antiga residência de Jorge Street, situada na alameda Glete, atrás do Palácio dos Campos Elíseos. Também um imóvel na avenida Brigadeiro Luís Antônio abrigou uma de suas seções. Outras fo-

ram alojadas no terceiro andar do Instituto Caetano de Campos, na praça da República. Depois dos trágicos acontecimentos de 2 e 3 de outubro de 1968, em que o edifício da Faculdade de Filosofia foi depredado e incendiado, ela instalou-se no campus da Cidade Universitária, onde muitos de seus setores ainda carecem de prédios definitivos.

Passados vinte anos dos incidentes ocorridos em 1968, a Editora Nobel organizou este volume, reunindo o testemunho de antigos alunos e professores que registram com emoção aspectos vários da crônica da vida política e intelectual da rua Maria Antônia.

Toda a riqueza e complexidade das experiências transformadoras realizadas nas diferentes etapas da história da FFCL à rua Maria Antônia, bem como seu compromisso crítico, colocaram-na na vanguarda do pensamento renovador e na trincheira de combate à ditadura: uma rua na contramão. Estes aspectos acabaram criando uma autêntica "mitologia mariantoniana". O presente volume pretende ser uma contribuição para o conhecimento dos múltiplos significados do espaço da rua Maria Antônia.

Cabe agradecer a colaboração de ex-alunos, docentes e funcionários da FFCL da USP, hoje Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Esta publicação não chegaria ao prelo sem o respaldo da Editora Nobel, o que apenas reitera seu compromisso em difundir o pensamento sobre as questões do espaço brasileiro.

Maria Cecília Loschiavo dos Santos

SUMÁRIO

Em memória de

Eder Sader

e

Luiz Roberto Salinas Fortes

NA FACULDADE

Azis Simão *

A diretoria e as seções da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que se alojavam no terceiro andar do Instituto Caetano de Campos, na praça da República, mudaram-se em 1949 para a rua Maria Antônia, ocupando um prédio deixado pela reitoria. O que vou lembrar começa no primeiro daqueles lugares em 1939, quando ingressei em nossa escola como aluno ouvinte. Não pude freqüentá-la antes, porque em 35 fui afetado por um deslocamento de retina, que me reduziu grandemente a visão, tornando-a nula para leitura. Adaptado às minhas novas condições de vida, tentei satisfazer o acalentado desejo de estudar com os professores europeus, que tinham aceitado o desafio de organizar e fazer prosperar uma escola projetada em moldes sem precedentes, como ouvi dizer.

Hoje não se pode imaginar o que representou para muita gente a chegada da *missão estrangeira* para a universidade, em 1934. Foi como, para mim, ter ao vivo uma esplêndida amostra do mundo cultural, que até então só se podia buscar nos livros e revistas disponíveis, artigos e notícias dos jornais. Naquele tempo, sem empresas turísticas nem bolsas de estudo, ir à Europa era privilégio de raros e sonho de muitos. Por isso, quando pude freqüentar a Faculdade de Filosofia, passei bom tempo emocionado. Tinha entrado num espaço que nunca imaginara ver na cidade meio provinciana, onde eu girava meu pobre autodidatismo pelas conversas de livraria, redação de jornal, grupos políticos, rodas de cafés e bares. Na transição das décadas de 20 e 30, comecei a alargar minha formação secundária, já acrescida de

* Diplomou-se pela Escola de Farmácia e Odontologia de São Paulo, em 1932. Em 1950, diplomou-se pela FFCL/USP, na qual foi professor titular de Sociologia até 1982. Escreveu, entre outros: *Sindicato e Estado*.

esparsas leituras, principalmente entre anarquistas, socialistas e comunistas dissidentes. Seu minguado número de intelectuais não se restringia à leitura de seus ideólogos nem ao cultivo da política e à sua militância. Eram pessoas de inteligência humanística e cultura variada, para quem Proudhon não excluía Balzac, Marx não dispensava Bach, Lenin e Trotsky não marginalizavam Gide e Malraux, nem tampouco os de lá eliminavam Mário de Andrade e Tarsila.

Por outro lado, minha militância sindical na União dos Trabalhadores Gráficos, seção de jornalistas, constituiu também uma experiência intelectual que muito estimo. Professor de Ciências em escola proletária, pois me formara em Farmácia, fui me interessando pela história do movimento operário e do sindicalismo. Se para a Europa havia livros a respeito disponíveis, para o Brasil era preciso ouvir os militantes mais velhos e com eles orientar-se na leitura dos jornais antigos. Embora na ocasião tenha mais conversado que consultado documentos, isto foi o suficiente para despertar o interesse pela história do operariado. Também um ganho afetivo inapreciável: entre colegas, intelectuais e operários, fiz amigos de toda a vida.

Eu tinha essa formação e esse passado quando, na secretaria da Faculdade de Filosofia, expliquei minha situação, perguntando se podia freqüentar alguns cursos. Para minha surpresa, podia até mesmo matricular-me como aluno ouvinte, sem quaisquer formalidades especiais, o que possivelmente não aconteceria em outra faculdade. Depois da experiência de um ano, por sugestão de alguns professores e com a aprovação da diretoria, prestei o vestibular e matriculei-me regularmente em Ciências Sociais, autorizado a redigir minhas provas datilograficamente. Não se veja nisto nenhuma proeza: com a colaboração da família e dos amigos, sempre tive bons olhos. Conto este caso para satisfazer curiosidades e mostrar mais um lado da mentalidade que imperava em nossa faculdade há 50 anos atrás.

Os outros lados estavam na vida escolar. Lá vi professores estrangeiros, principalmente franceses, lecionando e atendendo alunos em seus próprios idiomas, enquanto procuravam aprender o nosso. Ao mesmo tempo, o tratamento cortês que nos dispensavam não se excedia em distanciamento social, como geralmente ocorria nas faculdades tradicionais. Era também manifesto seu real interesse pelo nosso país, cujo espaço, povo e cultura mereceram seus estudos e até pesquisas.

Trouxeram consigo novas maneiras de ensinar, que depois se difundiram por outras faculdades. Ao contrário do que até então eu vira, variavam anualmente os cursos, propiciando aos alunos maior opção de programas. Todos os cursos me encantavam pelo que ofereciam de novo nos temas, na forma de expô-los, nos problemas, reflexões e bibliografias. Fui um assíduo ouvinte de aulas e conferências, que compensavam a lentidão das leituras. Também eram uma novidade os seminários complementares de aula ou com assuntos próprios, onde se estimulavam os diálogos como prática de reflexão. Os cursos consistentes na leitura analítica de um só livro de autor clássico da filosofia, sociologia ou política, ensinaram-me a julgar uma obra a partir de seu entendimento interior. Isto foi bom para quem, militante político, não estava a salvo de julgar a partir do exterior, acomodado a estereótipos ideológicos.

Entre meus colegas daquele tempo, como de outros, também fiz amigos de toda a vida em cada pouso do caminho universitário. Pertenciam, na grande maioria, aos diferentes níveis das classes sociais médias. Isto constituiu um dos componentes do meio democratizante, em que a faculdade exerceu a função de formar novos quadros intelectuais, formalmente designados como elites. Outro componente a ser lembrado era a própria mentalidade dos professores, sendo os franceses, obviamente, antifascistas e adeptos da *Frente Popular* em seu país.

Os colegas, de ambos os sexos, diferiam em idade e formação escolar anterior. Havia os procedentes do ginásio, os diplomados por outras faculdades, principalmente pela de Direito, professores do ensino particular ou comissionados pela Secretaria da Educação. Estes últimos ilustravam bem a marcante abertura da faculdade para as classes médias. A lei que lhes oferecia aquela oportunidade, quando aprovados nos vestibulares, restringia-se à Faculdade de Filosofia. Para os beneficiados isto representava a libertação do confinamento na rede escolar primária. Até então, o diploma de normalista não conferia o direito de prestar exames para qualquer faculdade. Posteriormente, os benefícios da lei foram estendidos para todos os funcionários públicos do Estado.

A não ser para os comissionados, que podiam melhorar suas situações funcionais, e para os raros que ingressavam no magistério superior, a licenciatura não oferecia inicialmente atrativos profissionais, por serem poucas as escolas secundárias que, aliás, não exigiam de seus professores diplomas universitários. Para

os outros, de modo geral, a sociedade ainda não abrira ou alargara nichos ocupacionais correspondentes aos seus estudos, nem mesmo para matemáticos e cientistas da natureza. Deste ângulo, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi uma esplêndida aventura que pudemos gozar, e que daria certo na perspectiva de um futuro que ela mesma ajudaria a criar. Somente a partir de 1943 surgiram oportunidades para os licenciados, com a abertura de concursos para a já crescente rede do ensino secundário oficial.

Nossa escola foi um lugar para as vocações que não tinham lugar. Faltava-nos onde estudar filosofia, ciências humanas ou letras, seguindo currículos próprios e diversificados. Os que se voltavam para a matemática ou ciências naturais só podiam acompanhar algumas de suas disciplinas, sujeitando-se a todo um curso politécnico, médico ou paramédico.

Os resultados do largo espectro curricular oferecido pela faculdade, satisfazendo vocações antes marginalizadas, foram uma expansão do saber, que se processou de certo modo revolucionário em nosso quadro cultural da época. Sendo dos primeiros nela envolvido, testemunhei a lenta absorção e reprodução de seus efeitos que, num crescendo, alcançariam ritmo intenso durante nossa longa estada na rua Maria Antônia.

Já a vida agremiativa foi apagada até os primeiros anos da década de 40. Era minguado o número de colegas politizados, o que não destoava das demais faculdades, exceto a de Direito. Foi a expansão do movimento universitário de resistência ao Estado Novo, iniciado e liderado por seus estudantes, que animou os da Filosofia na mesma direção. Daí por diante, efervesceu sempre mais a vida agremiativa, em competições grupais ou causas comuns. Quando o Instituto Caetano de Campos solicitou o espaço emprestado, iniciou-se a campanha por um prédio próprio para a faculdade. Dela participei firme, pois retomara meu curso regulamentar que interrompera formalmente havia alguns anos. Nem eu nem meus colegas tomávamos conhecimento da minha diferença de idade.

Como me lembro! Uma tarde, cumprindo parte de nosso programa, marchamos todos até a reitoria e vimos pela primeira vez, juntos, o prédio da Maria Antônia.

Na verdade, ocupamos dois prédios. O principal fora construído para uma escola particular. O anexo era um velho casarão adaptado para seu novo uso. Revejo-os, como pude ainda vaga-

mente visualizá-los, levantados no alinhamento da calçada, fronteiriços ao alto terreno da Universidade Mackenzie. No correr de alguns anos, instalaram-se muito perto a Faculdade de Economia e Administração, a de Arquitetura e a Escola de Sociologia e Política, atraindo o comércio, o que dava ao sítio a feição de um bairro universitário. Nele, o saguão principal da Faculdade de Filosofia era uma praça fervilhante da manhã à noite. Melhor dizendo: uma encruzilhada onde se conversava no meio de um vaivém de gente chegando e indo, subindo e descendo as escadas, entrando e saindo das salas. Ali ninguém faltava: nem funcionários nem alunos, nem professores. Mais fervilhante, só a praça maior da vivência dos estudantes, com as instalações do Grêmio, o salão, o restaurante e o pátio. Acima, salas de aula e de professores, geralmente abertas aos alunos, como as nossas, em que nunca faltaram. Ainda mais acima, o salão nobre e o silêncio burocrático.

É claro que ao longo de duas décadas fosse mudando o corpo docente. Com tristeza, vimos partir os primeiros professores da *missão estrangeira* já durante a Segunda Guerra Mundial. Outros continuaram conosco, ainda por bom tempo, na rua Maria Antônia. A eles se juntavam professores visitantes, contratados por tempo variável. Mas a quase totalidade dos docentes já era brasileira, antigos assistentes e novos auxiliares, requeridos pelo crescimento da faculdade. Todos sempre nos empenhamos em transmitir os padrões de ensino e pesquisa recebidos, conscientes das novas condições escolares e interesses intelectuais. Foi realmente um novo desafio responder às exigências de renovações temáticas sem empobrecer conteúdos nem afrouxar o rigor metodológico. Não falo aqui dos resultados de difícil avaliação e perigosa generalização. Desejo apenas referir que, na Maria Antônia, mais do que nos últimos anos da Praça, passamos a viver numa faculdade em mudança, cujos efeitos não se restringiram ao âmbito curricular, extravasando para o político.

Alguns fatos indicativos da mudança revelam a vocação democratizante da faculdade, como instituição acima de diferenças político-ideológicas. O primeiro foi a abertura dos cursos noturnos, que apresentou o problema de alargar as oportunidades de ensino sem prejudicar seu nível. A solução fácil seria a concessão de bolsas de estudo, se seu número não fosse limitado e arriscada sua manutenção. Optamos pelos cursos noturnos tendo em vista garantir igualdade de vagas com os diurnos, apesar dos proble-

mas específicos que certamente surgiriam. Com isto se alterou o tamanho e a composição do quadro discente, que passou a incluir pessoas empregadas em várias atividades urbanas. Sempre lhes demos a maior atenção, dispensando-lhes respeito pelo lanche tomado às pressas e o cansaço durante as aulas. Basta uma lembrança: uma noite, um deles ressonou em classe — baixei a voz.

A mesma vocação democratizante também foi decisiva, quando discutimos o projeto de instalação de faculdades de filosofia em algumas cidades do interior do Estado. O argumento contrário já não era o das condições diferentes de replicar os mesmos cursos pelos mesmos professores, como no caso do curso noturno. Era o da falta de quadros docentes de igual nível que os da faculdade, para que fosse alta a propagação da cultura. Contra-argumentamos lembrando que bom número de nossos licenciados tinham capacidade até mesmo para se iniciar no magistério em nossa própria faculdade. Tinha-se também que considerar o direito da juventude interiorana ao ensino superior. Naquela ocasião animava-me a lembrança que tinha de mim mesmo na década de 30, quando procurei a faculdade. Estes dois fatos, ocorridos no início da década de 50, hoje esquecidos por seu cotidianismo, são na verdade prestigiosos para a escola da Maria Antônia. Afinal, dentro das condições dadas, preparamos meios possíveis de difusão do saber.

Como era notório, os professores seguiam o tradicional princípio de não fazer da cátedra uma tribuna, como era costume dizer. Nem por isso eu me sentia mentalmente bifurcado em professor e político. Ambos estavam indissolúveis no mesmo intelectual zeloso da ética de seu ofício, em mim como nos outros. Apesar da distinção formal, nossas posições ideológico-partidárias eram sobejamente conhecidas.

Nunca pude avaliar qual a extensão da influência desse conhecimento sobre os alunos, pois são muitas e até mesmo interpessoais as vias da politização. Mas era visível que por elas entravam crescentes parcelas de estudantes, durante o democrático pós-guerra. Sua composição política variou no correr dos anos, mas sempre com maioria dos vários matizes da esquerda. Para mim já era difícil acompanhar a diversificação e alterações ideológicas nos agrupamentos em presença. No entanto, foi visível que o conjunto começou a fervilhar ainda mais a partir de 1960. Integrava-se no movimento estudantil brasileiro, que se anteci-

pava a qualquer outro, tanto no plano da reforma universitária, quanto no apoio a reformas estruturais da sociedade. É claro que tinham o apoio dos professores de esquerda, mesmo quando crítico com respeito ao entendimento da situação política e a certas táticas exercitadas, como era o meu caso. Minha preocupação contrastava com efusão da maioria ativa. Afinal, minha experiência de vida me deixara marcas e me ensinara alguma coisa. Já vira a astúcia do poder da classe dominante, em conjunturas que se estenderam de 1930 a 1954, e sabia da aspiração militar a uma ditadura republicana, insatisfeita desde o tenentismo.

O golpe de 1964 nos alcançou logo, com invasão policial do Grêmio, instalação de inquérito militar, detenção de estudantes para averiguação, passeatas de protesto reprimidas violentamente. Foi assim, manifestando oposição à ditadura, com os estudantes na vanguarda, que fizemos uma acidentada travessia para o ano culminante de 1968.

A questão da reforma da instituição universitária, levantada nacionalmente, e a da paridade docente-discente nos colegiados, se tinham fundamento em si mesmas, expressavam um iniludível repúdio estudantil pelo poder. É que então, também influenciados pelo maio parisiense, os estudantes iniciavam aqui uma recomposição ideológica nos agrupamentos politizados. Um dos lemas vindos de Paris que muito me agradava dizia: "Libertação das mentes". Tratava-se portanto do repúdio ao poder dos dogmas e regras coercitivas. Foi ele que me ajudou bastante nas reuniões paritárias, em que se discutia a organização departamental. Fiquei vigilante quanto a disposições que poderiam transformar o futuro Conselho numa supercátedra, que poderia vir a cercear a autonomia de ensino e pesquisa.

A faculdade agitava-se em reuniões departamentais e assembléias, quase todas no prédio da rua Maria Antônia, que se tornou uma espécie de centro do movimento reformista. Mas é preciso deixar registrado um fato talvez único na universidade brasileira. A diretoria da nossa escola convocou uma assembléia geral de professores, alunos e funcionários para tratar da reforma da universidade. Nela se resolveu constituir comissões tríplices de estudo, em todos os níveis da instituição. Aceleramos o trabalho para terminar antes que a reforma viesse de cima, como infelizmente aconteceu. Mas já em muitos departamentos se tinham formado conselhos paritários. Foi uma experiência efêmera.

Uma tarde, disseram-me que de manhã um grupo de mackenzistas ligados à ditadura tinha provocado um longo e duro conflito com estudantes da Filosofia. A situação continuava tensa, convindo que eu não voltasse no dia seguinte. Pela primeira vez me senti um estorvo. De fato, na manhã seguinte, a faculdade foi atacada por cerca de dez horas, pelo mesmo grupo, desta vez respaldado por contingentes militares. Soube depois que ao estouro de balas e bombas incendiárias o prédio fora grandemente depredado e incendiado em vários lugares. O Livro Branco a respeito dos acontecimentos da rua Maria Antônia lembra-me que era o dia 3 de outubro e relata circunstanciadamente o ataque e a resistência. Em sua conclusão, diz que a faculdade inteira ficou chocada pela "brutalidade de uma agressão sem precedentes na história universitária do Estado".

Ocupado o prédio militarmente, nos dias seguintes se fez a retirada dos pertences salvados. Era a mudança antecipada e melancólica para a Cidade Universitária. Os retirantes contaram a história. E na imaginação dos que contaram e ouviram o espaço da Maria Antônia tornou-se um espaço mítico, e o fogo criminoso transmutou-se em fogo ritual de sua mitificação.

MARIA ANTÔNIA COMEÇOU NA PRAÇA

Oliveiros S. Ferreira *

Não se pode falar da Maria Antônia sem falar da Praça. Uma continua a outra, sendo dela a transformação que destruirá o mito forjado no seio da comunidade construída no terceiro andar da Escola Normal "Caetano de Campos". É de mitos que vou falar, 30 anos ou mais depois — ou terá outro sentido, se não o de repisar o mito, lembrar a Maria Antônia, abandonada desde 1969, sem que hoje haja no corpo discente da Faculdade de Filosofia quem dela se recorde, e sejam poucos os professores que a sintam como ela foi? Os mitos cumprem diversas funções — uma delas sendo a de manter íntegro o grupo. Desse ponto de vista, o projeto de rememorar a Maria Antônia talvez seja a maneira de salvar a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, dilacerada pela crise que se esboçava na Maria Antônia. Por acaso a faculdade não corre riscos? Ou não há dentro dela quem pretenda, neste findar de 1986, transformá-la, desmembrando-a, para que acabe e desapareça da memória (sempre fugaz) da Universidade de São Paulo a lembrança de que um dia houve uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras sem poder político no Conselho Universitário, mas ainda assim grande o suficiente para que a história da USP se confundisse com a dela?

Duas memórias marcam minha aproximação do tema mitológico: a do jovem de classe média baixa que volta ao prédio onde anos antes fizera o ginásio na "Caetano de Campos", em que, como no dito napoleônico, as carreiras se abriam aos talentos, e anos depois a desse mesmo jovem e outros dois tentando expressar o protesto de muitos contra o aproveitamento político

* Formado em Ciências Sociais pela FFCL/USP, em 1951. Em 1966 obteve o título de doutor. Livre-docente em Ciências Políticas (1981). Entre outros, escreveu: *As Forças Armadas e o Desafio da Revolução* e *Os 45 Cavaleiros Húngaros*.

da luta de todos pelo governador Adhemar de Barros, que no dia seguinte iria inaugurar *oficialmente* o prédio da Maria Antônia, que já ocupávamos há semanas — ou seriam meses?

A volta ao prédio da "Caetano de Campos", a Praça, era como iniciar-se em mistérios reservados a poucos — porque na cabeça daquele menino (quem não era criança aos 18 anos incompletos, naquela Paulicéia pacata de 1947?) estava gravado, não sei por que artes mágicas, que a universidade era coisa séria para gente grande, e que nela iriam pôr à prova o seu saber, que era pouco. Esse temor pelas instituições haveria de persegui-lo desde então. O medo do saber ser reclamado também persiste — mas na época era sem sentido, pois o rigor do exame vestibular mostrara, objetivamente, que podia adentrar o centro da sabedoria.

Éramos doze — apenas uma dúzia! — no primeiro ano de Ciências Sociais; rapazes e moças assustados com a figura imponente de Emílio Willems, que a todos preocupou ao comentar as provas do primeiro semestre de 1947: "Antes de comentar as provas e dar as notas, gostaria de dizer que esta escola não é escola-de-espera-marido". Ou constrangidos pela figura tímida de Roger Bastide, dando aulas em francês sem perguntar se o entendíamos — afinal, aprovados no vestibular, em que havíamos feito provas de francês e inglês, tínhamos a obrigação de entender o idioma dos professores. Ou seduzidos pela metodologia de Hugon — *Grand A, petit b* — falando francês, ou sua versão pessoal da língua portuguesa (a "moída", por moeda). Ou silenciosos ante o tom de tribuno com que mestre Fernando de Azevedo — figura cuja memória nunca será demais reverenciada e cuja ausência marcou a grande crise em que todos mergulhamos — distinguia claramente para nossos ouvidos pouco habituados a esses grandes nomes: "Não confundir Auguste *Comte* com Emmanuel *Kant*". E que, para nos falar de Durkheim, nos mandava ler a filosofia francesa — porque era assim que as coisas deveriam ser feitas.

Na Praça, trouxemos o Brasil para dentro dos corredores — apenas deles, pois as salas de aula eram sagradas, o recinto do saber. Nem por isso, a seriedade do assunto impedia que do fundo da sala, enquanto o prof. Lívio Teixeira nos falava dos pré-socráticos e de Platão, o rapaz contemplasse a nuca desnuda da moça alta e de bastos cabelos loiros, musa inspiradora de mau poeta romântico-social ("Oliveiros, nunca comece uma poesia com 'Meus senhores'!" — e Antonio Candido, professor e amigo soli-

dário com o sofrimento das paixões juvenis, com esse conselho fraterno sepultou o que havia de veleidades poéticas no jovem socialista).

Como não recordar aquela figura que perambulava pelos corredores — igual a ela hoje seguramente não existe em faculdade alguma da USP —, vestido para o que a tarde e a noite que se seguiria fatalmente pudessem oferecer, lúcido e sensível, introduzindo os não-iniciados nas artes poéticas de Fernando Pessoa (que trazia sob o braço), ou no pensamento de Dilthey, que igualmente portava à vista — um livro era o único objeto que se permitia carregar, afora aquele cachimbo curtido com os melhores fumos ingleses (éramos remediados, todos, mas nos permitíamos luxos como comprar livros, beber gim inglês e fumar cachimbo, porque a renda era mais bem distribuída e para gozá-los, aos luxos, bastava ousar). Ou a daquele outro, comunista rubro, lançado à tarefa de aproximar-se das moças da JUC e abrir-lhes os caminhos que levariam à revolução proletária?

Trazíamos para dentro da Praça nossas divergências políticas — o Congresso da Paz, "O petróleo é nosso", tudo aquilo que dividia a sociedade fora dos muros — mas naqueles três corredores em que a moça alta e morena deslizava como se tivesse patins, seduzindo quantos se comoviam com seus enormes olhos, lá dentro formávamos a comunidade, a nossa *Gemeinschaft*. Ah! como nos pegávamos aos gritos e insultos nas assembléias, e como depois, nos bailes eleitorais, as divergências se acalmavam por graças das moças, apesar do puritanismo que a todos nós cerceava — pelo menos os que integravam o círculo mais íntimo da *Gemeinschaft*. Gostávamo-nos, moços ou moças, como éramos, ignorando as posições ideológicas ou políticas. Para nós mesmos, não éramos comunistas, ou socialistas, ou udenistas, ou integralistas — que os havia para todos os gostos. Éramos tudo isso, sim, pois isso nos situava no mundo do lá fora; mas lá dentro éramos nós mesmos, com nossos defeitos pessoais, nossas timidezes ou nossas ressacas de amor não-correspondido — e era esse nós que contava quando nos víamos olhos nos olhos, fora das assembléias em que tudo se discutia, desde a cassação do mandato dos deputados comunistas, até a instalação de uma cruz de granito ao lado do prédio da Biblioteca Municipal, cruz contra a qual os iconoclastas de então se erguiam, pois o Estado era e deveria ser leigo. Como isso não fosse suficiente, lançava-se mão do supremo argumento: o cardeal não gostaria de ver a cruz

erguida no lugar em que se supunha ter sido o galinheiro do palácio episcopal, destruído pelas picaretas com que Prestes Maia começava a transformar a pacata cidade.

Porque éramos a comunidade, e não os que lá fora se batiam para fazer do Brasil o que os sonhos imaginavam, podíamos unir-nos sem querelas de intenções para impedir que o departamento de Educação, da Secretaria do mesmo nome, ocupasse dependências nossas, e podíamos pôr os móveis da Secretaria na rua, sem medo da polícia (ou se medo tínhamos, pelo menos não o confessávamos, valentes nos 19 anos). E assim foi que nos mudamos da Praça, despejados pela Secretaria da Educação, e fomos para a Maria Antônia, levando a idéia (fatal e da qual me arrependo até hoje) de que a faculdade e o ideal universitário, aquele que era só nosso, apenas se realizariam no dia em que todos os departamentos da faculdade, dispersos pela Praça, pela Brigadeiro Luís Antônio e pela alameda Glete, se reunissem na Cidade Universitária.

Maldito sonho iluminista, que destruiu a comunidade!

Chegamos à Maria Antônia no primeiro governo Adhemar de Barros — seu primeiro governo constitucional, pois fora antes interventor da ditadura Vargas. De acordo com os usos e costumes, prédio público que não diga quem o fez ou inaugurou não tem sentido eleitoral; daí dever-se descerrar a placa comemorativa, na qual figurava o nome de Adhemar de Barros, que — diziam os antigos — quando interventor tivera a intenção de fechar a escola. Éramos três dispostos a lavrar o protesto: Renato Jardim Moreira, Lólio Lourenço de Oliveira e eu. Renato era dos poucos que tinha o uso do carro do pai; nele, fomos a Pinheiros comprar tinta num posto de gasolina, caída a noite, o pincel não sei onde o encontramos. Depois, a longa espera, pois coisas desse teor se fazem na calada da noite. Um se postou na esquina da Maria Antônia com a Itambé, outro na esquina da Dr. Vila Nova, enquanto o terceiro escrevia no muro largo e convidativo: "Abaixo Adhemar, inimigo da cultura!". Na tarde seguinte, comparecemos à faculdade para saber como tinha sido a solenidade.

Roque Spencer, udenista marcado, levara todas as culpas, traduzida na censura do chefe dos bedéis, aquela figura cheia de humor que se chamava Carlos. Sobre a travessura nunca nenhum de nós falou, o que foi correto: em operação desse tipo, o melhor é silenciar e procurar o anonimato o mais completo.

A Maria Antônia era diferente, fisicamente distinta da Praça; não mais os três corredores num andar, pelos quais os alunos deambulavam, namoravam e conspiravam contra a diretoria do Grêmio. Eram dois prédios sem grandes corredores, todos para nós que vínhamos da Praça e mais alguns cursos que haviam deixado, creio, o prédio da avenida Brigadeiro Luís Antônio. Quem sabe, por isso mesmo ficamos mais velhos por haverem mudado as condições da sociabilidade; as antigas querelas entre o Partido Acadêmico Orientador (JUC mais PCB e independentes) contra o Movimento Universitário (udenistas, alguns socialistas, se não todos, e independentes) tenderam a desaparecer. Um dia, nos surpreendemos com o candidato único para o Grêmio e com as discrepâncias que tinham sido todas submergidas na comunidade, que crescera em número, e se fazia velha e mais lassa, mas sobretudo começava a tomar consciência de que os professores também tinham as suas amizades eletivas. Apenas que não formavam a sua comunidade, mas diversas *coteries*. Naturalmente, pelas amizades construídas no lá fora e depois ao longo do curso, alinhamo-nos a elas e insensivelmente deixamos aquilo que tínhamos sido e passamos a aparentar o que convinha parecer. Já Maquiavel havia ensinado: *Parere, non essere.*

As *coteries* não tinham a marca essencial delas, a identificação nos mesmos gostos, nos mesmos ideais decorrentes de iguais experiências existenciais vividas em círculo exclusivo. Animavam-nas, porém, a cada uma delas, o seu projeto de universidade, mais especialmente o da Faculdade de Filosofia — e neles entrava muito do que havia lá fora. Só muito tempo depois é que os jovens que vieram da Praça puderam entender o real sentido da disputa que dividira intelectualmente as Ciências Sociais por volta de 1948; a querela entre cultura e classes sociais. Quando irrompeu, pareciam pontos de vista opondo Willems e Florestan Fernandes, o primeiro solidamente apoiado na antropologia cultural dos clássicos, afirmando o primado da cultura; o segundo, rompendo caminhos para imprimir nas ciências sociais a nova visão da sociedade que decorria do importante papel que as classes sociais desempenham na sociedade e na história. A polêmica parecia teórica, quando explodiu num número da revista *Sociologia*, editada pela Escola Livre de Sociologia e Política; na realidade, foi o marco da tomada de posições pró ou contra o marxismo, que entrava timidamente na faculdade, examinado como objeto de estudos igual à teoria de Durkheim. Que tudo tinha o ar de teo-

ria, provara, na revista da crise fatal, o artigo de Lourival Gomes Machado, tentando estabelecer a especificidade do social e do político que se apreendia da leitura do *Manifesto Comunista.*

Quem sabe a raiz da crise tenha sido teórica — cultura versus classes sociais. O fato é que ela fermentou na Caetano de Campos para explodir na Maria Antônia: seu estopim foi esse fenômeno curioso, que sempre me seduziu quando praticado pelos outros. Tanto seduziu que por ele me apaixonei: a luta pelo poder, ou talvez pela hegemonia, isto é, pela afirmação de uma concepção do mundo sobre outras.

O que permitiu a transformação de tudo foi a mudança do meio físico social interno, como diria Durkheim em uma de suas lições. Um dia a Maria Antônia acordou com os cursos noturnos aprovados pela Assembléia Legislativa — aprovados assim como se aprovaram tantas coisas importantes ou irrelevantes neste país: sem recursos para contratar novos professores, funcionários administrativos, comprar novos livros. Duplicou-se o número de alunos e o de professores continuou praticamente o mesmo. Essa mudança fatal veio depois de outra, igualmente transformação do meio social interno: nós, que éramos os jovens da *Gemeinschaft*, passamos para as *coteries*: formamo-nos e constituímo-nos assistentes, alguns passando pelo crivo do concurso de ingresso ao magistério secundário, escolhendo cadeiras em escolas normais do interior e voltando comissionados; outros, engrossando diretamente a massa dos jovens assistentes, cheios de vida, estuantes de ambição, prontos a reformar o mundo. A Paulicéia registrou a homenagem pública que se prestou a dois jovens assistentes, que marcariam época na vida universitária brasileira, e não apenas nela: por sua aprovação em doutoramento, como nos rituais de algumas tribos, a gente universitária e a demais gente *jantou* Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, saudados pelo magnifício reitor no restaurante "Fasano", da avenida Paulista. A homenagem desse tipo, antes ou depois, só fui aos jantares para os 50 anos de Sérgio Buarque de Holanda, e para os 60 anos de Sergio Milliet. A jovem geração pusera empenho em tornar público ao que viera — e o fez com incontestada competência em carreira brilhante, mas às vezes brutal como uma *Blitzkrieg.*

As *coteries* definiram os rumos da faculdade, estabelecendo quem sucederia quem nas cátedras. Ou se pertencia às *coteries* ou era difícil triunfar. Com olhares retrospectivos, a prática das

amizades eletivas serviu para selecionar os melhores, apesar de não se coadunar com o espírito democratizante que já permeava a escola — e sobretudo, apesar de ser contrária à prática que alguns dos professores que formavam nas *Panzerdivisionen*, abrindo caminho para o topo, já começavam a pôr em prática: buscar apoio nos alunos para firmar posições nas lutas entre as *coteries*. Quando a crise veio a furo, já na Cidade Universitária, os alunos não pouparam os mestres — e então se pôde falar de *débâcle*.

Março de 1964 apanhou a Maria Antônia de surpresa — porque desde o comício de 13 de março nela se esperava a vitória de Goulart. A faculdade não estava preparada para o tipo de cerco que se estabeleceu: a violência da comissão fardada para apurar a subversão, humilhando Cruz Costa e Florestan Fernandes, e a fragmentação das *coteries* pela divisão ideológica que o movimento militar produzira nelas. Até então, a faculdade soubera enfrentar unida os confrontos com o poder — exemplo foi a luta contra Jânio Quadros, que quisera impor sua vocação autoritária, punindo Mário Schenberg e Cruz Costa. Em 1964 foi diferente — e o desmoronar do mundo do lá fora apanhou a Maria Antônia despreparada para o contato físico com o poder nu. Ainda assim, apesar de todo o drama, foi preciso chegar 1968 — o ano em que se jogou tudo para fazer uma *reforma* universitária, mas também o do AI-5, e foi preciso o drama de 1969 para que se tomasse consciência do quão importante era a análise de Faoro sobre os donos do poder.

O sítio de 1969 demonstrou que milícias privadas podiam impor sua lei a um poder de Estado fraco. Foi a prefiguração de muito do que viria depois — sem que a experiência de todos aqueles anos da Praça e da Maria Antônia tivesse sido aprendida. Nem mais as *coteries* puderam manter-se para dizer para onde a faculdade e a universidade deveriam ir. Na Maria Antônia, apesar de tudo, ainda havia uma grande faculdade. A reforma de 1968 abriu oportunidade para que as forças centrífugas que vinham operando há tempos se fizessem sentir. O ideal aristocrático da fundação, em 1934, foi deitado por terra. A faculdade fragmentou-se: as Ciências Matemáticas, Naturais e Exatas foram buscar seus institutos; Psicologia e Pedagogia também isolaram-se, fugindo ao leito comum; ficaram, herdando o nome já alterado, a Filosofia, as Letras e as Ciências Sociais, ditas Humanas. A grande unidade dividiu-se em prédios, como fora no passado. Expulsa

da Maria Antônia pelas milícias privadas, a faculdade não pôde refazer sua história a partir da tragédia — sobretudo porque nos barracões da Cidade Universitária, para onde foi jogada em solução de emergência, foi de novo golpeada, no que tinha de melhor, pelos grupelhos que se haviam apoderado do poder do Estado. Sobre ela se tentou lançar o esquecimento — e foi preciso a resistência de todos, mas especialmente de Eurípedes, depois de Ruy Coelho (ele também vítima) e dos bedéis, entre os quais Salvador Oricchio, para que vivesse até hoje, como projeto integrado por memórias e não por visões do futuro.

MEMÓRIAS DA MARIA ANTÔNIA

Fernando Henrique Cardoso *

Quando eu entrei na Faculdade de Filosofia em 1949, ela ainda funcionava na praça da República, no prédio da Caetano de Campos. Tínhamos aulas regularmente na Praça, como a chamávamos, salvo as aulas de Matemática, que eram dadas num velho prédio da avenida Brigadeiro Luís Antônio.

Eu tinha 17 anos, e para mim aquele universo era completamente novo. Fui parar na "Filosofia" motivado por um professor de Geografia, prof. Roque (não me recordo o sobrenome) que ensinava no Colégio São Paulo, e pelo contato que mantive com um ilustre português, foragido de Salazar, professor de literatura, Fidelino de Figueiredo. Encontrara-me com ele em Lindóia e, percebendo meu interesse por ver que livros ele lia, chamou-me para conversarmos.

Decepcionou-me a pouca atenção que o prof. Fidelino prestava aos meus ídolos literários da época — a geração dos poetas de 45, de Péricles Eugênio da Silva Ramos, Domingos Carvalho da Silva, etc. Eu tinha então, como quase todo mundo, veleidades literárias. Havia assistido a um Encontro da Literatura (ou nome parecido) onde Oswald de Andrade brilhara. Participava de um grupo que publicou uma "Revista dos Novíssimos", com gente que depois fez literatura a sério, como os irmãos Augusto e Haroldo de Campos, Décio Pignatari e o, depois, historiador Boris Fausto.

Foi Fidelino Figueiredo quem diretamente me motivou para prestar exames vestibulares (além da Faculdade de Direito) na Faculdade de Filosofia. Estive duas ou três vezes conversando

* Livre-docente em Sociologia pela FFCL/USP. Eleito senador pelo PMDB (1987-1995), é membro-fundador do PSDB. Entre outros, escreveu: *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (co-autoria com E. Faletto) e *A Democracia Necessária*.

com ele em seu gabinete na avenida São Luís (outro casarão onde funcionaram, em parte, os cursos de Letras) e tomei a decisão de tornar-me aluno.

Na Faculdade, antes da Maria Antônia, brilhava o prof. Cunha Andrade — iconoclasta, excelente expositor — que ensinava filosofia pré-socrática. O primeiro trabalho que escrevi, como aluno, foi sobre Parmênides. Li a bibliografia — de Zeller e "tutte quanti" — sob a orientação de um colega mais adiantado que depois celebrizou-se no campo educacional por suas posições liberal-conservadoras, Roque Spencer Maciel de Barros. Recebi um 5 e me decepcionei quando, ao reclamar da nota, desconfiei que o Cunha Andrade não lera a prova...

O outro choque era o curso de Economia. O professor assistente encarregado de fazer-nos entender a teoria do valor chamava-se José Francisco de Camargo. O titular, porém, era um francês, Paul Hugon, que dava as aulas em seu idioma natal. Tivemos que habituar-nos a isto: no segundo ano quase todas as aulas eram em francês, pois Roger Bastide ensinava Sociologia, Hugon continuava com a Economia e Marthial Guéroult ensinava-nos Kant e Descartes.

Nesse ambiente peculiar, entretanto, o professor que marcava era Florestan Fernandes, então jovem assistente do prof. Fernando de Azevedo, titular da cátedra. Florestan fazia-nos ler com devoção e devorávamos uma imensa literatura, mormente alemã: Mannheim, Sombart, Weber, Simmel, Freyer. Mas quem nos "salvava" era Raymond Aron, com seu livrinho sobre a sociologia alemã, que ordenava um pouco nossa indigestão...

Como contraponto a nosso germanismo havia a influência de um alemão americanizado, Emílio Willers, tradutor de Mannheim para o português, antropólogo dedicado às pesquisas de campo. E, novamente, era Florestan quem encarnava o ideal da "sociologia como ciência". Fomos treinados na paixão pela pesquisa e na desconfiança do ensaio e da "filosofice".

Florestan assentava as bases da "escola paulista" de sociologia, sob a sombra de Fernando de Azevedo, discípulo à distância de Durkheim e precursor da "ciência social", mas marcado ainda pela ausência de treinamento de "pesquisa empírica", como então se dizia.

Figura de equilíbrio, o outro assistente de Fernando de Azevedo, Antonio Candido fascinava-nos pela síntese entre um sabor literário indiscutível, a finura de sua antropologia social (*Os*

parceiros do Rio Bonito), seu discreto socialismo e sua invulgar capacidade de transformar os "tijolos acadêmicos" (como as aulas de Florestan sobre Weber) em arabescos de sutileza e penetração intelectual.

Esse era o "clima" da Maria Antônia. Por cima disso, vez por outra um grande historiador francês passava por lá, como Lucien Febvre (Braudel deixara suas marcas), Mombeig, desajeitado — falando bom português, coisa rara — vinha reforçar os ensinamentos de Aroldo de Azevedo sobre a sua (dele Mombeig) "geografia humana", Claude Lefort fazia a crítica da burocracia e, na Filosofia — em cursos que eu não segui — Gilles Gaston Granger ensinava lógica e um pouco da (não apreciada pela maioria de nós) filosofia analítica.

Na época de estudante eu não participava da política universitária. Pertencia a uma família de militares e políticos, a maioria dos quais "getulistas" e convivia com meus colegas da Maria Antônia que se dividiam entre os comunistas e os que sofriam as influências do liberalismo do jornal "O Estado de S. Paulo", pela presença indiscutível de Júlio Mesquita Filho na vida da Faculdade.

Poucos sabiam, àquela altura — nos inícios da década de 50 — que meu pai era líder nacionalista (depois foi deputado federal pelo PTB paulista, com forte apoio sindical e da esquerda, nas eleições de 1954) e que eu tinha primos e tios no governo de Getúlio: um era Ministro da Guerra, outro Prefeito do Rio, outro Secretário de Finanças e depois diretor e presidente do Banco do Brasil. Eu vivia à margem tanto da política estudantil como das benesses do governo, abrindo meu caminho acadêmico.

Antes de terminar a faculdade, em 1951, fui trabalhar na Faculdade de Economia, por indicação de Florestan, na cadeira de Ciência da Administração, do prof. Mário Wagner Vieira da Cunha, sob a orientação direta de Lucila Hermann, precursora das pesquisas sobre a mão-de-obra industrial. No ano seguinte tornei-me, aos 21 anos e antes ainda de terminar a faculdade, "primeiro assistente" da cadeira de História Econômica, da prof.ª Alice Canabrava.

Tive que desdobrar-me para dar um curso sobre "História Econômica da Europa". Sabia pouco da história, mas lera muito Weber e algo de Marx. A prof.ª Alice fazia-me trabalhar furiosamente nos arquivos e achava, no fundo, que eu poderia ser um intelectual do gênero ensaísta (como o Antonio Candido, dizia

ela, para meu orgulho), mas nunca um pesquisador, vocação que ela valorizava.

O mundo intelectual da "rua Maria Antônia" englobava tanto a Faculdade de Filosofia como a de Economia: o pátio interno era comum, a cafeteria era a mesma e também o barbeiro, Oswaldo, era o mesmo. Na Economia, além dos professores já citados, começava a despontar o então jovem 2.º assistente de estatística, Antônio Delfim Netto. (Hoje estamos na Assembléia Nacional Constituinte os três, Florestan, Delfim e eu: coisa inimaginável quando nos conhecemos e estávamos voltados integralmente para o mundo acadêmico, embora Delfim, à época, já fosse assessor de empresas).

Na época de minha formação, como aluno e depois como jovem assistente — em 1953 fui despedido por D.ª Alice Canabrava e passei a trabalhar na cadeira de Roger Bastide, graças a Florestan Fernandes — as vertentes que moldaram nosso espírito foram três: uma formação acadêmica *à la* européia, com base num espectro de leituras amplo, da filosofia à antropologia social, passando pela economia, pela história e pela sociologia, naturalmente; um treinamento em pesquisa, precário porém o que era disponível na época, graças a Florestan Fernandes e a Roger Bastide; e fora da faculdade, a paixão pela leitura sistemática e crítica de *O Capital*.

Na verdade a partir da segunda metade dos anos 50 começou a infletir o clima intelectual da Maria Antônia. Até aquela época — até ao fim do governo Juscelino — nós vivíamos numa ilha intelectual. O sonho dos nossos *maîtres a penser* era o de refazer-se o ambiente de Heidelberg com sotaque francês. Tudo isso matizado, como já disse, pela "pesquisa empírica" que transformaria São Paulo numa Chicago da sociologia urbana. Estudávamos as culturas indígenas, a ascensão social dos negros e o preconceito de raça, o folclore urbano, as "comunidades" da sociologia americana dos anos 40, e assim por diante.

Com o populismo de Jânio e Jango, com o ISEB nacional-desenvolvimentista e com a presença das massas urbanas o Brasil mudara. E nós também. A "luta de classes", as contradições do capitalismo, a dialética (em lugar do "método funcionalista" que tinha em Florestan um ardoroso defensor) passaram a ser o pão nosso de cada dia.

O chamado "Seminário de Marx" — que agrupou os jovens professores assistentes da faculdade como José Arthur Giannotti,

Fernando Novaes, Bento Prado, Roberto Schwarz, Ruy Fausto, Paul Singer, Octavio Ianni, Michel Lüwy, Francisco Weffort, Juarez Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues, Ruth Corrêa Leite Cardoso, Sebastião Advíncula e eu, entre outros — dava o tom. Reuníamo-nos em nossas casas, um pouco escondidos do ciúme que causávamos em nossos professores, líamos e discutíamos página por página, tradução por tradução, em cotejo com o original, a nova bíblia.

Isso ocorreu *antes* de Althusser, de Poulantzas e da degradação teórica provocada pelo *"Reader's Digest"* de Marta Hannecker. Era uma leitura crítica e não envolvia o outro lado de Marx, a "Revolução". Continuávamos acadêmicos. E como tal, ao lado de Marx, seguíamos as outras correntes de pensamento. A mim, na época (fins de 50) ninguém influenciou mais do que Alain Touraine, com sua sociologia do trabalho.

Fundei na faculdade, sempre com o estímulo e a supervisão de Florestan, o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), a partir do qual fizemos pesquisas e escrevemos teses sobre o empresariado e o desenvolvimento, o Estado no Brasil, a classe operária, etc.

Este foi o corte: a temática mudou. Mudou graças aos estímulos da vida social e à revolução teórica que os estudos de Marx produziram em todo o grupo. Já nas nossas teses de doutoramento (a minha e a de Ianni sobre a escravidão, a do Giannotti sobre a noção de trabalho no capitalismo) era visível a leitura de Marx.

Assim, a partir do início da década de 60, passamos a influenciar tanto os estudantes da Maria Antônia quanto os dos cursos de Ciências Humanas em geral. O outro pólo de influência era o ISEB, que combatíamos intelectualmente, mas que, na verdade, exercia muito maior influência doutrinária do que nós. Nosso "academicismo" tornava-nos difíceis, algo pedantes e isolados dos movimentos políticos. Como contraponto a nós começava a existir a influência de alguns sociólogos de Minas Gerais, influenciados pela FLACSO (Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais, de Santiago do Chile). Mas estes últimos exerciam influências bem menores do que as da Maria Antônia.

Foi neste clima intelectual que o golpe de 64 colheu-nos. Nós, embora marxistizantes, não tínhamos prática de militância política. Havíamos, entretanto, participado das lutas modernizadoras do ensino: a "Campanha em Defesa da Escola Pública", no

final dos anos 50 (com Florestan Fernandes à frente) e toda a remodelação da USP, inclusive a criação da Fapesp, durante o governo de Carvalho Pinto. Eu era membro-eleito do Conselho Universitário e lá era "a esquerda".

Resultado: perseguições, processos, exílio.

Fui para a Argentina no dia 19 de abril de 1964. Então eu preparava uma tese que deveria servir para competir à cátedra do prof. Fernando de Azevedo, que se aposentara. Estava fazendo uma pesquisa comparativa sobre a "burguesia nacional" na Argentina, no Chile, no México e no Brasil. Imaginei — doce engano ou amargo engano — que poderia regressar logo ao Brasil.

Em Buenos Aires fiquei na casa de José Nún, na época grande amigo meu. Lá fui convidado por três outros amigos, os sociólogos Gino Germani, Jorge Graciarena e Torcuato Di Tella para dar um curso no departamento de Sociologia da Universidade de Buenos Aires. Eu os havia conhecido anos antes num congresso de Sociologia no Rio. Germani já era o grande sociólogo latino-americano, entusiasta da teoria da modernização e do método funcionalista.

Enquanto me decidia passou por Buenos Aires o economista Nuno Fidelino de Figueiredo (filho do prof. Fidelino) que vinha de Santiago, da Cepal, com um convite para eu ir trabalhar lá, feito por José Medina Echevarría. Esse era um grande sociólogo espanhol que, exilado em Porto Rico e no México, fora recrutado para a Cepal por Celso Furtado. Eu conhecera Medina Echevarría porque escrevi para a Cepal um trabalho sobre o mesmo tema da tese que estava preparando, os empresários latinoamericanos.

Não hesitei. No dia 1.º de maio de 1964 estava em Santiago, pronto a trabalhar. E lá fiquei cinco anos, até outubro de 1967. Foram anos de grande produção intelectual, sob o estímulo de Echevarría e de homens como Raúl Prebisch, então diretor do Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES) da Cepal, e com os economistas chilenos Aníbal Pinto e Oswaldo Sunkel. Ao lado deles havia uma enorme quantidade de intelectuais latino-americanos de primeira ordem, entre os quais Celso Furtado, que, também exilado, chegou a Santiago logo depois de mim e lá ficou alguns meses.

Não cabe na "história da Maria Antônia" alongar-me sobre o Chile e a Cepal. Mas foi lá que eu, por assim dizer, "amadureci" e me desprovincializei embora muito antes já houvesse estudado na França com Touraine, Michel Crozier, Raymond Aron, entre

outros. Foi a partir de lá também que, ensinando na FLACSO e sendo diretor-adjunto da seção de ciências sociais do ILPES, entrei em contato com a "nova" — hoje madura — geração de cientistas sociais latino-americanos, os quais ou foram meus alunos ou meus colegas.

Escrevi, na época, um livro que exerceu influência no pensamento latinoamericano e mesmo internacional: "Dependência e Desenvolvimento Econômico na América Latina". Meu co-autor é um chileno de grande talento, Enzo Faletto e, como contra-ponto, ajudaram-nos Francisco Weffort, Adolfo Guarnieri, José Luís Reyna, Edelberto Torres Riva, entre outros, com os quais trabalhamos.

Do Chile fui para Paris, em outubro de 1967, a convite de Alain Touraine, para formar a equipe de professores de Sociologia do campus da Universidade de Paris em Nanterre. Éramos cinco professores titulares: Touraine, Henri Lefebre, Michel Crozier, Lucien Goldman e eu. Entre os assistentes havia alguns que se tornaram famosos depois: Manuel Castells (que desde aquela época passou a ser dos meus melhores amigos), Jean Baudrillard entre outros. Pois bem, foi ao lado dessa excelente equipe que assisti à "revolução de maio". Daniel Cohn-Bendit era meu aluno (eu ensinava, no 2.º ano, teoria sociológica). Com ele e, uma noite, ao lado de Touraine, de Alessandro Pizzone, o grande sociólogo italiano, e do meu ex-professor em São Paulo, Charles Morazé, saímos para percorrer as "barricadas" de Paris.

Regressei ao Brasil em julho de 1968 com outra tese, esta de cátedra, debaixo do braço. Os processos contra mim cessaram em 1967. Inscrevi-me para o concurso da cátedra de Ciência Política da USP cujo titular, Lourival Gomes Machado, falecera ainda jovem (e naquela época só por vacância ganhava-se uma cátedra, pois o sistema universitário era fechado).

Eu tinha então 37 anos. Voltara muito mudado e mais seguro intelectualmente. De repente, de novo a Maria Antônia. Durou pouco: onda política muito forte e novos prédios, já na Cidade Universitária. Prestei o concurso no edifício da História. Grande agitação: os estudantes eram "contra a cátedra vitalícia" (eu também). Não queriam concursos. Se não os houvesse, a titular interina, que concorria comigo, ficaria automaticamente na cátedra...

Graças à competência de Sérgio Buarque de Holanda, que presidia a banca examinadora, entretanto, o concurso foi feito

até ao final. Ganhei-o por unanimidade. Assistindo às provas outro amigo meu que pareceu sempre ser adversário por seu radicalismo: Andrew Gunnard Frank.

Mal deu para eu ter o gostinho de voltar à USP. Em dezembro de 68 o AI-5 pilhou-nos a todos. Fora eleito diretor do departamento de Sociologia e estava junto com professores e estudantes tratando de reformar os currículos. Não deu tempo: em abril de 1969 fui arbitrariamente aposentado e afastado da cátedra graças ao AI-5 e à delação e mau-caratismo de alguns professores universitários da ultra direita.

Depois disso organizei com vários colegas o Cebrap e continuei, até assumir em 1982 o Senado, a passar parte do tempo no exterior, ano a ano. Voltei a ensinar em Paris, na École des Hautes Études e até no Collège de France; trabalhei em Cambridge, na Inglaterra, em Princeton e em Berkeley, nos USA Fui vice-presidente e depois presidente da Associação Internacional de Sociologia. Publiquei furiosamente aqui e no exterior.

Guardo, entretanto, a sensação de haver sido extraído a fórceps da "Maria Antônia". Quando voltei em 1968 ela, para mim, já não era mais "aquela". O populismo penetrara fundo no meio universitário. O marxismo vulgar tornou-se catecismo. Eu me internacionalizara. A própria USP ficou um tanto estranha para mim. E não pude contribuir em quase nada, lá, para mudá-la nos novos tempos.

Ainda bem que houve o Cebrap, uma espécie de Maria Antônia mais internacionalizada. Com algumas virtudes e defeitos. Mas foram defeitos e virtudes, outros, muitos outros, se compararmos com a "Maria Antônia" de tão marcante presença na vida de todos nós.

O MUNDO COBERTO DE MOÇOS

Antonio Candido *

Na história da Faculdade de Filosofia, o período da rua Maria Antônia foi uma espécie de eixo em torno do qual giraram as concepções de ensino e o relacionamento de alunos e professores, entre si e com a sociedade. Quando mudamos para lá, creio que em 1950, mal se imaginava que haveria transformações tão profundas, porque os primeiros dez anos foram de continuação do mesmo espírito que predominava nos prédios anteriores.

Pode-se definir mais ou menos esse espírito dizendo que ele se constituíra a partir da concepção "positiva" da universidade francesa, com a sua forte componente idealista. Segundo ela, o saber é uma atividade que se justifica a si mesma, embora tenha como alvo a aplicação. Mas esta não cabe aos que o produzem e traduzem, e sim a instâncias meio indefinidas que permanecem entre parênteses. Conseqüentemente, o professor fala para transmitir, o estudante ouve e cala, para absorver. E ambos formam um segmento especial, sem compromisso obrigatório com os problemas imediatos. Isso não impede, é claro, que professores e alunos, enquanto cidadãos, atuem individualmente cada um a seu modo nos outros segmentos da sociedade.

O que aconteceu na Maria Antônia foi a passagem dessa atitude neutra e relativamente contemplativa para um empenho da faculdade enquanto faculdade, mobilizada para participar dos problemas do momento. Não mais individualmente, mas como grupo. E até com certo esforço para superar o espírito corporativo, que mantinha professores e estudantes como setores separados e paralelos, com tipos específicos de atuação.

* Formou-se na USP, onde foi assistente de Sociologia e depois professor de Teoria Literária e Literatura Comparada. Lecionou Literatura Brasileira na Faculdade de Filosofia de Assis (UNESP) e foi coordenador do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. É membro-fundador do PT. Entre outros, escreveu: *Formação da Literatura Brasileira*, *Literatura e Sociedade* e *Educação pela Noite*.

Esse processo começou a fermentar no fim dos anos 50. Em 1957-58 ocorreu o primeiro movimento coeso dos professores da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (que abrangia da Matemática à Educação), no seu relacionamento com a sociedade: a resistência ao sempre prepotente governador Jânio Quadros, devido à punição por ele imposta ao professor João Cruz Costa. Pela primeira vez, o corpo docente se uniu em absoluta maioria na oposição a um ato do Executivo, que feria a dignidade e autonomia duma instituição de ensino superior. Logo a seguir, nova mobilização da faculdade, articulada com outros grupos: a memorável campanha pela escola pública. Ao mesmo tempo, começavam as primeiras iniciativas comuns de docentes e alunos, como a comissão paritária que estudou as condições do ensino com vistas a uma reforma e produziu notável relatório da autoria de Florestan Fernandes.

Nos anos de 1960 a faculdade já estava envolvida de maneira mais direta nos problemas do momento, e com acentuada fermentação interna. Contribuiu para isso a composição diversa do corpo docente, agora formado em maioria absoluta por brasileiros, com a retirada dos fundadores estrangeiros que não se fixaram aqui, e eram mais afastados da ação externa pela própria condição de hóspedes. E também pelo advento de uma nova leva de jovens docentes, que ainda eram alunos fazia pouco, e agora chegavam ao amadurecimento, com uma considerável produção que consolidou e ampliou a dos decênios iniciais. Além disso, havia a atmosfera popular e nacionalista do governo João Goulart. Os jovens embalaram nos grandes movimentos mais ou menos radicais, interessados na cultura do povo e para o povo, através do teatro, do cinema, da poesia, dos métodos renovados de ensino elementar.

A Maria Antônia se tornou um dos centros dessa mentalidade renovada, que a ligou em profundidade a outros grupos sociais. À noite, sobretudo, dava a impressão de ser um quartel-general que enquadrava a convivência inquieta de jovens da casa e de fora, estes atraídos pela sua capacidade de aglutinar, e enchendo as calçadas e os bares vizinhos com debates sem fim.

Por isso mesmo, quando veio o golpe militar de 1964, ela foi imediatamente invadida, depredada, com alunos e professores detidos, inquéritos abertos — num vasto movimento de intimidação e repressão. Mas o fermento interno não baixou. Na fase menos

áspera da ditadura, de 1964 a 1969, ele continuou a subir, até desfechar no ano decisivo de 1968.

1968 há de ficar na crônica do século como o ano da mocidade, representada pelos estudantes a partir das agitações da Universidade de Berkeley em 1964. O moço se transformou durante algum tempo na força mais viva da sociedade, parecendo inclusive substituir o operário como fator principal na transformação das instituições. Politicamente, culturalmente, ética e até esteticamente o moço abalou as concepções e os costumes — substituindo o respeito pela irreverência, a organização cristalizada pela ação espontânea, o cálculo pela inspiração, a compostura pelo desalinho, a seleção pela invasão, o "bom gosto" pelo frenesi. Toda autoridade pareceu de repente sórdida, e as palavras mais ofensivas passaram a ser "elitismo", "paternalismo", "autoritarismo". Para substituir o modelo pai-filho que regia a sociedade e sobretudo o ensino, propôs-se um modelo do tipo irmão-irmão, que repercutiu na concepção de universidade e abalou o cerne das normas didáticas.

Ao mesmo tempo, foram questionados os métodos e concepções da transformação social, com o descrédito do stalinismo e as dúvidas crescentes sobre o marxismo oficial. Um marxismo lírico e heterodoxo se misturou a fragmentos de neo-anarquismo e aos novos avatares do cristianismo radicalizado, para gerar uma mentalidade geral de demolição, a que não eram estranhas certas inspirações da "revolução cultural" chinesa, além de largas doses de Marcuse.

Foi esse espírito geral da mocidade que deu forma à convivência dos jovens na Maria Antônia em plena ditadura militar, enquanto o ensino seguia na sua rotina, dando poucas indicações de querer adaptar-se.

Em 1967, se não lembro mal, rompeu um indício de explosão iminente: inconformados com a falta de vagas, que os deixava de fora apesar de aprovados, candidatos, creio que ao curso de Psicologia, invadiram o saguão e ali acamparam, sob as vistas atônitas dos porteiros Dona Floripes e Seu Portela, e a agitada indignação do zelador Carlos, que aliás se suicidaria no ano seguinte.

As agitações estudantis de maio de 1968 na França, que quase derrubaram o governo, deram aos jovens uma esperança ilimitada e utópica de revisão profunda na cultura, no ensino, nas relações sociais. No Brasil elas repercutiram logo, sendo que a partir de julho, em São Paulo, com a Maria Antônia no epicentro.

Passeatas, reivindicações avançadas, ocupação dos prédios, nos quais se instaurou uma espécie de república provisória, a administração da faculdade funcionando em contato com os órgãos estudantis e os alunos trabalhando com os professores no sentido de modificar o ensino. Paralelamente, as comissões paritárias, departamentais e geral, punham a discussão da reforma universitária na dependência da colaboração estreita de docentes e estudantes.

Foi o apogeu e o canto do cisne da Maria Antônia, que caiu junto com os restos de democracia no fim do ano. Em frente dela, a Universidade Mackenzie representava a mentalidade conservadora tradicional, e os conflitos surgiram quando os estudantes da Maria Antônia estabeleceram o pedágio na rua e dela tomaram posse. Nessa altura já estava em preparo a fase terrível da ditadura, e os seus promotores se serviram provavelmente da disputa entre os dois lados da rua para desfechar a pancada mortal no lado de cá. Aos olhos da opinião convencional, a coisa devia se configurar mais ou menos assim: no Mackenzie, a ordem, os bons costumes, a tradição, escorada em mestres confiáveis e rapazes de famílias bem organizadas; na Faculdade de Filosofia, a subversão, a baderna, a ameaça à estabilidade, por parte de uma juventude solta no mundo, sem amparo familiar, mal orientada por professores rebeldes. É pouco mais ou menos o que está dito num pronunciamento, bem pensante e untuoso da reitora do Mackenzie na ocasião, professora Esther de Figueiredo Ferraz.

As "forças da ordem" não hesitaram e resolveram o conflito estudantil como se o Mackenzie fosse o Bem e a Faculdade, o Mal. Invadiram-na, fecharam-na, forçaram a sua mudança. A Maria Antônia tinha acabado e, com ela, a fase mais amena da ditadura. Quase ao mesmo tempo veio o AI-5 e, logo depois, vieram as aposentadorias punitivas de professores, a prisão, o expatriamento de professores e estudantes.

Vendo a Maria Antônia de hoje, a impressão poderia ser que nada deu certo. A faculdade foi praticamente expulsa por uma decisão governamental que sucedeu à violenta repressão da polícia. O resultado do trabalho laborioso das comissões paritárias foi ignorado. As vivas discussões entre alunos e docentes, no prédio ocupado, deram alguns frutos, mas nada de profundo. A re-

forma universitária que veio a seguir foi insatisfatória. Grande número de estudantes e professores foram excluídos.

No entanto, tudo mudou e se abriu um questionamento sem fim do ensino universitário, das relações aluno-professor, dos vínculos com a comunidade. Na Maria Antônia (que estou analisando apenas sob este ângulo) amadureceu e explodiu a mentalidade de transformação que ainda não encontrou as melhores soluções, mas lançou a universidade no caminho da renovação.

A Faculdade de Filosofia, a partir de sua fundação em 1954, foi um fermento de radicalização intelectual no quadro do ensino superior de São Paulo. Um quarto de século depois, a rua Maria Antônia, sempre dentro dos limites da classe média, foi o sinal de uma radicalização mais ampla, que lançava pontes para o mundo da ação política e do operariado. Ela promoveu uma substituição de radicalismos dentro do novo espírito que vem quebrando os conceitos e as normas tradicionais, de maneira a dar espaço vital ao jovem, à mulher, ao negro, ao homossexual, num mundo antes cristalizado em torno do homem adulto, branco, sexualmente ortodoxo, que fazia dessas características um requisito para o exercício do poder. Na atmosfera trepidante da Maria Antônia dos anos 60, questionaram-se os tabus e os jovens mostraram pela primeira vez o seu poder de fogo, inclusive provocando nos professores uma divisão que, a partir de então, marcou a política universitária. De fato, houve os que aceitaram o movimento e procuraram inserir-se nele criticamente; e houve os que o negaram com horror como se fosse o fim do mundo, formando desde então uma nítida direita cultural. Assim, os movimentos de 68 foram o apogeu cheio de méritos e deméritos de um processo de revisão da cultura e do comportamento na universidade, a fim de situá-la no centro da grande aventura modernizadora que, nesta segunda metade do século, vem se processando sobretudo no terreno dos valores sociais e da conduta em sociedade. Apesar das suas fraquezas e incoerências, a Maria Antônia foi um marco histórico.

MARIA ANTÔNIA: UM ESPÍRITO PARA CONTAGIAR A UNIVERSIDADE

*Entrevista de Simão Mathias **
a Maria Cecília dos Santos
Junho de 1987

O ensino e a pesquisa de Química no Brasil

MC — Qual a principal contribuição da FFCL para o ensino e pesquisa de Química no Brasil?

Simão Mathias — Eu diria que praticamente a pesquisa científica em química se iniciou na FFCL com a vinda do prof. Heinrich Rheinboldt da Alemanha, em 1934. Ele viveu no Brasil até 1955, e nesses anos todos construiu o departamento de Química da FFCL, que hoje resultou no Instituto de Química da Universidade de São Paulo. O prof. Rheinboldt implantou o ensino em moldes alemães: as aulas teórico-experimentais e os trabalhos de laboratório, com o uso do método experimental de investigação. Nas aulas do prof. Rheinboldt eram freqüentes as abordagens históricas dos temas apresentados.

MC — O senhor foi docente do departamento de Química e deu continuidade à tradição implantada pelo prof. Rheinboldt?

Simão Mathias — Nos anos 50 fiquei mais concentrado em trabalhos de laboratório. Em 1960 me tornei diretor do departamento de Química e então já tive uma tarefa muito grande que me afastou da pesquisa científica e passei a tratar da mudança da Química no ano de 1962. Em 1964 nos transferimos para a Cidade Universitária. Nessa época era grande a movimentação da política estudantil e eu acompanhava a participação da FFCL, principalmente através de contatos com os professores Florestan Fernandes e Antonio Candido.

* Pertence à primeira turma dos licenciados em Química pela FFCL/USP. Professor do Instituto Químico. Presidente e fundador (1983) da Sociedade Brasileira de História da Ciência.

MC — Qual a participação dos alunos da Química na vida universitária?

Simão Mathias — Não era tão crítica quanto a dos alunos da Filosofia e das Ciências Sociais, mas eles tiveram participação intensa. Talvez pela própria natureza do trabalho, os alunos da Química passavam grande parte do dia em trabalho de laboratório, trabalhos que concentravam excessivamente a atenção de todos.

Os episódios de 68

MC — E os episódios de 68, a invasão da FFCL pelo Mackenzie?

Simão Mathias — Ali todo mundo participou, nenhum setor se omitiu, inclusive muitos alunos da Química foram perseguidos e alguns, mortos. Embora a Química estivesse funcionando na Cidade Universitária, eu ia com freqüência à Maria Antônia. No dia do conflito eu estava lá. Aquilo foi uma guerra. Eu assisti a todo esse combate entre os alunos do Mackenzie e da Filosofia. Recordo-me que a Polícia Militar apoiava os alunos do Mackenzie. Naquela época pertencer à FFCL já era ser subversivo, inclusive organizou-se um movimento contra os professores que culminou com várias prisões, como a de Florestan Fernandes. Nesses 20 anos após o golpe militar de 1964, a FFCL sempre foi considerada como um foco perigoso para os militares.

MC — Qual a principal repercussão da invasão da FFCL na congregação?

Simão Mathias — Havia uma certa divisão de opiniões e atitudes. Havia um grupo pequeno de professores reacionários, um grupo de professores de centro, que era moderado, e um grupo de professores que lutava pela verdadeira universidade. Esse último grupo, a pedido da congregação, constituiu uma comissão para apurar os fatos da invasão e depredação da faculdade e assinou a publicação de um relatório — Livro Branco — para esclarecimento dos fatos. O relatório foi assinado sob minha presidência e pelos professores Antonio Candido, Carlos Alberto Barbosa Dantas, Carlos Lyra, Eunice Durhan e Ruth Cardoso. A congregação sempre se manifestou em defesa da FFCL. É claro que naquela época nem podia deixar de se manifestar nesse sentido. Os reacionários se diferenciavam em relação aos estudantes. Eles

não dialogavam com os estudantes e olhavam para eles com desprezo. Nas comissões paritárias pude perceber o quanto era enriquecedor o contato com os estudantes. Eu nunca, em minha carreira, tive tanto prazer de ensinar e de aprender, quanto na Comissão Paritária. Participei com muita veemência da subcomissão para reestruturar a carreira universitária. Fiquei incumbido da redação de um documento a esse respeito, onde propus uma reforma bastante ampla sobre os critérios de escolha dos docentes para a universidade, baseados no valor intrínseco da pessoa, como pesquisador, cientista, filósofo ou professor, no sentido completo da palavra.

As paritárias: momento de renovação da universidade

MC — O senhor acha que naquele momento essas discussões traziam propostas efetivas de mudança da universidade?

Simão Mathias — É muito difícil avaliar nessa altura. Muitas das propostas eram altamente construtivas. Talvez outras fossem um pouco exageradas para a época, mas a princípio acho que se a universidade tivesse feito a reforma nas bases daqueles princípios, nós teríamos uma verdadeira universidade, muito diferente daquela que continuou a partir de 1969. Os professores que realmente lutaram abertamente pela reforma universitária e defenderam os verdadeiros princípios universitários foram cassados. Vários professores teriam sido cassados não fosse por questões de ordem política no momento. Quando saiu a lista cassando Florestan, falava-se que no dia seguinte sairia uma lista incluindo o nome de Antonio Candido e o meu. Inclusive nós dois, em conversa, nos dizíamos moralmente cassados. A verdade é que todo o esforço que fizemos para implantar novas idéias na universidade foram por água abaixo. Os anos que se seguiram a 1969 foram difíceis: a universidade ficou na mira dos militares e criou-se uma atmosfera de medo e desânimo.

Uma universidade sem alma

MC — Qual o principal impacto desse clima repressivo sobre a vida acadêmica?

Simão Mathias — Nós mudamos para a Cidade Universitária que bem poderia ser chamada de cidade antiuniversitária, onde as pessoas se isolaram, cada qual no seu setor. Não havia atividade de caráter interdisciplinar e esses 20 anos de regime militar conduziram à destruição aquele espírito formado na Maria Antônia, em torno da FFCL. Os reitores tinham que obedecer às diretrizes dos militares e de universidade nós só tínhamos o nome. Eu dirigi o Instituto de Química até os primeiros meses de 1970, sendo depois obrigado a pedir demissão do cargo. Os militares tomaram o poder e o clima não me permitia mais comunicação com a reitoria e com as autoridades da universidade. Criou-se uma situação de intolerância e eu não tinha mais condições de permanecer como diretor, de visitar o reitor ou de participar do Conselho Universitário. Eu me sentia moralmente cassado. Só agora começa uma certa mudança na atmosfera. Veja, por exemplo, a criação do Instituto de Estudos Avançados. Mas a verdade é que aquele espírito da Maria Antônia se perdeu e até hoje a universidade não tem alma.

Maria Antônia: mito ou realidade

MC — A Maria Antônia foi uma realidade ou um mito na trajetória do ensino superior brasileiro?

Simão Mathias — Talvez se possa utilizar as duas expressões: mito e realidade. Realidade porque ela existiu e na verdade houve aquele espírito de intercâmbio. Mito porque talvez nós éramos sonhadores e imaginávamos que esse espírito seria levado à Cidade Universitária e contagiaria todas as pessoas. Acho que na Química nós conseguimos, em parte, atingir esse ideal à medida que o Instituto de Química é uma reunião da Química de seis setores diferentes: da Politécnica, da Medicina, da Odontologia, da Filosofia, da Farmácia e da Medicina Veterinária. Nem tudo se perdeu!

MARIA ANTÔNIA: UMA CERTA GERAÇÃO DA FACULDADE DE FILOSOFIA

*Entrevista de José Arthur Giannotti **
a Maria Cecília dos Santos
Abril de 1987

MC — Qual a importância da Maria Antônia para a sua formação?

Giannotti — Ao fazer um balanço de minha relação com a cultura paulista tenho necessariamente que passar pela Maria Antônia, porque no fundo ela significou um novo estilo de pensar formado a partir da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras — FFCL/USP.

De certa forma, a criação da faculdade, em 1934, já marcou uma ruptura com um tipo de intelectual humanista que militava em São Paulo. Esse aspecto humanista, meio ensaísta, esteve presente de Oswald de Andrade, passando por Mário de Andrade, até os intelectuais da Faculdade de Medicina, da Faculdade de Direito ou da Escola Politécnica.

A primeira geração formada pela FFCL foi aquela que Oswald de Andrade, muito tipicamente, chamou de "chatoboys" — a geração *Clima*. Nós somos a segunda geração. A mais antiga, entre a qual estava Cruz Costa, Eurípedes Simões de Paula, já entrou formada na faculdade.

Nossa geração foi constituída basicamente pelo pessoal que entrou na FFCL nos anos 50 e marcou uma ruptura no ciclo geracional. Em particular, tivemos a sorte de viver um clima de interdisciplinaridade, de contato que começou no Grêmio e as associações de ensino e continuou pela carreira de pesquisa, discutindo conjuntamente de Filosofia até a Física e a Matemática. O regimento possibilitava cursar certas disciplinas em caráter optativo em outros departamentos, como fiz com a Matemática.

* Integra a segunda geração formada pela FFCL/USP, onde foi docente até a aposentadoria, com base no AI-5, em 1969. Lecionou Filosofia na PUC-SP e Unicamp e, com a Anistia, retornou ao departamento de Filosofia da USP. Escreveu, entre outros: *Origens da Dialética do Trabalho* e *Filosofia Miúda e Demais Aventuras.*

Hoje, as pessoas regrediram ao estado das optatórias — disciplinas optativas oferecidas obrigatoriamente pelos departamentos. Além da liberdade de escolha de várias disciplinas, naquela época era possível variar os contatos intelectuais. Isso perdurou até a rebordosa de 1968.

Outro aspecto importante a assinalar é que os conflitos pessoais se transformavam em geral em discussões teóricas e públicas, canal legítimo que, em vez de fomentar inimigos, formava debatedores; tudo era profundamente estimulante.

Na Maria Antônia os departamentos eram pequenos e os contatos face a face. Nossos amigos e nossos amores, tudo girava em torno daquele pessoal da Maria Antônia. Lembro-me de que certa vez na Oban um militar me perguntou: "Mas vocês só se casam entre si, que negócio é esse? Há troca de mulheres?" Para eles éramos a imagem da promiscuidade.

MC — Qual foi a principal contribuição que a Maria Antônia trouxe para o pensamento brasileiro, na área de Filosofia?

Giannotti — Acho que a maior contribuição foi a instalação de uma pirâmide de trabalhos. Hoje há uma produção média de Filosofia para a qual a USP colaborou muito. Esta é a grande novidade. Trata-se de estabelecer uma tradição, ainda que muito envergonhada se comparada internacionalmente.

Hoje, vejo que a nossa geração da Maria Antônia acabou se nacionalizando. Em filosofia, quando se pensa num trabalho sobre Wittgenstein, temos que nos referir aos trabalhos de Campinas, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, a uma produção que está em contato entre si.

A nível internacional é muito difícil dizer no que estamos contribuindo. Porque, em primeiro lugar, a crise do pensamento filosófico é universal. A produção filosófica em geral está emperrada. Lá fora, todos nos ignoram sistematicamente. Há dois ou três professores que conseguiram entrar no *trottoir* internacional, mas, veja bem, a produção nossa é muito pequena em relação à produção americana, francesa ou inglesa. Evidentemente eles têm uma certa dose de razão em nos esquecer. Como se produz muito, só se lêem as coisas que realmente sobrevivem. E as coisas do Brasil têm sentido para nós e não para eles. Um trabalho de reflexão entre nós tem o gigantismo próprio do subdesenvolvimento.

Um tijolinho para o edifício do saber

MC — Você se referiu a uma certa ingenuidade e provincianismo no tempo da Maria Antônia. Qual o significado disso?

Giannotti — É difícil dizer o que era. É difícil falar da própria juventude. Naquela época vivíamos ingenuamente e com certa dose de provincianismo. Estávamos começando a ter contato com um mundo novo que viera com a missão francesa, a ambição era estar em Paris, e nos entusiasmava a idéia de conseguir encaixar um livrinho na *Presse Universitaire de France*. Nós acreditávamos muito na idéia iluminista de colocar um tijolinho no edifício do saber. Alguns de nós publicamos na França e o mundo não caiu.

Mas importavam o trabalho comum, a convivência nos bares. Hoje, isso quase se tornou impossível: só o nosso departamento é composto por mais de trinta professores e não há trinta cadeiras em torno de uma mesa de bar. Podíamos preparar uma geração técnica sem sermos técnicos. Mas é preciso também não esquecer que na Maria Antônia a dose de mediocridade foi muito grande. Havia muito curso ruim, muito sacador e muita incompetência. Sob esse aspecto a universidade "engrandeceu" em seus defeitos e qualidades.

O fantasma da Maria Antônia

MC — Para as gerações que se formaram pós-reforma universitária, a Maria Antônia é um momento marcante e referencial. Há, inclusive, uma certa tendência em transformá-la num fantasma.

Giannotti — A primeira coisa a fazer é acabar com o fantasma. Em segundo lugar, declarar que essa faculdade já está morta e passar para a sua reforma. Isso é necessário, porque o antigo departamento de Filosofia se dividiu, a Psicologia, por exemplo, hoje é o Instituto de Psicologia, e a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas tornou-se um conglomerado sem sentido. Cabe separá-lo. E por que não se criar um Instituto de Filosofia? Não é só uma questão formal. O importante é que o Instituto de Filosofia possa integrar departamentos próprios, aglutinando grupos de trabalhos com identidade específica.

MC — Falando em fantasmas e mitos, você estava dizendo que a geração de 68 interagiu com a sua geração de uma forma mitificada. Qual o significado desse mito?

Giannotti — De fato, a Maria Antônia consistiu numa época de muita atividade intelectual, de liberdade e muita familiaridade entre todos nós. Com a expulsão da faculdade da rua Maria Antônia, todo mundo foi para aquele *campus* inóspito, de difícil comunicação. Veio a repressão e, de certo modo, as pessoas ficaram circunscritas ao *campus* como se fosse um gueto. A cultura paulista começou a passar por outros caminhos que não a própria universidade. Essa geração experimentou uma espécie de perda do contato real com todo o movimento cultural brasileiro, que também estava fragmentado pela repressão. Chegamos a um desentendimento do país e ainda hoje sabemos muito pouco desse Brasil que emergiu da verdadeira revolução que significou 64. Quer muitos gostem ou não, 64 transformou enormemente o país. O resultado dessas mudanças é que a geração formada pela FFCL em 68 não estabeleceu um projeto intelectual próprio. São intelectuais de altíssima competência, mas sem projeto. Veja, por exemplo, a geração composta por Bento Prado, Marilena Chauí, Paulo Arantes e Rubens Rodrigues Torres Filho.

Nossa geração tinha um objetivo claro: transformar a faculdade em produtora de seus próprios quadros. Sabíamos que a rede universitária ia se expandir e que precisávamos formar uma pirâmide de produtores, com boa base de produção filosófica. Já a geração de 68 repetiu, praticamente, nosso projeto, sem conseguir uma integração em redor de certos temas básicos. O estruturalismo metodológico acabou se convertendo na fragmentação pós-moderna.

64: a faculdade virou um resíduo

MC — Mas a ditadura interrompeu muitos processos.

Giannotti — É certo. Mas veja bem: o que significa dar continuidade a um projeto, na medida que os alunos são totalmente diferentes, particularmente quando eles deixam de trabalhar para um mercado de trabalho? Nós sabíamos que nossos alunos iam ser professores universitários. Hoje não sabemos o que fazer com os alunos que estão aparecendo pela faculdade. Para muitos deles, o futuro, como filósofo, é o desemprego, ou ir trabalhar

em outras profissões. Ninguém assumiu que o público e a função da faculdade são diferentes. A atual estrutura já é uma restrição de um projeto maior, aquele da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, uma espécie de "faculdade das faculdades", que formava o "intelectual dos intelectuais". A partir de 64 houve uma perda setorizada e a faculdade virou um resíduo. Ela perdeu sua função estimuladora. A solução, a meu ver, é criar vários institutos, soltar os departamentos no espaço para encontrarem suas diferenças e acabar com essa necessidade mitológica de "estar todo mundo junto".

A continuidade do projeto de minha geração acabou prejudicando o desenvolvimento intelectual do país. É significativo que os nossos antigos alunos, professores de hoje, não souberam nos enfrentar radicalmente. Faltou-lhes agressividade e, inclusive, um contato geracional mais íntimo que lhes permitisse "matar o pai". Isso trouxe para São Paulo e para o Brasil o hábito de não haver divergência discutida, apenas insinuada. Não há confronto de posições e, quando ocorre, imediatamente é interpretado como problema pessoal.

Ora, Cruz Costa foi meu mestre e nós mantivemos "brigas" sistemáticas, dadas as diferenças de encarar a filosofia e a própria função da faculdade. Para ele, metafísica e fenomenologia eram identificadas com o fascismo dos integralistas paulistas. Alguns de nós retomamos a questão da fenomenologia e fizemos uma filosofia técnica, que para Cruz Costa era alienação. Agora veja, entre o projeto cultural de nossa geração e o de meus alunos há grande continuidade, muitos deles herdaram a abordagem estruturalista da filosofia, que foi a tônica dos anos 60.

A herança estruturalista

MC — O estruturalismo foi o principal legado de sua geração?

Giannotti — Exato. A interpretação da filosofia como um sistema fechado, o filosofar como uma relojoaria. Não estou condenando o estruturalismo, mas o considero uma etapa primeira na leitura do texto. Atualmente tenho uma relação com a História da Filosofia muito diferente daquela dos anos 60.

MC — E seus alunos?

Giannotti — Para alguns a relação deles com a História da Filosofia parou no tempo. Isso se deve a um encruamento da universidade e ao modo de produção do trabalho intelectual a que eles foram confinados. Nós ainda tínhamos a possibilidade de algum trabalho conjunto.

A universidade encruada, cozida em banho-maria

MC — Você falou de uma necessidade mitológica de "todo mundo estar junto". Isso é um resquício do "espírito da Maria Antônia"?

Giannotti — De um lado é resquício, de outro lado é uma espécie de inércia burocrática, um vício estrutural da universidade. Como a reforma universitária, a universidade de problemas encruou.

Temo que, passando esse momento de reforma possível, a universidade seja cozida em banho-maria, tornando-se uma instituição de massa, com professores massificados. Ela vai perder sua capacidade crítica e a orientação da política cultural passará para as agências financiadoras, como o CNPq, Finep e Capes. Acaba-se assim o espaço crítico do poder universitário.

A MARIA ANTÔNIA SEGUNDO MÁRIO SCHENBERG

*Entrevista de Mário Schenberg **
a Maria Cecília dos Santos
Setembro de 1986

FFCL: uma porta da esquerda na universidade

MC — Gostaria que o senhor falasse sobre a FFCL à época em que funcionou à rua Maria Antônia.

Mário Schenberg — A FFCL funcionou ali durante vários anos, mas algumas seções estavam separadas: as Ciências Naturais, a Zoologia e a Botânica. Em geral, a FFCL era considerada uma espécie de porta da esquerda dentro da universidade, ao passo que o Mackenzie era considerado um centro de extrema direita. Depois a coisa foi ficando mais carregada politicamente. Foi um período muito acidentado, sobretudo por causa dos conflitos entre os alunos do Mackenzie e da Filosofia. Foram anos muito fecundos, de debates políticos, de conferências, de discussões, até que, com a aproximação da revolução de 64, a coisa tomou formas mais violentas. O funcionamento conjunto de várias seções facilitou o contato com os colegas. Nós da Física tínhamos muita relação com o pessoal da Matemática. Cruz Costa era uma das pessoas que eu mais admirava, tínhamos uma grande amizade e muita afinidade política. Também tinha relações com o prof. Antonio Candido, Cândido da Silva Dias, que tinha sido meu colega na Politécnica. O prof. Fernando Furquim de Almeida, de quem eu divergia ideologicamente, era meu grande amigo. Veja, naquele tempo não levávamos as lutas políticas para o campo pessoal, embora o pessoal mais jovem fosse mais acalorado. Havia um enfrentamento cordial entre as várias posições políticas e filosóficas. Era realmente o que devia ser uma universidade. Depois

* Integra a primeira geração da FFCL/USP, onde licenciou-se em Ciências Matemáticas. Foi docente do departamento de Física até o expurgo em 1969. Voltou para a USP após a Anistia. Elegeu-se deputado estadual pelo PC (1946) e pelo PTB (1962), tendo sido cassado nas duas legislaturas. Escreveu: *Pensando a Física.*

vieram os conflitos, aliás uma questão geral do país, que estava num ambiente de grande tensão, o que levou aos acontecimentos de 68 e às cassações, quando fui posto para fora da faculdade. Eu sofri várias cassações e afastamentos, mas a cassação mais forte que sofri foi quando estava na Cidade Universitária da USP.

MC — Do ponto de vista político, como o senhor vê essa aglutinação? Qual a importância do espaço da Maria Antônia para a vida política do país?

Mário Schenberg — De lá saíram muitas lideranças. De certo modo era o centro da esquerda e havia várias nuanças da esquerda. Eu era ligado ao grupo comunista, que não era dos mais radicais, havia outros setores mais radicais.

O ensino de Física na FFCL

MC — E a pesquisa e o ensino de Física na FFCL, à época da rua Maria Antônia?

Mário Schenberg — Foi um período bom, muitos trabalhos. Aliás, o departamento de Física foi sempre um lugar de pesquisa muito intensa. Eu fico meio confuso com esse itinerário, porque nós da Física viemos da Brigadeiro Luís Antônio. Lembro-me que naquela ocasião até Getúlio Vargas visitou o departamento, durante uma viagem a São Paulo. Da Brigadeiro Luís Antônio viemos para a Maria Antônia. Ali predominavam as pesquisas teóricas, pois as pesquisas experimentais já estavam sendo feitas na Cidade Universitária, onde se localizava a principal instalação de pesquisa: o betatron, dirigido por Marcelo Damy. Sobretudo nesse período mais agudo dos choques já estávamos funcionando na Cidade Universitária. Aliás, era intenção da própria reitoria separar o grupo da Física, porque nós e o grupo da Matemática éramos considerados esquerdizantes. Então eles levaram o pessoal de esquerda para a Cidade Universitária. Nesse período eu realizei muitas viagens para o exterior e não pude acompanhar muito bem as coisas que se passavam. Não participei das batalhas e das trocas de bombas. Raramente estava lá à noite, quando ficava em casa desenvolvendo pesquisas teóricas, sobretudo cálculo. Eu sempre tive o hábito de trabalhar mais em casa, à noite, e quando ia à universidade era para dar aula. Sempre tive uma atividade política intensa, mas não era feita necessariamente

na área universitária. Era política partidária propriamente: fui deputado estadual pelo Partido Comunista e pelo Partido Trabalhista Brasileiro. Eu fazia política, mas era fora da Universidade. Acompanhava com atenção o processo e sempre que era necessário dava apoio aos estudantes. Mas não acho que o professor tenha muita influência política sobre os alunos, além disso acho que se deve manter as coisas mais separadas possíveis, principalmente ali na Maria Antônia, com aquele ambiente especial do Mackenzie. Por isso mantive uma posição serena e eqüidistante. Quando participava de debates políticos estava ali como indivíduo e não como professor. Quando fui deputado não estava funcionando como professor, mas como homem político. Isso não quer dizer que haja incompatibilidade de função, mas apenas manter as coisas no seu lugar para evitar excesso de dor de cabeça.

REMINISCÊNCIAS DO MEU TEMPO DE ESTUDANTE NA MARIA ANTÔNIA

Ubiratan D'Ambrosio *

Lembro-me de uma das primeiras aulas do primeiro ano do meu curso de Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo, em março de 1951, certamente a primeira aula que me causou muito impacto. Era o início da disciplina Crítica dos Princípios da Matemática, lecionada pelo prof. Fernando Furquim de Almeida. O professor, usando um avental branco cobrindo o terno escuro, gravata e em voz baixa, começou escrevendo no canto esquerdo superior do quadro-negro de uma das salas do prédio da Maria Antônia o seguinte: *Seja um n-dupla ordenada de números reais*... Era a aula de introdução aos Espaços Vetoriais. E daí o quadro foi se enchendo, com uma letra pequena, muito regular. Algo completamente novo e surpreendente. A figura do professor, formal, quase solene, me impressionou. Mesmo tendo feito um excelente colegial, tudo aquilo era novo, estranho. Terminada a aula, vem a segunda, depois a terceira, e o estilo não difere muito. Muitos usavam aventais brancos, a maioria com bastante informalidade. Uma classe cheia, com quase cem alunos. Tinha visto pouquíssimos daqueles colegas no vestibular. Depois, conversa-se com um, conversa-se com outro, aprende-se que o melhor cafezinho é o do bar da esquina da Vila Nova. Ia freqüentemente ao balcão de atendimento do departamento de Matemática, situado no prédio anexo, na rua Maria Antônia, à procura do horário, que normalmente só ficava pronto algumas semanas depois do início das aulas, o que causava, em conseqüência, uma certa irregularidade nos primeiros dias. Tudo contribuía para desfazer uma imagem

* Professor de Matemática desde 1972, Educação desde 1984 e Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário na Unicamp a partir de 1986. É membro do Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo (1986-1989) e autor de vários livros sobre Matemática pura e aplicada e educação, entre outros.

de universidade que, romanticamente, se havia formado em minha mente. Sem dúvida, tudo indicava que aquela faculdade seria diferente do que eu pensava. E, rapidamente, aprendi que, descendo as escadas, ali bem em frente da entrada do departamento de Matemática, com porta de vidro sempre fechada, estava o Grêmio. Muito barulho, muita fumaça, algumas mesas de xadrez com gente amontoada em volta e duas mesas de pingue-pongue, também com muita assistência em volta, faziam daquela sala um ambiente único. E de fato, o que ali se passava era único. Muitos indivíduos estavam jogando ou simplesmente olhando o xadrez e o pingue-pongue e não era difícil identificar professores, alguns de avental branco, alunos e, como fiquei sabendo depois, "freqüentadores" do Grêmio, isto é, alunos de outras faculdades da redondeza e indivíduos que simplesmente se inebriavam com a atmosfera do Grêmio. Acho difícil encontrar melhor palavra. Aquilo nos deixava realmente inebriados. Aqueles mesmos professores que enchiam um quadro-negro de coisas complicadas, que davam em aula a falsa impressão de mal notar a existência dos alunos, estavam ali, jogando xadrez ou pingue-pongue. Era Antonio Candido que circulava por lá; o diretor Eurípedes Simão de Paula estava, com seu vozeirão, acertando com os alunos a chopada de recepção aos calouros — esse seria nosso trote — e de repente, aparecia Abrão de Moraes, agarrava uma raqueta de pingue-pongue e ninguém conseguia tirá-lo da mesa. Com certo orgulho, e naturalmente com ar de importância, ia reconhecendo entre aqueles de avental branco um e outro que haviam me examinado no vestibular. E, timidamente, eu ia aprendendo dos veteranos quem era este, quem era aquele. O número de matemáticos e físicos que freqüentavam o Grêmio era considerável, e eles eram representados com muita distinção tanto no xadrez quanto no pingue-pongue. Naqueles primeiros dias de introdução e ambientação íamos conhecendo alguns tipos inesquecíveis. O fulano de tal, que estava matriculado há vários anos não se sabia bem em qual curso nem freqüentava as aulas, era apontado como agente do DOPS, o outro, em condições semelhantes, dizia-se que era mantido pelo Partidão; e outros, com a desenvoltura de veteranos, faziam o primeiro ano pela sétima ou oitava vez porque eram excessivamente críticos e não conseguiam aceitar a demonstração de um tal teorema fundamental e, enquanto seu critério pessoal de rigor não estivesse absolutamente satisfeito, não se apresentavam aos exames. Um outro, refugiado de guerra, havia

perdido toda a documentação e não conseguiu convencer os professores que sabia todo o programa e por isso era obrigado a se matricular anualmente no primeiro ano — e esses tipos não iam além das primeiras semanas de aulas. E ouvíamos casos e mais casos. Não havia jubilamento, e alguns desses alunos haviam até sido colegas de alguns dos nossos professores mais jovens. Normalmente, na primeira provinha (como eram chamados os exames que alguns poucos professores davam, depois de algumas semanas) esses tipos não apareciam e a classe se reduzia aos calouros e a alguns veteranos que tentavam livrar algumas dependências e que se incorporavam à turma.

Logo nos primeiros dias, o problema da bibliografia se fazia sentir. Para o curso do prof. Furquim, que tanto me impressionou, era indicada a *Geometria Analítica* de Schreier-Sperner (em alemão), e o livro que havia sido publicado recentemente, de André Lichnerowicz, sobre Álgebra Linear e Multilinear (em francês). Eram livros recentes e não era difícil encontrá-los em algumas livrarias que em pouco tempo identificávamos como as melhores para nosso curso, como a Livraria Kosmos, a Livraria Itapetininga, a Livraria Italiana, a Livraria Internacional de Arrigo Boero, onde logo fiz uma belíssima conta, a qual aumentava a cada mês. Pagava um tanto e levava quase o dobro em novos livros. E um dia nos contaram, creio que foi Abrão de Moraes, que a Encyclopædia Britannica — que não era uma loja propriamente dita — importava livros americanos com um dólar preferencial, abaixo do dólar oficial, e ainda parcelava sem juros. Esse foi o início de minha boa biblioteca. Muitas vezes, eu e meus colegas passávamos a manhã, depois de uma aula às 8 horas, explorando livrarias e terminando num almoço na Salada Paulista antes de voltarmos para uma aula às 13 horas. Tínhamos muitos *buracos* no nosso horário, o que foi fundamental para consolidar a amizade e a solidariedade da turma. Papos e mais papos era algo que se incorporava como uma necessidade no nosso dia-a-dia. Terminado o dia de aula, voltar para casa na Barra Funda, a pé, era uma oportunidade de ter a companhia de Gerhard Bund, que me dava grandes aulas de filosofia alemã. No caminho era freqüente uma parada para um chope e ia chegando em casa só pela meia-noite, com a cabeça cheia de idéias e dúvidas. Voltemos à bibliografia. Benedito Castrucci, catedrático de Geometria Analítica, Projetiva e Descritiva, tinha suas apostilas — de fato eram livros, cuidadosos, mas impressos em mimeógrafo ou *offset*,

numa edição preliminar, mais barata. Elza Gomide, responsável por Análise Matemática I (Cálculo Diferencial e Integral), que todos sentiam ser a disciplina básica do curso e que mais tarde eu reconheceria como a espinha dorsal do meu curso de bacharelado, indicava as apostilas (também livros com uma impressão mais barata) de Omar Catunda e alguns textos auxiliares. Impressionou-me, e me apaixonei por ele, o *Pure Mathematics*, de G. H. Hardy, recomendado por ela. As aulas de Elza Gomide eram precisas, muito bem preparadas, inspiradas e na exata medida do quão profundo deve ser um primeiro tratamento de Cálculo. Sem dúvida, foi um dos pontos altos de minha iniciação à Matemática e decisivo no início de minha carreira docente, alguns anos depois. As notas de suas aulas, que eu conseguia tomar com bastante cuidado, as conservo até hoje e me serviram, como disse acima, de modelo de como deveria ser um primeiro curso de Análise Matemática. Muitos que me viram lecionando dizem que minhas aulas refletem seu estilo. Sua primeira aula, no dia 28 de março de 1951, se iniciou falando de números inteiros naturais e terminou com a demonstração do teorema de Bolzano-Weierstrass sobre a existência de pontos de acumulação. Na última aula do semestre, dia 1.º de junho, estávamos fazendo integração de produtos de potências de funções trigonométricas. Tínhamos poucas aulas. Sempre havia uma greve ou alguma interrupção, Semana Santa e Semana da Pátria. No primeiro semestre de 1951, tivemos a disciplina básica, Análise Matemática I, um total de dezesseis aulas. Se bem me lembro, as aulas desse curso eram duplas. Isso era comum. As aulas eram densas e, quase sem exceção, muito bem preparadas. Lembro-me de um curso de quarto ano, Análise Funcional, oferecido pelo prof. Edison Farah em 1954, que teve durante todo o ano menos de vinte aulas. Não costumávamos usar a palavra disciplina. Eram chamados cursos e, de fato, eram unidades completas, tratando um certo tema. No curso de Análise Funcional, Farah seguia de perto a estrutura do livro *Leçons d'Analyse Fonctionelle*, de F. Riesz e B. Nagy, uma obra então muito recente e muito prestigiada, e seu curso cobriu a primeira parte do livro. No decorrer de uma aula ele enveredou para uma demonstração diferente do teorema de Riesz que, segundo disse, havia pensado algumas horas antes da aula. Apresentou-nos a demonstração, todo entusiasmado, pois era muito mais simples que aquela apresentada pelo próprio Riesz no seu texto. De fato, era simples. Mas não estava correta. Nenhum dos que

assistiam à aula notou. Era freqüente nas aulas de terceiro e quarto ano, às vezes até do segundo ano, a presença de professores do departamento. Muitos desses cursos eram de natureza monográfica, seguindo um texto bem recente, sempre trazendo novidades, e os colegas se beneficiavam dessa atualização permanente. Freqüentemente, havia professores e alunos de outros cursos. Assim, tivemos em algumas disciplinas, e dentre elas as do prof. Farah, José Arthur Giannotti como nosso colega. Também Nelson Onuchic, do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, hoje professor emérito do Instituto de Ciências Matemáticas, de São Carlos, da Universidade de São Paulo, freqüentava esses cursos. Sua noiva, Lourdes de La Rosa, hoje professora do mesmo Instituto, era aluna regular da mesma turma. Não eram poucos os pares que viriam a se casar. Bem, voltando ao teorema de Riesz na versão tentada por Farah, todos aceitaram sua demonstração simplificada. Três ou quatro aulas depois, ele retoma a demonstração e mostra que, numa determinada passagem, havia cometido um erro. Era algo muito sutil, mas que invalidava sua demonstração. Desculpou-se e deu a versão do próprio Riesz; mais complicada, mas correta. Esse nível de honestidade científica, de humildade que caracteriza o verdadeiro intelectual, e de seriedade na sua docência, predominava na Maria Antônia. O caso relatado acima não é excepcional. Era comum um professor abandonar suas notas, normalmente bem preparadas, e enveredar num processo criativo durante a aula. Claramente, estavam ali porque viviam aquilo que estavam ensinando, criavam perante seus alunos e, sem acanhamento, criticavam e anulavam algo que estavam tentando fazer. *Não, assim não dá certo. Vamos tentar de outro modo* ou *Isso eu não sei, vamos perguntar para o fulano* era algo que se ouvia com freqüência. Uma pergunta ou um problema proposto a um professor era algo que ia para casa com ele, e dias, às vezes semanas depois, vinha uma satisfação, com a solução ou uma confissão de não ter conseguido. Retomar uma linha de raciocínio uma, duas semanas depois, era também algo comum. Aula era algo levado a sério, trazido de casa para a faculdade e da faculdade para casa. Era um envolvimento total do professor com seus alunos e com sua missão. Docência e pesquisa era algo que se fazia em simbiose. E isso praticamente sem exceção. Esse era o comportamento normal daqueles doze ou treze professores que constituíam o departamento de Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Maria Antônia. Todos eles estavam,

com a mesma intensidade, envolvidos na nossa formação. Com duas ou três exceções, todos estavam em tempo integral. Benedito Castrucci era professor também na Poli e Fernando Furquim de Almeida, na PUC, e acho que eram as únicas exceções. Mas efetivamente estavam lá o tempo todo e poderiam ser considerados tempo integral por qualquer padrão que adotamos hoje. Como alunos, nossa vida, a partir do segundo semestre do primeiro ano, passou a girar em torno da faculdade. Mesmo na Semana Santa, Semana da Pátria e nas férias, vivíamos no departamento. Em pouco tempo, a turma se reduziu a um núcleo de uns 5 ou 6 alunos de Matemática e outros tantos de Física (até o segundo ano os cursos eram os mesmos e no terceiro ano tínhamos três disciplinas em comum) e praticamente passávamos o dia todo na faculdade. Mário Schenberg insistia em dar suas aulas a partir das dezoito ou dezenove horas. Nunca se sabia a que horas ele ia terminar. Alguns outros professores insistiam em começar as aulas bem cedo. Assim, tínhamos umas aulas no período da manhã e às vezes ficávamos o dia todo esperando essas aulas quase noturnas de Schenberg. Valia a espera, ninguém se queixava. Schenberg criava perante a classe. Era mais prático ficarmos por lá. Logo nos era permitido entrar no departamento, onde estava a biblioteca, e circular por entre livros e revistas. Era uma biblioteca excelente em livros mais antigos e em coleções de revistas. Os livros mais recentes normalmente nos chegavam às mãos através de cópias pessoais dos professores e circulavam entre os colegas e entre os alunos. Tínhamos também muitas revistas recentes. Luís Henrique Jacy Monteiro, como secretário da Sociedade de Matemática de São Paulo, dedicava-se de corpo e alma a produzir regularmente os boletins da Sociedade e a estabelecer um perfeito sistema de intercâmbio. Assim tínhamos, praticamente sem custo, uma biblioteca atualizada, com as principais revistas matemáticas vindas de todo o mundo. Tudo muito bem organizado, catalogadas com o esmero que caracterizava Jacy Monteiro e que se refletia também nas suas excelentes aulas. Nossa biblioteca era um foco de atração para os alunos que estavam curiosos e à procura de coisas novas, já procurando se envolver com pesquisa, procurando uma linha de trabalho. Jacy Monteiro era também uma das figuras de proa do Grêmio, igualmente no xadrez, no pingue-pongue e no chope e outros tantos álcoois (introduziu-me ao *cognac* com tônica!). Eram horas e horas que passávamos entre o departamento e o Grêmio. Fre-

qüentar a biblioteca era fundamental sob muitos aspectos. Sempre um bom cafezinho, ouvindo histórias e *fofocas* de dona Juracy e de dona Hermelinda, as secretárias do departamento. Sempre sabendo tudo de todos, elas iam introduzindo os alunos à intimidade daquele grupo. Falavam de nomes que para nós eram quase lendários, grandes matemáticos que haviam lecionado ou visitado o departamento. Ouvíamos falar como eram André Veil, Jean Dieudonne, Alexandre Grothendieck e outros tantos nomes do estrelato matemático internacional. Falavam dessa gente como indivíduos, de suas idiossincrasias e de seus comportamentos. E isto incluía nossos professores do departamento, dos mais velhos (então na faixa dos 40) aos mais jovens. Fulano e sicrano brigaram há uns dois anos por causa disso ou daquilo; esse é amigo íntimo daquele, e assim por diante. Nossos professores se tornavam mais humanos perante nossos olhos e nos tratavam reciprocamente. Esse tipo de relacionamento é essencial nos anos críticos em que definimos nossa postura intelectual. Nossos professores eram todos respeitados por nós como cientistas, professores conscientes e como amigos. Passavam, como nós, por momentos de tensão. No meu período da Maria Antônia, quatro dos cinco catedráticos prestaram concurso. Somente Omar Catunda já havia prestado seu concurso de cátedra. Os demais, Benedito Castrucci, Cândido Lima de Silva Dias, Edison Farah e Fernando Furquim de Almeida haviam feito doutorado e livre-docência e estavam terminando suas teses de cátedra. Acompanhávamos pesquisas e preparação para o concurso, que culminavam com as defesas de tese. Todas essas defesas foram excelentes oportunidades para assistirmos às discussões avançadas, algumas até polêmicas, o que nos levava a nos interessarmos por temas novos, fora dos programas específicos das disciplinas. Assistir à defesa de tese era parte integrante de nossa formação e íamos a quase todas, de Filosofia, Geografia, Letras, História e Química. Tínhamos oportunidade de ouvir e discutir uma variedade enorme de assuntos, conhecer os grandes nomes da intelectualidade brasileira, vindos de outras universidades, de todo o Brasil, para comporem as bancas. Assim, íamos avançando em idéias novas e tendo a oportunidade de enveredar por novos caminhos de busca intelectual. Íamos muito além de nossa especialidade e a isso éramos estimulados pelos próprios professores do curso. Os concursos também chegavam perto de nós. Quando ainda estávamos no terceiro ano, Iracema Martin, que havia feito o Curso Normal,

pôde se inscrever no concurso de professor secundário na Secretaria da Educação. Todos nós acompanhamos sua preparação para os exames, que constavam de provas teóricas de erudição, provas de problema, provas práticas, todas individualizadas (lembrava um pouco a estrutura do concurso de livre-docência!). Estávamos emocionalmente envolvidos, e sua aprovação, brilhante como era de se prever, foi uma alegria geral. Era como se todos nós estivéssemos nos apresentando a concurso.

O problema de espaço físico na Maria Antônia era crítico. O departamento não tinha espaço para nos acomodar. Eram apenas quatro salas acanhadas para cerca de uma dúzia de professores, com estantes por todo lado. Na salinha do fundo, ficavam Cândido Lima da Silva Dias, Jacy Monteiro e as revistas e fichários da Sociedade de Matemática de São Paulo. Até uma pequena gráfica, com mimeógrafo, funcionava nesse departamento. Embora recorrêssemos muito ao Grêmio, estudar lá era impossível. Sempre aparecia alguém puxando outro assunto, normalmente política, e o que planejávamos estudar ficava para depois. Às vezes recorríamos à biblioteca da Faculdade de Ciências Econômicas, na rua Dr. Vila Nova, ambiente tranqüilo e mais amplo que nosso departamento. Mas o ideal mesmo era ficar no departamento e assim conseguimos, com muita pressão, que uma das salinhas de aula, que tinha no máximo três metros por três, fosse reservada para os alunos, ali na mesma ala do departamento, com janela para a Maria Antônia. E ali passamos praticamente o dia-a-dia de quatro anos de nossas vidas. Com a chegada de Moisés Nussenzweig no segundo ano, pois ele havia estado cursando na França, em 1951, o equivalente ao nosso primeiro ano, gerou-se um interesse por teatro, e nossa salinha passou a ser uma verdadeira oficina de leitura de peças. A mesma sala era usada para algumas conferências e para os exames orais. Com pouquíssimas exceções, todos os exames eram orais, com hora e dia marcados individualmente. Não havia, salvo para algumas disciplinas, dias de provas. Havia um período de exames, normalmente os meses de junho e dezembro, mas que freqüentemente se ampliava até agosto e no fim do ano até janeiro e mesmo fevereiro. Os alunos marcavam o dia de exame de comum acordo com o professor e, num *tête-a-tête*, que às vezes se prolongava por até duas horas, éramos examinados. Eram sempre experiências humanas positivas. Às vezes, ficava claro o despreparo do aluno e simplesmente se marcava uma nova entrevista para o tal exame. Havia casos de

se marcar uma terceira ou até quarta vez. Lembro-me de uma vez ter feito um exame de junho somente em outubro. Tinha acanhamento de me apresentar ao exame sem estar devidamente preparado.

Nossa vida girava em torno da salinha, do departamento e do grêmio. Nos primeiro e segundo anos os cursos de Matemática e Física eram comuns. Nesses primeiros anos freqüentávamos pouco o departamento de Física, que ficava no 4.º andar do prédio principal. Os laboratórios que fazíamos estavam num prédio antigo da av. Brigadeiro Luís Antônio. Ali passávamos, um dia por semana, nos laboratórios do porão. Logo ao final do primeiro ano e durante todo o segundo, passávamos a ir um dia por semana ao Butantã, no que viria a ser a Cidade Universitária. Um ônibus nos levava de manhã e ficávamos *prisioneiros* durante todo o dia até a tarde, quando o ônibus vinha nos recolher. Era no meio de nada, com umas estradas barrentas. Atravessar aquilo quando chovia era uma tarefa de trator. De volta à cidade era freqüente acabarmos o dia num cinema ou numa choperia. Guanabara, Franciscano eram os favoritos, e em dias especiais íamos ao Brahma, na esquina da Ipiranga com a São João, onde por alguns anos, após a formatura, continuamos a nos reunir. Muitas vezes era esse também o final de um dia de Maria Antônia. Após uma aula tardia de Mário Schenberg a cabeça estava em tal agitação que um chope era absolutamente essencial para refrescar as idéias e passar para discussões sobre arte, política, ciência e literatura. O ambiente nos estimulava e conduzia às reflexões mais variadas. Mas voltemos às recordações do Butantã. Estava-se instalando o Betatron e as experiências do curso de Eletricidade se faziam no prédio do Betatron. Os alunos do curso de Física (os *físicos*, como os chamávamos) se envolviam com os detalhes operacionais do acelerador, e os *matemáticos* tinham igual oportunidade. De fato, alguns colegas decidiram se transferir do curso de Matemática para o de Física. O segundo ano era crítico para essas definições. As aulas de Física Geral e Experimental ainda eram dadas na Maria Antônia, e Marcelo Damy de Souza Santos, o professor titular. Freqüentemente de gravata-borboleta, trazia suas aulas escritas num livrão preto, como um livro de atas. As aulas eram sempre muito bem estruturadas, com uma letra regular no quadro-negro, utilizando giz colorido; sua presença no laboratório era absolutamente integrada às suas aulas. Algumas vezes, José Goldemberg, precedido de muito pres-

tígio por sua estada em Saskatchewam, o substituiu. Shigueo Watanabe, sempre muito acessível, com aulas interessantes e muito bem organizadas, nos deu o curso de Mecânica Racional no segundo ano. Assim, nosso contato com o departamento de Física se estreitava e nos levava com mais freqüência ao 4.º andar. O elevador era pequeno, sempre ocupado, e subir pelas escadas não era pesado. E assim nos envolvíamos com os demais andares do prédio. Odilon Nogueira de Mattos, que era secretário da faculdade, estava sempre disponível e era comum uma parada na diretoria para pedir isto ou aquilo do dr. Eurípedes. Sempre de portas abertas, a sala de Eurípedes era um lugar de onde se saía satisfeito. Difícil ter algo negado. Sua dedicação à faculdade era total, suas sugestões fluíam generosamente. Quando em 1952 resolvemos, os alunos de Matemática e Física, que deveríamos ter uma revista, a idéia pegou fogo. Consultamos os professores e o apoio foi imediato. Imediatamente ofereceram artigos e daí nasceu *Notas de Matemática e Física*. Tive a honra de ser designado diretor da redação por meus colegas e contávamos com todos os catedráticos dos departamentos de Matemática e Física no corpo consultivo. O n.º 1, com uma tiragem de quinhentos exemplares, teve sua impressão terminada no dia 25 de julho de 1953, na seção gráfica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo. Era simplesmente uma iniciativa de alunos, mas o respaldo dos professores foi total. Omar Catunda deu mais que respaldo. Aderiu à idéia com entusiasmo, orientou-nos quanto ao que seria um nível adequado para uma tal publicação, e ajudou a convencer seus colegas e mesmo a levantar fundos entre eles. A montagem da revista não foi muito difícil. O próprio Catunda prometeu um artigo, David Bohm, então professor do departamento de Física, prometeu um outro e com outras contribuições asseguradas até para números subseqüentes, a revista estava pronta... desde que pudesse ser impressa. Foi quando Eurípedes Simões de Paula pôs à nossa disposição a gráfica da faculdade, normalmente sobrecarregada. Mas era necessário que comprássemos as matrizes e entregássemos tudo datilografado, pronto para impressão, para a gráfica. Doações dos professores e dos próprios alunos permitiram comprar as matrizes e saiu o n.º 1, com artigos de Omar Catunda, David Bohm, Edison Farah, Rômulo Ribeiro Pieroni, Herch Moisés Nussenzweig, Ubiratan D'Ambrosio e Klaus Tauski e mais uma seção de problemas e outra de notícias e comen-

tários. Dois outros números da revista foram publicados, e ela parou. Não é difícil explicar por quê. Enquanto juntos, naqueles quatro anos de convivência, podíamos fazer milagres. Estávamos integralmente dedicados a uma aventura intelectual coletiva. Nossa carreira era nossa convivência e nossa colaboração. Depois, cada um seguiu seu caminho, alguns prestando concurso e indo para o interior, outros iniciando a carreira acadêmica, e o grupo se desfez. Em geral, as amizades continuam; algumas esfriaram e outras se intensificaram, mas, da obra coletiva que se iniciou com a revista, ficou a experiência, altamente positiva.

As primeiras semanas do curso eram naturalmente dominadas por uma certa insegurança, incerteza sobre se estávamos indo bem, se seríamos capazes de continuar. O acúmulo de matéria nova, de exercícios para entregar e a proximidade das provas passavam a ser preocupações. Aos poucos, mas razoavelmente rápido, fui percebendo que havia, em ser aluno da Maria Antônia, muito mais do que fazer um curso de Matemática. Havia de tudo, áreas as mais esotéricas convivendo com algo essencialmente imediato, como as licenciaturas; tipos dos mais brilhantes, preocupações com temas culturais remotos e ao mesmo tempo uma permanente crítica e alerta para com os tropeços institucionais que se acumulavam no início dos anos 50. Uma eleição que se preparava, a volta de Getúlio Vargas era algo previsível, Juan Perón falava em linguagem muitas vezes atrativa para nacionalistas ingênuos; e amigos, críticos muito profundos como Almerindo Marques Bastos, alertavam os colegas. Vivia-se na Maria Antônia a essência de uma universidade. O rigor na investigação e na busca de conhecimento estava presente em todas as oportunidades, como bem destacam os episódios de sala de aula que relembrei. O interesse amplo por assuntos os mais variados, desde filosofia e história, até religião e teatro, estavam presentes e constituíam a atmosfera intelectual da nossa salinha e de nossas excursões pela cidade, pelos museus e livrarias, pelas choperias, e no Grêmio o momento político era analisado, sondado e mesmo construído. Nossas assembléias ofereciam um fórum de debates de um nível hoje raro nas reuniões universitárias. Sem corporativismo, numa busca franca, inteligente e apaixonada de um lugar para aquela universidade total na nova sociedade brasileira que se estava moldando, despontavam algumas das figuras que hoje constituem o melhor em nosso panorama político. Realizar, concretizar algo como resultado de um esforço coletivo,

da colaboração dedicada e desinteressada de um grupo de indivíduos, era comum, como mostra o episódio de criação da revista. Com a formatura e a dispersão da turma pelo Estado, algumas das obras conjuntas foram interrompidas, outras não passaram de intenções. Ficaram a riquíssima experiência do realizado e o hábito da busca honesta, rigorosa e insistente, de conhecimento. A solidariedade nessa busca, associada ao respeito nas divergências, permanece viva na minha imagem. Não havia espaço para intransigência e prepotência, não havia oportunidade para a intolerância se manifestar, o obsoleto não era defendido por ser mais seguro e o novo não era temido. Esse era o espírito da Maria Antônia que absorvi e que ficou, que sinto vivo e que me fazia voltar constantemente a ela. Após a formatura fui contratado como instrutor pela Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo, uma experiência universitária combatida, quase rejeitada pelos setores conservadores da universidade e, de lá, transferi-me para a recém-fundada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, também parte de uma nova experiência universitária no Estado de São Paulo, igualmente criticada, quase impedida e discriminada pelos setores conservadores da Universidade de São Paulo. O argumento, então usado e hoje ainda freqüentemente utilizado, é que eram produto de uma intenção demagógica do governo, que jamais atingiriam um nível universitário adequado, e outras tantas suposições negativas destinadas a bloquear o experimento de se levar a academia a setores menos favorecidos da população, e distantes, no interior. A resposta positiva, esclarecida, veio da Maria Antônia que, imediatamente, se dispôs a colaborar com as novas faculdades e se incorporou a essas novas experiências universitárias. Nós, dos institutos isolados, levamos ao interior o espírito da Maria Antônia. E ali continuou a florescer o espírito de curiosidade e busca intelectual que emanava da Maria Antônia. Um dia por semana eu me dedicava à Maria Antônia. Com uma caderneta quilométrica comprada com meu salário minguado (não havia Fapesp nem CNPq — pesquisa era financiada pelo próprio pesquisador), fazia semanalmente o percurso de São Carlos, e depois Rio Claro, a São Paulo, e passava o dia aproveitando o ambiente da Maria Antônia. Sempre havia um curso novo, sempre novidades. Era Alexandre A. Martins Rodrigues voltando dos Estados Unidos, Carlos B. de Lyra voltando da França, e muitos visitantes oferecendo os cursos mais atualizados, o que

havia de mais recente em Matemática. Um dia por semana, era dedicado à Maria Antônia, para me manter na corrente dos avanços em Matemática e aprimorar um perfil intelectual esculpido nos inesquecíveis anos de aluno da Faculdade de Filosofia.

Em 1964 fui para os Estados Unidos e li pelos jornais a brutalização da Maria Antônia. Foi uma dor profunda, no meio de tantas outras que acompanhavam as notícias vindas do Brasil. Mas, afinal, seria apenas a destruição do prédio, não do espírito. Em 1972 voltei para o Brasil, para a UNICAMP, e desde então estou procurando, nos novos endereços, o espírito da Maria Antônia.

AS FILOSOFIAS DA MARIA ANTÔNIA (1956-1959) NA MEMÓRIA DE UM EX-ALUNO

Bento Prado Junior *

Para minha colega Eneida

I

Que o título acima não engane o leitor, pondo-o na expectativa de uma análise do ensino e da produção de filosofia na antiga FFCL da USP, no final da década de 50. Para tal tarefa, é indispensável um *olhar historiador* ou uma consciência das circunstâncias sociais da instituição e da prática universitárias, que certamente me faltam. Trata-se, para mim, de restituir *minha experiência* ou minha memória daqueles anos, numa narrativa muito mais impressionista do que analítica.

Narrativa que talvez não seja inútil à análise histórica se, como acredito, puder introduzir alguns matizes na memória geral daquele período. É assim, por exemplo, que há dois anos, depois de uma mesa-redonda consagrada à filosofia da Maria Antônia (da qual participei, ao lado de Giannotti, Porchat e Paulo Arantes), Francis Wolf não pôde deixar de manifestar alguma perplexidade: e o que o espantava não era, *et pour cause*, a hegemonia da filosofia francesa em nossa escola, mas a *parcialidade* dessa vinculação. Ou seja, a presença quase exclusiva da historiografia "estrutural" (Guéroult e Goldschmidt) como modelo da filosofia francesa, dificilmente compreensível para um francês quase contemporâneo do período.

De fato, os jovens professores da década de 60 (Giannotti, Porchat, Ruy Fausto e eu mesmo) passamos todos por Rennes, onde fomos alunos de Victor Goldschmidt — mas também de Gilles-Gaston Granger. É certo, ainda, que o privilégio da análise

* Formado pela FFCL/USP em 1959, é professor de Filosofia na Universidade Federal de São Carlos, SP. Entre outros, escreveu: *Filosofia e Comportamento* e *Filosofia e a Visão do Mundo*.

estrutural dos textos clássicos nos parecia *instrumento pedagógico* essencial (opinião, aliás, que até agora me parece sensata). Mais ainda, é incontestável que essa escolha *técnica* estava ligada a uma interpretação realista da situação brasileira da filosofia, bem como a um projeto pedagógico-crítico geral a ela adequado, como já foi mostrado por Paulo Arantes. Programa pedagógico-crítico, portanto, cuja primeira formulação foi descoberta por Paulo Arantes num antigo ensaio programático de Jean Maugüé, que partia do reconhecimento lúcido da rarefação da cultura nacional e das armadilhas que arma contra o espírito especulativo e "filosofante". É, aliás, o que dizia, com todas as letras, Lívio Teixeira em *Quelques considérations sur la philosophie et l'étude de l'histoire de la philosophie au Brésil*, em livro oferecido a Martial Guéroult, em 1964, quando sublinhava o interesse suplementar e inesperado (do ponto de vista francês) que o método estrutural assumia nos nossos alegres trópicos:

> "Au delà de l'importance des travaux de M. Guéroult pour la rénovation des études d'histoire de la philosophie en Europe, ils ont pour nous, au Brésil, une signification de plus: leur méthode historique est une invitation à la discipline de la pensée philosophique qui nous fait défaut si fréquemment. On pourra acquérir cette discipline, justement par l'effort qui consiste à vérifier rigouresement dans les grands systèmes philosophiques, ce qu'est 'l'ordre des raisons'. Et pour corriger les prétentions nationalistes qui surgissent à présent au Brésil, il faut qu'on se souvienne, encore une fois, que l'histoire de la philosophie est condition de la philosophie elle-même" (*in Études sur l'Histoire de la Philosophie, en Hommage à Martial Guéroult*, Lib. Fischbacher, Paris, p. 211).

O treinamento escolar da análise de texto aparecia espontaneamente, não só como instrumento de ascese, mas também como *arma* no combate à geléia geral ideológica dominante no país.

É verdade ainda que, na mesma década de 60, muito se discutia sobre o famoso método estrutural (Porchat, Ruy Fausto etc.). Mas, na realidade, só restou *um* documento que possa ser considerado verdadeiramente "estrutural", no sentido de aprofundar os efeitos *propriamente filosóficos* da concepção guéroltiana-goldschmidtiana do método. Refiro-me a *O Conflito das Filosofias*, de Oswaldo Porchat, aula inaugural do curso de Filoso-

fia, proferida em 1968 e publicada treze anos depois em *Filosofia e Visão Comum do Mundo*.

Exceto no caso desse texto de Porchat (que logo romperia, se não com o método, pelo menos com a "filosofia" estrutural), o famoso estruturalismo foi muito mais uma "ideologia" do departamento de Filosofia do que a inspiração mais funda de seus vários componentes. Pelo contrário, por sob uma aparente uniformidade metodológica e estilística, grande era a diversidade de temas e estilos, que justifica o plural empregado no título desta tentativa de rememoração.

II

Retornemos no tempo, para tentar descrever — de maneira conscientemente impressionista, repito — como aparecia a atmosfera do curso de Filosofia, para o jovem aluno que nela ingressava trinta anos atrás.

Obviamente, essa atmosfera só podia aparecer-lhe deformada por suas idiossincrasias, isto é, por sua relação subjetiva, abstrata e contraditória com a filosofia, determinada por sua experiência pré-universitária. Relação com a filosofia fixada, na realidade, por várias instâncias díspares. Em primeiro lugar, uma curta militância estudantil, na Juventude Comunista (o primeiro texto "filosófico" que li, em minha vida, foi o *Princípios do marxismo-leninismo*, ou título semelhante, de Stálin) e, a seguir, na Juventude Socialista, onde vim a conhecer futuros colegas, como Roberto Schwarz, Paul Singer, Maurício Tragtemberg, Leôncio Martins Rodrigues, entre outros. Em segundo, os estudos de filosofia no Colégio Bandeirantes, tendo como professor João Eduardo Villalobos, de quem assisti dois anos de curso de filosofia grega (onde não faltavam as análises de texto que iria reencontrar mais tarde na Maria Antônia, e que me marcavam com o selo da Casa, antes de meu acesso a ela). Em terceiro, a convivência contínua com a boêmia intelectual e artística (onde predominava a gente do teatro) centrada na Biblioteca Municipal, onde facilmente se incendiavam as "imaginações teóricas" e eram mimetizadas todas as vanguardas, do pensamento, da arte e da política. E, *the last but not thé least*, a atmosfera familiar, marcada pela figura do pai, professor por vocação antes de sê-lo por necessidade, leitor constante de Pascal, poeta, latinista, aluno de

Quine quando de sua estada no Brasil, que gostava de dar aulas de matemática e análise literária a seus filhos.

Com elementos assim díspares, o secundarista constituía uma mitologia privada — uma espécie de *patchwork* ideológico, que superpunha os eixos da poesia, da política e da filosofia. Nesse esdrúxulo panteão, davam-se as mãos Carlos Drummond de Andrade, Rilke, Sartre, Camus, Trotsky e os anarquistas (*sic*) espanhóis remanescentes em São Paulo, e que íamos visitar em suas comemorações da Guerra da Espanha. Tratava-se, na realidade, de uma ideologia que poderia ser caracterizada como *esquerdismo literário-transcendental*, que só tolerava flertar com o marxismo à distância, e ostentava horror tanto pelo stalinismo quanto pelo naturalismo ou pelo cientificismo da dialética da natureza, interpretados como duas manifestações patológicas de um mesmo equívoco metafísico fundamental. Horror que se exprimia bem na mania que tínhamos de ler, em voz alta para maior divertimento, verbetes do *Dicionário de Filosofia da Academia de Ciências da URSS*, como o consagrado ao caráter burguês e idealista da física de Einstein, assim como no entusiasmo com que afirmávamos a superioridade literária de Proust e de Kafka sobre o romance soviético do realismo socialista (nem tudo era delírio no esquerdismo da época, já que, então, a maioria da esquerda tinha *opiniões* estéticas e epistemológicas muito diferentes).

III

É claro que, com essa pré-história, a primeira impressão do recém-ingresso na faculdade será a dolorosa limitação da impaciência da imaginação ideológica. Um modelo muito diferente opunha-se ao da inteligência boêmia — um professor, mais exigente que os demais, por exemplo, propunha oito horas como tempo *mínimo* a ser consagrado diariamente à leitura. De qualquer maneira, a cabeça autodidata tinha de submeter-se à disciplina da Academia, que se exprimia num discurso (comum a toda a Maria Antônia) balizado por categorias como a do "chutador", "picareta", contrapostas às categorias da modéstia, da pertinácia (bibliografias exaustivas e "fichamentos" monumentais) e outros tantos valores ascéticos. Havia, na verdade, uma atmosfera difusa e geral de "tecnicismo", no sentido do elogio de um estilo seco e analítico e da desqualificação de qualquer forma de ensaísmo,

do qual o curso de filosofia escapava parcialmente, como veremos, graças ao jeito pessoal de João Cruz Costa e à diversidade estilística de seu reduzido corpo docente (uma espécie de neotecnicismo faria carreira, mais tarde, no departamento, com os "jovens turcos", como Cruz Costa denominava a nova geração de professores).

No ambiente próprio do curso de Filosofia (sempre um pouco diferente), esse ascetismo teórico — ou essa briga com a especulação desinformada e irresponsável — era colorido pelo estilo de Cruz Costa. Nada "estruturalista" (pelo contrário, atento ao horizonte social da reflexão filosófica), ele endossava plenamente o programa acima aludido: antes de mergulhar nos arcanos do Ser, cabe familiarizar-nos com a obra dos filósofos. Mas, a esse princípio estratégico geral, somava-se, essencial, algo como um ceticismo ou como uma sensibilidade extrema para as diversas formas da "ilusão filosófica", principalmente aquelas de teor "espiritual", que servem de amparo à mente conservadora. Historiador das idéias no Brasil, teve a guiá-lo em sua obra uma espécie de faro infalível para localizar o ridículo das aspirações dogmático-metafísicas na produção filosófica nacional.

Mas esse estilo essencialmente irônico ou crítico de Cruz Costa (que não se manifestava só no andamento ondulante de sua escrita primorosa de ensaísta, como na sua arte de *causeur* incomparável — talvez um pouco à maneira cética de Montaigne), não transparecia imediatamente para seus alunos de 1956, em grande parte por cegueira destes, um pouco pela natureza do ensino acadêmico, a que o ensaísta só pode adaptar-se com uma certa dificuldade. De fato, o que era mais evidente para nós era uma espécie de *escolha* de autores dignos de estudo, e que não privilegiava nossa imediata contemporaneidade ou as obsessões de nossa imaginação. Brunschwicg — o mestre de Cruz Costa em sua passagem pela França — dizia pouco a nossos corações literário-político-metafísicos. Lalande, *de même*. Some-se a isso a desconfiança que Cruz Costa jamais deixou de nutrir em relação à tradição da fenomenologia (fundada, é bem verdade, no fato inegável de que a linguagem da fenomenologia havia sido apropriada ideologicamente, no Brasil, pelo pensamento de direita). Ou ainda, a estrita francofilia de nosso professor, que afirmava, *cum grano salis* (é claro), que, com exceção de Antonio Candido, não conhecia ninguém que tivesse aprendido bem a língua alemã, sem perder algo de seu *Gemeinsinn*. Tratava-se de uma má

vontade teórica dificilmente compreensível para aqueles que se haviam aproximado da fenomenologia alemã *através de sua versão francesa de esquerda*. Daí o jovem primeiranista declarar-se *heideggeriano de esquerda* a um discípulo marxista de Cruz Costa; era, é claro, provocação, já que para Rodolfo Azzi (o discípulo em questão), até mesmo o autor de *História e Consciência de Classe* era suspeito de pouco materialismo e de racionalismo duvidoso.

Não era fácil, assim, com nosso viés de origem, localizar desde o início o interesse e o estilo da obra de Cruz Costa. A inimizade pelo positivismo ajudava muito a incompreensão (só recentemente vim a descobrir e ler, com prazer, por exemplo, os textos de um Carnap). O cuidado *histórico* de Cruz Costa pelo positivismo no Brasil era facilmente confundido com *profissão de fé*, num incrível mal-entendido dos alunos.

Muitos anos depois (1968), convidado por uma revista italiana a escrever sobre a filosofia brasileira, atravessei a *Contribuição à História das Idéias no Brasil*, de meu professor, bem como o também volumoso *Ideologia e Consciência Nacional*, de Álvaro Vieira Pinto. Mesmo então, minha leitura de Cruz Costa não estava livre de todo viés. Não era mais uma vaga metafísica da subjetividade (a transparência absoluta do *pour-soi* etc.) que se interpunha como "obstáculo epistemológico", mas uma nova ideologia, sempre *gauchista*, mas agora *estruturalista*. Algumas razões conspiravam na sedimentação desse novo obstáculo. O radicalismo político de 68 (depois do Maio francês, e do Junho da Maria Antônia) não podia ver com simpatia total o que aparecia como "nacionalismo", tanto no caso de Cruz Costa, como no de Vieira Pinto (embora o primeiro, por sua natureza historiográfica, fosse mais compreensível do que o segundo, de índole francamente especulativa). Mas era sobretudo uma concepção "continuísta" da história das idéias que se chocava com o espírito do tempo, fascinado pelas idéias de *corte*, *ruptura* e *revolução* (embora Feyerabend ainda não estivesse na moda, com o curto-circuito — demasiadamente curto — que opera entre anarquismo e epistemologia). Assim como a continuidade imaginária da história das idéias esconde as revoluções epistêmicas, a continuidade, também imaginária, do corpo social ou da nação parece disfarçar (ou negar) a diferença social e a virtualidade sempre presente, a *potência* da Revolução. Se em 1956 o existencialismo francês contemporâneo dificultava a minha compreensão de meu professor

e conterrâneo, doze anos depois, o estruturalismo (de mesma origem e sempre contemporâneo) desempenharia o mesmo papel.

O curioso é notar, como bem observou Paulo Arantes em seu ensaio sobre os herdeiros de Cruz Costa na década de 60 (*Revista de Filosofia Política*, n.º 2), o quanto esse vaivém ideológico — marcado pela flutuação do acontecimento político e pelo mimetismo das idéias prestigiosas do momento — não só dificultava a leitura de Cruz Costa (ou a compreensão de seu "golpe de vista" realista sobre a ideologia brasileira), como *confirmava* de maneira exemplar o esquema cruzcostiano do funcionamento das idéias filosóficas no Brasil. Mais curioso ainda é sublinhar que só muito recentemente, creio ter podido chegar à compreensão do escrito de Cruz Costa, graças a um ensaio de um colega de geração: aquele consagrado por Roberto Schwarz às famosas "idéias fora do lugar". Será que só aprendemos de gerações anteriores pela mediação daqueles que têm nossa idade? Em artigo recente ("Culture Nationale par Soustraction", *in Les Temps Modernes*, n.º 491, junho 1987), o mesmo Roberto descreve essa descontinuidade da tradição como característica da vida cultural da província ou da periferia. Com o que, retornamos a Cruz Costa ou a seu "golpe de vista", que sempre nos escapou.

IV

Lívio Teixeira era, para nós, ao longo de todo o curso, a História da Filosofia. Não a História das Idéias, como a praticada por João Cruz Costa, mas a análise dos grandes sistemas filosóficos, por um antigo assistente de Martial Guéroult. Antes do início da querela departamental sobre o estruturalismo (que, como a Batalha de Itararé, jamais ocorreu), Lívio Teixeira mantinha sem alarde, no Brasil, essa boa tradição da historiografia francesa. Aluno de Lívio Teixeira durante três anos consecutivos (respectivamente consagrados a Platão, Spinoza e Hegel), pude beneficiar-me depois (1961-62), na França, do ensino magistral de Victor Goldschmidt, sem maior "choque cultural" ou sensação de descontinuidade.

A melhor maneira, ao meu alcance, de evocar o seu perfil, e o impacto que exerceu sobre seus alunos, será talvez reproduzir duas páginas de um texto que escrevi para a revista *Discurso* (n.º 6), por ocasião do falecimento de Lívio Teixeira. É o primeiro

traço do estilo de meu mestre (que eu sublinhava, pensando nos que não o conheceram), era a maneira rara com que conseguia unir simplicidade e rigor — nos antípodas do tom elevado e sibilino tão comum no discurso filosófico. Acrescentava, logo a seguir, procurando extrair o que me parecia ser uma idéia da filosofia, indissociável de sua prática de historiador, e detectável não apenas no método escolhido, mas sobretudo nos temas privilegiados [1]:

"O que aparece como austeridade da linguagem, logo denuncia algo mais profundo, que envolve a própria idéia de filosofia. A recusa do jargão, de toda e qualquer cumplicidade com as modas intelectuais dominantes (por que não dizê-lo?, com a ideologia), tal é o nervo da obra. É esta recusa, esta concepção essencialmente *crítica* da filosofia, que explica o privilégio atribuído à história dos sistemas filosóficos na estratégia geral do pensamento. Tudo se passa como se, por uma feliz convergência, Lívio Teixeira estivesse desde sempre preparado para receber a influência de Martial Guéroult que, quando de sua estada em São Paulo, oferecia o mais alto modelo de uma historiografia filosófica rigorosa. Com esse encontro, era uma tradição que se criava em São Paulo e que, felizmente, perdura até hoje no trabalho dos mais jovens. Que não se veja, nesse privilégio atribuído à História, algo como o esquecimento da natureza própria da filosofia. A isso, pode-se responder dando a palavra a Lívio Teixeira: 'Il est certainement difficile d'accéder à l'objectivité en histoire de la Philosophie. Beaucoup d'historiens n'ont fait que philosopher sur la philosophie d'autres philosophes, ce qui est tout à fait acceptable, mais ne constitue pas une histoire de la philosophie. En vérité, comme l'historien doit avoir un esprit philosophique pour bien comprendre les philosophes, il passe facilement de la compréhension à l'interprétation. Et l'histoire de la philosophie ne vaut pas une heure de peine si elle ne nous conduit pas à la réfléxion personnelle. Cela dit, l'historien doit rester fidèle ou philosophe qu'il etudie" (*in Études d'Histoire de la Philosophie, en Hommage à Martial Guéroult*, Lib. Fischbacher, p. 210). Só o projeto delirante de uma ciência absoluta pode levar

(1) Escolha temática tanto mais surpreendente — vista retrospectivamente — quanto parece confirmar a escolha da *Ética da Razão* por parte de alguém cuja primeira formação se fizera à sombra (ou à luz) da Teologia.

a considerar a abordagem "tecnológica" dos sistemas filosóficos como uma forma de renúncia à filosofia — e a tarefa da crítica não é justamente a de mostrar a falácia desse projeto?

"O bom leitor não se equivoca e descobre já nas análises propriamente técnicas das obras de Descartes e de Spinoza algo que transcende imediatamente a pura tecnologia. O fascínio pelo grande racionalismo não é aqui o efeito de uma simples opção intelectualista. Arrisquemos uma fórmula — o que interessa a Lívio Teixeira é aquele momento, tensão máxima, em que o racionalismo toca seu próprio limite, ou desmente sua imagem corrente. O limite da razão não aparece como *álibi* de uma revelação qualquer e a preocupação moral nada tem de moralismo — de qualquer modo, o que se busca são os signos do concreto (no caso de Descartes, para além do rigor da metafísica da distinção entre as substâncias, o reconhecimento do fato da união substancial e da promiscuidade entre o corpo e a alma) ou do investimento histórico da razão (no caso de Spinoza, a vertente política da reflexão metafísico-moral). A busca do sentido da beatitude nas obras de Descartes e de Spinoza é particularmente significativa sob a pena de antigo pastor. Quer na sua versão estóica, quer na sua versão epicúrea, é a idéia de *contentamento* que dá conteúdo à idéia de beatitude, depurada enfim de seu horizonte místico ou teológico. Comparemos as últimas linhas das duas teses. Uma termina por um texto do escólio final da Ética, onde Spinoza diz: 'O ignorante, além de ser de muitos modos agitado pelas causas exteriores e de não possuir nunca o verdadeiro contentamento interior, vive em quase completa inconsciência de si mesmo, de Deus e das coisas, e cessando de sofrer, cessa também de existir. O sábio, ao contrário, não conhece perturbação interior, mas tendo consciência de si mesmo, de Deus e das coisas, por uma certa necessidade interna, não cessa jamais de existir e de possuir o verdadeiro contentamento'. A outra termina por uma fórmula breve que define o *telos* da reflexão moral cartesiana: '...vimos que o exercício da virtude tem para Descartes uma incontestável finalidade que é a de alcançarmos a beatitude. Eis-nos agora diante de Epicuro. Em suma, razão e vontade unidas na virtude, em busca do maior contentamento que é possível na vida' — eis a moral de Descartes, que é, sem dúvida, uma forma de eudemonismo."

"Beatitude natural, portanto, ou terrestre e que se exprime de maneira forte na idéia cartesiana de generosidade. Remédio

contra as paixões, a generosidade implica conhecimento — ao menos esse tipo de conhecimento que, sem atingir a clareza e a distinção, é sempre possível no campo da união substancial entre o corpo e a alma. Mas esse remédio é também uma paixão. Beatitude natural porque, para Descartes como para Spinoza, a virtude não se opõe de maneira absoluta à paixão, ou porque é possível um bom uso das paixões. Guardamos particularmente aqui a idéia da generosidade, a saber essa paixão particular, a 'firme e constante resolução de executar tudo quanto a razão aconselha e a firmeza dessa resolução', porque ele nos conduz a algo que — isso sim — não é imediatamente legível na superfície de seus textos. Ele nos leva para além da História da Filosofia, e nos mergulha numa história mais próxima e mais recente; ela situa Lívio Teixeira de uma maneira que as gerações mais recentes talvez ignorem e devem conhecer. Penso aqui na crise que, atravessando a universidade nos últimos anos do magistério de Lívio Teixeira, desafiou e impôs ao professor responsabilidades mais do que acadêmicas. Há dez anos atrás (*), aquela 'firmeza inabalável' ou a paixão da generosidade mostrava que esse exemplar trabalhador da filosofia era muito mais do que um *scholar*."

V

Com Gilda de Mello e Souza, éramos expostos à influência de outro modelo de reflexão. Diria, comprovando mais uma vez minha tese, que era de um *ensino diferente* que nos beneficiávamos. Nem faltou equívoco de minha parte, que me sentia finalmente *à l'aise*, e acabei sendo restituído à disciplina da escola com uma nota baixa em Estética.

Qual era essa diferença? Arrisco a seguinte fórmula para definir esse estilo inigualável de escrita e de docência que (para além do fascínio imediato do talento) exigiria muito tempo para ser compreendido, em todo o seu interesse teórico, pelos jovens alunos de então. Digamos: uma espécie de vaivém constante entre

(*) Escrito em 1975, meu texto refere-se aqui, no estilo oblíquo da época, à firme resistência oposta por Lívio Teixeira, como por João Cruz Costa, às pressões que a Ditadura exerceu sobre a universidade depois do golpe de 1.º de abril de 1964.

o *imediato* fenomenológico das obras de arte e o aprofundamento de suas precondições históricas e sociais. Ou seja, não apenas uma Estética da percepção (que sempre foi privilegiada), mas *também*, uma Estética da produção. Com Gilda de Mello e Souza, não tínhamos nem uma fenomenologia da obra de arte nem uma sociologia dos objetos artísticos, mas uma forma particularmente rica de combinar essas ópticas diferentes.

É claro que esse estilo não se acomodava, sem alguma tensão, dentro do programa departamental. Para ajustar-se a ele, dona Gilda viu-se obrigada, algumas vezes, a transigir. Quero dizer, a passar pela porta estreita da *História da Filosofia da Arte*, entendida como disciplina escolar. Para dar um exemplo, quando estreamos como alunos de Estética, nossa professora foi convencida a ministrar um curso sobre H. Taine. Na verdade, ofereceu uma análise comparativa das interpretações da pintura holandesa propostas por Hegel e Taine: análise tanto mais interessante quanto reveladora de uma inesperada convergência de estilos de pensamento fortemente afastados um do outro. De qualquer modo, a tarefa de passar pelos textos de Taine (que certamente não nos seduzia na época) não fechava a possibilidade de uma análise direta do *objeto* das duas interpretações. Nesse caso, os conceitos e os sistemas filosóficos não eram pensados como objeto privilegiado da reflexão: eram, antes, *instrumentos*, livremente manipulados, na clarificação do fundamental, ou seja, de nossa experiência do mundo e da arte. Uma certa maneira de falar daquilo que está além da linguagem e que, para nós, era uma verdadeira *revelação*. (Mais tarde, já como professor assistente, acompanhando João Cruz Costa e seus alunos de Estética — Gilda de Mello e Souza não estava no Brasil —, expus-me ao ridículo de mimetizar, sem sucesso é claro, minha professora; os alunos talvez não tenham percebido nada, mas Cruz Costa riu bastante.)

Depois da disciplina imposta pela circunscrição da filosofia nas condições gerais da cultura e pela organização conceitual dos sistemas, algo como uma disciplina do olhar e da imaginação. Que não surpreenda o leitor essa expressão, aparentemente paradoxal, de uma *disciplina da imaginação*: Que é uma *interpretação*, na realidade? Aliás, recentemente, em entrevista à *Folha de S. Paulo*, a propósito da republicação de sua tese, dona Gilda afirmava que jamais duvidou "do poder cognitivo da imaginação" (frase que, imediatamente, me devolveu à condição de aluno). Disciplina da imaginação, como já dissemos, mas, sobretudo,

a serviço da percepção. Eram especialmente as "análises concretas" (*este* quadro, *este* poema, *este* filme) que provocavam *frisson* na audiência. Um estilo vivo de falar da *coisa mesma* (*die Sache selbst*), ao contrário dos longos e enfadonhos prolegômenos metodológicos em voga em outros departamentos da Faculdade de Filosofia. Não é assim por acaso que foi no curso de Estética que tivemos não o primeiro contato com a Fenomenologia, mas algo como uma primeira visão efetiva de seu interesse como *método*. Ou ainda, da Fenomenologia como *atividade*, mais do que como teoria ou doutrina.

É certo que, durante nosso curso, não tivemos acesso aos escritos de Gilda de Mello e Souza. Só em meados da década de 60 pude ler — graças a Roberto Schwarz — a belíssima tese sobre *A Moda no Século XIX*, que estava escondida no volume V da *Revista do Museu Paulista*, nova série, e que só agora recebeu edição à sua altura. Mas é certo, também, que não era preciso *ler* para ter, diante dos olhos, esse alto modelo do ensaísmo crítico e reflexivo. Bastava assistir às aulas para ser submetido à tentação de imitá-lo.

VI

O período de 1956 a 1959, em que fui aluno na Maria Antônia, correspondeu a uma espécie de *intermezzo* na história do curso de Filosofia. Quando entrei na faculdade, Claude Lefort acabara de retornar à França e só teríamos a volta dos professores franceses em 1960 (com a vinda de Michel Debrun e Gérard Lebrun). Durante todo esse período, tivemos apenas algumas visitas de Gilles-Gaston Granger. Na realidade, só me tornaria discípulo regular de Granger no ano letivo de 1961-62 em Rennes (onde assisti a um curso sobre Wittgenstein, que começava assim a fazer sua entrada na França). A essa lacuna soma-se outra: foi também nesse período que eclodiu o célebre conflito entre Cruz Costa e o eterno Jânio Quadros, então governador do Estado, que nos privou por um ano da presença do professor. Foi ainda na mesma ocasião que Giannotti viajou para a França (meados de 56), só retornando dois anos depois. Circunstância adversa, que atingiu alguns cursos fundamentais como os de Lógica e Filosofia Geral, só compensada, neste último caso, por alguns seminários sobre a idéia de progresso em filosofia, dirigidos por Ruy Faus-

to, que começava então sua carreira de professor (para o anedotário: depois de uma exposição de Ruy Fausto sobre a "pretensão à verdade" da filosofia, um colega meu, bem mais velho que nosso jovem professor, escandalizou-se com a idéia blasfema de que a filosofia poderia ser "pretensiosa": o mesmo colega que, em outra ocasião, perguntou a Lívio Teixeira, para pasmo de todo mundo, se *atomismo* era a negação do *tomismo*).

O que é preciso ainda sublinhar era o "charme" suplementar do curso de Filosofia, garantido pela presença dos professores mais jovens, Giannotti e Ruy Fausto, que, encarnando com intransigência o ideal de disciplina inscrito no programa departamental, eram mais acessíveis fora da circunstância acadêmica. Na realidade, mais acessível era Giannotti; quanto a Ruy Fausto, reservado por natureza, só teria acesso mais livre a ele a partir de nossa convivência na França, no início dos anos 60. Em todo caso, quaisquer que fossem as diferenças de estilo entre os jovens professores de então, os alunos eram particularmente sensíveis ao que aparecia como uma abertura imediata para o debate filosófico contemporâneo, que contrariava, de algum modo, a estratégia de procrastinação desenhada por Jean Maugüé. É claro que ambos só viriam a marcar suas linhas de reflexão — expressas nos escritos de maturidade — alguns anos depois. Mas é possível, hoje, retraçar uma certa continuidade, na *problemática* pelo menos, ou identificar a remanência de algumas preocupações iniciais, que jamais foram completamente esquecidas. No caso dos dois, é tentador usar a linguagem da *Aufhebung*, essa combinação entre continuidade e descontinuidade.

Uma preocupação bem pouco "estrutural" que (sem abrir mão dos bons princípios da filologia) unia, numa única reflexão, temas e problemas da filosofia analítica e do marxismo. De um lado, lógica e epistemologia, de outro, filosofia política e teoria social. Não seria, pergunto, além das legítimas motivações endógenas e fáceis de imaginar, algo como um efeito de superposição das influências dos dois últimos mestres franceses da filosofia da Maria Antônia nesse tempo? Penso numa espécie de simbiose entre os estilos diferentes de Granger e Lefort. Síntese que cada um fazia à sua maneira; no caso de Ruy Fausto com uma ênfase maior na *política*, acompanhada de uma certa desconfiança pelo *discurso filosófico*. Estilo que não se manteria — embora guardando sempre os cuidados originais — com um entusiasmo reativado, logo a seguir, pela *Fenomenologia do Espírito* e, sobre-

tudo, pela *Ciência da Lógica*, de Hegel. Entusiasmo que redundaria em seus escritos mais recentes, de que não cabe falar nesta rememoração de tempos anteriores (mas dos quais fiz uma resenha crítica num breve ensaio, sob o título de *Ruy Fausto e a Delimitação da Dialética*).

Para bem descrever nossa experiência da escola, nos anos finais da década de 50, é preciso delinear com mais precisão a figura de José Arthur Giannotti. Já no primeiro ano, tivemo-lo como professor de introdução à lógica, num curso centrado no manual de Tarski. Lembro-me de que, seduzido por esse universo claro a que nos introduzia Giannotti, cheguei a começar a estudar matemática, pensando dedicar-me no futuro — coisa particularmente estranha, pensando agora — a essa disciplina austera. Mas não eram apenas o rigor da disciplina e do professor que nos atraíam: Giannotti tinha, já naquela época, um jeito especial de reencontrar o todo da filosofia nas praias aparentemente vazias da lógica formal. Mas foi, sobretudo, ao voltar da Europa que Giannotti começou a desempenhar seu papel (que ninguém ignora) na história de nosso curso. Para mim, em particular, foi decisivo, já que Giannotti trazia em suas malas, com sua *husserliana*, algo como uma legitimação da fenomenologia, até então submetida à suspeição de que falamos. De certa forma *contra Cruz Costa* — mas certamente com o "apoio crítico" do mesmo — Giannotti dava um sinal verde. Mais que isso, como é de seu caráter, empenhou-se com vontade militante nessa direção: pude, assim, beneficiar-me, em 1959, como único aluno de um curso sobre a *Lógica Formal e Lógica Transcendental*, de Husserl.

Mas não me beneficiei apenas do magistério escolar de Giannotti. Pelo contrário, beneficiei-me sobretudo da convivência *extramuros*. Não apenas nas conversas informais, mas também no contexto interdisciplinar e quase institucional do famoso Seminário sobre *O Capital*, cuja invenção, se me lembro bem, é da responsabilidade de Giannotti. Não falarei aqui do Seminário em si mesmo — outros, melhor situados, já o fizeram —, mas devo dizer algo do lugar nele ocupado por Giannotti. Para começar, sublinharia o traço da *iniciativa institucional* e do precoce reconhecimento da necessidade do trabalho coletivo e interdisciplinar. Giannotti jamais foi, como eu, vítima da mitologia romântica da escrita solitária. Mas, mais importante, é lembrar a maneira perfeitamente nova, para nós, com que fazia convergir os fios da lógica, da lingüística estrutural e da fenomenologia, na sua lei-

tura da obra de Marx. Combinação, inédita no Brasil, de interesses teóricos que tinha tudo para provocar meu interesse intelectual. Desde o início, tratava-se de buscar, contra a tradição empirista ou neokantiana (ou seja, contra o *cientificismo* que veio incrustar-se na tradição do marxismo), uma *ontologia do social* como horizonte da crítica da economia política. É nesse período que Giannotti terminava sua tese sobre *Stuart Mill, o psicologismo e a fundamentação da lógica* onde, sob a preocupação husserliana ostensiva, era possível ler o primeiro esboço do trabalho efetivado nos escritos mais recentes. É assim que, na página 12 do prefácio de sua tese de doutoramento, Giannotti já se refere à necessidade de restabelecer a Ontologia do Social e Dialética, contra a hegemonia do formalismo na teoria da ciência.

Não era clara, para o leitor de então, a imbricação entre esta tese de aspecto tradicionalmente husserliano e o esforço de retomada da tradição da dialética. Mas, para quem acompanhava as intervenções de Giannotti no Seminário, era evidente a inflexão inédita a que submetia o instrumental do idealismo alemão. Ontologia do social e dialética estavam associadas na reflexão giannottiana desde os anos 50. Dado significativo, já que revela uma rara pertinácia e a coerência de um pensamento que, mesmo em constante mutação, jamais abandonou o seu primeiro movimento. E não será, pergunto, esse caráter *obsessivo* e quase hipnótico da reflexão, um dos traços distintivos do filósofo?

VII

Com tais mestres, é claro que a confusa cabeça do ex-secundarista havia de reformular-se. Mas, nem tanto. Ganhando em disciplina (a palavra *rigor* nunca me seduziu, por ter uso apenas metafórico na nossa área), conservava, todavia, os temas prediletos de sua imaginação. Ao terminar o curso de filosofia, tratava-se, ainda, de compor uma espécie de marxismo transcendental, projeto reforçado também pela leitura tardia dos *Manuscritos econômico-filosóficos* do jovem Marx. Se, na ocasião, tivesse lido a tese que Marcuse escreveu, sob a orientação de Heidegger, tornar-me-ia marcusiano convicto imediatamente. E é assim que, em meu primeiro projeto de tese, pensei escrever sobre Feuerbach, onde poderia talvez reencontrar a ocasião de ruminar os velhos temas.

Mal havia obtido minha licenciatura, e, em 1960, recebíamos, em São Paulo, nada mais nada menos que Jean-Paul Sartre. O leitor já imaginou o que é, para um candidato a filósofo de 22 anos, *conversar com Sócrates em pessoa*? Eu havia acabado de ler a *Critique de la Raison Dialectique*, que condensava e culminava toda uma história de idéias, de que sempre me alimentara, e podia finalmente ouvir e falar com seu principal representante. Com um Sócrates empenhado, na ocasião, na defesa da Revolução Cubana e da Revolução Argelina, mas sempre inimigo da concepção vulgar ou "intratemporal" da temporalidade. É claro que a tese tinha de ser sobre Feuerbach. E, no entanto, foi por excesso de sartrismo que mudei minha direção. Não é o próprio Sartre que diz, em algum lugar, que media a verdade das idéias pelo coeficiente de repugnância que lhe ofereciam, e propunha assim o lema de *pensar contra si mesmo*? Levando o lema ao pé da letra — depois de descobrir que o sartrismo se tornara meu segundo senso comum —, tentei compreender o anti-sartre. Comecei a estudar Bergson.

Sem mudar de imaginação, mudei de estilo. No que vim a ser auxiliado, ao retornar ao Brasil em 63, por Gérard Lebrun, que pouco tinha de sartriano. Mas que parecia reunir tudo o que havia de melhor em meus mestres de alguns anos atrás: a ironia de Cruz Costa e sua irreverência em relação ao *establishment* filosófico, com sua ponta de ceticismo ou de nihilismo; o estilo *filológico* de Lívio Teixeira ou sua cultura historiográfica; a elegância da escrita ensaística de Gilda de Mello e Souza e sua familiaridade com a cultura viva; a atenção voltada à epistemologia das ciências humanas e ao pensamento político, de José Arthur Giannotti e Ruy Fausto.

As filosofias da Maria Antônia começaram a passar, em 1960, por um novo filtro. Com Gérard Lebrun iniciava-se uma nova era na filosofia em São Paulo.

NOS ARREDORES DA MARIA ANTÔNIA

Paul Singer *

Em 1956, entrei para a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, situada então na rua Dr. Vila Nova, num prédio cujos fundos davam para o pátio do edifício da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, à rua Maria Antônia. As duas escolas pertenciam à mesma universidade, ocupavam praticamente áreas contíguas (sem muros que as separassem), mas eram de fato mundos à parte. A FFCL era intelectualmente brilhante, engajada, com vida política fervilhante; a FCEA era opaca, voltada para dentro de si, quase sem vida política, exceto querelas internas, motivadas por disputas pessoais ou de pequenos grupos. A FFCL vivia os desdobramentos políticos e sociais, que a redemocratização do país estava provocando. As eleições de Getúlio para presidente, em 1950, de Jânio Quadros para prefeito, em 1953, e para governador, em 1954, a derrubada e o suicídio de Getúlio nesse mesmo ano — tudo isso abalou a dominação das velhas raposas e abriu espaço para o surgimento de novas forças políticas. Ao mesmo tempo, os sindicatos reconquistavam sua autonomia e o direito de greve, sobretudo em São Paulo, palco da "Greve dos 400.000" em 1953 e de uma greve geral no ano seguinte. Em 1955, se iniciava em Pernambuco o movimento das Ligas Camponesas. No fim do mesmo ano, o contragolpe militar, liderado pelo general Lott, assegurava a posse de Juscelino Kubitschek na presidência da República.

Ao lado desses eventos históricos no Brasil, transformações de monta marcavam, no panorama mundial, o fim do pós-guerra e o início duma série de revoluções vitoriosas, sobretudo no Ter-

* Professor titular de Economia na FEA-USP. Membro-fundador do Cebrap. Militante e dirigente do PT desde 1980. Entre outros, escreveu: *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*, *Aprender Economia* e *A Formação da Classe Operária*.

ceiro Mundo. Para a esquerda, foi particularmente importante a morte de Stalin, em 1953, a ascensão de Krushev e o "degelo" por ele promovido na URSS, que culminou na denúncia pública dos crimes da era stalinista, no 20.º Congresso do Partido Comunista, em 1956. Esses fatos e mais os levantes, ainda em 1956, na Polônia e na Hungria, provocaram crises em todos os partidos comunistas dos países capitalistas, dando origem a um vasto debate (até hoje em curso) sobre o sentido do socialismo, face às experiências frustrantes dos vários "socialismos reais".

Tudo isso alimentava os debates na FFCL, particularmente em seu curso de Ciências Sociais, no qual jovens professores de Sociologia e Antropologia procuravam novos caminhos teóricos, capazes de dar conta das grandes mudanças em curso. Em contraste, a FCEA estava preocupada em delimitar um campo de competência técnica, no qual o economista — então um profissional relativamente novo e desconhecido — pudesse se auto-afirmar. A ideologia dominante no corpo docente da FCEA era neoclássica e pré-keynesiana, resultando em posturas políticas sumamente conservadoras, quando não reacionárias. Lembro-me de um debate a propósito do então recém-divulgado Plano de Metas do Presidente Juscelino, promovido pela FCEA, em 1956. Ouvi espantado meus futuros professores declararem que a industrialização do Brasil contradizia a lei "clássica" das vantagens comparativas, ou seja, de que era irracional tratar de produzir automóveis e caminhões no país quando era possível importá-lo mais baratos (o fato de que a importação era limitada pela escassez de divisas era sequer mencionado, possivelmente porque se a economia "fosse" totalmente aberta e a taxa de câmbio "fosse" de equilíbrio, tal escassez não existiria). Um dos participantes da mesa-redonda "justificava" o Plano de Metas nos seguintes termos: "Apesar de irracional, a industrialização é desejada pelo povo, que ignora as leis econômicas. Ora, como estamos numa democracia..."

Isso soava esdrúxulo a quem que, como eu, considerava a desejabilidade da industrialização como óbvia e apenas duvidava de sua *viabilidade*, em função da preponderância dos interesses imperialistas, que pretendiam manter o Brasil, assim como os demais países do Terceiro Mundo, na posição de produtor e exportador exclusivo de produtos primários. Nos anos seguintes, descobrimos, surpresos, que os interesses imperialistas estavam longe de ser tão monolíticos e que, face a um governo desenvol-

vimentista decidido, os capitais multinacionais estavam prontos a participar da industrialização do Brasil. Apesar da lei "clássica" das vantagens comparativas...

Dado o "atraso" de nossa faculdade [1], os poucos estudantes de esquerda nos sentimos atraídos pelo outro lado do pátio, onde temas como a nossa industrialização tardia e a crítica ao "culto da personalidade" (nome dado pelos stalinistas aos excessos de Stalin) eram calorosamente discutidos por alunos e assistentes jovens. O relatório "secreto" de Krushev ao 20.º Congresso desencadeou ampla cisão no PCB, liderada pela figura histórica de Agildo Barata. Grande parte dos quadros intelectuais deixou o partido. Os dissidentes abriram um amplo diálogo com outras correntes de esquerda: socialistas, católicos de esquerda, trotskistas. Multiplicaram-se círculos de debates por toda parte. Um deles, formado predominantemente por estudantes da FFCL e do qual participei, chamou-se "Centro Karl Marx", tornando-se conhecido pela sigla CKM. De 1957 em diante, diferentes cursos foram dados numa sala cedida pela FFCL informalmente: de Filosofia, por Ruy Fausto, de Economia Política, por mim, de História dos Movimentos Socialistas, por Otaviano de Fiori, entre os que consigo recordar.

Esses cursos foram importantes ao abrirem à nova geração de então a perspectiva duma volta ao marxismo, até aquele momento esclerosado pelo dogmatismo stalinista e quase inteiramente ausente do panorama intelectual. Essa volta a um marxismo crítico de sua própria tradição tomou grande impulso na década seguinte e se manifestou com extraordinário vigor tanto na América Latina como na Europa e nos Estados Unidos. Nessa renascença do marxismo, a comunidade da Maria Antônia e arredores teve papel pioneiro. Numa época em que os debates, nos outros lugares, ainda se ressentiam da polaridade determinada pela Guerra Fria, intelectuais marxistas em São Paulo decidiam retornar às obras do próprio Marx para procurar um método adequado à análise das mudanças no capitalismo contemporâneo, em suas manifestações gerais e específicas no Brasil e no Terceiro Mundo.

(1) Com o passar dos anos, também na FCEA os padrões teóricos foram se renovando. Para tanto, contribuíram os livros de Celso Furtado e Ignácio Rangel, nos anos 50 e 60.

Um evento significativo neste contexto foi a formação, em 1958, do que se tornou mais tarde conhecido como o Grupo do Capital. Jovens assistentes da FFCL decidiram então iniciar o estudo interdisciplinar da grande obra de Marx, com o intuito de aprofundar os seus conhecimentos nas áreas de suas disciplinas específicas — Filosofia, Sociologia, Ciência Política, Antropologia, História — e se possível transcendê-las. Um dos participantes do grupo, Fernando Novais, era meu professor de História na FCEA e me convidou a integrar o grupo como "economista", embora na época eu fosse apenas terceiranista. Pouco depois outros estudiosos de fora da Maria Antônia, como Sebastião Advíncula da Cunha e Juarez Brandão Lopes, se juntaram aos assistentes e alunos da FFCL: José Arthur Giannotti, Ruth Cardoso, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Novais, Ruy Fausto, Oswaldo Porchat, Francisco Weffort, Leôncio Martins Rodrigues, entre outros, numa atividade sistemática de debate de reflexão que se estenderia pelos sete anos seguintes e que teria significativa influência sobre a produção intelectual do país.

O Grupo do Capital reunia-se quinzenalmente, sempre na casa de um dos participantes (em rodízio), para estudar um capítulo de *O Capital*. O exame do texto era bastante minucioso, cada idéia sendo confrontada com as teorias correntes nas disciplinas representadas no grupo. Essa forma de trabalhar levou não apenas a um exame aprofundado do próprio *O Capital*, mas também a um aprendizado interdisciplinar, que acabou abrangendo o conjunto das Ciências Sociais, inclusive da Filosofia, da História e da Economia. O estudo de *O Capital* levou aproximadamente quatro anos. Depois, o grupo estudou outras obras de Marx, bem como de Max Weber, Rudolph Hilferding, Rosa Luxemburgo, John M. Keynes, etc.

O efeito mais imediato do grupo deve ter sido sobre o ensino proporcionado pelos integrantes do mesmo. No meu caso, tornei-me professor da FCEA (de 1960 a 1964), da FFCL de Rio Claro (de 1963 a 1966) e da FFCL de Araraquara (de 1964 a 1966) e, sem dúvida, meus cursos foram marcados pela atividade do Grupo do Capital. Imagino que o mesmo se tenha dado com os colegas. Dessa maneira, várias gerações de estudantes tiveram uma abertura ao contato direto não só com Marx, mas com outros clássicos das ciências do homem, cujas idéias eram habitualmente transmitidas de terceira mão, via vulgarizadores. O estudo dos próprios clássicos foi se propagando no ensino superior brasi-

leiro, até que se generalizou bastante nos últimos anos. Sua prática iniciou-se na Maria Antônia, notável celeiro de professores, que a difundiram pelo país.

O efeito mais amplo do Grupo do Capital se fez sentir na produção acadêmica dos seus membros. As teses de doutoramento, livre-docência e de cátedra, que eles produziram, refletiram, duma maneira ou de outra, o lastro de conhecimentos, resultante de anos de estudo interdisciplinar. Em quase todas elas, o conhecimento convencionalmente aceito era submetido a crítica rigorosa, e novas proposições foram formuladas, muitas das quais acabaram sendo incorporadas ao que depois se tornou, mais uma vez, conhecimento convencional. Este passou a contar com ingredientes marxistas e a predispor os praticantes (sociólogos, historiadores, economistas, etc.) a atitudes críticas perante o sistema econômico imperante e a ordem estabelecida.

O golpe militar de 1964 atingiu inicialmente apenas de raspão a rua Maria Antônia e arredores. Alguns de seus professores, como Fernando Henrique Cardoso, Ruth Cardoso e eu mesmo, foram afastados, mas as atividades de ensino e pesquisa prosseguiram, inclusive animadas por um espírito de resistência ao autoritarismo do novo regime. Em 1968, os levantes estudantis tiveram a Maria Antônia como um de seus principais centros. Naquele ano, os alunos dos "Centrinhos" de História e de Ciências Sociais da FFCL convidaram-me para dar um curso extracurricular de introdução à Economia Política. Nas difíceis circunstâncias políticas do momento, tornou-se complicado encontrar um local. Finalmente, o Teatro de Arena cedeu suas instalações para as aulas, aos sábados pela manhã. Em ambiente de densa obscuridade, centenas de ouvintes se aglomeravam ao redor da "arena", na qual proferi uma dúzia de conferências, seguidas por apaixonados debates. Aproveitei o ensejo para sistematizar meu próprio conhecimento e apresentar uma análise comparativa das abordagens marxista e keynesiana (neoclássica) dos principais temas econômicos. As aulas eram gravadas e os textos, revistos por mim, eram mimeografados e vendidos aos alunos durante o próprio transcorrer do curso. Isso só não pôde ser feito com três aulas, apreendidas pela polícia política quando os estudantes responsáveis pelo curso foram detidos, por delito de opinião: divulgaram uma entrevista de Caio Prado Jr.

O incidente revela o ocaso das liberdades civis, que degeneraria meses depois no AI-5, ao qual se seguiria a aposentadoria

forçada de dezenas de docentes da USP, inclusive de vários integrantes do Grupo do Capital. Mas, quando isso se deu, em abril de 1969, a rua Maria Antônia não abrigava mais a FFCL. A sua transferência à Cidade Universitária encerrou um ciclo, cujo fim foi selado pela aposentadoria de Florestan Fernandes, José Arthur Giannotti, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Bento Prado, etc. A escola da Maria Antônia foi dispersa, mas seu legado continuou germinando na vida intelectual no país e no exterior. Mas isso, como se costuma dizer, já é outra história...

CRÔNICA DO SECUNDÁRIO

O. C. Louzada Filho *

Itambé-Maria Antônia em 58-60

Sabe-se que durante o período juscelinista as contradições podiam emergir da latência através de algum esforço, mas elas ainda não se mostravam tão aguçadas que fizessem prever com facilidade o que iria acontecer a partir de 64. O Mackenzie não era o que viria a ser logo depois e para quem tinha 15 anos havia o que respirar — apesar do fantástico arcaísmo do ginásio —, um pouco no científico e muito na Filosofia da USP quando aquele espaço, da Itambé, 135, à Maria Antônia, 294, permanecia civilizado.

Aquilo que se lia sob o lema dos "50 anos em 5" permitia a coexistência de linhas de força contraditórias — que depois iriam desembocar da maneira menos desejada na modernização forçada do capitalismo atrelado à metrópole — e isso possibilitava formas especiais de simultaneidade entre novo e velho, entre projeto avançado e arcaísmo, numa mistura provisoriamente muito rica.

Assim um moço que se interessasse por arte e literatura vivia um momento que permitia supor o acesso a quase tudo. Numa concentração histórica, o anacronismo brasileiro era fértil: o surrealismo ou a poesia de Saint-John Perse eram tão atuais quanto a exposição dos mosaicos de Ravena, as ousadias da arquitetura, a montagem de *Alma Boa de Se-Tsuan* e de *Cantora Careca*, ou a edição de *Grande Sertão: Veredas.*

* Foi professor do Iadê (1969) e da Faculdade de Comunicações da FAAP (1969-1973). Escreveu ensaios — entre os quais *Crítica e Tempo* —; novela e romances — entre outros, *Diário de Bordo* e *Repertório Opus 5.*

Nisso nasceu em 58 uma pequena revista de cultura, de vida breve (o segundo e último número saiu em 59). Nas duas edições de *Espiral*, em sua grande heterogeneidade, coabitavam o interesse pelas letras e alguma preocupação política, o experimento vanguardista e a veiculação de temas nos quais se baseava a modernidade disponível. Publicou a peça *Plum-plim*, de Roberto Schwarz, um trabalho de Michel Löwy sobre a FIARI (Federação Internacional da Arte Revolucionária Independente), poemas de Manuel Carlos Gonçalves de Almeida, um ensaio de Nilo Scalzo, um conto de Bento Prado Jr. E resenhavam-se livros de Simone de Beauvoir, Pamela Moore, Ferreira Gullar, Paulo Bonfim e Ascendino Leite.

O conselho de redação refletia a convivência no L das ruas Itambé e Maria Antônia. Dele participamos Cláudio Vouga e Eduardo Kugelmas (estudantes do científico e do clássico do Mackenzie), eu (aluno do último ano do ginásio) e Roberto Schwarz (estudante de Ciências Sociais da USP).

A Faculdade de Filosofia da Maria Antônia abria-se a um aluno do colegial, como eu, desde a convivência com amigos no espaço do Grêmio até a possibilidade de assistir a algumas aulas.

Além disso existiam os cursos livres do Centro Karl Marx. Nas exposições de Paul Singer e Boris Fausto, sextas-feiras à noite, tive o primeiro contato mais sistematizado com conceitos como modo de produção, valor de uso e de troca, mais-valia. Rubens Glasberg, do Colégio Rio Branco, também freqüentava o CKM e através dele conheci a Liga Socialista Independente. A LSI publicava um tablóide, *Ação Socialista*, e reunia-se num cômodo de um velho prédio da Brigadeiro Luís Antônio com a presença de Eder Sader, Michel Löwy e outros.

Nesses espaços ligados de alguma forma à Maria Antônia havia também uns 400 metros que iam da Barão de Itapetininga à 7 de Abril, onde numas oito ou dez livrarias os livros de filosofia, artes plásticas, literatura, eram achados em novos pontos de encontro. Nelas, e nas bancas de jornais, estavam presentes revistas de cultura *Anhembi* e *Revista Brasiliense* ao "trans-humanismo" de *Diálogo* e ao nacionalismo dos *Cadernos do Nosso Tempo*, do grupo de Itatiaia.

Aquele também foi o tempo do Suplemento Dominical do *Jornal do Brasil* e do Suplemento Literário de *O Estado de S. Paulo*. Era notável que um estudante do científico como eu, por exemplo, conseguisse publicar seu trabalho neste último: com

democrática discrição Décio de Almeida Prado possibilitava a veiculação de resultados de uma pedagogia exercida por Anatol Rosenfeld, Paulo Emílio e Antonio Candido nas páginas do próprio Suplemento.

A preocupação crítica e o debate procuravam situar-se perante os nós que tornavam os conflitos mais próximos, e por isso mais explícitos. Isso nos levou à posição contrária à privatização do ensino embutida na Lei de Diretrizes e Bases. Acompanhando o movimento universitário, a UCM (União Colégio Mackenzie), Grêmio do 2.º ciclo, conseguiu deflagrar — e talvez pela única oportunidade em sua história — uma greve de 24 horas em protesto. (Em 1967, o Acordo MEC-USAID parece haver provado que não estávamos errados...)

No ano seguinte, 1960, ocorreu a visita de Sartre ao Brasil. Numa conferência no anfiteatro do Mackenzie, tratou das questões desenvolvidas na *Crítica da Razão Dialética*, detendo-se no campo estético através da noção de práxis imaginária. Como se sabe, seu esforço de vinculação do existencialismo no marxismo teve grande influência no pensamento daquele momento.

E foi nesse ano a última eleição para a presidência da República. O que se podia ver não permitiu que nenhum de nós, alunos, professores e amigos da Maria Antônia, se enganasse quanto ao verdadeiro significado da aparente conciliação de interesses entre proletariado e burguesia que a candidatura Jânio tentava representar. Sabia-se que esse embuçamento de conflitos significava uma ameaça. Aquilo foi o prenúncio do que vimos acontecer logo depois.

RÉQUIEM PARA UMA CALÇA LEE

Consuelo de Castro *

Em 1969 tive que me mudar da rua Maria Antônia, onde morava sozinha, quero dizer, sem família, bem em frente à Faculdade de Filosofia, bem ao lado do Mackenzie, bem no centro de uma contradição. A polícia tinha fechado o quarteirão e vasculhava todos os prédios. O CCC tinha dinamitado a porta dos fundos do edifício onde eu morava, e meu apartamento tinha sido inteiramente devastado à cata de documentos que nunca escondi, sequer guardei. Eu tinha 22 anos. Minha mãe conseguira encapar com jornais a parede central do apê, onde um amigo havia pintado um imenso Lenin com escova de dentes e tinta nanquim. Um carreto esperava por mim e por minha mudança. Saí. E, antes de entrar no caminhão que me levaria ao exílio daquela rua que fora minha perplexa história, olhei para ela. Vazia. A porta da faculdade toda chamuscada e depredada. Houvera um incêndio. Minha calça Lee — que a tudo sobrevivera — era a única que parecia não sofrer nenhum dano. Desde 64 eu a vestia: era forte, era norte-americana. Num impulso troquei de roupa — já na casa de meus pais, para onde voltei com o rabo entre as pernas —, e joguei a calça no rio Tietê. Não queria nada que tivesse sobrevivido comigo àquele tempo. Sentia que aquela calça não podia ser tão cinicamente intangível ao fogo, ao sofrimento, à derrota. Que eu sobrevivesse era imperioso — até porque eu queria. Mas as marcas daquele incêndio eu queria manter vivas, e mantenho. Não foi um incêndio, apenas. Foi alguma coisa como o calor da obstinação, da fé, da esperança. Foi o sinônimo da minha geração e daquela rua, porque, como todo

* Ex-estudante da FFCL-USP. Foi redatora e diretora de criação em publicidade até 1984. Autora de várias peças teatrais, dentre as quais: *Prova de Fogo* — escrita durante a crise de 68 e proibida pela Censura — e *À Flor da Pele*.

incêndio, de repente passou a seguir tão-somente a força da própria labareda, e em vez de iluminar o edifício acabou por destruí-lo. Labareda: a gente correndo pelas avenidas, braços em riste contra uma História presente e esmagadora. Labareda: a gente acreditando que a UNE, mesmo semiclandestina, continuaria a ser o quarto poder da República, como fora até há pouco tempo. Labareda: a gente colocando cem mil pessoas na rua com um estalar de dedos. Afinal, houvera Cuba — aquele milagre político — e a gente era jovem, estudava o Brasil e se identificava com ele. O país era uma extensão de cada um de nós, e aquela ditadura — aquela humilhação — doía mais que o puro martírio, porque significava nossa impotência. Sim, brincávamos de "mocinho e bandido", mas tal era a certeza de que venceríamos — apenas porque tínhamos fé — que no que a Verdade apareceu ficamos com vergonha de nossas bombas molotov e nossas bolinhas de gude — com as quais fazíamos escorregarem os cavalos da Polícia Montada. Quando minha calça Lee rolou no Tietê, comecei a lembrar tudo: primeiro dia de aula — primeiro de abril de 1964, que carma! De fichário novinho embaixo do braço, mais o livro *Homem e Sociedade*, do Octávio Ianni e do Fernando Henrique Cardoso, lá fui eu. Todo mundo ouvia rádio de pilha. Os professores se aglutinavam no segundo andar. Os alunos corriam feito barata tonta pelo prédio inteiro. Os mais antigos se reuniam em assembléia. E, finalmente, aconteceu uma "aula". Eduardo Kugelmas convocou, trêmulo, todo mundo para sua sala e começou um estranho discurso sem pé nem cabeça sobre os Sistemas Sociais. Bombas explodiram lá fora. Gritos e tiros. E eu perguntei à Vânia Guarnieri: "São as tropas do Sul?" Ela: "Não, são as tropas do Adhemar de Barros". Eu: "Por que que a gente tá tendo aula se lá fora tem uma guerra?" Ela, irritada, sem largar o lápis: "Porque é o único jeito de não nos prenderem". Supostamente havia um "acordo ético" entre professores, alunos e policiais: o estudante que estivesse tendo aula e o professor que estivesse dando aula não podiam ser presos. Nunca se deu tanta aula ao mesmo tempo, nem jamais tantos foram à aula com tanto prazer! Mas, teimosa, saí da sala: tinha certeza que eram as tropas do Sul que faziam aquele alarde. E dei de cara com um policial que me pegou pelo braço, a cara vermelha de ódio. Chutei o saco dele e enquanto ele urrava de dor fugi pelo bar que saía na Dr. Vila Nova. Num pé só cheguei à casa dos meus pais, que jamais amei tanto quanto nesse

dia, e no dia seguinte voltei lá. Estavam todos reunidos no Grêmio. Tensão absoluta. Pânico. Desespero. Desnorteio. A "revolução" era explicada por Otaviano De Fiore, que com lágrimas nos olhos comentava: "O inferno apenas começou". Os mais esperançosos ficaram loucos de raiva, como eu, por exemplo. Eu tinha certeza de que as tropas do Sul chegariam. Me lembrava de ter feito, ainda em 63, no curso livre de Política da Célia Barreto, uma redação chamada "O Comício do Dia 13". Não podia acreditar que tudo aquilo fosse tão frágil. Tinha de haver resistência. O De Fiore era um desiludido: coisa de "barão", mas seguiram-se quatro anos de passeatas fatais. Poucos gatos-pingados ousavam. Reuniões e reuniões no Grêmio, onde se discutia o terrível óbvio: "O que fazer quando não há o que fazer?" Quatro anos de Artigas, Florestan e tantas outras cabeças iluminadas, depondo no DOPS e cantando o Hino Nacional para os policiais. Finalmente a veneração da minha infância (sou mineira), Juscelino, preso. O De Fiore estava certo. O inferno tinha apenas começado. Estávamos no fundo do esgoto e não havia a menor possibilidade de, como na Resistência Francesa, chegar um aliado para oferecer munição. No entanto, mesmo nesse breu, algumas coisas claras, claríssimas, aconteceram dentro de mim. Tive aulas com Ruth Cardoso, Carlos Guilherme Motta, Weffort, Maria Carmute, Oliveiros, Luís Pereira, Victor Knoll, Bento Almeida Prado, entre outros. E a apaixonante Gioconda Mussolini — que não era uma professora, era uma chama, um caminho em forma de mulher. Acredito que essas pessoas foram "prêmios de consolação" que a vida nos deu. Ou seriam elas o verdadeiro "Tesouro da Juventude", finalmente revelado. Aconteceram também alguns amigos com quem aprendi a palavra "companheiro", que vem do latim e quer dizer "comer pão junto": José Dirceu de Oliveira, Aluísio Nunes Ferreira, Antônio Benetazzo (morto na OBAN). Iara Iavelberg (morta na OBAN). Fernando Perrone, Betty e Otaviano De Fiore — mais vivos do que nunca. Mas veio o medo e veio a solidão. Até que em 68 achamos que podíamos revidar. Outra vez multidões na rua. A ocupação da faculdade pelos alunos. As comissões paritárias, onde discutiam ombro a ombro, André Villalobos e Sérgio Buarque de Holanda. Os catedráticos colhendo dinheiro junto a secundaristas, para a subsistência dos ocupantes da faculdade. Minha mãe na comissão de alimentação. Bento Almeida Prado na comissão de faxina, a inábil vassoura embaixo do braço. E aí começa outra vez a derrocada: morre

José Guimarães, adolescente, baleado, e o Dirceu lidera uma passeata febril que culmina com um patético brado de guerra na São João. A polícia ameaça diariamente: "ou desocupa ou morre". Os estudantes se dividem em entregar ou não a faculdade. E ela é invadida. E vem o incêndio, do qual eu estava falando no começo deste texto. Com ironia, cantamos "Saudosa maloca" na porta dos escombros que um dia foram nosso palco e nossa casa. A essa altura já carregávamos as cinzas daquele incêndio na alma e mesmo depois que a faculdade mudou para a Cidade Universitária continuamos murchos, pálidos. Houve um congresso da UNE, que foi uma trágica piada. Vieram os encontros clandestinos, mesmo para quem não estava na clandestinidade. O simples gesto de procurar um amigo ou um namorado era considerado subversivo. Ficamos curvos, envelhecemos, eu acho. Gioconda morreu depois de assistir a uma cena dilacerante: o Florestan Fernandes fora arrastado para um "camburão" a fim de "prestar depoimentos"; que depoimentos pode ter que prestar Florestan Fernandes àquelas bestas cenozóicas? Gioconda dava uma aula sobre "Revolução das espécies". Quando soube, saiu da sala — sua tribuna maior — gritando. Mas voltou, e, com ódio santo, continuou a aula, curvando-se para mostrar como caminhavam nossos antepassados do Pleistoceno, e comentou, quase chorando, que as espécies não tinham evoluído porra nenhuma. Cutucava sua peruca, e com ela se abanava esquecendo-se que uma peruca é um disfarce. Estava ali, ainda viva, a cabeça nua e altiva remoendo aquele desgosto histórico. Pouco tempo depois — se não me falha a memória no dia seguinte — sofreu um aneurisma cerebral e morreu vendo a espécie involuir. Já eram tempos bem diversos dos da Maria Antônia, onde fazíamos músicas em vez de exame semestral de Política. Tínhamos fundado, Aluísio Nunes, Fernando Perrone e eu, um grupo chamado *Os Menestréis da Política*. No primeiro semestre, cantamos "Maquiavel" — letra minha, música de Luciano Ramos. No segundo, *Os Liberais* — paródias de tangos e boleros, letra minha, música de Fernado Perrone. No terceiro, já sem Aluísio e Perrone, que tinham sido exilados, compus, sozinha, a *História da República Brasileira*. Ali, a professora Maria Carmute Campello de Souza, personagem central do refrão ("Ó Maria, ó Maria, conta essa história direito") deveria contracenar com Getúlio Vargas, na hora de seu suicídio, e com Juscelino, na hora de decidir Brasília. Chegando em 64 o coro mudaria a entonação e cantaria

triste, "Ó Maria, Ó Maria, conta outra história pra gente". Mas não houve mais cantoria. Era tempo de sisudez, tempo rude, tempo de cochichar, de emudecer. Maria Carmute não podia mudar a História do Brasil só por ensinar essa amada matéria. O coro não podia mais se manifestar, porque não podia mais se fazer ouvir. Era imperiosa e brutal a realidade: a história estava ali, "mais sofrida que vivida", como disse o Carlos Guilherme Motta a propósito de minha peça *Prova de Fogo*, escrita nessa época e sobre esse tema. Contei da Maria Antônia morta. Não contei quase nada da Maria Antônia viva. Difícil contar. A cada minuto uma emoção nova, uma aula iluminada, uma surpresa trágica. E todo o tempo o diálogo, a discussão, a esperança — ainda que absurda, ainda que infantil. O saguão da faculdade — já famoso pelos debates de sempre, mesmo e sobretudo antes de 64 — era uma central de informações. Havia quem lesse Proust no meio da tempestade. Havia quem ensaiasse, ali mesmo, uma cena para o TUSP — Teatro da Universidade de São Paulo, fundado por André Gouveia. Havia o bar do seu Zé, que sempre escondia a gente na adega, na hora do aperto. Havia o telhado e a Comissão de Segurança, onde entrei por obra e graça do Zé Dirceu, o único homem não machista da época. A Comissão não admitia mulheres, muito menos mulheres que, como eu, não sabia onde fica a boca de um revólver. Zé insistiu e eu passei a fazer parte da "resistência armada". No telhado fiquei longas noites aguardando o CCC e o Mackenzie, que um dia vieram com tudo, ocasião na qual desci pelo buraco do elevador e nem pensei em chutar o saco de policial algum. Entrevi com alguma lucidez que meus chutes eram muito caseiros, bem como nossas "bombas molotov", e que dessa vez, no revide, os "homens" tinham se munido de um ódio ainda mais bestial. Embora famosa por ter acertado um ovo no Raul Careca do DOPS na porta da Faculdade de Direito do Largo São Francisco — e se o Raul não sabia que fui eu, agora, orgulhosamente, eu lhe conto — dessa vez eu temia que o descontrole motor outra vez me pegasse. Aquela pontaria do ovo tinha sido coisa do Divino. Não podia se repetir, e, pelo sim, pelo não, enfiei a viola no saco. A gente tem que enterrar. A gente tem que esquecer. Essa calça bóia há 18 anos no rio Tietê. Está podre ou já se desfez na água imunda da memória. Mas o tempo não foi incendiado e o show continuou. Eu mesma tive uma grande alegria nesse dolorido 1969: estreei no teatro profissional com *À Flor da Pele*, minha segunda peça. A primeira — *Prova*

de Fogo — foi censurada no ano mesmo em que nasceu, no ano do nosso fogo. Nesses 18 anos que se seguiram tenho consciência de ter construído uma Consuelo nova, das cinzas daquele incêndio. Mas se eu disser que não tenho saudade, estarei mentindo. Minha juventude se chamou violência, mas também se chamou solidariedade, paixão: Maria Antônia. Quando passo por lá me ataca uma nostalgia danada. E cada vez que vejo a face da mal-assombrada Junta Comercial tenho vontade de cantar: "Se essa rua fosse minha". Mas me controlo. Afinal, aos 40 anos, a gente tem que provar que amadureceu.

A MARIA ANTÔNIA E A FORMAÇÃO FILOSÓFICA EM SÃO PAULO

*Entrevista de Gérard Lebrun **
a Maria Cecília dos Santos
Abril de 1987

O departamento de Filosofia e as ligações França-Brasil

MC — O senhor chegou ao Brasil no ano de 1960 e, talvez, possamos considerá-lo como um dos herdeiros da missão francesa que participou da implantação dos cursos da FFCL da USP em 1934. Qual a importância dessa ligação cultural entre França-Brasil?

Gérard Lebrun — Sobre a ligação com os franceses a partir da fundação da USP, creio que foi muito importante, porque ela deu lugar a um intercâmbio extremamente fecundo, principalmente se considerarmos o grande número de estudantes e jovens professores que continuaram sua formação na Europa. O fato de o departamento de Filosofia ter marcadamente a presença francesa significou uma contribuição para fazer dele um recinto um pouco isolado na realidade brasileira. Isso apresentou aspectos positivos na formação dos estudantes, mas seria errado julgar o estado da universidade brasileira a partir desse recinto protegido que é o departamento de Filosofia da USP.

MC — Em que sentido o senhor fala em isolamento do departamento de Filosofia?

Gérard Lebrun — Não falo em isolamento no sentido da falta de comunicação com o mundo externo, mas com relação à situação dos alunos, cujo centro de interesse é diferente do centro de interesse de alunos de uma outra formação. Eu acho que esse tipo de formação teve um peso profundo. Talvez, seria mais justo falar de especificidade.

* Nasceu na França. Professor do departamento de Filosofia da FFLCH/USP e do programa de pós-graduação em Lógica e Filosofia da Ciência da Unicamp. Entre outros, escreveu: *O que é Poder.*

MC — Esse isolamento corresponde, cronologicamente, à situação do departamento a partir da mudança para a Cidade Universitária? Parece-me que à época da Maria Antônia havia maior intercâmbio cultural e isso marcou um momento importante na história da cultura paulista.

Gérard Lebrun — Certamente havia mais contatos entre as pessoas dos diferentes departamentos. Nos anos 60, pela própria disposição de espaço que lá havia e também pela diferença demográfica de uma faculdade pequena, havia muito mais contato entre as pessoas de diferentes áreas.

MC — Isso trazia certo vigor ao debate e à polêmica?

Gérard Lebrun — Sim, na Maria Antônia as condições eram bem diferentes das atuais, pelas razões já citadas, e porque os alunos não eram tão numerosos quanto hoje e também não havia o que posso chamar de burocratização da universidade. A universidade não parecia uma coisa anônima como ela se tornou agora e de maneira inevitável, devido à mudança das condições.

68: a universidade no anonimato

MC — Quais os fatores que conduziram a universidade para esse anonimato?

Gérard Lebrun — O episódio de 1964 — o golpe militar — foi certamente o começo do fim desse ambiente de ebulição que acabei de descrever. Não fomos atingidos em 64 mesmo, mas sobretudo a partir de 1968, quando o pessoal tomou consciência de que as condições políticas eram outras e se tornaram graves, sobretudo o fato de que essas condições interferiam cada vez mais na vida cotidiana da universidade. Esse foi um dos fatores que favoreceu a atomização dos professores universitários, a falta de entrosamento. Nessa medida acho que as novas condições políticas tiveram muita importância com respeito à evolução do estilo de convivência e de trabalho. Além disso, como já mencionei — o alargamento da faculdade, o número maior de alunos, a própria disposição da Cidade Universitária — foram condições históricas que fizeram com que a espontaneidade, o estilo de convivência até 64 fosse rapidamente desgastado pelas circunstâncias políticas. Também pelo fato de que não se pode gerir uma universidade do tamanho da USP atualmente, até porque não se pode viver numa FFLCH, como se vivia no tempo da

Maria Antônia. Houve uma mudança quantitativa, que logo se tornou qualitativa.

MC — Então houve uma solução de continuidade que trouxe implicações para a formação dos alunos?

Gérard Lebrun — Sim, certamente houve solução de continuidade nas condições dos trabalhos, mas não na formação dos alunos. É justamente por isso que no começo da entrevista eu estava evocando o fato de que a formação específica do departamento de Filosofia me parece guardar o seu peso ainda hoje. Apesar de todas as peripécias lamentáveis, a expulsão e aposentadoria compulsória dos professores, constato que houve continuidade na formação dos alunos, devido à ação de certos colegas, como Gilda de Mello e Souza e Maria Sylvia Carvalho Franco. Eu não sou saudosista, mas é de se lastimar que não houvesse continuidade da vivência próxima entre professores lá na rua Maria Antônia. A faculdade era situada no centro, numa rua cercada de bares, de modo que as possibilidades de encontro eram muito mais fáceis do que na Cidade Universitária. Talvez fosse difícil manter essa unidade, mas aquilo que chamei de atomização substituiu esse clima de aproximação da Maria Antônia.

Departamento de Filosofia: espaço de resistência

MC — No seu entender o departamento de Filosofia representou um espaço de resistência que se manteve ao longo de toda a história da FFCL?

Gérard Lebrun — Sim, certamente e através inclusive de todas as mudanças topográficas e administrativas, que eram vitais. Apesar disso e de todas as mudanças, me parece que houve um estilo de formação que, pelo menos depois de 68, conseguiu ser preservado. Além disso, para quem acompanhou o departamento nesses 25 anos, a diferença é notável, da produção, das revistas, dos livros publicados. Há um progresso notável, que eu não sei se as pessoas tiveram oportunidade de seguir. É bem sabido também que temos professores do departamento de Filosofia convidados para participar de colóquios e palestras nos Estados Unidos e Europa.

MC — Gostaria que o senhor falasse sobre a contribuição do departamento de Filosofia para o desenvolvimento do pensamento brasileiro.

Gérard Lebrun — Não gosto de falar sobre o pensamento brasileiro, como não gosto de falar sobre o pensamento francês, pois a meu ver um pensamento não pode ser determinado dentro de fronteiras. Há pessoas trabalhando no Brasil com temas importados dos Estados Unidos, da França. Quem sabe no século que vem vai ser o inverso. Não se deve esquecer que os franceses no século XIX difundiram idéias que importavam, de forma que é possível falar em pensamento francês, embora seja artificial. Hoje em dia é muito difícil distinguir um pensamento alemão de um norte-americano, porque há um intercâmbio constante entre Alemanha e Estados Unidos. Habermans não teria escrito suas últimas obras se não tivesse as informações recolhidas nos Estados Unidos e isso impede uma determinação de nacionalidade. Ao longo desses 25 anos, eu diria que houve lentamente um acesso mais brasileiro. Talvez você dirá que eu sou nominalista ou relativista, mas o fato é que estamos falando de São Paulo, e São Paulo não é o Brasil. Não se pode julgar a universidade brasileira a partir de São Paulo e muito menos a partir do departamento de Filosofia. Não quero dizer com isso que São Paulo é melhor que os outros Estados, mas a formação filosófica em São Paulo foi muito bem construída, com grande influência francesa.

MC — E de sua experiência docente na Maria Antônia?

Gérad Lebrun — Eu nunca tive problemas, a não ser com a língua e com o clima. Não tive problemas especiais de adaptação. Nunca pude marcar qualquer diferença de natureza entre os contatos que estabelecia com os alunos franceses e com os brasileiros. Analisando bem há certas diferenças, por exemplo: os franceses são aparentemente mais respeitosos, mais conformistas com uma certa idéia napoleônica de universidade. No Brasil o ambiente é diferente. Os alunos são aparentemente mais descontraídos e apesar dessa aparência eles são menos atrevidos nas perguntas que fazem. Esta não é uma diferença suscetível de mudar totalmente o relacionamento com os alunos.

MC — Talvez porque houvesse muita reverência com relação à França. Dentro de uma ótica colonial havia aquela expectativa em estudar em Paris, em publicar na *Presse Universitaire*, uma certa dose de mito.

Gérard Lebrun — Não vejo porque havia tanto mito. Na verdade, quando conheci a USP, só pelo tamanho da FFCL ela me parecia provinciana. Havia reações provincianas, como há na França, nas universidades da província. Devo dizer que nunca en-

contrei nos anos 60 o ambiente que descreve Lévi-Strauss no início de *Tristes Trópicos*, aliás com muita maldade. Ele descreve um ambiente caricaturado que talvez tenha encontrado nos anos 30. Além do mais eu não me impressionei pelos mesmos fatores que ele descreve em *Tristes Trópicos*, com certa dose de complacência. Em São Paulo havia certo provincianismo no relacionamento universitário dos professores, não quero negar, mas isso não me impressionou a ponto de eu centrar meu juízo sobre a faculdade a partir dessas considerações.

MC — Efetivamente o senhor encontrou um certo mito sobre Paris entre seus alunos, na década de 60?

Gérard Lebrun — Talvez, é claro, mas em qualquer lugar do mundo existe o mito Paris. Entretanto isso nunca transformou meu relacionamento com os alunos. O professor pode vir de Paris, mas nem por isso a palavra dele tem que ser glorificada. A distância crítica sempre tem que prevalecer.

MC — O senhor disse que a Maria Antônia foi o momento mais feliz de sua vida universitária. Fale sobre isso.

Gérard Lebrun — Eu tentei situar a Maria Antônia no seu justo contexto, sem pretender espalhar ou difundir saudade. Aliás saudade é um sentimento que não conheço e, na minha vida privada, não faz sentido. Às vezes fala-se em sentido retrospectivo e se esquece dos problemas, por isso resolvi guardar as boas lembranças e exorcizar as más. É bom colocar o passado em perspectiva e não ter saudade. Tentei colocar as coisas no lado certo, sem minimizar nada e sem construir mitos.

RUA MARIA ANTÔNIA...

Maria Adélia Aparecida de Souza *

1959. A rua Maria Antônia. Quem a viveu não pode deixar de sentir saudades. Para uma caipira do interior, com o "r" carregado, de classe média (eufemismo) do interior, que descobria a metrópole (pela segunda vez), era demais! O burburinho de uma quantidade imensa de jovens, muito maior do que aquela do Colégio Estadual e Escola Normal Coronel Cristiano Osório de Oliveira, "o ginásio", como chamávamos em São João da Boa Vista, na Baixa Mojiana.

Havia, imagine, o bonde (que fantástica descoberta!). Que conforto, que prazer subir a Brigadeiro Luís Antônio, atravessar a Paulista, descer a Consolação, ver no mínimo um século de São Paulo num transporte delirante! Tomar o *Vila Buarque* e seguir com ele não apenas até a Maria Antônia (nome que queria dizer tanta coisa), mas ir pela vida afora... Ambos, o bonde e a Maria Antônia significam o domínio do mundo. E, um salto social, qualitativo e quantitativo para São João da Boa Vista, nos episódicos prazeres dos retornos temporários.

Mas, se para o interior a universidade era algo raro e longínquo, na rua Maria Antônia havia duas: a USP, a melhor, a pública, a mais concorrida, a mais combativa e... a outra. Assim dizíamos e assim fazíamos.

A identificação entre a rua e o lugar, entre a luta e o futuro, as intermináveis dualidades díspares que regem a vida, o movimento, o futuro. O interior e a capital, a rua e a instituição, o caipira, provinciano e o metropolitano; as charretes e os raros e prestigiosos automóveis e o bonde e a modernidade. O restrito e o amplo; o passado e o futuro.

* Geógrafa, professora assistente doutora do departamento de Geografia da FFLCH/USP. Ex-prefeita da Cidade Universitária. Entre outros, escreveu: *Governo Urbano* e *O Espaço da USP*.

Que estranheza as formas de endereçamento! Que prazer dizer rua Maria Antônia e não rua do Mercado, rua do Grupo, como em São João. Conhecer ruas pelo nome, era um símbolo da metrópole e da ascensão social. Era conhecer a cidade grande, o maior mistério do interior, a terra de ninguém, de bandidos e assaltantes.

Curiosa ascensão social...

Maria Antônia, feminina e feminista, sabia de sua luta e já deslindava seu futuro. Aguerrida, implacável acolhia ricos e pobres. Eram geógrafos, filósofos, sociólogos, físicos, químicos, matemáticos, antropólogos, enfim uma universidade a viver, a refletir um país em fantástica mudança e com firmes propósitos de liberdade.

Maria Antônia, a primeira faculdade na história do movimento estudantil a ser tomada pelos estudantes. Reforma universitária, greve do 1/3. Abaixo a cátedra! Chega a temível polícia e o DOPS do governo Carvalho Pinto. Todos no Grêmio. Osvaldo ainda arrendava o bar do Grêmio e tinha a barbearia. Era uma roda grande. Todos juntos projetando o país. Até a polícia participava. Sérgio Ricardo tocava violão. Era o movimento de cultura popular. Subdesenvolvido, subdesenvolvido, subdesenvolvido, subdesenvolvido...

E a Maria Antônia tudo registrava e anotava nas folhas do tempo e da história, muitas delas rasgadas e queimadas pelo regime militar que nos castrou ou matou, muitos, daqueles tempos...

Greve geral — a UNE decreta. Aldo Arantes e Vinícius Caldeira Brant presidentes. Tomamos a faculdade.

— "Mãe, hoje não volto para casa, vamos tomar a faculdade e eu vou dormir na Maria Antônia".

— "Filha, essa é uma amiga que não conheço. Deixe o telefone dela, qualquer coisa... Engraçado, a Maria Antônia jamais esteve aqui em casa?"

Maria Antônia. Que intimidades, que carinho, que saudades...

Vencemos parte da luta. Estudantes participam dos órgãos colegiados e decisórios da universidade, com direito a voz e voto, na Congregação, no CTA... Aquele *mal à l'aise*, móveis solenes. A solidariedade dos mestres (sim mestres) — Cruz Costa, Antonio Candido, Florestan Fernandes, Fernando Henrique. Chega a

bomba — a jubilação. Como encará-la? Questão difícil para o movimento estudantil. Mas vamos ao "conchavo". "Conchavo" é Maria Antônia. Alianças, articulações eram feitas e desfeitas. Política era Maria Antônia. Definições muitas, para o resto da vida, é Maria Antônia.

Assembléia do Grêmio da Filosofia, uma das maiores da USP. A disputa política era em nome: "JUC (Juventude Universitária Católica), a Polop (Política Operária), a UJC (União da Juventude Comunista). E as mulheres, não falam em Assembléia? Raríssimas, apenas duas ou três. Política ainda era uma coisa de homens, de machos.

Mas era preciso tomar posições. E a revolução cubana, o Ponto IV, a Aliança para o Progresso, o IBAD, o ISEB e tantos outros. Vamos nos reunir na Maria Antônia para examinar a questão.

Maria Antônia, na juventude era o centro do mundo, do meu pobre mundo. Para quem chegava do interior, onde o mundo, aquele da metrópole, não chegava.

Mas não era só Universidade e Política, a rua Maria Antônia. Era o lugar do encontro, da boêmia quase pueril, dos almoços nas pensões, do *pindura* no Bar do Zé (quantos lá mataram sua fome!), da batucada do fim de tarde e dos fins de semana do *Sem Nome* da Vila Nova, que era também Maria Antônia, dos grandes talentos, dos bons e dos maus vizinhos...

Das "guerras e das pancadarias" nas assembléias.

— "Parem! Tem penetra! Chegou a turma de frente do Mackenzie."

— "Reacionários! Fora!"

Olhe! A polícia chegou e todos que estavam reunidos no Mackenzie estão presos. A polícia cercou o prédio. Ninguém entra, ninguém sai. Quem tem um deputado amigo. Rápido! É preciso contatá-lo para que vá soltar o pessoal. Olhe, encontro para uma avaliação, na Maria Antônia (diga-se, no Grêmio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras). É preciso agir rápido. Desde ontem o pessoal está lá. É preciso levar comida, mas a polícia não deixa chegar perto.

E o *Estadão* está contra a gente. Nos chama de agitadores. Somos jovens, cheios de vida, queremos construir o país e é preciso andar rápido! Não há tempo a perder. O movimento estudantil, liderado pela UNE, UEE e pelos DCEs, está forte e coeso.

Participa das negociações para indicação do ministro da Educação, o ministro do Trabalho pede a colaboração dos estudantes para resolver a greve dos *bagrinhos* em Santos. O movimento estudantil é uma força política séria, importante, chamada à mesa, nas grandes negociações nacionais.

Somos responsáveis, sérios e atuantes. Abaixo o *Estadão.*

A Maria Antônia não foi uma rua de São Paulo. Foi, a Maria Antônia, uma instituição política, séria, aguerrida, que semeou em muitos de nós, na prática, o aprendizado da História, do Brasil, da resistência (e como isto seria útil, poucos anos mais tarde...) e do amor.

Tanto isto é verdade que foi preciso liquidar, não apenas com a Faculdade de Filosofia, mas com a instituição Maria Antônia. Aquelas colunas cinzas que sustentavam corpos cansados ou ávidos de notícias, que ouviam segredos do amor e de política, foram caladas.

Numa tarde, um tiro explode. Edson está morto e com ele a Maria Antônia e muitos dos sonhos e anseios nela acalentados por muitos de nós. Maria Antônia está morta. Uma agonia lenta. Até aí ela é resistente.

Lá ainda está o bar do Zé, o Mackenzie, a leiteria, novas papelarias e livrarias.

É a rua Maria Antônia da cidade de São Paulo.

E como éramos elegantes...

NA MARIA ANTÔNIA DOS ANOS 60: A REFORMA DA FILOSOFIA E A REVANCHE DOS GOLPISTAS

João Quartim de Moraes *

São muitos, creio, aqueles — entre os quais desde logo me incluo — para quem a Maria Antônia era muito menos uma rua do que um certo prédio situado à direita de quem vinha da Consolação. Inseparáveis do prédio eram suas adjacências, bares com mesa na calçada e um medíocre mas constante serviço de restaurante. Esses bares não se devem confundir com os botequins que serviam sanduíches no balcão. A diferença nos parece suficientemente importante, na reconstituição da Maria Antônia enquanto fenômeno cultural paulistano, para merecer uma descrição menos sumária.

Vindo da Consolação, o prédio da Faculdade de Filosofia (já que é dele que se trata aqui) ficava do lado direito da rua. Do lado esquerdo estava uma das alas da Universidade Mackenzie. Situação topográfica oposta, nesta perspectiva, à posição político-cultural das duas instituições. Mas tudo é questão de ponto de vista: vindo da Higienópolis, restabelecia-se a correspondência entre a orientação espacial e a orientação ideológica.

Os bares com terraço e mesas ficavam na calçada do Mackenzie. Eram freqüentados, até tarde da noite, por professores e alunos da Filosofia. Os do Mackenzie vinham pouco, e quando vinham mantinham atitude discreta. Os botequins ficavam do outro lado da rua. O mais freqüentado era o situado na esquina da Maria Antônia com a Dr. Vila Nova. Posição estratégica: para lá confluíam discentes e docentes da Faculdade de Economia, então instalada na rua Dr. Vila Nova, no mesmo quarteirão da Faculdade de Filosofia, que também fornecia copioso contingente de

* Formado em Direito e Filosofia pela USP, onde, em 1965, tornou-se instrutor de História da Filosofia Antiga. Atualmente, é professor de Filosofia Política na Unicamp. Autor de livros e artigos sobre teoria de análise política.

consumidores dos sanduíches de calabresa, mistos, de queijo, além dos habituais refrigerantes e vitaminas. Havia mais um ou dois botequins entre esse da esquina e o prédio da Filosofia, também cheios entre as 18,30 e as 20 ou 21 horas. Mais tarde surgiu, no mesmo local, um bar de maiores pretensões, *O Cientista*. No gênero lanchonete, servia refeições rápidas em que desfilavam as banalidades gastronômicas que, para um público financeira e intelectualmente predisposto à modéstia alimentar, eram tidas como requintadas preparações. O "filé à cubana", por exemplo, era muito prestigiado, embora as ressonâncias ideológicas do prato — que se distinguia dos demais filés por incluir bananas fritas no acompanhamento — pouco tivessem a ver com a ilha do Caribe, que nunca fora uma "banana republic" no sentido econômico (Cuba foi confundida, na peculiar geografia dos cardápios, com os produtores de banana da América Central continental) e deixara de sê-lo, no sentido político, desde a vitória dos guerrilheiros dirigidos por Fidel Castro e 'Che' Guevara. Na falta de maiores qualidades culinárias e a despeito da impropriedade geográfica de sua designação, o filé à cubana entrou para a história da Maria Antônia quando os "excedentes" (isto é, os candidatos aprovados no vestibular mas sem obter classificação para as vagas disponíveis) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) entraram numa greve de fome para obter aumento do número de vagas. O movimento havia conseguido certa repercussão, quando um de seus dirigentes, freqüentador assíduo da Maria Antônia — onde sua causa era encarada com a maior simpatia — foi fotografado de garfo em punho no *O Cientista* por um jornalista maldoso, que no dia seguinte publicou, no diário onde trabalhava, uma matéria acompanhada da foto incriminadora, tendo como título algo como "Líder da greve de fome saboreando um filé à cubana..."

Não somente os bares e restaurantes, mas todo o complexo cultural da Maria Antônia era mais animado no período noturno. Especialmente os cursos de Filosofia e de Ciências Sociais. De dia, predominava o público tradicional (isto é, principalmente feminino) dos cursos de Letras, acrescido dos estudantes de Psicologia. Havia também curso diurno de Filosofia e de Ciências Sociais, mas a opção pelo noturno era amplamente predominante. No início dos anos 60, com efeito, dedicar-se integralmente ao estudo, ao ensino e à pesquisa, não era considerado uma escolha profissional. O tipo predominante do intelectual ainda era

(embora já estivesse começando a deixar de sê-lo) o letrado diletante. A Filosofia, em particular, era sobretudo ensinada em seminários como apêndice do ensino teológico ou então professada em círculos esotéricos compostos de gênios incompreendidos pelo meio social circundante e que encontravam a confirmação da própria genialidade no caráter rigorosamente incompreensível do que diziam e escreviam. O mérito de João Cruz Costa foi imenso na superação da alternativa filósofo-teólogo/filósofo-gênio incompreendido. Ainda que tenha sido mais um historiador das idéias filosóficas e políticas do que um teórico, abriu caminho, juntamente com Lívio Teixeira, à formação de uma geração de professores e pesquisadores de qualidade acadêmica internacional. Basta citar os nomes de José Arthur Giannotti, Oswaldo Porchat Pereira, Bento Prado Jr., Ruy Fausto, para ficarmos apenas nos que se formaram durante os anos 50. Mas esse processo iria requerer ainda uma década para germinar: ironicamente, seria durante os "anos de chumbo", quando os Brilhante Ustra e outros algozes dos DOI-CODI e da OBAN, impunham, com descargas elétricas, respeito à ditadura militar, que se consolidaria em nossa cena intelectual a figura do pesquisador profissional. Em 1961, quando entrei no curso de Filosofia, esta perspectiva estava ainda distante. Para a maior parte de meus colegas, como também, *mutatis mutandis*, para os colegas de Ciências Sociais, a expectativa principal não era *adquirir* uma profissão, mas *completar* a própria formação intelectual.

O maior interesse pelos cursos noturnos decorria em larga medida dessa expectativa, partilhada por duas categorias de estudantes. Alguns trabalhavam o dia inteiro em profissões às vezes menos mal remuneradas que a de professor secundário. Eram motivados sobretudo pela curiosidade intelectual e pela vontade de participar de uma atividade distinta e mais atraente que a rotina do trabalho assalariado. Outros — entre os quais me situo — haviam iniciado seus estudos universitários em faculdades consideradas como profissionalizantes (as três profissões liberais classicamente reservadas aos jovens burgueses sem fortuna: Medicina, Engenharia e Direito, ainda atraíam a grande maioria dos candidatos a um diploma universitário), sobretudo na de Direito, onde logo se desencantariam com a estéril verborragia dos ilustres catedráticos do largo de São Francisco, a maior parte dos quais eram fazendeiros ou advogados de interesses fundiários, encarando o magistério universitário apenas como um trunfo a

mais nos negócios ou na política. Sem abandonar o curso, porque afinal a disputa por uma vaga nos vestibulares havia sido árdua e, mal ou bem, ser advogado ainda parecia a menos má opção profissional para quem não seria médico nem engenheiro, iam deslocando para a Maria Antônia seu interesse intelectual. Foi o que ocorreu comigo e com vários colegas de Filosofia e Ciências Sociais, também oriundos da Faculdade de Direito.

Em 1961, o corpo docente do curso de Filosofia atingira uma excepcional qualidade. Além de Giannotti, Porchat e Bento Prado, os "jovens turcos" que sob a discretamente lúcida proteção de Cruz Costa e de Lívio Teixeira estavam lentamente elevando o departamento de Filosofia à altura do paradigma francês em que se inspiravam contava com dois franceses em carne e osso. Um deles, Michel Debrun, já era um veterano nas lides intelectuais brasileiras, tendo participado, na década anterior, da experiência do ISEB, para depois se fixar na Maria Antônia. O outro, Gérard Lebrun, chegara ao Brasil no final de 1960 e já em 1961, em seu primeiro curso entre nós, consagrado às relações entre Lógica e Linguagem, impressionou a todos por suas qualidades intelectuais.

A relação entre professores e estudantes era de proximidade, dentro e fora da sala de aula. Bento Prado, Porchat e Lebrun, por ordem decrescente de noctambulismo, asseguravam o prosseguimento do debate filosófico até altas horas. Giannotti, a despeito de um temperamento impulsivo que o levava freqüentemente a réplicas truculentas, era também uma presença marcante nas tertúlias extracurriculares, mas mais ainda nas intracurriculares. Colegas e alunos aceitavam-no como o *condottiere* do departamento: sua autoridade, até por ser informal, sofria constantes contestações, mas revestia-se da sólida couraça de um projeto intelectual onde a ambição dos fins se temperava com a meticulosa seriedade dos meios.

Vinte anos depois, Paulo Arantes, que conhecera como estudante a Maria Antônia na década de 60, submeteu o projeto intelectual dos "jovens turcos" a uma revisão crítica severa [1]. Sem negar pertinência a suas observações, e identificando-me totalmente com sua preocupação de reavaliar com mais justiça histórica o importante papel de Cruz Costa, parece-me necessá-

(1) Cf. Paulo Arantes, "Cruz Costa e Herdeiros nos idos de 60", in *Filosofia Política 2*, 1985 (L&PM Editores).

rio insistir, a propósito dessa revisão crítica, no aspecto mais duradouro do legado intelectual da reforma da Filosofia empreendida por Giannotti e seus amigos. O credo reformador comportava, sem dúvida, modismos e pedantismos, dos quais o mais agressivo era o culto do estruturalismo enquanto método universal em História da Filosofia, com a correspondente canonização dos chefes franceses daquela escola (Guéroult e Goldschmidt, notadamente). O essencial, no entanto, é que, através da veneração pelo dogma estruturalista — e a despeito desta veneração — se exprimia uma incorruptível exigência de *rigor teórico*, que os reformadores souberam transmitir, pelo menos, a seus discípulos mais chegados, entre os quais tive o privilégio de me incluir.

Foi por termos assumido, enquanto alunos, o critério de qualidade intelectual fixado pelos promotores da reforma da Filosofia paulista, que nos impusemos uma penosa disciplina à qual devemos ter escapado ao diletantismo filosófico, tentação difícil de resistir num país como era (e infelizmente ainda é) o nosso, onde o semi-analfabetismo das classes privilegiadas é pelo menos tão grave quanto o analfabetismo das classes oprimidas e onde, por conseguinte, dominar três ou quatro ou cinco línguas em que estão expressos originalmente os grandes textos da filosofia universal (digamos, o grego, o latim, o alemão, o francês e o inglês) confere uma "vantagem comparativa" tão grande que seu possuidor tende, se não está criticamente controlado por seu meio cultural, a encerrar-se na torre de marfim da própria suficiência, dissertando impunemente sobre o que pensa saber, como sobre o que seguramente não sabe.

Tal é a dívida intelectual — e por que não dizê-lo?, moral — que contraímos, nós, alunos de Filosofia dos anos 60 na Maria Antônia, relativamente aos "jovens turcos" e particularmente àquele que soube pagar com dignidade o preço de uma certa impopularidade que lhe valeu ter encarnado, contra ventos e marés, aquela crispação da vontade sem a qual não se reforma nada — nem na cultura nem, menos ainda, na sociedade. Refiro-me a José Arthur Giannotti.

Aqueles que realmente interiorizaram o critério de qualidade intelectual da Maria Antônia dos anos 60 — e aqui permito-me não citar nomes — atravessaram incólumes o pedantismo e o modismo e se acostumaram à beber na fonte os grandes textos da filosofia e a examinar, em primeira mão, os fundamentos teóricos dos problemas maiores de nosso tempo. A leitura sistemá-

tica do *O Capital*, que tanto marcou a formação intelectual dos "jovens turcos" e de seus discípulos, foi inspirada, em larga medida, pela exigência de ir, ou melhor, de retornar às fontes, de repensar por conta própria Marx e o marxismo. Para uma direita politicamente mesquinha e intelectualmente indigente como a que preparou, desfechou e utilizou o golpe reacionário de março-abril de 1964, trazer a obra de Marx para a universidade constituía um ato de "subversão". Para nós, antes de constituir a referência ideológica de uma escolha política, os seminários sobre *O Capital* representaram um desafio — e portanto um risco — teórico. Tratava-se de submeter nossa simpatia pela causa dos operários e do socialismo ao crivo da razão. Ou melhor, ao entrechoque das razões de cada um de nós, professores e estudantes de Filosofia e de Ciências Sociais que durante vários anos consagramos um sábado em dois à análise e discussão do texto de *O Capital*.

Houve, na verdade, dois seminários de *O Capital*. O primeiro, organizado pelos "jovens turcos" no fim dos anos 50 e o segundo por seus discípulos, aos quais se juntaram remanescentes do primeiro. Este último teve duração insólita para iniciativas do gênero: iniciado em 1962, atravessou o golpe de 1964 (quando sofreu interrupção de alguns meses), prosseguindo até 1966, quando seus integrantes mais ativos criaram a revista *Teoria e Prática*, da qual se publicaram três números até 1968. O quarto também deveria sair naquele ano fatídico. Foi bloqueado na gráfica: a censura ditatorial recrudescia e a resistência democrática se sentia cada vez mais compelida a passar da teoria à prática.

Na verdade, a resistência começara, na Maria Antônia, no dia mesmo do golpe. Como boa parte da opinião progressista, alunos e professores da Faculdade de Filosofia haviam sido colhidos de surpresa pela quartelada de 31 de março. Poucos anteviram, durante os idos de março, quando se alternavam manifestações sindicais e estudantis a favor das reformas de base e marchas da "Família com Deus pela Liberdade", a possibilidade de vitória das forças do privilégio e do obscurantismo. Predominavam as esperanças de que o Brasil deixaria de ser o país dos milionários insolentes, dos pequenos-burgueses arrivistas, dos espertinhos e dos safados, para se tornar o país de seu povo. Houve mesmo alguns professores que participaram, às vésperas do "pronunciamento" liberticida, da tentativa de criação do

Comando Geral dos Trabalhadores Intelectuais. Discutiam-lhe o anteprojeto quando o golpe chegou.

Uma de suas primeiras medidas, em São Paulo, foi invadir a Maria Antônia. O então governador Adhemar de Barros já a designara antecipadamente à *vendetta* dos espancadores do DOPS, dos terroristas do CCC e dos coronéis dos IPMs, catalogando-a de "ninho de comunistas". Encorajados de tão alto, os agressores não se fizeram esperar. Foram recebidos, na entrada, por um grupo de estudantes decididos a defender a faculdade contra o que pensaram ser mais uma das agressões dos bandos fascistóides que pululavam no Mackenzie. Os "playboys" do CCC e do MAC, no entanto, vieram desta vez reforçados e enquadrados pelo DOPS. Voaram porradas num combate demasiado desigual. Alguém acertou uma cadeirada num delegado. O que valeu aos bravos defensores da Maria Antônia dois espancamentos: um *in loco*, o outro no DOPS.

Durante o período que separa esta invasão daquela que, às vésperas do AI-5, levou, numa operação combinada entre os mesmos parceiros — CCC e DOPS — à destruição física e emblemática da Maria Antônia, ela constituiu um reduto da resistência cultural à "revanche da província, dos pequenos proprietários, dos ratos de missa, das pudibundas, dos bacharéis em lei, etc." (a enumeração, incompleta mas expressiva é de Roberto Schwarz). A dignidade com que se comportaram, entre outros, Cruz Costa e Florestan Fernandes diante da grosseria e da agressiva estultice dos interrogatórios a que foram submetidos pelos coronéis dos IPMs, associou desde logo os professores aos estudantes na determinação de atravessar de pé os anos sombrios que se anunciavam. A reativação do movimento estudantil a partir de 1966 e sobretudo 1967 teve na Maria Antônia um de seus epicentros. À Faculdade de Filosofia coube assim o arriscado privilégio de encarnar o espírito de crítica e de contestação que culminou na grande agitação de 1968. Espíritos sarcásticos retiveram daquele ano de utopismo exacerbado tão-somente a mecânica pendular do fluxo e do refluxo: 68 foi o ano do "oba-oba" precedendo os longos anos de "epa-epa" em que cada cidadão não-conformista podia receber, a qualquer hora, a visita das equipes do DOI-CODI. Situando-a numa perspectiva histórica mais ampla, a ativa resistência que a Maria Antônia opôs àqueles que finalmente viriam destruí-la se inscreve na luta secular por uma democracia social e cultural e particularmente por uma universidade crítica

e atuante que representa ainda hoje a melhor esperança de um país onde a lei é feita para os milionários e a cidadania para todos permanece um direito a conquistar. Sim, houve ingenuidade e até inconseqüência na euforia revolucionária de 68. Mas o que sobretudo permaneceu foi a crispação da vontade de dizer "não" à miséria das circunstâncias.

UMA BELA MOÇA

Renato Pompeu *

A Maria Antônia para mim não é apenas uma rua onde ficava uma faculdade; na verdade para mim ela se personaliza e então a Maria Antônia para mim é uma moça, uma moça bem jovem, bonita, inteligente, sedutora, rica porém irremediavelmente louca. Ela era moça, uma mulher, porque uma das grandes contribuições da Faculdade de Filosofia da USP daquele tempo era a importância já então atribuída à mulher, que em outros locais da intelectualidade paulistana e brasileira não tinha o nicho que hoje tem. Se havia algum lugar em que a mulher era importante em termos de ser igual ao homem, era a Maria Antônia. Portanto, a Maria Antônia tinha realmente de ser uma mulher.

E era um mulher jovem, porque a Filosofia como faculdade era bem nova, não só no sentido de ter poucos anos de vida, que aliás nos anos 60 ela já tinha seus 20 anos ou mais e hoje seria uma faculdade velha, como principalmente em termos de novidade, mesmo como conteúdo e forma de ensino. Afinal, o país estava acostumado a faculdades como a de Direito da USP, toda ritualizada e toda estagnada na defesa do *status quo* dominante. A Maria Antônia surgia como fator de modernização. Assim, além de ser mulher, era jovem.

E bonita, porque a Maria Antônia era extremamente agradável ao olhar, sempre muito bem arrumada e maquiada, atraente e sedutora, porque a Maria Antônia não queria só encantar ou agradar, ela queria conquistar, angariar apoio para sua causa. Então tínhamos que a Maria Antônia era uma mulher, jovem, bonita e sedutora. Entretanto, era também uma moça, além de jovem e bonita e sedutora, também rica. Isso porque seus alunos, no cur-

* Jornalista e escritor. Cursou Ciências Sociais na FFCL/USP a partir de 1960. Autor de ficção e ensaios, entre outros, escreveu: *Samba Enredo* e *Dialética da Feijoada*.

so diurno, que é o que interessa, porque foi o que sempre se destacou intelectual e politicamente — o curso noturno era uma espécie de primo pobre — ou eram oriundos, em sua maioria, da parentela menos rica da antiga oligarquia agrária de origem quatrocentona ou então de famílias ligadas ao médio e pequeno empresariado de origem migrante e modernizadora, que contribuíam com seus sobrenomes de origem não-portuguesa para dar uma variedade muito maior do que a que se observava, por exemplo, na Faculdade de Direito; porém, tendo essas duas origens, os alunos da Maria Antônia no curso diurno se destacavam pela quase total despreocupação quanto às necessidades da sobrevivência.

Essa situação, de origem na parentela pobre da oligarquia agrária — pobre em termos, porque essas pessoas eram bem acima de remediadas — ou de irmãos mais novos das famílias do pequeno e médio empresariado migrante, criava uma situação de as pessoas não precisarem se importar com o mundo. Ora, as pessoas assim ficavam numa situação extrema. Na qualidade de elementos intelectualizados ligados à parentela pobre da oligarquia agrária ou de irmãos mais novos de famílias do médio e pequeno empresariado migrante, os alunos e professores da Maria Antônia constituíam-se em setores dominados das classes dominantes. Daí a simpatia com que encaravam as classes dominadas, por se identificarem com a situação de sofrerem uma dominação, porém só à medida que a aliança com as classes dominadas poderia levar os mariantonianos a se tornarem setores dominantes, fossem quais fossem as classes dominantes. Era indiferente, para esse projeto, que as classes dominadas se tornassem as classes dominantes aceitando a liderança dos setores que passariam de dominados dominantes das anteriores classes dominantes, ou que simplesmente as classes dominadas ajudassem esses setores dominados da classe dominante se tornarem dominantes, mantida como classe dominante a antiga classe dominante. Difícil de entender, porém uma situação bem conhecida de quem observasse a Maria Antônia com um mínimo de isenção.

Com tudo isso, a Maria Antônia era uma moça de inteligência excepcional, porque sua situação na sociedade, de parte da classe dominante porém com ligações com a classe dominada, lhe permitia ter uma visão ampla da sociedade, o que não era facultado nem ao grosso das classes dominantes nem ao grosso das classes dominadas. Porém, à medida que ficava nessa situa-

ção estratégica, a Maria Antônia também ficava desligada do real, porque, nessa situação de fronteira, ela não tinha responsabilidades concretas nem na condução dos negócios das classes dominantes nem na condução das reivindicações das classes dominadas, sobrando-lhe portanto um espaço em que tudo se passava apenas no pensamento.

E aqui entra a loucura da Maria Antônia. Sobrando-lhe socialmente esse espaço de puro pensamento, ela já não raciocinava a partir do real concreto, da correlação material de forças entre as classes da sociedade brasileira em sua inserção nas relações concretas internacionais. A Maria Antônia raciocinava a partir das puras constatações pensadas e tirava conclusões, não a partir da famosa análise concreta de situações concretas, porém a partir do livre movimento do puro pensamento. E assim chegou à conclusão de que a situação era mais *avançada* do que efetivamente era. Na situação concreta da ditadura militar, foi assim fácil à Maria Antônia chegar à conclusão de que a saída era a luta armada, ou a frente de esquerda, porém não com o objetivo de instaurar um regime parecido com os socialismos realmente existentes, os únicos concretos, e sim com o objetivo de chegar a um regime em que ela, como setor dominado de classes dominantes, se transformasse em setor dominante, não importando qual fosse a classe dominante. Muito significativamente, além do mais, era o fato de que as classes dominantes às quais a Maria Antônia era ligada, a oligarquia agrária e o pequeno e médio empresariado, não eram nem o grande empresariado nem os grandes executivos das multinacionais, o ramo dominante das classes dominantes.

Hoje podemos dizer que os herdeiros da Maria Antônia são menos ricos, menos bonitos e menos inteligentes, porém continuam igualmente loucos e sedutores. Menos ricos, porque a oligarquia agrária e o pequeno e médio empresariado ocupam nas classes dominantes posições muito menos importantes do que há 20 ou 30 anos; menos bonitos pela mesma razão, por terem menos recursos para se arrumarem e se maquiarem. São também menos inteligentes, porque partilham de sua posição social e científica menos complexa, à medida que agora tendem a sobreviver como funcionários públicos, tendo como parâmetro de poder o governo e a universidade, e à medida também que a Maria Antônia vivia num ambiente em que conviviam cientistas sociais e naturais. Porém continuam igualmente loucos, pois lhes sobra sempre um espaço mais do pensamento puro do que de in-

serção concreta na sociedade, e continuam sedutores, pois pregam que, para se chegar a uma sociedade ideal, basta ter a vontade disso, sem levar em conta as situações materiais da sociedade. É isso que constitui para mim a Maria Antônia, que não existe mais em carne, porém continua existindo em espírito.

MARIA ANTÔNIA: DÉCADA DE 60

Adélia Bezerra de Meneses *

Tratava-se para mim, antes de mais nada, de cruzar a Consolação: pois do outro lado, na outra ponta, quase como uma continuação da rua Caio Prado, mas, quebrando-se à esquerda, ficava a Maria Antônia. A Consolação não era a avenida larga, de duas pistas e metropolitana, como se apresenta hoje: era estreita e sinuosa, e por ela passava arquejante o bonde que vinha da praça Ramos de Azevedo. Ela era estreita em 1962, mas cruzá-la simbolizaria para a colegial do curso clássico um salto qualitativo, um ideal libertário a ser conquistado: entrar na USP. E desviar-me do *Sedes Sapientiae,* a faculdade de freiras e (então só) para moças, a que me destinara o desígnio paterno, que queria, na minha formação, evitar qualquer solução de continuidade. Pois o *Sedes Sapientiae* dos anos 60 — apesar de ter sua entrada principal na rua Marquês de Paranaguá — apresentava um acesso natural pelos jardins do Colégio *des Oiseaux*, com o qual formava um único bloco (topográfico/social/ideológico).

Mas "solução de continuidade" era o que mais desejava a adolescente de 17 anos que já participava de movimentos secundaristas, e que, através de um irmão uspiano vislumbrava o que poderia significar a Maria Antônia, naqueles efervescentes anos do início da década de 60. Do "lado de lá" estaria um espaço de participação política e social, uma sugestão de realização intelectual (afetiva?): um projeto de vida.[1] Uma promessa de felicidade.

* Licenciou-se em Letras pela FFLCH/USP. Desde 1975 ensina Teoria Literária e Literatura Brasileira na Unicamp. Entre outros, escreveu: *A Obra Crítica de Álvaro Lins e Sua Função Histórica* e *Desenho Mágico: Poesia e Política em Chico Buarque.*

(1) Acionando a memória de vinte e poucos anos atrás, corro o risco de ficar paralisada pelos escrúpulos de tantos dados confessionais: a quem interessariam eles, neste depoimento? Mas interessam. Interessam porque contribuem para a mon-

Na realidade, mitificações à parte, à Maria Antônia eu devo as linhas de força básicas da minha personalidade intelectual (e humana): lá eu me formei com Antonio Candido, com quem, caloura ainda, fiz um primeiro e decisivo curso (ao qual se seguiram outro, e mais outro, e depois o mestrado e o doutorado em Teoria Literária); lá eu pude descobrir o mundo grego, que me revelou fontes que ainda hoje me alimentam; lá eu tive a ocasião de me deixar impregnar do espírito da Faculdade de Filosofia.

Definir o "espírito da Maria Antônia" é tarefa complexa e delicada. Talvez ele possa ser captado numa formulação de Antonio Candido: o *pensamento radical de classe média* enquanto marca mais significativa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP[2]. Não é revolucionário propriamente, precisa ele, é radical. Pois antes do dramatismo de se tornar, em 1968, o lugar onde se feriu, a nível estudantil, a batalha da esquerda e da direita (USP versus Mackenzie), a Maria Antônia foi o espaço das grandes transformações interiores das gerações que por lá passaram.

Ela não era apenas a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP: a Maria Antônia *era uma universidade.* Escapando daquilo que, no fundo, sempre fora a tradição brasileira, de escolas estanques e poderosas (Direito, Medicina, Politécnica) — tradição essa que, infelizmente, se reinstaurou na prática, com a construção atomizante e faraônica da Cidade Universitária — na Maria Antônia acontecia uma universidade.

Assim, falar da Maria Antônia é falar da USP quando a universidade tinha escala humana, quando a não-compartimentação geográfica entre os diferentes cursos metaforizava a convivência intelectual, quando Letras estava tão perto das Ciências Sociais quanto da Filosofia e da Psicologia, quando literatos se acotove-

tagem da *biografia de uma geração*, que se desenha não só a partir das configurações panorâmicas, mas do recorte de uma experiência pessoal. (Talvez seja interessante observar que, em alemão, *rememoração* — Erinnerung — etimologicamente sugere *in*teriorização: uma forma de conhecimento. E re*cor*dar é colocar no *cor*ação). Assim, reconstituir a saga da Maria Antônia é refazer a história pessoal de muitos de nós, nessa fase decisiva de um pouco antes e um pouco depois dos 20 anos, quando tudo é tão intenso e tão cheio de cor; e quando tudo no Brasil valia tanto a pena, naquela década de 60, tão carregada de esperanças e contradições.

(2) Cf. entrevista de Antonio Candido à revista *Transformação*, da FFCL de Assis, n.º 1, 1974.

lavam nas escadas estreitas com filósofos e sociólogos, e todo mundo (inclusive o pessoal da Economia, na Dr. Vila Nova, e o pessoal da FAU, na rua Maranhão) se encontrava no Grêmio: uma entidade *viva*. (O Grêmio enquanto "agremiação", canal valioso de expressão do aluno, e o Grêmio enquanto espaço físico: onde jogávamos pingue-pongue e ao qual se chegava depois de atravessarmos um pátio interno, circular, cheio de murais onde colocávamos cartazes e convocações de todos os tipos. O Grêmio era o nosso *ágora*). Ou no saguão, nos corredores, nos barzinhos, nos botecos das redondezas, ou nas assembléias (tão freqüentes!), ou nos centrinhos (com destaque subjetivo para o CAEL: Centro Acadêmico de Estudos Literários). Ou no restaurante do Seu Oswaldo, onde as indefectíveis bandejinhas de inox apresentavam (numa semipenumbra) o feijão com arroz, a salada de tomates e o bife, comidos quase sem nos darmos conta de seu gosto, tão intensas eram as conversas travadas por cima dos pratos. (O restaurante do Seu Oswaldo, cheio de caixotes de madeira com garrafas, que muitas vezes nos atravancavam o caminho, mas que um dia, como arca salvadora, esconderam estudantes procurados pela repressão da ditadura.) Ou no salão nobre (que chamávamos "salão pobre"), onde ouvíamos, apinhados, as defesas de tese.

Falar da Maria Antônia é falar daquele prédio cinzento e desenxabido, com o mau gosto das colunas gregas timbrando em realçar a sua entrada principal. (Necessidade de evocar o lugar, para convocar a força do lugar.) Parodiando Susan Sontag, que declara que Walter Benjamin, tradutor de Proust, escreveu fragmentos de uma obra que se poderia intitular *A la Recherche des Espaces Perdus*, eu diria que aqueles que viveram na Maria Antônia, naquela época, se põem nessa atitude: a procura de um espaço-tempo, em que as coisas aconteciam. O nosso *illo tempore* tem um chão específico. E é por isso que ficamos tão atingidos quando um dia deparamos com as paredes da faculdade violentadas pelas pichações do CCC (Comando de Caça aos Comunistas), do MAC (Movimento AntiComunista) e da FAC (Frente AntiComunista) — organizações todas com um alto contingente de membros sediados exatamente na escola fronteiriça, o Mackenzie. Uma das fotos de jornal da época, novembro de 1968, registra uma pichação em dois tempos (de autorias diferentes, de ideologias opostas), em que a sigla do Comando de Caça aos Comunistas se viu intercalada com as demais letras que compõem a palavra Coca-Cola, numa leitura (bem ao gosto da época) em que o movimento

anticomunista se vê articulado aos grandes monopólios internacionais — a esse ícone da sociedade norte-americana:

CoCaCola

Falar da Maria Antônia é falar da USP quando a universidade estava organicamente vinculada à cidade, pulsando da sua vida. A cidade permeava a universidade, ou antes, a faculdade contagiava a cidade. É assim que para a minha turma a Biblioteca Municipal Mário de Andrade, por exemplo, funcionava como uma espécie de "biblioteca central" da faculdade: nós a atingíamos a pé, nos acostumamos a freqüentá-la à saída das aulas. Também faziam parte do circuito da Maria Antônia a Livraria Pioneira, ali na mesma rua, e a Livraria Francesa, na Barão de Itapetininga; o Bar do Zé, na esquina da Dr. Vila Nova e a Quitanda (que era quitanda mesmo, vendia frutas, e depois batida de frutas, e virou o Bar Sem Nome), onde o Chico Buarque batucava o recém-nascido *Pedro Pedreiro* e testava *Olê, Olá;* o Fonfon, em cima da padaria quase defronte (com as feijoadas dos sábados) e o SESC da Dr. Vila Nova, em cujo auditório o Paulo Emílio, num curso, promoveu um ciclo do Cinema Novo, com debates de filmes baseados na literatura brasileira: *Menino de engenho* (José Lins do Rego / Walter Lima Jr.), *Matraga* (Guimarães Rosa / Roberto Santos), *O Padre e a moça* (Drummond / Joaquim Pedro de Andrade), *Vidas secas* (Graciliano Ramos / Nelson Pereira dos Santos). E também o Cine Bijou, na praça Roosevelt, O Jogral, onde se ouvia bom samba, na Galeria Metrópole; a Cinemateca, o Belas-Artes velho; e a Aliança Francesa da General Jardim, onde assistíamos a filmes franceses e a conferências de gente tipo Michel Butor. E também a praça Buenos Aires, onde se ia namorar após as aulas, e o Chic-Chá da Angélica.

Integrando igualmente o circuito da Maria Antônia estava o Colégio de Aplicação da USP (então na Gabriel dos Santos), onde, no 4.º ano, fazíamos o estágio obrigatório das disciplinas de "Prática de Ensino" e onde, paralelamente à pós-graduação e, inaugurando a minha vida profissional, passei a dar aulas (português, para o curso científico). Encontrava-se aí o mesmo clima espiritual e intelectual da faculdade, a mesma atmosfera de aguçado espírito crítico e de reflexão sobre a realidade social e cultural. O Colégio de Aplicação funcionava como um laboratório onde a gente "aplicava" conhecimentos recém-adquiridos nos cursos da faculdade. E não apenas nos *cursos*: era toda a vivência da

Maria Antônia que se extravasava na nossa prática docente. Basta dizer que em 1967, como eu tivesse sido encarregada de um curso chamado pomposamente de "cultura geral" (que, malgrado a pretensão do título, dava espaço para o tratamento de uma série de questões interessantíssimas, e que dificilmente encontrariam guarida num programa tradicional de ensino), formou-se a partir desse curso um grupo de alunos do científico que passou a participar da alfabetização de adultos, método Paulo Freire, em Osasco. E as reuniões preparatórias se davam em casa ou . . . na Maria Antônia. Também o incipiente cineclube do Aplicação muito deveu ao excelente cineclube do Grêmio da faculdade. E isso, para não falar na singular dinâmica de relacionamento pedagógico criada pela participação conjunta nas passeatas estudantis de protesto, quando professora e alunos (mas éramos todos estudantes: do secundário a pós-graduação!) saíam das aulas e iam para as ruas. E quando a praça era do povo, como o céu é do condor e do avião... Aliás, era uma outra espécie de percepção da cidade, essa, que as passeatas nos propiciavam.

Essa articulação orgânica da universidade com a cidade — o que é antes de mais nada uma realidade concreta, de proximidade física, se traduzia também, num outro nível, numa grande participação dos estudantes em movimentos que se articulavam com o povo.

Assim, falar da Maria Antônia na década de 60 — e mais especificamente, do período que aí me coube (abrangendo graduação e o início de uma pós-graduação: os anos tensos e intensos de 62 a 68) significa falar de uma universidade que servia de catalisador de toda uma fermentação ideológica e social, em que "conscientização" e "participação" eram as palavras de ordem. Naquela atmosfera desenvolviam-se projetos que integravam estudo-arte-povo: os CPCs (Centros Populares de Cultura) da UNE, o MEB (Movimento de Educação de Base), o MCP (Movimento de Cultura Popular), alfabetização de adultos método Paulo Freire. Não estávamos ainda, efetivamente, na época em que, segundo o preceito do Decreto 477, "trabalhador trabalha; professor leciona; e estudante estuda".

A minha festa de calouros — em que fomos oficialmente acolhidos pelo Grêmio — confirmou plenamente a primeira daquelas aspirações da colegial que queria encontrar na faculdade politização e participação social. Realizada todinha sob o signo da *conscientização* (o grande conceito da época), ela significou o

meu primeiro contato com o CPC (Centro Popular de Cultura) da UNE. Foi lá que pela primeira vez ouvi a história do Brasilino, e aprendi a cantar a canção *Subdesenvolvido* (Carlos Lyra / Chico de Assis), que se tornaria emblemática das preocupações da época:

"O Brasil é uma terra de amores
alcatifada de flores
onde a brisa fala amores
nas lindas tardes de abril.

Correi pras bandas do Sul
debaixo de um céu de anil
encontrareis um gigante deitado
— Santa Cruz —
hoje o Brasil

Mas um dia o gigante despertou
deixou de ser gigante adormecido
e dele um anão se levantou
era um país subdesenvolvido

Subdesenvolvido
Subdesenvolvido
Subdesenvolvido
Subdesenvolvido."

É claro que aí no refrão, todos, do palco à platéia, de veteranos a calouros, todos naquele pátio do Grêmio — caímos no samba. E assim, carnavalescamente, como convém, tive o primeiro vislumbre — caricatural — do topos *passagem da visão amena de país do futuro à consciência pessimista de atraso e subdesenvolvimento.* E com a subseqüente história do Brasilino (o pobre-diabo que começava seu dia usando pasta Kolynos e barbeando-se com um aparelho Phillips), a primeira e panfletária aula sobre o imperialismo.

Mas, panfletarismo e esquematismos à parte — e eles eram inequívocos, mas, dado o momento histórico, funcionais —, foi no espaço do Grêmio que aprendíamos como é que funciona uma assembléia: um exercício de democracia. E que tínhamos a oportunidade de adquirir uma expressão política, e de interiorizar categorias políticas para se pensar a realidade. A atmosfera da faculdade sugeria ao estudante o senso de participação política e de

responsabilidade social. Falávamos da "responsabilidade da lucidez" e citávamos Eliot: *After such a knowledge, what forgiveness?* Vivíamos a ilusão de uma universidade que se propunha a contribuir para a elaboração de uma cultura nacional. E sentíamos, um tanto confusamente, o papel histórico que cabia à universidade desempenhar, na luta pela superação da dependência cultural.

E depois da festa dos calouros, a inevitável decepção com o nível da maioria dos cursos (das exceções falarei mais adiante) também era funcional: não apenas porque nos fazia lidar com o mecanismo da *idealização* e assim amadurecer; não apenas porque nos obrigava a assumir uma atitude menos passiva em relação aos programas, mas porque nos impunha a evidência da faculdade enquanto uma concentração de meios de formação (professores, cursos, seminários, colegas, conversas nos corredores, Grêmio, cafezinhos, Cine-Clube do Grêmio, assembléias, convivência, *ambiente*) de que, no limite, professores e cursos seriam *uma* das expressões, quase que acidental. E era funcional sobretudo porque, na denúncia da distância entre aspirações e realidade concreta, a decepção se tornava alavanca da crítica: brigávamos por reforma universitária.

Reforma universitária: há que situá-la no bojo das reformas de base pelas quais se clamava. Situava-se aí o nosso ponto de inserção no movimento pelas reformas sociais, o ponto através do qual nos propúnhamos, no nosso campo específico, a redefinir os esquemas de força do contexto sociopolítico brasileiro. Mais além, por detrás da reforma universitária (que nos concernia e nos comprometia pessoalmente, especificamente), visávamos algo que transcendia o acadêmico e o pedagógico: com toda a violência do nosso querer, o nosso alvo era a sociedade brasileira. Interessava-nos a mudança de currículo, mas, além disso, e muito mais do que isso, a transformação radical da ordem social vigente. E o *lugar* a partir de onde faríamos isso seria a universidade. Assim, um pouco confusamente, reforma universitária significava para nós o início de um caminho que, na confluência de muitos outros, desembocaria, por exemplo, também na reforma agrária. (E era inevitável que se resvalasse para o dilema reforma/revolução).

Pairava no ar a sensação de que não se podia esperar mais, um imperativo de urgência — de que o nome do jornalzinho fundado por uma parcela da esquerda católica, liderada pelos padres dominicanos de Perdizes — *Brasil Urgente* — era sintomático.

Nesse contexto, creio, é que se pode entender a virulência da greve do 1/3, em que os estudantes reivindicavam um terço da representação nos órgãos administrativos da universidade, e que durou de maio a agosto de 1962. É claro que, sob muitos aspectos, essa greve reduzia-se a um protesto pequeno-burguês vincado de contradições e ambigüidades — ambigüidades e contradições da situação de classe da grande maioria dos universitários. (Mas não estávamos conscientes disso: na neblina do passado, ou antes, na luz ofuscante do que era então presente, tudo era bastante confuso). E se é verdade que é inarredavelmente politizadora a influência da Universidade, ela o foi menos por ação panfletária (e vivíamos, como já referi mais de uma vez, uma idade panfletária) do que pelo processo de sociabilização que ela provê: a descoberta dos valores de convivência entre iguais, o estabelecimento de contatos intensos, a vivência, em comum, de experiências significativas, a forja de laços de solidariedade. Pois a vida de estudante universitário provoca uma considerável quantidade de experiências vividas em comum, situações de alto tônus afetivo, a percepção de uma comunidade de destino — tudo isso levando ao que Marialice Foracchi chama de *constituição do estudante em categoria social* e *transformação da situação familiar em situação de classe.* E tudo isso ajudado, estou convencida, pelo sistema seriado de cursos, que era o que vigia na época: era toda uma geração que crescia junto, que se formava junto (e não apenas no sentido de *formatura*), que se acompanhava, que se reconhecia enquanto *classe* (classe social, evidentemente, como já referi, mas também classe no sentido escolar, dicionarizado, de "grupo de alunos que, numa escola, segue o curso junto, ano a ano, e estudam na mesma sala"). Creio que a minha foi das últimas turmas de cursos seriados, pois logo o sistema foi substituído pelo dos cursos por créditos. [3]

Creio que, se quisermos aprofundar um pouco a reflexão sobre essa intensidade de participação, de "pertencimento" ao grupo e de adesão vital, chegaríamos àquilo que Paul Tillich, em seu livro *A Coragem de Ser* chama de "coragem de ser participando" (no original: *the courage to be as a part*). Que é a afirmação do

(3) A substituição dos cursos seriados pelo sistema de créditos veio no bojo de uma série de mudanças, todas na mesma linha: quebrar a espinha do movimento estudantil. Pois ao mesmo tempo em que isolava a faculdade, arrancando-a do convívio da *polis* e relegando-a ao *gueto* universitário, procedia-se a um processo interno de desarticulação da classe.

seu próprio ser através da participação. Pois, como diz ele, dada a estrutura fundamentalmente polar do ser humano (si próprio/o mundo), e sendo os primeiros movimentos polares a individualização e a participação, haveria duas maneiras de vencer o não-ser, de enfrentar a angústia existencial: afirmando-se como um *si mesmo* individual, ou participando de um todo que nos ultrapassa. Pois bem, nós nos "identificávamos" com o movimento, literalmente: "A UNE somos nós", repetíamos apaixonadamente.

E no meio daquela ciranda de siglas em que se diversificava o movimento estudantil — UNE (União Nacional dos Estudantes), UEE (União Estadual dos Estudantes), Polop (Política Operária), JUC (Juventude Universitária Católica), AP (Ação Popular) — integrei-me à AP. Num certo sentido, JUC e AP se intercambiavam, ou melhor, AP era a radicalização da JUC.

Foi na Ação Popular que tomei contato com o método Paulo Freire. E posteriormente assumi a coordenação de um curso de alfabetização de adultos em um núcleo operário de Osasco, Vila Iolanda, realizado com colegas da USP e da PUC, e que durou de 1966 a 1968, quando o grupo foi disperso pelo DOPS, e vários de nós, por diferentes motivos, viajamos para fora do país. (E passaríamos a viver, em mais de um sentido, um "tempo partido, de homens partidos"). Sinto que toda a minha atividade profissional posterior, de professora, deve muitíssimo a essa vivência. Essa experiência teve como aspecto de ganho, imensamente positivo, a efetivação de um método maiêutico na construção do conhecimento em sala de aula, e uma concepção de leitura não como técnica neutra, mas vinculando-se o acesso ao mundo da escrita à tomada de consciência do indivíduo; e como aspecto virtualmente negativo, um certo risco (mas será risco mesmo?) de uma "ideologização do saber".

Alfabetização de adultos, método Paulo Freire: talvez seja o caso de relatar algo dessa experiência, que tinha tudo a ver com a Maria Antônia. Inicialmente procedemos a uma pesquisa de campo nesse bairro de Osasco (Vila Iolanda), longas entrevistas com a população local com vistas a um levantamento do "universo vocabular" que nos serviria de base para o estabelecimento das "palavras geradoras" (= palavras-chave, significativas para o grupo, que, decompostas em seus fonemas, propiciariam o surgimento de novas palavras, pela combinação desses elementos). Lembro-me que a primeira palavra geradora que utilizamos foi *panela*. E na discussão que se seguiu à projeção do *slide* com

a palavra e a imagem correspondente, como rezava o método, de "panela" (por associação primária e imediata, imposta pelas circunstâncias) a "panela vazia" e daí a "salário" e a "sindicato", processa-se, como todos podemos observar, uma iniludível, inequívoca, coerente e extremamente espontânea passagem indispensável. A palavra seguinte foi *tijolo* (havia vários pedreiros no grupo). Como sempre (depois do debate em que se discutiu política do trabalho, leis trabalhistas etc., etc.), procedeu-se ao desmembramento fonético do vocábulo, com a formação das "famílias fonêmicas" de cada sílaba — que, articuladas, provocariam a geração de várias outras, descobertas como que num jogo; tratava-se da "ficha da descoberta":

ta	te	ti	to	tu
ja	je	ji	jo	ju
la	le	li	lo	**lu**

E houve um brilho de olhos quando alguém aí descobriu a palavra *luta*... E depois de esgotados os jogos que poderiam ser feitos no interior desse quadro, e todas as novas palavras que se poderiam inventar com aquele elenco de sílabas (lajota, lata, jiló, tutu etc., etc.), sempre alguém começava a extrapolar: da família da primeira sílaba (ta-te-ti-to-tu), retinha-se o *te*, do qual se gerava a palavra *terra* (que suscitava reforma agrária, evidentemente); na segunda família vibrava o *já* das urgências inadiáveis; e, finalmente, na família da terceira sílaba denunciava-se o *lá* de latifúndio. E poderia ser de outro jeito? Estávamos em Osasco, numa vila operária, mas era como se a Vila Iolanda fosse um *campus* avançado da Maria Antônia. E o entusiasmo, a sinceridade e a generosidade rendilhados de romantismo juvenil sobrepujavam o que pudesse haver de panfletário naquilo tudo.

Por essas alturas — era 1966 — movimentava-se o teatro universitário: fruto de entendimentos entre a Comissão Estadual de Teatro (ligada à Secretaria de Estado dos Negócios do Governo), vinham-se organizando, já a partir do ano anterior, o TUCA (Teatro da Universidade Católica), o TUSP (Teatro da USP, com a montagem de *Os Fuzis da Senhora Carrar*, de Brecht); o TESE (Teatro do Sedes Sapientiae, com *As Troianas*, de Eurípides) e o TEMA (Teatro do Mackenzie, com *Capital Federal*, de Martins Pena). Assim como na alfabetização de adultos, em que se congregavam estudantes de diferentes universidades, aqui também não havia fronteiras rígidas: por exemplo, participei indireta-

mente não apenas do TUCA (sobretudo na preparação de sua apresentação em Nancy, com tradução de textos), mas do TESE (colaborando num Ciclo de Estudos sobre Teatro Grego, preparatório para a montagem *d'As Troianas*, com uma conferência sobre a tragédia). E aqui também, mais uma vez — e não apenas geograficamente — a Maria Antônia estava no centro.

Mas desses grupos de teatro estudantil, foi realmente o TUCA, com a apresentação de "*Morte e Vida Severina*" (texto de João Cabral, música de Chico Buarque e direção de Silnei Siqueira) que atingiu o mais alto nível de realização (que o prêmio do Festival de Nancy e sua turnê triunfante na Europa só fizeram confirmar). Pois bem: falei mais acima da ligação (que tentávamos apaixonadamente viver) entre estudo — arte — povo. Então surgiu a idéia não de produzir um espetáculo "para o povo", mas de levar o "povo" a um espetáculo que, embora falando o tempo todo dele, não tinha sido pensado em primeira linha tendo-o como espectador. Foi assim que entramos em entendimento com a direção do TUCA, com a Comissão Estadual de Teatro, conseguimos ônibus fretados, e o grupo de alfabetização de adultos da Vila Iolanda deslocou-se para Perdizes e foi uma noite assistir a *Morte e Vida Severina*, lá no TUCA, pagando "com desconto" um preço simbólico pela entrada. E o resultado foi extraordinário: aqueles severinos todos vendo no palco o *seu* gesto, a eles devolvido num momento de epifania.

Líamos Brecht, Marcuse e Lukács, a revista *Civilização Brasileira* e a *Paz e Terra*. Mais tarde, *Teoria e Prática*. E os artistas-teóricos brasileiros: Gullar (de *Cultura Posta em Questão*) e Gláuber Rocha (*Por uma Estética da Fome*, que nos ajudava a refletir sobre os seus próprios filmes: *a mais nobre manifestação da fome é a violência*...). Era também o momento de abertura para a América Latina: ao lado do fascínio pelas figuras políticas ("Che" Guevara, Debray, Camilo Torres), começávamos a descobrir poetas e ficcionistas latino-americanos (Carlos Fuentes, Neruda, Nicolás Guillén, Miguel Ángel Asturias, Cortázar. Octavio Paz e Borges viriam depois). E íamos juntos ao Teatro de Arena (*Zumbi*, *Tiradentes*), ao show *Opinião*, aos festivais de música popular brasileira. Como ao Festival da Record (de 1967, no Teatro Paramount da Brigadeiro Luís Antônio), com o coração igualmente dividido entre *A Banda* e *Disparada*. Na realidade, dois momentos de poesia-resistência, duas maneiras de recusa do presente: rejeitando-o através de uma volta ao passado, na

canção de Chico Buarque; ferindo-o através da crítica social direta, na música de Vandré. Mas ambas refletindo dois modos de "aprender a dizer não", quando se via que "a morte, o destino, tudo / estava fora de lugar". (De fato, nostalgia, crítica e utopia são três maneiras de negar o presente, num tempo que é um "tempo de guerra, um tempo sem sol"). E entre a nostalgia pós-64, em que a gente mergulhava vendo a Banda (e todas as outras metáforas para a comunhão entre os homens) passar e a vontade de transformar a realidade ("Eu vivo pra consertar") só poderia mesmo tecer-se um impasse.

Participar das atividades culturais e militar em movimentos estudantis era algo que se integrava num mesmo elã, e cujo valor de formação era inconteste. Falei da atmosfera da Maria Antônia, da inserção na vida da cidade, das atividades, de suas ramificações, da convivência; e os cursos? Enfocando o aspecto mais propriamente intelectual da minha passagem pela Faculdade, importa ressaltar a presença irradiante de Antonio Candido, e a marca poderosa que nos deixavam suas aulas. Meu curso de Letras Clássicas acabou se nucleando todinho em torno dessa matéria optativa que era então Teoria Literária, e que eu tive a enorme sorte de cursar ainda no primeiro ano, mal saída do vestibular. Com olhos deslumbrados de adolescente, tive a minha primeira aula universitária com o autor da *Formação da Literatura Brasileira*, que eu conhecia das estantes familiares. E isso iria vincar singularmente os rumos da minha vida intelectual. Apesar da conhecida e inequívoca posição política desse sociólogo dublado em crítico literário, as aulas densas do professor Antonio Candido (que nos sensibilizava para a preocupação com fatores sociais, com os condicionamentos e também com a função e com a estruturação da obra literária) funcionavam como o maior antídoto contra o panfletarismo então reinante. Seu nível de alta exigência se equacionava com a enorme generosidade intelectual que o caracteriza. Ele gastava horas e horas com entrevistas e orientação pessoal, acompanhando cada passo dos nosso trabalhos de alunos de primeiro ano. Nesses cursos, tivemos o privilégio de conhecer, algumas em estado germinal, várias das belíssimas análises literárias que a Editora Ática publicou, no ano retrasado, num livrinho que se chama, exatamente, *Na Sala de Aula — Cadernos de Análise Literária*. No entanto, não foi só "na sala de aula" que aprendíamos com Antonio Candido: ele é desses seres que, uma vez conhecidos, imediatamente

se transformam em paradigma. Aliás, a ele se refere Fernando Henrique como o fruto mais harmonioso da Maria Antônia.[4]

Mas, tentando contornar os riscos que sinto estar correndo — que vão da paralisia canhestra, por conta da emoção, ao pieguismo da aluna agradecida e siderada —, não vejo outra saída senão transcrever aqui trechos do poema-homenagem que Carlos Drummond de Andrade fez a Antonio Candido por ocasião dos 60 anos desse Mestre da Maria Antônia, e que seus alunos não poderiam senão endossar:

> Antonio Candido ou
> Antonio lúcido, límpido,
> que conhece e pratica a força imponderável da intuição?
> Que funda o juízo crítico no gosto,
> — o gosto que em vão se tenta exilar, e permanece,
> mesmo negado e ignorado, o sal da percepção?
> . . .
> Antonio a vislumbrar no poema
> para além das palavras uma conquista do inexprimível
> que elas não contêm
> e diante do qual devem capitular?
> Antonio atento às áreas de silêncio entre as palavras,
> nelas distinguindo a misteriosa ressonância
> do inexprimível afinal expressado,
> fora do poema, pelo seu rastro?
> . . .
> ao mesmo tempo em que, no dia brasileiro,
> desdenha provar os frutos da árvore da opressão,
> e, fugindo ao séquito dos poderosos do mundo,
> acusa a transfiguração do homem em servil objeto
> [do homem.
> . . .

A minha pós-graduação primeira fase, feita ainda na Maria Antônia (o retorno biográfico é inevitável: o fio condutor deste depoimento passa pelos meandros da história pessoal), em Teoria Literária, abrangia, além dos cursos de Antonio Candido, o de Paulo Emílio (Cinema), Ruy Coelho (Sociologia da Literatura) e, um pouco mais tarde, Décio Almeida Prado (Teatro). Em su-

(4) Cf.: "É realmente significativo o que pode fazer, não uma pessoa, mas uma geração, e as que se sucedem. Antonio Candido foi o produto mais harmonioso da faculdade". (Cardoso, F. H., *in Perspectivas — Idéias e Atuação Política*. Eduardo Graef (org.), Paz e Terra, São Paulo, 1938, p. 39). Agradeço a indicação a Modesto Carone.

ma: éramos alunos do Grupo do *Clima*! (Seríamos os "chatos netos"?) Em todo o caso, sentíamos que, mesmo numa universidade jovem como a nossa (para padrões europeus), já se podia experimentar, fundo, aquilo que genericamente se chama de *tradição*. Tínhamos a percepção de um senso de continuidade, de gerações que se sucedem na transmissão de algo — o que vem a ser uma tradição, histórica e cultural.[5] As nossas referências não eram mais Mário de Andrade, nem os professores franceses fundadores, como Maugüé ou Paul Arbousse-Bastide, ou Roger Bastide, mas eram os seus extraordinários discípulos, já de diferentes gerações: Antonio Candido, Florestan Fernandes, Cruz Costa, Gilda Mello e Souza, Paulo Emílio, Ruy Coelho, Décio Almeida Prado. E também Fernando de Azevedo, e Sérgio Buarque de Holanda. E já de uma outra safra: Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Roberto Schwarz, Bento Almeida Prado, Giannotti. E Cavalcanti, e Alfredo Bosi. Creio que a minha foi a época de transição, das gerações intermediárias entre, de um lado, o espírito mandarinesco de alguns "catedráticos" e o anti-oligarquismo dos atuais docentes, nesse processo de massificação da universidade. Dito em outras palavras, nesse movimento de passagem do elitismo da "universidade da comunhão paulista" para o mundo da cultura de massas.

Já se disse que, enquanto a história constitui para um grupo social a conquista do seu passado coletivo, a *memória* representa para o homem a conquista do seu passado individual — e do de sua geração. E é nesse sentido, nessa linha de apropriação do próprio passado, que deve ser lido este depoimento.

Lugar de encontro e de confronto, a Maria Antônia se tornou para nós um símbolo. E uma fonte. Falar dela significou para mim acionar lembranças de 20 anos atrás, num esforço às vezes doloroso, mas que não se quer nostálgico nem melancólico. Pois, como já disseram Adorno/Horkheimer, *não se trata de conservar o passado, mas de resgatar as esperanças passadas*. E de forjar esperanças novas.

(5) E os quadros de formatura das épocas anteriores, espalhados pelo saguão e corredores, e em que reconhecíamos os nossos atuais mestres como os jovens formandos de décadas atrás, e seus professores, testemunhavam essa continuidade de gerações. Convivíamos com as personagens dessas fotografias, elas povoavam o nosso espaço.

RUA MARIA ANTÔNIA

Franklin Leopoldo e Silva *

Alguns lugares adquirem, pelo que neles ocorre e pelo que ali se vivencia, algo como uma personalidade. Mas como definir essa personalidade, se ela não pode ser apenas a somatória dos reflexos das vidas que por ali passaram e sim a integração de múltiplos eventos, aspectos e elementos numa experiência ao mesmo tempo coletiva e única, diversificada e singular, passageira e marcante? Descrever adequadamente o significado da rua Maria Antônia implicaria considerar essa experiência única na perspectiva plural do que ela representou para todos aqueles que a viveram, cada um a seu modo, na especificidade da vivência com que a apreenderam e apreenderam-se nela. Seria também focalizar a unidade diversificada que propiciou a convergência das aspirações, dos projetos, das utopias e dos equívocos num momento, num instante histórico em que uma clareza inexplicável despertou em tantas e tão heterogêneas consciências o sentimento intenso de participação num presente à mão, modelado com perplexidade e quase já penetrado da amarga dureza dos anos futuros. Implicaria ainda, e talvez sobretudo, poder localizar, na transcorrência atabalhoada de uma história feita às pressas, o peso respectivo da individualidade e da multidão, das idéias e dos impulsos, da visão e da ilusão, enfim das múltiplas angústias daqueles que se surpreenderam em liberdade.

Integrar, numa visão única, todos esses estratos diferenciados, marcando para cada um o lugar e o significado que deveriam possuir numa representação consistente da rua Maria Antônia no final dos anos 60, é empresa, seguramente, impossível.

* Ex-aluno, tornou-se depois professor do departamento de Filosofia da FFLCH/ USP. É co-autor do livro *Primeira Filosofia*.

Alguns privilegiarão o estrato político, a convulsão ideológica que marcou a revolta contra a ditadura que se consolidava e que consignava os sinais de sua permanência nas mordaças que impunha à universidade e à vida cultural. Outros verão na transição de valores que configurava as mudanças comportamentais assumidas pela juventude, em todo o mundo, a ocasião para o desencadear de anseios socialmente reprimidos nas condições autoritárias que cercavam um governo obscurantista e violento. Alguns ainda darão maior importância a aspectos existenciais, opções de vida que emergiam de uma efervescência cultural e que se chocavam contra padrões éticos tradicionais ultrapassando bastante, no contexto da época, os limites de um prosaico conflito de gerações. Essas e outras explicações possíveis são válidas e certamente dão conta de um ou outro aspecto real a partir dos quais os eventos podem ser analisados. Mas nenhum, isoladamente, proporciona uma compreensão razoável do que aconteceu, menos por ser parciais do que por estar ausente, de cada um em particular, o entrelaçamento complexo que desenha a teia de motivos presente na vivência efetiva dos eventos que tiveram a rua Maria Antônia como centro referencial.

Isso porque as referências são múltiplas e nenhuma sustenta seu sentido independentemente das outras. É preciso lembrar que a rua Maria Antônia, marco cultural por nela se localizar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, núcleo da Universidade de São Paulo, constituía, na época, referência política obrigatória, dada a importância da universidade no contexto político nacional. É preciso lembrar também que o movimento estudantil, organizando-se como resistência à ditadura que se implantara em 1964, aglutinava muito mais do que estudantes e professores, pois atuava como pólo constituinte de uma luta ampla e generalizada, que integrava a vontade política de toda a camada cultural, esmagada sob o peso da censura, do arbítrio e do obscurantismo. E havia ainda a aliança, problemática ou real, ansiada ou efetiva, com outros setores da sociedade que, sob a projeção do movimento estudantil, definiam linhas de conduta contestatória e conscientizavam-se de suas insatisfações específicas. Em meio ao desencontro das propostas e dos projetos, na busca por vezes equivocada de uma autenticidade revolucionária, sob o peso da responsabilidade em parte fictícia da condução de um movimento histórico, a verdade é que provavelmente nunca se viveu, como então, a possibilidade concreta do trânsito das idéias à ação, a

continuidade inquietante da teoria à prática. E isso gerava a euforia angustiante de se situar no meio da História, o sentimento da responsabilidade pelo momento seguinte, pelo passo a seguir, pelo delineamento do futuro. É claro que em tudo isso havia muito de metonímia política, ou mesmo de miopia própria ao calor da hora. Mas essa aparente ausência de discernimento, já de si totalmente justificada pela proximidade e pelo envolvimento, possuía outra causa paralela e não menos importante. É que as pessoas se sentiam responsáveis por si próprias, pelo que faziam de si, e isso refletia-se no comportamento moral eivado de recusas de tudo o que estivesse socialmente consolidado. Os anos 60 foram, como se sabe, uma época de transição de valores que se refletia em atitudes e comportamentos explicitamente críticos em relação aos padrões tradicionais vigentes. O espaço da rua Maria Antônia configurava de certa maneira o lugar da cumplicidade dos que questionavam a ordem "burguesa". Era, de certa forma, o palco onde se criavam, se ensaiavam as atitudes e os comportamentos que deveriam concretizar a recusa da ordem estabelecida, nos seus vários aspectos, desde a maneira de se portar, de se vestir, de falar, até a postura que se deveria assumir perante os valores éticos tradicionais. E, acima do que nisso havia de exagero, a afetação ou imitação, pairava algo importante: essa modalidade de contestação derivava de idéias e participava da mesma índole da contestação sociopolítica que visava à transformação da sociedade. Cada qual julgava dever transformar-se exatamente para que as idéias que discutia e propagava não fossem *apenas* idéias; cada um julgava que a participação política na transformação do mundo exigia viver concretamente os valores que propunha. A consciência crítica somente seria real se fosse vital. E as transformações individuais apoiavam-se mutuamente, gerando uma densidade e uma espécie de solidariedade operante que preenchiam com um valor autêntico a expressão: *companheiro*. Essa problemática correspondência entre o psicológico, o ético e o político não era ainda vista como uma invasão de domínios ou exacerbação indevida e traiçoeira da subjetividade: era vivida como normal ou pelo menos como inevitável. Mas trazia, naturalmente, dificuldades. E, dentre estas, a maior consistia sem dúvida em encontrar a posição adequada da individualidade frente à consciência coletiva, compartilhada e muito aguda, do papel político que todos, como grupo, representavam. Pois havia uma visão relativamente clara de que, para além das

diferenças que faziam enfrentarem-se entre si as variadas tendências e correntes, havia para fora da Maria Antônia, para o restante das pessoas, a projeção razoavelmente nítida de um grupo cujas controvérsias internas apagavam-se no interior dos contornos que o definiam como ameaça à ordem ou como esperança e promessa de futuro. Era, pois, como se cada um vivesse na instabilidade constante de uma descoberta progressiva de si, que se fazia no jogo da identificação e da contraposição, em relação aos outros e às idéias.

Olhos mal preparados veriam apenas, através das lentes do preconceito, uma imensa e desordenada mescla de utopias vãs, de dogmatismos ingênuos e de superficialidade livresca, o que constituiria, na verdade, o maior dos equívocos. Mas equívoco explicável e desculpável, pois o que há de mais difícil de ser apreendido do que a profundidade da incerteza? Como é possível ver na insegurança e na perplexidade sentimentos fortes e afirmativos? Seria preciso corrigir uma profunda distorção dos nossos dias. Seria necessário considerar novamente a política como uma dimensão da existência. Seria necessário reabilitar a ousadia inconsciente de confundir política e verdade.

Entretanto, numa época e num lugar em que inexistiam fronteiras entre o saber acadêmico e a vida ordinária, entre o conhecimento e a conduta, era talvez natural que se considerassem mais próximos entre si as idéias e as coisas, os ideais e a realidade. A universidade não era uma interferência na vida dos universitários; era um meio de existir, uma razão de ser e de pensar. Não é por acaso que aqueles que lá viveram dizem, indiferentemente, *a faculdade* ou *a Maria Antônia*, pois a instituição se prolongava, física e espiritualmente, na trindade etílica constituída pelo Cientista, pelo Bar do Meio e pelo Bar do Zé, angulando ainda para a parte do edifício que vizinhava, na rua Dr. Vila Nova, com o Bar Sem Nome. Essa contigüidade, tornada lamentavelmente apenas simbólica, definia uma continuidade real e intrínseca, característica da vida universitária. O plano da convivência acadêmica realizada a nível institucional à medida que a faculdade abrigava diferentes cursos de Filosofia, de Ciências e de Letras, prolongava-se no convívio da rua sem ruptura perceptível entre ofício e paixão, sem diferença marcante que estigmatizasse o saber.

E isso nada tinha a ver apenas com uma disponibilidade boêmia: pelo contrário, tudo fazia parte da rota íngreme do per-

curso necessário para ganhar-se a si mesmo, para adquirir a posse autêntica da consciência de si e de sua situação. Não havia a demarcação arquitetônica da formação universitária talvez porque se soubesse que ela inclui muito mais do que ouvir lições.

Não é o caso de avaliar o que se perdeu. Nada seria mais terrível do que as gerações repetirem-se umas às outras. Mas há que se constatar também que tudo isto que tentamos descrever e compreender não se acabou naturalmente, no ritmo dissolvente do tempo. Houve a ação violenta daqueles que usurparam lugares na História, o que nos impede de lembrar a rua Maria Antônia com a tranqüilidade com que se concede, na memória, um lugar àquilo que passou. Pelo contrário, aqui a memória sofre o desconforto da incompletude, como se lembrar fosse presentificar ausência, procurar o vazio ou contemplar uma morte prematura. Assim, na impossibilidade de antecipar realidades, nada seria mais odioso, em relação à experiência da Maria Antônia, do que procurar extrair ensinamentos ou avaliar resultados. Resta apenas a memória retorcida ante o inconclusivo e o sentimento — como estranho afeto suspenso no ar — da perda do irrealizado.

MARIA ANTÔNIA: UMA TRINCHEIRA DE RESISTÊNCIA À DITADURA

*Entrevista de Frei Betto **
a Maria Cecília dos Santos
Novembro de 1986

Vínculos muito fortes com a rua Maria Antônia

MC — Qual a sua vinculação com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras à época em que ela esteve instalada na rua Maria Antônia?

Frei Betto — O Convento dos Dominicanos tinha muita ligação com a USP. Seja porque alguns frades eram e ainda são professores da universidade, seja porque alguns colegas eram alunos. Assim, participamos de toda aquela movimentação estudantil e de toda a repressão posterior. Tive vínculos muito fortes com o que se passou na Maria Antônia. Fui aluno de Egon Schaden no curso de Antropologia. Ali na Maria Antônia havia muita voracidade cultural. Mesmo quando estávamos nos bares, no Redondo, na Galeria Metrópole, trocávamos informações culturais acompanhando a evolução do pensamento marxista. Enfim havia uma fermentação e uma vibração cultural muito intensa. O prédio da faculdade era um casarão velho que lembrava um estilo meio fascista, mas muito gostoso de se movimentar, porque as coisas ficavam perto. Era o contrário do atual campus da USP, onde é impossível falar com um colega de outro curso, porque no mínimo é preciso ter carro ou marcar hora. Na Maria Antônia todo mundo se esbarrava pelos corredores, e os professores eram mais pacientes e menos burocratas, talvez porque naquela época era mais compensador ser professor do que hoje, devido à própria estrutura da universidade. Os professores dispensavam bastante atenção aos alunos. Isso gerava profunda admiração e até hoje

* Frade dominicano, militante do movimento estudantil. Freqüentou o curso de Antropologia da FFCL/USP. Foi repórter e chefe de reportagem da *Folha da Tarde* nos anos 60. Entre outros, escreveu: *Batismo de Sangue* e *Fidel e a Religião.*

os professores da USP mais admirados são aqueles que mais souberam se identificar com os estudantes.

Maria Antônia: trincheira de resistência à ditadura

MC — Qual o significado do movimento estudantil da Maria Antônia no contexto da política nacional nos anos 60?

Frei Betto — Nos anos 60 o pólo de ressonância da política brasileira, das contradições de classe, era o movimento estudantil, assim como nos anos 70 o pólo de ressonância se transfere para o movimento operário. A Maria Antônia em 60 é a Vila Euclides do ABC paulista em 70. O movimento estudantil passou a desempenhar um papel preponderante na política brasileira: um sismógrafo das oscilações produzidas pelo conflito capital e trabalho. A UNE detecta as oscilações da conjuntura e ao mesmo tempo reage com uma postura crítica, a nível institucional e não-institucional, que é produzida no interior dos partidos e dos grupos clandestinos. Esse processo tem um ponto de culminância nos anos 60 com toda a bandeira das Reformas de Base e até com um discurso que veicula uma proposta socialista no Brasil, portanto quando se agudizam mais as contradições sociais, políticas e econômicas no país que conduziram ao golpe militar de 1964. Nesse momento não só a UNE era uma das principais protagonistas de modificações na opinião pública. Na exigência de reivindicações, paralelamente havia a atuação das Ligas Camponesas e de alguns sindicatos organizados em torno da CGT. Com o golpe, todos esses movimentos de caráter mais obreirista foram duramente reprimidos, e os estudantes até por não constituírem uma classe continuam sendo esse pólo de ressonância da conjuntura e, portanto, o único setor em condições de uma relativa mobilização depois do golpe de 1964. Isso fez com que a universidade e, no caso específico, a USP aqui na rua Maria Antônia, passasse a ser uma trincheira de resistência à ditadura. Essa resistência se fez em três etapas. Numa primeira, de crítica acadêmica ao novo modelo político econômico imposto pela ditadura. Numa segunda, do enfrentamento para se evitar a reforma universitária proposta pelo MEC-USAID. Essa reivindicação se materializou em mobilização de rua e confronto com as forças repressivas: passeatas, ataque e incêndio de viaturas policiais. Numa terceira etapa, já não é mais a contestação ao regime,

mas à própria natureza do sistema capitalista, correspondendo à passagem de muitos estudantes à clandestinidade e a sua inserção em movimentos de guerrilha.

Acho que a rua Maria Antônia foi um marco que significou a transformação de um movimento estudantil meramente reivindicativo para um movimento ativo, dotado de propostas alternativas, ainda que precárias e ingênuas. A Maria Antônia representou a expressão máxima do compromisso revolucionário de jovens brasileiros ao longo de nossa História. É muito grande o panteão de mártires estudantis oriundos da Maria Antônia. Eu me recuso a achar que foi mero romantismo e muito menos um grande equívoco. Essa posição é, no mínimo, injusta para com o idealismo que moveu esses companheiros a ingressarem na luta armada, porque acreditavam na possibilidade de transformar a realidade brasileira. Por mais que tenha havido erros políticos graves, com o sacrifício de muitos estudantes, o mérito dessa luta é inquestionável, tem que ser celebrado e louvado. Foi uma geração que conseguiu ir até as últimas conseqüências em suas opções. Hoje, à luz da história, numa situação cômoda, podemos avaliar que houve equívocos políticos, que as análises não foram corretas, que faltou o mais importante, o apoio popular, que o momento ainda não estava maduro para uma mudança da sociedade brasileira. Tudo isso nós podemos analisar no camarote da história brasileira. Mas naquele momento eles ousaram acreditar num futuro e foram coerentes com esse ideal de justiça, a ponto de darem a vida por isso.

MC — Você acha que naquele momento havia consciência dessas implicações? Qual a postura crítica do momento?

Frei Betto — Havia uma mistura de academicismo marxista, daqueles que liam Marx, Gramsci, Poulantzas, Althusser, aliás muito em moda, com o romantismo positivo do impacto do êxito da Revolução Cubana. A imagem de "Che" Guevara, o modelo de guerrilheiro, Regis Debray, tudo isso incendiava aquele espírito jovem, com formação teórica consistente, mas que se deixava sensibilizar por esses modelos que nos faziam acreditar na possibilidade imediata de uma revolução e na implantação do regime socialista.

Os dois lados são positivos: tanto essa admiração idílica pelo modelo guerrilheiro, quanto essa voracidade acadêmica de absorção da racionalidade política. Mas as duas coisas foram feitas

com muita precipitação e com muita garra, com muita indisciplina e muita juventude.

Acho que isso é mais sadio, apesar das conseqüências dramáticas, por força da conjuntura ditatorial em que vivíamos, do que a situação atual, onde se apresenta um panorama negro ou cinza, sem nenhum horizonte para os universitários brasileiros.

USP: pretensão acadêmica de olhar todos criticamente sem fazer sua autocrítica

MC — Gostaria que você falasse sobre cada uma dessas etapas.

Frei Betto — Primeiro, eu vou propositadamente evitar citar nomes, porque não fiz uma pesquisa mais detalhada e não quero ferir suscetibilidades.

A crítica acadêmica ao novo regime da ditadura militar vem de uma tradição uspiana que se constitui numa espécie de limbo, a partir do qual, com uma suposta imunidade das oscilações da conjuntura e uma suposta isenção de espírito, se faz a crítica a tudo e a todos. Acho que isso está muito bem descrito por Alfredo Bosi, no prefácio ao livro de Carlos Guilherme Motta, *Ideologia da Cultura Brasileira.* A USP, como universidade, detinha uma espécie de pretensão acadêmica de poder olhar a todos criticamente sem, necessariamente, fazer a sua autocrítica, e acreditando que a cartesiana posição de idéias claras e distintas era suficiente para transformar a realidade. Então o modelo de aluno era aquele que, de alguma forma, se propõe a ascender em níveis intelectuais, chegando se possível a catedrático e tendo um pensamento que não fosse tão liberal que pudesse ser confundido com conservador, mas nem tão radical que pudesse ser tido como revolucionário. Alguma coisa assim de bom-tom que fizesse com que o intelectual pudesse transitar com o mínimo de respeitabilidade, tanto em áreas conservadoras, quanto em áreas de esquerda, ao mesmo tempo sendo admirado por ambas. Esse tipo de crítica começa no início do processo do regime militar. Procurava analisar o regime sem contestá-lo e muito menos apresentar alternativas. Entre outras exceções houve uma notória: Caio Prado escreveu um artigo para a revista da faculdade de Filosofia e em decorrência dele pega um ano de cadeia na ditadura. Uma repressão digna do nazismo. A crítica acadêmica se caracterizou

pela realização de debates, seminários, simpósios, mesas-redondas, num processo de masturbação intelectual, sem que isso significasse uma proposta ou uma discussão mais efetiva das propostas em pauta. Isso foi muito comum em 65/66, no início do processo de implantação da ditadura, sobretudo nas discussões em torno da política de Roberto Campos, do estatuto da terra e da proposta de reforma universitária.

A segunda etapa é quando os estudantes passaram de pacientes ouvintes a agentes da crítica do regime, particularmente contra a reforma universitária. Era uma crítica que rompeu com a mera análise acadêmica, passando a uma ação reivindicatória e a ocupação de posições. Procuram implantar dentro da universidade suas propostas, às vezes ingênuas, utópicas, mas propostas possíveis a nível de consciência, onde havia uma mistura de redimensionamento institucional dentro do parâmetro burguês, no qual se situa a universidade, com o sectarismo guerrilheiro. Aí vem a questão da ocupação da faculdade, as comissões paritárias, a participação no Conselho Universitário e uma série de outras medidas que inclusive se concretizam através de mobilização de rua, tentando comprometer toda a população com essas bandeiras estudantis. A universidade se torna a caixa de ressonância da crítica à ditadura militar. À medida que os estudantes não eram uma classe e muitos eram oriundos de uma classe privilegiada, a atuação deles tinha um efeito neutralizador junto àqueles que tinham poder de decisão ao nível de comando do regime, pelo menos numa etapa inicial.

Depois esse efeito se desgasta e surge uma repressão direta, violenta e cruel; nesse momento a imunidade estudantil não funcionava. Nessa fase houve o enfrentamento entre os alunos da Faculdade de Filosofia e do Mackenzie.

A terceira etapa é quando a repressão começa a agir violentamente nas ruas e preventivamente dentro da universidade que leva os estudantes a se articularem de uma forma mais política. Essa forma política coincide com o momento em que há uma ruptura no Partido Comunista Brasileiro: aqueles que optam pelo trabalho de massa e aqueles que acreditam que esse trabalho deve adquirir um caráter militar, passando a fazer propostas de guerrilha na cidade e no campo. Muitos estudantes passam a atuar nesses movimentos, num primeiro momento preservando a sua legalidade individual e depois já na clandestinidade, quando passaram à luta armada.

O Mackenzie: posição da fina flor da burguesia paulista

MC — Como se passou o enfrentamento entre os alunos do Mackenzie e da Faculdade de Filosofia?

Frei Betto — O Mackenzie traduziu muito bem a posição da fina flor da burguesia paulista à época. Era uma burguesia que começava a desfrutar do "milagre" econômico da ditadura recém-implantada e que tinha no Mackenzie o reduto ideológico de formação de seus melhores quadros. Devido à proximidade com a Faculdade de Filosofia, houve enfrentamentos diretos, inclusive armados. É preciso ressaltar que só os setores da direita do Mackenzie possuíam armas de fogo, os outros usavam instrumentos defensivos: canivetes de madeira arrancada de construções, pedras e escudos de tampas de carteiras. Além do Mackenzie desfrutar de uma melhor posição topográfica, o que possibilitava mais visibilidade, é importante destacar que eles tinham o apoio do aparelho repressivo: a polícia estava do lado deles. Quando a repressão baixava era sempre em cima dos alunos da Faculdade de Filosofia, nunca a polícia invadiu o Mackenzie, sempre a Filosofia. Inclusive os jornais da época noticiavam os fatos com posição favorável ao Mackenzie, exceto a *Folha da Tarde*, então editada por Jorge Miranda Jordão, que manteve uma posição mais crítica até 1969, quando foi ocupada diretamente pela Polícia Federal.

A Igreja em São Paulo dividida com relação ao movimento estudantil

MC — Qual a postura da Igreja com relação ao movimento estudantil?

Frei Betto — A Igreja em São Paulo estava muito dividida. Institucionalmente, através do arcebispo a posição era favorável à burguesia paulista, portanto ao Mackenzie e conivente com a repressão. O fato de o Mackenzie ser de tradição protestante impedia que a Igreja se manifestasse abertamente, de qualquer forma era conivente com a restauração da ordem e com a volta dos estudantes para a sala de aula. Nisso tudo é preciso destacar a presença importantíssima de madre Cristina, do Sedes Sapientiae, que era uma espécie de ponta de lança do apoio de outra

parte da Igreja ao movimento estudantil e à Faculdade de Filosofia. Nesse aspecto deve-se destacar também os dominicanos, cujo convento funcionou como retaguarda dos diretórios estudantis, da UNE e UEE.

Por conta desse apoio, os dominicanos sofreram duramente a repressão, culminando com a prisão de muitos frades, inclusive a minha. Aqui em São Paulo sofreram condenações: Frei Fernando, Ivo Lebeaupain, João Caldas, Tito de Alencar Lima, Giorgio Callegari, Roberto Rondão e eu. Outros dominicanos que eram alunos da USP tiveram que se exilar: frei Luís Felipe Ratton, Magno Villela, Oswaldo Rezende. Nossa condenação explícita foi por envolvimento direto com a ALN — Ação Libertadora Nacional — de Carlos Marighella, e por envolvimento na alocação de espaço para a realização do congresso de Ibiúna, em São Paulo.

MC — Qual a repercussão desses acontecimentos na política interna da Igreja?

Frei Betto — Também foi uma postura dividida. No caso de São Paulo, enquanto era o cardeal Agnelo Rossi, a postura era entre suspeita e marginalização. Com a vinda de Dom Paulo para o arcebispado a postura foi entre apoio e total sintonia.

Dom Paulo Evaristo Arns passou a ser arcebispo exatamente a partir de 1970. A prisão dos dominicanos provocou essa mudança no arcebispado. Logo que fomos presos tivemos apoio irrestrito dos dominicanos, inclusive de Roma, de onde veio um enviado especial para acompanhar o processo. No tempo de Dom Agnelo Rossi, o DOPS — Departamento de Ordem Política e Social — chegou a pedir nossa expulsão da Igreja. Remetendo-se a nossa isenção religiosa de não nos submetermos ao bispo, Dom Agnelo encaminhou a solicitação ao nosso superior-geral em Roma. Isso provocou a maior indignação e comprovou que ele não estava em condições de acompanhar o que estava acontecendo no país e mais, estava conivente com as forças repressoras. A conseqüência foi a remoção dele do Brasil e a nomeação de Dom Paulo, que era bispo da Zona Norte, encarregado da Pastoral Carcerária. Desde o início Dom Paulo nos deu todo o apoio e isso muda em 180 graus a política da Igreja de São Paulo frente a questões políticas.

Maria Antônia: uma realidade que felizmente soube construir e alimentar seus mitos

MC — Maria Antônia: mito ou realidade?

Frei Betto — Eu diria que é uma realidade que, felizmente, soube construir e alimentar os seus mitos. Não acredito na mera racionalidade política como suficiente para criar propostas alternativas e muito menos para nos mover em direção às utopias. Concordo plenamente com meu confrade Santo Tomás de Aquino de que a razão é a imperfeição da inteligência e, portanto, o academicismo universitário, em moldes cartesianos, é uma pobreza de espírito. Precisamos restaurar essa síntese permanente entre realidade e mito, entre racionalidade e inconsciente, entre ciência e magia. São dimensões complementares do real e da vida humana. Suprimir um desses aspectos é empobrecer-se, é tentar reduzir o irredutível. O primeiro dos mitos construídos foi o da revolução, mito que continua sendo necessário, porque pessoalmente não vejo saída para a sociedade brasileira, a longo prazo, unicamente através da via constitucional. Não acredito que hoje a proposta de luta armada seja adequada, mas creio que um dia o povo brasileiro terá que passar por um processo revolucionário, se armado ou não, se com sangue ou não, só o tempo dirá. Não cabe a mim fazer prognósticos, sei que terá que ser um projeto maior, no sentido de alterar a natureza do poder e o caráter do sistema.

Outro mito, no sentido positivo do termo, é o mito do poder jovem, da própria história da UNE. Uma grande conquista desse momento foi a conciliação do estudo com a prática política. O estudante deixou de ser aquele que estuda hoje para atuar depois. Ele pode e deve ter uma prática política e o estudo deve vir como reforço e embasamento dessa prática. Essa geração dos anos 60, se por um lado foi muito sacrificada, por outro lado teve o grande privilégio de entrar cedo para a História do Brasil, no sentido de construir essa História. E acima de tudo não está renegando essa História, como o fazem os europeus que participaram do movimento de maio de 68. É uma geração que oscila no termômetro da esquerda, mas sempre apresenta uma alternativa dentro destas oscilações: da política mais reformista, da social-democracia a propostas sectárias e imediatistas de revolução. Esse pessoal não foi cooptado pelo sistema. Houve uma fissura incicatrizável. Essa geração é muito diferente da que hoje

está aí, que por não poder fazer revolução é levada pelo consumismo e pelos meios de comunicação a revolucionar seus próprios atos individuais: entra no quarto, corta o cabelo de um lado só, pinta de verde e de azul, rasga a calça e acaba consagrando a estabilidade do sistema. É a política da descontextualização. A revolução se transformou numa questão de hábito e de costume individuais.

REMINISCÊNCIAS DA FACULDADE DA MARIA ANTÔNIA

*Diva Benevides Pinho**

Nesta viagem afetiva de retorno ao passado eu vejo a minha escola da Maria Antônia. *Minha*, possessivo da afeição... ou melhor, a *nossa* Maria Antônia — coletivo da participação cultural na universidade em miniatura que era a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com seus cursos distribuídos em diversas áreas científicas, onde se efetivava realmente a interação entre docentes, alunos e funcionários.

Cada cadeira funcionava como uma espécie de departamento autônomo, com seu corpo de professores-pesquisadores, estrutura de apoio e biblioteca especializada. Mas a proximidade física estimulava o intercâmbio, as discussões interdisciplinares e o *esprit de corps.*

A maioria dos professores chegava à faculdade a pé, via Consolação ou Itambé, passando pelo Mackenzie ou subindo a Dr. Vila Nova. É que muitos se estabeleceram na Vila Buarque e arredores ou, com um pouco de sorte, conseguiram um casarão na própria Maria Antônia (como o prof. Grisi).

Cruzava-se com os professores-fundadores-pioneiros da FFCL e a geração de assistentes e discípulos que continuava suas obras. No anexo, onde funcionavam as cadeiras de Estatística, Matemática, Educação, Letras e outras, eram familiares as figuras dos professores-catedráticos Cruz Costa, Milton Rodrigues, Castrucci,

* Professora titular do departamento de Economia da FEA/USP. Foi assistente da cadeira de Economia Política e História das Doutrinas Econômicas da FFCL/USP. Entre outros, escreveu: *A Doutrina Cooperativista nos Regimes Capitalistas e Socialistas — Suas Modificações e Sua Utilidade* e *Economia e Cooperativismo.*

Cândido Dias, Furquim, Farah e os assistentes Fava, Nagib, Elza Gomide, Lira, Schaim, a equipe de Português (Silveira Bueno, Maurer, Salum, Pinho), de Francês (Bonson, Aubert, Sabina); a equipe de Educação (Querino, Mascaro, Brejon) e outros.

Ali funcionava nossa cadeira de Economia Política e História das Doutrinas Econômicas, a única do curso de Ciências Sociais nesse prédio. As demais cadeiras de Ciências Sociais estavam no prédio de colunas, onde ensaiaram um início de organização departamental. Reuniam docentes e pesquisadores em torno dos catedráticos Fernando de Azevedo, Roger Bastide, Lourival Gomes Machado, Emílio Willems e, depois, seus primeiros continuadores: Ruy Coelho, Antonio Candido (antes de migrar para Letras), Azis Simão, Maria Isaura, Douglas, Florestan, Schaden, Fernando Henrique, Ianni, Luís Pereira, Leôncio, Oliveiros, Paula, Gioconda, Weffort, João Batista, Eunice, Ruth, Maria Sílvia, Marialice e outros. Despontavam também os novos docentes/ pesquisadores Eva Blay, Lia, Mourão, Martins, Gabriel Khon, Francisco Querino, Célia, Heloísa, Álvaro Gullo e muitos outros.

Dentre os pioneiros que lutaram para reunir na Maria Antônia vários dos cursos da FFCL, até então dispersos em vários prédios do Estado, inclusive no último andar da Caetano de Campos, destaca-se nas minhas lembranças o prof. Eurípedes Simões de Paula, que se identificava com a própria unidade da faculdade: durante seus vários mandatos de diretor, lá estava ele, paternal e atencioso, buscando soluções humanas, conciliando oposições, resolvendo problemas.

Lembro-me de seu caminhar solitário e pensativo pelo pátio entre a FFCL e FCEA, de boina azul-marinho, para se proteger de seqüela de guerra, quando lutou na Itália. Precisava eliminar determinado percentual de docentes e funcionários, para atender imposições do então governador Jânio Quadros, mas seu grande coração relutava... Lembro-me de sua reação compreensiva quando os alunos que impediam sua entrada à porta do prédio principal, ocupado por grevistas em 1968, exigiram: "Seu documento de identidade, prof. Eurípedes!" Respondeu-lhes em tom semi-afável e irônico: "Ora, meninos, se vocês me conhecem, para que documento?"

Foi também o diretor Eurípedes quem mais lutou para manter na FFCL os docentes de Economia na disciplina de nossa cadeira — História das Doutrinas Econômicas, quando da Reforma Universitária de 1969. Mas encontrou a oposição do ex-aluno

José Francisco de Camargo, então diretor da FCEA, que defendia a efetivação do remanejamento de professores para faculdades especializadas, de acordo com a respectiva área de atividade.

E assim a cadeira de Economia Política e História das Doutrinas Econômicas da FFCL passou a integrar, em 1970, o recém-criado departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.

Todavia, durante os trinta e seis anos em que funcionara na FFCL, essa cadeira contara com a direção de renomados economistas franceses: François Perroux, René Courtin, Pierre Fromont e Paul Hugon. Mas enquanto os três primeiros aqui permaneceram, sucessivamente, apenas um ano escolar, o prof. Hugon acabou se radicando em São Paulo. Seu trabalho de formação de discípulos ultrapassou os limites do curso de Ciências Sociais, incluindo sua colaboração na criação da FCEA, onde lecionou, cumulativamente com suas atividades da FFCL, durante doze anos, isto é, de 1946 a 1958.

Foram seus assistentes na FFCL Sílvio Rodrigues, Dorival Teixeira Vieira, Hélio S. Silva, José Francisco de Camargo, Isabel C. Schützer, Zenith Mendes da Silveira, Wlademir Pereira, Diva Benevides Pinho, Carlos Marques Pinho, Heinrich Rattner, Modesto Scagliusi, e no fim dos anos 60, Marjan Fromer, Pedro Augusto Barotti de Carvalho, Vicente de Paula Oliveira, Fábio João Zocchio de Lucca, Ludovico H. Luedmann e Luís Augusto Q. Ablas.

Quando cursei Ciências Sociais, o catedrático de EP e HDE já era o prof. Hugon. Comparecia pontualmente às aulas, sempre formal, de camisa branca com punhos e colarinho engomados. Acompanhavam-no seus assistentes Dorival, Camargo e Hélio. Lecionava em francês, didaticamente, metodologicamente, colocando sempre o plano da aula no quadro-negro. Exigia que nas provas escritas e no "trabalho de aproveitamento" anual o aluno apresentasse em primeiro lugar seu plano. Tudo era por ele devolvido depois de minuciosamente criticado, por escrito, em francês. Colocava-se, então, à disposição dos alunos para esclarecer as dúvidas ou debater as controvérsias. Seus exemplos práticos, tanto no campo micro como macroeconômico, de economia aplicada ou de política econômica, eram sempre sobre o Brasil, demonstrando não apenas conhecimento dos problemas brasileiros, mas também interesse em discutir e propor soluções alternativas. As teses dos discípulos que orientava deviam, obrigato-

riamente, priorizar a análise de questões relevantes da economia brasileira.

Fui algumas vezes assistir a aulas suas na FCEA, sobre temas específicos de demografia econômica brasileira, mas ali o curso já era quase todo em português. Entrava acompanhado do prof. Camargo (seu primeiro assistente em ambas as faculdades) e da prof.ª Alayde Taveiros, sempre atentos para traduzir expressões francesas que freqüentemente lhes eram solicitadas pelo catedrático.

O prof. Camargo representou, então, uma espécie de liame entre a equipe de Economia da cadeira de EP e HDE da FFCL e da cadeira idêntica da FCEA. E com o tempo, o prof. Camargo foi criando raízes na FCEA, na qual completaria sua carreira acadêmica e onde o demógrafo se dedicaria à política econômica e, depois, à prática administrativa como diretor da FCEA.

Anteriormente, o prof. Dorival já se desligara da FFCL, tornando-se catedrático da FCEA e constituindo sua própria equipe de cientistas econômicos. O prof. Hélio Silva partira para o Rio, dedicando-se ao setor de bancos. E da equipe transferida para a FCEA, quatro completariam a carreira acadêmica nas áreas de Doutrinas Econômicas e Microeconomia (Diva Pinho), Economia da Educação e Economia do Trabalho (Carlos Pinho), Desenvolvimento Econômico e Demografia (Wlademir), Ciência e Tecnologia (Rattner).

A cadeira de EP e HDE significou, portanto, pólo de irradiação de docência e de pesquisa em Economia. Além disso, em torno do prof. Hugon formou-se um grupo de técnicos que se dedicou à aplicação da teoria econômica à realidade brasileira.

Tanto os docentes-pesquisadores como os técnicos, entretanto, conservaram a visão humanista inspirada pelo prof. Hugon. Habituados a analisar a teoria econômica e a debater a economia positiva com exemplos da problemática brasileira, os discípulos do prof. Hugon aprenderam a considerar o homem como o centro da atividade econômica. Então, por sua vez, passaram a transmitir a seus alunos a tenaz determinação de buscar a compreensão do real, indagar sobre o futuro e questionar o direcionamento econômico das sociedades no sentido de se libertarem da servidão imposta pela máquina e atuarem como sujeitos conscientes, dentro da meta de organização da atividade econômica em função do homem e não da técnica.

OPERAÇÃO SILÊNCIO: CENAS DA RUA MARIA ANTÔNIA (1)

Márcio de Souza *

Até que o movimento estudantil, o ME, estava razoavelmente bem organizado. E desde 1966, quando começaram as primeiras lutas e as primeiras manifestações. Pelo menos ali na Filosofia, na Maria Antônia, cada sala formava grupos de trabalho, os GTs, composto por uns cinco ou seis estudantes que indicavam um representante junto à coordenação geral dos GTs, a CGGT, que estava ligada ao Grêmio que por si estava ligado ao DCE que por si estava ligado à UEE que por si estava ligada à UNE; e funcionavam também os centrinhos, como o de Ciências Sociais, para organizar os estudantes dos diversos setores junto ao Grêmio, só que ao nível acadêmico, isto é, para reuniões internas de interesse dos cursos, impressão de apostilas, projeções de filmes, conferências e debates, coisas assim, porque para as manifestações externas a mobilização via GTs era mais rápida, eficiente e dificultava o trabalho de espionagem policial. O diabo é que viviam mandando o GT de Conti para ações suicidas como provocar a repressão na praça da República quando a verdadeira manifestação deveria sair do largo da Concórdia ou jogar panfletos em porta de fábricas ou em jogo do Corinthians versus São Paulo no Pacaembu o que sempre dava muito bode e o sangue-frio esquentava e tudo porque a representante do GT, uma

(1) Este texto é uma seleção de trechos, escolhidos pelo próprio autor, do romance político "Operação Silêncio" (Márcio de Souza, *Operação Silêncio*, Rio de Janeiro, Marco Zero, 1985, 2.ª ed.). O livro registra alguns aspectos do movimento estudantil na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, à rua Maria Antônia, freqüentada pelo autor, nos anos 60.

* Literato, ex-aluno da FFCL/USP. É um dos autores brasileiros mais traduzidos, tendo publicado teatro, antologia e romances, dentre os quais o consagrado *Galvez, o Imperador do Acre* e *Operação Silêncio*.

japonesa minúscula e míope pra cacete era membro da IV Internacional e tinha um entusiasmo do caralho e aceitava sem discutir qualquer porra-louquice só para mostrar trabalho e isso deixava Conti muito puto mas a japonesinha nem se importava e andava até com a merda de um revólver calibre 22 niquelado dentro da bolsa que era maior que ela. A porra da japonesa não escolhia serviço e não tinha medo a diabinha porque no caso dela tamanho era documento e isso ela deveria ter descoberto quando levou um tremendo bofetão de um soldado na praça da República e rolou num canteiro cheio de lama preta e apareceu na faculdade com um olho roxo e o nariz inchado como um rabanete e o pessoal ficava perguntando se ela tinha brigado com algum samurai mas ela nem se importou e só fazia sorrir dolorida e na manifestação seguinte ela aceitou que o GT ficasse encarregado de fazer pichação com spray nos carros de polícia, pois é, logo nos carros da polícia que ficavam acompanhando a manifestação antes de começar a baixar o pau e depois ele soube que a japonesinha tinha participado da grave de Osasco e agora estava formada e trabalhava como gerente industrial da Toshiba e vivia muito bem obrigado.

PPP nunca ia à Faculdade de Filosofia e quando queria falar a Conti mandava um recado ou esperava que ele aparecesse à noite no Riviera; PPP não se sentia bem naquele clima de constante desafio e provocação da rua Maria Antônia; desde a ocupação da faculdade a situação estava mais do que tensa, era como um galão de combustível de mil octanas no meio de uma fogueira; duas barricadas impediam o trânsito de veículos na rua e toda a direção da escola tinha sido formalmente deposta; no saguão da faculdade funcionava um serviço de auto-falantes que transmitia músicas revolucionárias (a coleção inteira de discos da "Chante du Monde Entier") e avisos; era o aeroporto de Pequim; os estudantes praticamente não dormiam mais, montando guarda com canos de ferro e pedaços de pau, enfrentando com essas armas ridículas a provocação armada de grupos fascistas que chegavam na madrugada; foi por um milagre que só um menino tenha perdido a vida; PPP dizia que estavam catucando a fera com vara curta e isso era o que a reação também dizia; o Grêmio parecia um dormitório e o pessoal deitava pelo chão, pelos bancos, por entre os painéis fotográficos que mostravam as atrocidades das tropas invasoras norte-americanas no Vietnã; to-

dos estavam cansados e tinham fome porque comiam sopa Maggi; um filme de Jori Ivens sobre o Vietnã era projetado e Conti lembra de algumas imagens captadas no esforço de se manter acordado, o medo, a coragem, a generosidade e porra-louquice unidas; José Dirceu recebia a imprensa burguesa para uma entrevista coletiva na sala n.º 11; e o caso Maçã Dourada: ela manuseava um revólver caindo aos pedaços que Dirceu usava, um 22, uma porcaria que não servia nem para assustar, ela tinha dito.

No terceiro andar da faculdade ele quase levou uma bala se não tivesse se jogado no chão quando alguns fascistas, do telhado da Universidade Mackenzie, começaram a atirar, estilhaçando vidraças, lâmpadas e ricocheteando no piso de mármore; contra os fascistas eles só tinham alguns revólveres 22 e fogos de artifícios que eram lançados contra o prédio da Mackenzie; a rua Maria Antônia parecia uma cena de um filme de piratas de Douglas Fairbanks Jr., os dois prédios como dois veleiros que se aproximam para a abordagem atirando com os seus canhões barulhentos.

Infraestrutura e superestrutura que às vezes não estão paralelas; PPP citava Engels (quase à força) e dizia que o artista cumpria seu papel quando fazia ver uma situação mesmo que não tivesse teses, nem comentários políticos; mas no Brasil era começar sempre do zero; marco zero; era como se não existisse um tempo brasileiro onde a arte e a política pertencessem igualmente; porque a unidade sempre era feita na porrada; deglutindo o que era importado; milhões de árvores queimadas para um projeto agropecuário de algumas cabeças de gado; o grande capital; o capital financeiro internacional; o capitalismo selvagem; o imperialismo bárbaro; o neocolonialismo; o entreguismo; o peleguismo; o arrocho salarial; o acordo MEC-USAID; o bipartidarismo; o tricampeonato; os contratos de risco; o INAMPS; o cruzeiro-novo; o ato 5; as salvaguardas eficazes; a hidrelétrica de Itaipu; o caso Luftalla; a inflação; o monetarismo; o sol odioso da praia de Ipanema. O acrílico luminoso da lanchonete Pink salpicado de sangue e restos de massa encefálica; eles levavam nitroglicerina, viajavam num volkswagen quando o sinal fechou; bem no cruzamento da Consolação, Caio Prado, Maria Antônia e Dr. Cesário Mota Jr.; o sinal fechou e parece que eles foram obrigados a frear bruscamente, provocando a explosão; todas as vi-

draças das imediações quebradas; restos humanos pelo asfalto, numa ponta de terreno baldio que não existe mais; um deles, só tronco, ainda foi colocado numa ambulância, gemendo e morto em seguida; uma noite fria e garoenta; o outro desapareceu completamente até baixar, três anos depois, numa sessão de "mesa branca" organizada por ex-militantes convertidos ao espiritismo; não acreditava que estava morto, queria discutir um livro de Marx que estava lendo no momento, era *A Ideologia Alemã*; disseram que ele estava morto, ele protestou; os militantes (ex) vivos tinham virado místicos, o militante morto continuava materialista; naquele tempo a democracia nem mesmo era relativa!

Efetivamente Conti tinha nascido aos vinte e um anos, em 1966; o mês de janeiro daquele ano marcado por chuvas de granizo e inundações no bairro do Ipiranga; Conti matriculado no curso de Ciências Sociais, na USP; o prédio de colunas sujas da rua Maria Antônia, usando uma japona de feltro azul e botões de metal cromado; o frio e as novas caras; a complicada geografia interna da escola; a primeira experiência de mundo que se arrumava nervosamente para alimentar quatro anos atribulados, entre meninos e meninas que mutavam em homens e mulheres; as conversas de primeiro encontro; sorrisos e timidez; perseverança e sonhos ideológicos; uma perfeita teia de compromissos novos, atraentes; os adoráveis papos de sábado na casa de PPP; a sopa da madrugada e vinho; onde se discutia de tudo mas sobretudo cinema e política; Shakespeare, também, e Mao; a encenação de uma peça e a publicação de um livro; *Marat-Sade* no Teatro Nídia Lícia; e tantos assuntos, opiniões; refinada civilização.

Observando a Galeria Metrópole, o conjunto Zarvos onde comprava revistas importadas, o prédio do *Estadão* agora ocupado pelo *Diário Popular*; a manifestação descera a Consolação, incendiando dois volks da radiopatrulha e agora a massa de estudantes estava parada frente ao *Estadão* e jogavam pedras, coquetéis molotovs atingiam janelas do terceiro andar, incendiando pelo lado de fora; (um menino morto a tiros, ele tinha visto, estava na esquina da rua Dr. Vila Nova, perto da banca de revistas, quando alguns policiais saíram de uma oficina de carros e tentaram surpreender os estudantes pelas costas. Foram cercados e quase linchados, perderam os capacetes, armas, um deles

correu em direção ao Mackenzie sem a túnica. Foi quando os tiros pipocaram e ele viu, quando se jogava no chão, protegendo-se, um soldado da Força Pública avançar contra a massa, disparando — um revólver ou uma metralhadora, não lembra mais, e o menino, secundarista, caído numa poça de sangue, até que outros soldados saíram correndo e dominaram o outro que parecia ter perdido o controle. Conti viu o corpo do menino bem de perto quando alguns professores carregaram para dentro da faculdade, pela porta da Vila Nova); as pedradas destruindo o luminoso eletrônico mas nada afetando as grossas vidraças blindadas das janelas da oficina do subsolo; o luminoso eletrônico do *Estadão:* PRESIDENTE MÉDICI ACEITA PEDIDO DE DEMISSÃO DO MINISTRO DA AGRICULTURA.

DEPOIMENTO SOBRE MEMÓRIAS DA RUA MARIA ANTÔNIA

José Goldemberg *

Minhas recordações sobre os tempos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na rua Maria Antônia são basicamente três.

A primeira delas é a de que o edifício da rua Maria Antônia tinha, provavelmente, a maior densidade intelectual por metro quadrado que jamais se reuniu na cidade de São Paulo. Naquelas instalações acanhadas, em que os professores não tinham salas para trabalhar, se acotovelavam milhares de alunos e grandes professores como Fernando de Azevedo, Eurípedes Simões de Paula, Mário Schenberg e outros. Era a proximidade das pessoas e os encontros no corredor que tornavam altamente interessante o ambiente que se formou naquele edifício, o que é uma extraordinária diferença com a Cidade Universitária de hoje, em que provavelmente o número de intelectuais e cientistas é maior, mas a área é de tal forma grande, que a densidade colega a colega é pequena. Essa situação se tornou tão grave, que reconheci como urgente a necessidade de fazer um Clube de Professores na Cidade Universitária, onde eles pudessem se encontrar de uma maneira mais natural, a fim de tentar recapturar em parte, pelo menos, o espírito que havia na rua Maria Antônia.

Em segundo lugar, havia a atividade do grêmio estudantil, do qual participei, ao lado de Fernando Henrique Cardoso, Julio de Mesquita Neto, Oliveiros Ferreira, Roque Spencer Maciel de Barros e outros, e em cujas assembléias se discutiam, efetivamente, os grandes temas nacionais, como a luta pelo petróleo, as restrições do capital americano no Brasil, e assim por diante.

* Bacharel em Ciências pela FFCL/USP. Professor titular do Instituto de Física (1970). Ex-presidente da CESP, Eletropaulo e Comgás. Atual reitor da USP. Membro do Conselho Estadual de Energia. Possui vários livros publicados sobre Física Nuclear e energia.

O nível intelectual dos debates era elevado e havia dentro do movimento estudantil muito pouco do corporativismo que se formou mais tarde. Lembro-me bem, já não mais como aluno, mas como professor, de uma noite, na década de 60, em que estava dando aula de Física, quando entrou um dos alunos, membro da Diretoria do Grêmio Estudantil, e, com voz embargada, informou que Cuba havia sido invadida a fim de derrubar o governo de Castro, o que provocou imediatamente a suspensão das aulas e uma greve que se estendeu por alguns dias. Não me lembro de greves de caráter puramente estudantil. Sob este ponto de vista a Faculdade de Filosofia era bastante politizada, o que permitia a ela ser uma verdadeira escola de ciência política e de humanidades para os alunos que faziam as mais diversas especialidades como Física, Matemática, e outras. O que ocorreu com os departamentos que não estavam na rua Maria Antônia, como o de Química, que ficou sempre na alameda Glete, é que eles se mantiveram fora desse ambiente de efervescência intelectual e até política, o que pode tê-los beneficiado profissionalmente, mas, provavelmente, tornou os seus alunos seres humanos mais alienados.

A terceira lembrança mais forte que me vem é da Congregação da Faculdade de Filosofia, que se reunia no 3.º andar do prédio da rua Maria Antônia. Fiz parte dessa Congregação durante algum tempo como representante do Departamento de Física, e este foi realmente o meu primeiro contato com grandes homens como Florestan Fernandes, Fernando de Azevedo, Antonio Candido, e muitos outros. O que me impressionou — e marcou profundamente — era o nível intelectual e os conhecimentos desses homens, que se reuniam uma ou duas vezes por mês para discutir os problemas da Faculdade de Filosofia, mas acabavam por discutir os problemas de São Paulo e do Brasil. Datam dessa ocasião conflitos sérios com o governo do Estado, sobretudo na década de 50, quando era governador Jânio Quadros e a Faculdade de Filosofia capitaneou, efetivamente, um movimento de rebeldia civil contra as arbitrariedades do então governador.

Sob este ponto de vista, o prédio da rua Maria Antônia foi o fermento no qual se geraram as tendências políticas de hoje; nele estudaram e ensinaram muitos dos líderes de diversos partidos políticos de hoje. Por isso, a Faculdade de Filosofia da rua Maria Antônia realizou os ideais e sonhos dos fundadores da Universidade de São Paulo — criar uma elite preparada para

entender a realidade nacional e sugerir caminhos para a solução dos problemas do País.

A concepção original da Universidade de São Paulo não se propunha a formar apenas profissionais, na Faculdade de Medicina, Escola Politécnica, Faculdade de Direito, e inúmeras outras escolas profissionalizantes que antecederam a criação da Universidade de São Paulo. A idéia era criar uma elite que pensasse o Brasil, dedicando-se à atividade de pesquisa, quer científica, quer cultural, enriquecendo, portanto, as atividades meramente profissionais da Universidade. Sem dúvida, o fermento intelectual, no qual se constituiu a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e, em particular, a atividade que ocorria dentro da rua Maria Antônia, acabou contaminando e conquistando a Universidade de São Paulo.

Apesar da faculdade ter sido desmembrada, através da separação de alguns Institutos como o de Física e Química, Geociências e outros, não há a menor dúvida de que a criação da Faculdade de Filosofia — e as atividades de análise crítica que ocorreram na rua Maria Antônia — se espalharam pela Universidade de São Paulo.

No Conselho Universitário de hoje, que naquela ocasião tinha dois representantes da Faculdade de Filosofia, têm assento cerca de 20 professores, que representam Institutos oriundos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e que carregaram consigo muito da influência que se originou dessa faculdade.

Antes do fim da década de 60, as atividades do Departamento de Física da Faculdade de Filosofia se transferiram praticamente todas para a Cidade Universitária, de modo que já não acompanhei mais os eventos que lá ocorreram em 1968, como a tomada do prédio da rua Maria Antônia pela Força Pública, e os outros acontecimentos que acabaram levando à transferência de toda a Faculdade da rua Maria Antônia, encerrando assim uma parte importante da história da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

SAUDAÇÃO DO MUNDO NOVO (1)

Rubens Rodrigues Torres Filho *

O que é vestígio, investe e instiga
ou, se é do olhar, investiga.

Já vem o dia dos outros,
dos que não serão pó.
Dos que desvendam a aurora
na respiração do horror.

Dos que têm claros dentes
ou que transportam a morte
no dorso resplandecente.

Está chegando notícia
no bojo de suas bocas
de um novo dia rompendo
com facas, pólvora e júbilo.

De um novo pranto correndo,
levando laranjas, ódio
e sobremesas esféricas.

(1) "Saudação do Mundo Novo" integra o livro *Investigação do Olhar,* publicado em 1963, lançado no João Sebastião Bar, quando Rubens Rodrigues Torres Filho ainda era aluno da Faculdade de Filosofia. Atualmente ele é professor e estudioso de História da Filosofia Moderna da USP. É autor de: *O Espírito e a Letra: a Crítica da Imaginação Pura em Fichte* (1975); *Ensaios de Filosofia Ilustrada* (1987); *Investigação do Olhar* (1963); *O Vôo Circunflexo* (1981) e *A Letra Descalça* (1985).

* Professor de Filosofia Moderna na FFLCH/USP. Entre outros, escreveu: *O Espírito e a Letra, A Crítica da Imaginação Pura em Fichte e Ensaio de Filosofia Ilustrada.*

DUAS INVASÕES

Eder Sader *
(1941-1988)

Trago nítida na memória uma cena em que estou na entrada do prédio da faculdade, entre as colunas que ficam logo após um pequeno lance de degraus. Tinha havido reunião no Grêmio e circulava muita gente e muito boato ali na calçada da rua Maria Antônia. Foi ali, no meio do alvoroço daquele dia 1.º de abril de 1964, que me disseram que "não adiantava mais nada", porque o Jango havia abandonado o país. Quem me falou isso foi o Roberto, estudante de matemática e, como eu, militante da "Polop", organização revolucionária pequena, mas com forte influência na "filosofia", a ponto de controlar o grêmio dos estudantes naquele momento. Eu lhe passara um texto de um manifesto a ser mimeografado quando ele me respondeu com aquela constatação amarga de uma derrota já definida. Fiquei indignado. Afinal, por todas as nossas análises, nós já prevíamos a possibilidade de um golpe e em nenhum caso confiávamos no governo e nos seus dispositivos político-militares. E no entanto, mais além de qualquer análise, a vitória fulminante dos militares golpistas nos atingia a todos, deixando-nos um sentimento geral de revolta, de perplexidade e de impotência.

Não é por acaso que eu estava na rua Maria Antônia naquele momento. A Faculdade de Filosofia não era apenas cenário de importante vida intelectual, como também centro de acesos debates políticos. No dia 31 de março eu tinha passado pela praça da República com a Regina e vi o Lucena tomando café no balcão de um bar. Ele era da direção estadual do PCB e eu me aproximara muito dele no Comitê de Solidariedade a Cuba. Perguntei-lhe o

* Professor de Sociologia da FFLCH, formado em Ciências Sociais, USP. Escreveu, entre outros: *Marxismo e Teoria da Revolução Proletária.*

que estava sabendo sobre o movimento golpista deflagrado em Minas e percebi, surpreso, que ele nem sabia disso. Nessas horas a gente sempre vai para onde se encontra o pessoal próximo. Eu poderia ir para a sede do Partido Socialista, na praça Carlos Gomes, ponto de encontro entre a esquerda. Ou poderia ir até o Sindicato dos Metalúrgicos, na rua do Carmo, centro da mobilização operária em São Paulo. Ou para o Sindicato dos Gráficos na rua da Figueira, onde mantinha ligações. Mas fui para a Faculdade de Filosofia, onde era estudante, onde estava a maioria dos meus amigos e onde tínhamos o Grêmio para "tentar fazer alguma coisa".

Eu já não estava no momento em que soldados entraram no prédio, com a brutalidade necessária para desestimular toda veleidade de resistência. Poucas semanas mais tarde, preso numa cela do DEOPS [1], eu saberia que os policiais ainda comentavam sobre as dificuldades que haviam tido para dobrar o Marco Antônio "Alemão", rapaz alto e forte, que, com um guarda-chuva, enfrentou os invasores armados... Mas já no dia seguinte à invasão, indo à Maria Antônia, eu soube por um funcionário que os policiais haviam destruído completamente a gráfica do Grêmio. Contou-me ele, com sua santa inocência, que os defensores da ordem já se aprestavam para destruir as máquinas da gráfica da faculdade quando ele lhes explicou em tempo que a dos estudantes era a outra, que ficava em frente, do outro lado do pátio. Assim, graças ao zelo desse funcionário e à compreensão dos policiais, salvava-se o patrimônio da universidade, e a barbárie era reservada apenas àqueles que haviam feito por merecê-la.

Refletindo hoje sobre esses fatos, penso em como estavam bem diferenciadas as coisas naquele momento. Embora a "Filosofia" fosse vista com suspeição, por estar contaminada pelo vírus da subversão, a Instituição mesma ainda exigia respeito. Penso na distância que havia entre o universo da militância política, que predominava entre os estudantes mais ativos, e o universo da atividade acadêmica, cuja respeitabilidade científica requeria uma pretensão à universalidade. É verdade que era grande o número de estudantes que não se interessava pelas assembléias, pela agitação estudantil e os debates políticos, concentrando-se nos estudos e numa eventual carreira acadêmica. Mas as entidades estudantis eram amplamente reconhecidas pelo corpo discente e em

(1) DEOPS: Departamento Estadual de Ordem Política e Social.

1964 elas estavam fortemente engajadas na luta política. A reforma universitária tornara-se um dos itens das "Reformas de Base", e essa conjunção expressava o vínculo entre as mobilizações universitárias e o conjunto da vida política do país. Já a faculdade (que naquela época possuía uma realidade mais presente para nós do que a universidade) devia seu prestígio justamente à relativa distância que mantinha em relação aos embates políticos e engajamentos práticos. E a verdade é que nas condições prévias a 1964 havia um bom espaço para tal isenção. Pensando melhor — e agora especificamente no campo das ciências humanas — talvez essa relativa distância constituísse até mesmo uma condição de sobrevivência (2). Pego agora em minha estante uma revista chamada *Filosofia, Ciências e Letras*, "Órgão do Grêmio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo", datada de outubro de 1951. Consta aí a transcrição da aula inaugural de um curso de férias, organizado pelo departamento cultural do Grêmio naquele ano, proferida pelo prof. Florestan Fernandes. Aí ele assinala a ruptura a ser feita tanto com a "cosmologia popular" quanto com o "socialismo" para que se adentrasse o campo das ciências sociais. A relação entre a atividade sociológica e a prática política se daria na medida em que esta pudesse se aproveitar dos conhecimentos científicos daquela, a qual, para isso mesmo deveria ter uma consistência distinta da dos engajamentos políticos. Não cheguei a ser aluno do Florestan, mas no tempo em que fiz o curso senti o quanto as idéias expostas nessa aula inaugural davam os parâmetros para seus discípulos mais ilustres, a começar por Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni. Tão disciplinados me pareciam os dois nos padrões positivistas da sociologia, que eu sentia um abismo entre o brilho de suas palavras em palestras, em artigos (em geral na revista *Brasiliense*) ou mesmo em conversas, e a chatice dos seus cursos de Introdução à Sociologia, dominados pela bibliografia dos funcionalistas norte-americanos. Mas essa postura deve ser entendida nas condições que envolviam o pensamento político na conjuntura do pós-guerra. De um lado ou de outro entre os ativistas políticos predominavam tipos de práticas intelectuais que quase não passavam de racionalizações ideológicas para engaja-

(2) Estas idéias estão discutidas em artigo de M. Célia Paoli e Eder Sader "Sobre 'classes populares' no pensamento sociológico brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes)" in R. Cardoso (org.), *A Aventura Antropológica*, redigido a partir de pesquisa na qual participou também Vera Telles.

mentos práticos que não dependiam delas para serem arquitetadas. Deixando-se de lado as evidentes mistificações no campo da direita, na esquerda o marxismo apresentava um quadro de dogmatismo realmente desanimador.

E no entanto eu me encaminhei para as Ciências Sociais porque, embora sem confundir sociologia e socialismo, imaginava alguma relação entre os dois. Se mais não fosse porque tinha o exemplo do meu tio, através de quem conhecera as primeiras noções do socialismo, tomara contato com exemplares de velhos jornais anarquistas e vira uma reflexão sociológica interessada nos rumos e dilemas do movimento operário.

Tinha um amigo inseparável: o Renato Pompeu. Nós dois estávamos nos iniciando na vida de militantes e buscávamos em Marx e no marxismo os alimentos para aventuras que encarávamos cheios de otimismo e ousadia. Embora críticos do PC, preferíamos a denominação "comunistas" pela conotação que tinha de um antagonismo irreconciliável com a ordem estabelecida. Passávamos sempre pela Maria Antônia ao voltar do cursinho preparatório para os vestibulares, onde nos conhecêramos. Nesse cursinho, nas aulas de História do Brasil, tínhamos por referência a obra de Caio Prado Jr., que nos dava os termos de uma interpretação marxista da realidade a ser mudada. Era esse tipo de atividade intelectual que imaginávamos prosseguir ao sermos aprovados e ao adentrarmos a faculdade, no ano de 1960.

Não foram poucas nossas decepções. Eu me lembro que após nossa primeira aula de Economia Política, com o prof. Wladimir Pereira, fomos pedir alguns esclarecimentos sobre a teoria do valor-trabalho. Qual não foi o espanto do professor, que não somente não rezava por aquela cartilha como ainda não parecia ter alguma familiaridade com o seu conteúdo... O funcionalismo dos sociólogos nos incomodava. Os antropólogos desancavam o evolucionismo, que me aparecia como uma teoria com alguma proximidade com o que eu aprendera com Engels. Em suma, pouca relação havia entre o marxismo que estudávamos em seminários de militantes e as ciências sociais que nos eram apresentadas na rua Maria Antônia. Até 1964 eu me lembro de apenas três disciplinas onde pude contatar com minhas referências ideológicas. A primeira foi a de Filosofia, com o prof. Cunha Andrade, um comunista romântico que continuava em guerra contra Deus e reduzia toda a história do pensamento a uma luta entre o mate-

rialismo e o idealismo. Aquela simplificação dogmática decididamente não me convencia. Ao final do curso tive História com o Fernando Novaes, que expôs as grandes linhas de formação dos Estados Nacionais e do mercado mundial. Aquelas aulas me impressionaram vivamente porque eu recebia uma enorme riqueza de informação histórica trabalhada com as noções marxistas. E a outra disciplina na qual me liguei, também ao final do meu curso, foi ministrada pelo Weffort. Metade consistia numa discussão do livro do Faoro *Os Donos do Poder*; a outra metade na discussão dos temas de Lukács em *História e Consciência de Classe*. Aí eu me encontrava. Mas eram exceções.

Assim, entre os militantes — fossem comunistas ortodoxos, trotskistas, socialistas, cristãos de esquerda — e os acadêmicos, havia uma boa distância. Se a Faculdade de Filosofia continuava a ser para nós um lugar central de referência, era menos pelos cursos que oferecia do que pelas discussões e atividades que se desdobravam fora das salas de aula, no saguão, no Grêmio e nos bares da rua Maria Antônia.

Éramos revolucionários e em nossa intransigência não podíamos aceitar tudo aquilo que nos parecia positivismo teórico e acomodação prática à ordem estabelecida. E no entanto sentíamos — embora difusamente — que os personagens e teses que criticávamos estavam mais próximos da realidade que vivíamos. A "Revolução" que movia nossas melhores energias parecia uma deusa que não se interessava muito pelo nosso país. Por isso mesmo falávamos mais da Rússia de 17, ou de Cuba, da Venezuela...

De algum modo o golpe de 64 fechou, para a intelectualidade de esquerda, os espaços para aquela atividade acadêmica que era reconhecida socialmente pela universalidade atribuída às ciências e que ao mesmo tempo parecia servir ao progresso social e à democratização do país. O obscurantismo dos militares abria uma realidade de confronto, mais próxima daquilo que discutíamos em nossos círculos de militantes.

Sumi da rua Maria Antônia e de São Paulo durante alguns meses, e quando voltei o clima já era outro, era outro o país. Nossa perspectiva de uma situação limite entre revolução ou contra-revolução parecia emergir. A grande maioria não optava nem por uma nem por outra, mas então só lhe restava a indiferença ou o silêncio da vida privada e o refúgio em pesquisas e atividades que não despertassem suspeitas. E o clima já não estava para brincadeira (embora não se comparasse com o que veio após o

AI-5). Me lembro de uma noite quando, antes de ir para casa, passei pela Maria Antônia e acabei indo ver um debate com Mário Schenberg no auditório das Ciências Econômicas, na rua Dr. Vila Nova. De repente alguns tipos começam a esbravejar ameaças e insultos, tiram seus revólveres e disparam para cima, ameaçando agredir os palestrantes! Na confusão montada escolhem o André Gouveia como alvo e espancam-no até se cansarem. Reconhecemos entre eles gente do DEOPS e do CCC,(3) inclusive o Raul "Careca", que por sinal pertencia às duas instituições ao mesmo tempo... Esses fatos não saíam nos jornais, mas até por isso mesmo os que deles tinham conhecimento sabiam dos abismos que separavam os discursos públicos da realidade cotidiana. Quem não se conformava com o refúgio na vida privada e queria de algum modo expressar sua oposição terminaria provavelmente envolvido nos engajamentos de uma guerra desproporcional e absurda.

Nesses anos minha presença na Maria Antônia foi muito entrecortada devido aos períodos em que, perseguido, tive que "sair de circulação". Mas antes de 1969 os "tentáculos da repressão" não eram tão poderosos nem tão mortais como ficariam depois. Por isso algumas vezes os meus refúgios foram casas de colegas da faculdade e, embora minha atenção maior estivesse voltada para a "organização revolucionária", eu continuava acompanhando o que se passava na Maria Antônia. Assim, participei da *Teoria e Prática*, revista inspirada na *New Left* inglesa e animada pelo Roberto Schwarz, Ruy Fausto, Lurdes Sola, o Emir — meu irmão — e outros. Creio que ela expressou uma tentativa de politizar a atividade intelectual, submetendo os temas políticos a uma aguda crítica teórica. Foi um tempo em que se discutia muito e os temas eram dados pela atualidade da luta política. O pessoal do TUSP(4) editou a revista *Parte*, onde escreviam sobre Brecht, Peter Weiss, cinema novo, teatro político, música popular, censura e até arte militante no Vietnã. O Grêmio editou *Revisão*. Circulavam brochuras polêmicas de Gunder Frank e Rui Mauro Marini e Debray.

(3) CCC: "Comando de Caça aos Comunistas", agrupamento paramilitar de direita que atuava com cobertura de setores da polícia política. Reportagem da época feita por *O Cruzeiro* cita entre os seus membros que teriam comandado o ataque à USP: Raul Nogueira Lima (o "Raul Careca"), João Marques Flaquer, Francisco José Aguirre Menin, Boris Casoy, Raffi Kathlian (que aparece em plena ação em fotos feitas por uma fotógrafa da *Folha da Tarde*) e outros.

(4) TUSP: Teatro da Universidade de São Paulo.

Debatíamos o caráter da "revolução brasileira" e a teoria das contradições sociais, de Mao a Althusser. Debatia-se a música popular entre o engajamento didático de Vandré e os experimentos vanguardistas de Caetano e Gil, e o mesmo no teatro, entre Boal e Zé Celso. Saía-se da Maria Antônia para passeatas, dava vazão a um imenso desejo de gritar que não aceitávamos a ordem unida dos generais.

Foi naquele clima que floresceram as organizações revolucionárias que teriam a vida breve do enfrentamento desigual com o aparato bélico do regime. Na Filosofia circulavam os quadros da Dissidência Universitária do PCB, que iria engrossar sobretudo as fileiras do Agrupamento de Carlos Marighella; da Dissidência da Polop, que iria contribuir para a formação da VPR; da Ala Vermelha do PC do B; da própria Polop, da AP, dos grupos trotskistas... e todos experimentavam algum crescimento naquela conjuntura. E era generalizado o sentimento de que vivíamos os prelúdios de uma guerra revolucionária que redimiria o país.

E aí veio 1968, ano da paixão e morte da Filosofia da rua Maria Antônia. Ano convulsivo em que se sucediam rapidamente acontecimentos que pareciam anunciar a guerra para a qual nos havíamos preparado. O ano escolar começou com a notícia da morte do estudante pela PM no restaurante estudantil do Calabouço, no Rio. E veio a greve dos metalúrgicos em Contagem. E a explosão da revolta estudantil em Paris. E a marcha dos cem mil no Rio. E o 1.º de maio na praça da Sé, em que a militância estudantil somou-se às oposições sindicais para escorraçar o governador Sodré do palanque. Assim eclode o movimento na USP e a Filosofia da Maria Antônia será ocupada pelos estudantes. E se constituirão comissões paritárias com os professores e faremos cursos paralelos. Em agosto, quando os metalúrgicos de Osasco entram em greve, as lideranças circulam pela Maria Antônia e dela saem grupos para apoiar o movimento.

No dia 3 de outubro eu não fui até a Maria Antônia. Quando cheguei à esquina da rua da Consolação vi os sinais do que acontecera e fui então sendo informado dos detalhes do seu martírio final. Do estudante morto; dos colegas que ficaram no prédio; dos soldados da Guarda Civil e da Força Pública defendendo o prédio do Mackenzie e edifícios vizinhos, de cujos tetos um bando do CCC disparava com espingardas e revólveres; da reitora do

Mackenzie estimulando os grupos que destruíam a Filosofia (5); do secretário de Segurança destratando os professores da USP que foram pedir providências; do fogo final e da invasão do prédio.

Penso no sentido do tempo que havia transcorrido desde o 1.º de abril de 1964 até aquele 3 de outubro de 1968. Agora os invasores da Filosofia não faziam mais distinções entre a instituição e seus membros.

A imprensa no dia seguinte trataria do fato como um conflito gerado pela "rivalidade entre as duas escolas", escondendo o papel das autoridades no caso. É preciso, aliás, ter vivido aquele tempo de infâmia, em que a vida pública era dominada pela mentira e o medo, para dar-se conta das marcas deixadas, da vontade de esquecer e a impossibilidade de esquecer. É preciso ter vivido aquele tempo de infâmia para saber por que teses revolucionárias as mais delirantes nos atraíram tanto. Mais do que no campo da racionalidade política, é no campo dos impulsos de quem queria reagir àquela realidade opressiva que devemos buscar os motivos que sustentaram os nossos enganos políticos daqueles anos. Quanto à Faculdade de Filosofia da rua Maria Antônia, ela carregou o mito dos heróis, que morrem no momento certo e não sobrevivem à liquidação de seus ideais.

(5) Essa reitora da Universidade Mackenzie era Esther de Figueiredo Ferraz, que chegou a ser ministro da Educação do governo Figueiredo. Foi convidada pelo reitor da USP Hélio Guerra Vieira para estar na mesa oficial das comemorações pelos 50 anos da Faculdade de Filosofia. E ela foi e discursou, sendo o ato no entanto empanado pelo inconformismo dos estudantes, que a vaiaram o tempo todo.

ANOTAÇÕES DE UM DIÁRIO ENLOUQUECIDO

Álvaro Alves de Faria *

O fogo amarelo percorrendo a memória, os anos que passam como passam os caracóis nos jardins, as caravelas no pensamento, o sol que desaparece atrás das nuvens, das janelas de raiban, dos prédios incendiados, o fogo amarelo sempre percorrerá a memória, embora muitas memórias tenham morrido e outras esqueceram de viver. A cidade caminhou por todos os lados, mas as palavras permanecem mortas nos cantos das páginas, nas redações dos jornais, na nota oficial. A paisagem, no entanto, é nítida com pessoas correndo de um lado a outro, soldados de fuzis e metralhadoras, as caras fardadas no espaço dos jornais, gritos inflamados e a dor crescendo em todos os acenos, nos cantos dos lábios, do sangue, do ferimento, uma imensa bola de fogo nascendo atrás de cada cabeça, no beijo e na saliva marcada em dentes silenciosos. Eram prédios velhos, pequenas barracas de frutas, bares com as primeiras mesas paulistanas nas calçadas, a rua agitada sem bandeiras, gritos abafados nos apartamentos, palavras que saltavam da boca como grilos tímidos no meio da noite, da treva. Por isso, quando a bomba explodia na parede cinzenta, nascia a labareda queimando os sonhos que ainda não tinham nascido e era possível ver no fogo o rosto de uma geração que passaria pelos anos como se pegasse o bonde em frente à Igreja da Consolação e seguisse para o nada, qualquer silêncio ou morte. Nada importava, nunca nada importaria, senão atravessar as praças com a faca mais afiada para cortar os fios invisíveis que começavam a cercar todos os movimentos, fichários de sombras com informações sobre as pessoas que mais tarde desapareceriam, talvez nos

* Poeta, escritor e jornalista profissional. Colabora em vários jornais brasileiros, entre os quais no *Jornal da Tarde*. Como jornalista, dedica-se a área cultural, especialmente à literatura.

cemitérios de Perus, talvez entre as drogas de Londres, alguém sonhando na Espanha, talvez um poema triste em Portugal, ou na Bélgica, França, Alemanha, pessoas nesta memória dolorida, correndo atravessando a memória ferida, correndo atravessando a rua Maria Antônia, as vestes rasgadas e sempre na garganta o grito de dor ou de ódio, o grito que se calou no instante, mas atravessou todos os anos, atravessou todas as praças, entre soluços de tortura ou de saudade, entre soluços de amor ou de todos os silêncios de adeus, quando dizer adeus não passa de uma palavra que morre na ponta do lábio, separando os amigos, os teatros, os acenos, as faixas com letras vermelhas. Não importarão os caminhos para morrer talvez no amanhecer, com o pescoço quebrado na grade da cela. As imagens ainda vivem, calam, ferem, se multiplicam como formigas e atravessam todas as ruas fechadas, entre os soldados, as mãos dos soldados, as armas dos soldados, as botas dos soldados, o rosto dos soldados e os tanques fechando as saídas e esmagando o que apenas começava a nascer neste canto da cidade. O risco da loucura. A cerveja com veneno. As mãos amarradas com arame farpado. Cinemas abrindo bocas enormes com cenas antigas. A igreja onde nos escondíamos perto da noite, um órgão toca canções medievais, uma mulher canta, soprano invadindo nosso medo, cortando os vitrais para ganhar a praça Roosevelt, onde algumas crianças vendem flores em frente ao Cine Bijou, Chaplin amargo atravessando as chuvas. As cenas antigas invadem a cabeça e a cabeça rola pela guia, pelos bueiros, enquanto a fumaça cresce na rua Maria Antônia, onde não existem bocas, becos. Balas de metralhadora quebram as janelas, bicos de seios chupados no Copan, a angústia no meio das pernas da moça desconhecida. Tudo isso pesa na memória, a memória em fragmentos com imagens, paisagens, quadros, gestos, alucinações, a memória fragmentada em todas as portas da rua Maria Antônia, onde morreram os passos e os soluços no silvo amarelo da molotov. Cheiro de gasolina, os dedos estão decepados. Só o massacre salva, só o massacre não mata e pode fazer novamente a vida no meio da morte, só o massacre, só o massacre, mas o que é o massacre? Todas as autoridades usam terno azul. A lembrança será sempre uma ferida viva, incêndio que destruiu as vidas num espelho de palavras abafadas, com gosto de sangue. Andávamos de calça Lee, a cidade era quase romântica atrás da Biblioteca Mário de Andrade, onde uma Galeria Metrópole gritava as primeiras guitarras e onde Chico Buarque de Holanda cantava tímido as músicas que

fazia nas noites da rua Buri, de um Pacaembu cheio de árvores e notas musicais. Tínhamos todos 20 anos, mas as portas começavam a se fechar. A pedra bate em cheio no olho. Todas as imagens se esparramam no chão. São imagens vermelhas. O soldado pisa em cima. No chão, as imagens são invisíveis. Mas as imagens sempre estarão vivas no pensamento. Pedágio na rua Maria Antônia. Recolher dinheiro para o 30.º Congresso da UNE, que os jornais chamam de ex. A molotov explodindo na parede fere os olhos com riscos de fogo, abre-se um rio escuro na fumaça, e o medo cresce como uma lâmina que, aos poucos, corta as veias do pulso. As telhas da Faculdade de Filosofia caem nas calçadas e todos os gritos arrancam as últimas palavras da garganta, sílabas cortadas, os dedos enfiados nos muros, onde ficam as sombras do horror. A Filosofia, entrada suja, pilares gregos, onde depositamos alguns sonhos. Fumaça negra, os gritos das pessoas, os gritos dos dentes partidos, não há bandeiras, apenas o fogo lambendo as paredes, garrafas que explodem com gasolina, o barulho das bombas, vidros cheios de ácido partem das janelas do Mackenzie e explodem nas escadas, os pingos corroem a pele, entram na carne. Olhos choram, gás, a rua Maria Antônia fechada. A namorada não tem nome e nem sexo. Encosto nela meu medo e anoto as palavras dilaceradas para escrever minha reportagem, talvez um poema, eu não sei. Para a reportagem, não há jornal. Para o poema, não haverá livro. Anotações. O diário enlouquece. Paulinho, filho de Oswald de Andrade, me mostra um poema na escadaria da biblioteca. Rimos muito. A gente sempre ri. Paulinho morre num desastre de automóvel, não existe mais, olhos negros, grandes, gordo, vagaroso. Não existe mais. Não há mais concertos matinais nos domingos no Teatro Municipal, não teremos mais. Os poetas se comovem. Com vinte anos, nos debruçamos nas janelas invisíveis. Poemas no viaduto do Chá, declamados à luz de vela. Onde estarão os poemas declamados no viaduto do Chá? Éramos todos profetas de um tempo em ruína. O mês de outubro se arrasta réptil. O Brasil se arrasta. Fardas de 64. Lâmpadas apagadas. As coisas por acontecer. Dentro do quarto, estou sozinho no quarto, estou sozinho na América do Sul, Drummond me olha de um retrato na parede, talvez Chaplin, talvez Picasso, eu não sei, mas Drummond é um poeta, como Lorca, Bandeira, Neruda ao meu lado, sua palavra quieta chilena entrando nos meus ouvidos no barzinho do Museu, na 7 de Abril. Sua palavra quieta em meus ouvidos: é preciso, rapaz, é preciso tudo, rapaz. O monumento a Lorca, não sei

onde fica a praça das Guianas, meu poema lido ao pôr-do-sol. O que me significam estes homens do Centro Democrático Espanhol fugidos de Franco, esta chama ardendo na minha cabeça, a camisa ensangüentada, o corpo arrastado até o Araçá, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo destruída, como se fosse um prédio bombardeado. Ferros retorcidos, a rua Maria Antônia fechada dos dois lados. É preciso tudo, meu rapaz. Neruda triste. Um copo de conhaque. Os tanques. Os tanques. Os tanques. O capacete do soldado na prateleira, como um troféu. Dona Esther cumprimenta seus alunos. Eu não sei, eu não sei. Uma faixa: *CCC, FAC e MAC é igual a repressão. Filosofia e Mackenzie contra a ditadura.* O Mackenzie avança. A faixa destruída. A molotov explode na parede cinzenta e escorre a língua de fogo consumindo gritos de dor e desespero, e também um ódio que cresce e alucina. Sirenes cortam a manhã como se fossem uma navalha, afiada navalha cortando as veias do pulso, ou o tórax, ou também as veias invisíveis que nos prendem à vida. Sirenes de fogo, cortantes, abstratas e reais, percorrem as janelas dos apartamentos, as casas que vendem frutas, as nuvens brancas com cheiro de pólvora, riscos de sangue marcados nos muros e as mãos cortadas tentando acenos, mas acenos não existem em mãos decepadas. Frase: *CCC, FAC e MAC, um ninho de gorilas.* Frase: *A polícia e o Exército de Sodré que fiquem defendendo a fina flor dos fascistas.* Dentro do Mackenzie: o CCC — Comando de Caça aos Comunistas; FAC — Frente Anticomunista; e MAC — Movimento Anticomunista. Na Filosofia, a sede da União Estadual dos Estudantes, que os jornais chamam de ex. Dona Esther Figueiredo Ferraz manda chamar a polícia. Tropa de choque. São trinta. Dona Esther, a reitora, diz que é preciso proteger o patrimônio mackenzista. Corre agora em mim estas imagens. Há sempre fogo e gritos. Há sempre palavras e gritos. Fardas de 64. Uma camisa cheia de sangue segue à frente. O sangue escorreu da cabeça e correu pelo peito. José Guimarães, aluno do Colégio Marina Cintra, terceira série ginasial. Ele não existe mais. Vai ser enterrado amanhã no Araçá. No velório, a mãe viúva. Ela não entende nada disso que está acontecendo. Uma passeata segue aflita. Carros de polícia incendiados. Não há caminhos, penso aqui encostado aos automóveis sem destino, fazendo as anotações do desespero com letras indecifráveis. Não há caminhos, penso aqui encostado nos gritos de ferro retorcidos, vidros estilhaçados, onde morrem as idéias e onde tantas palavras se perdem nas gargantas

cortadas. Não há caminhos, penso aqui encostado em mim mesmo, corpo invisível percorrendo as latas de lixo esparramadas, os automóveis destruídos, o grande portão de ferro na minha frente, o hino nacional executado talvez na Consolação por uma gaita de boca. Não há caminhos, penso aqui encostado, mastigando o chicletes envenenado, saliva escura engolida em goles doloridos, como cortes repentinos de gilete. Fazer uma molotov é fácil. Difícil é acertar exatamente onde a gente quer. A camisa vermelha de sangue. Assembléia na Cidade Universitária. Mas, para decidir o quê? Vejo a foto, lado a lado, rostos quase colados, o governador Abreu Sodré e o presidente Costa e Silva, em visita a São Paulo. O presidente comemora 66 anos de idade. Banquete da Arena. Discurso do presidente: *Não me atemorizam as eventuais brumas que possam toldar os céus brasileiros, circunstancial e episodicamente.* (Palmas). Um monte de tijolos. Cadeiras. Pedaços de madeira. Lousas. Paralelepípedos. A barricada. Lá em cima, José Dirceu grita palavras de fogo. Palavras mortas. Quando o presidente chegou, ganhou flores de uma mulher. Na mesma hora, a bala entrou na cabeça de José Guimarães. Calibre superior a 38. Ou de fuzil. Almoço da Arena. Governador Abreu Sodré do lado, o presidente fala: *Sou radicalmente contra aqueles que pretendem destruir o já valioso patrimônio moral e político construído depois da revolução de 1964.* (Palmas). Autópsia: *a bala é de calibre superior a 38 ou de fuzil. Havia seis ou sete pedaços de chumbo no cérebro. O tiro entrou um centímetro acima da orelha direita e saiu à altura da linha mediana da cabeça, atrás, ligeiramente à esquerda. A bala fez um percurso de cima para baixo em sentido oblíquo.* Dona Esther está feliz: os soldados estão armados de metralhadoras, fuzis e cassetetes enormes. 240 soldados da Força Pública, cem cavalarianos, dois tanques de guerra, cães amestrados. Rua Maria Antônia, rua Maria Antônia. O Mackenzie está sendo ocupado. Alguns estudantes ainda jogam molotovs na Filosofia destruída. Os soldados olham. Os soldados só olham. Bocas escuras do Mackenzie cantam o hino nacional. Dona Esther cumprimenta alguns funcionários e alguns alunos. Mackenzistas vestidos de heróis gritam que venceram. E vão beber chope para comemorar. O prédio cinzento da Filosofia abre uma enorme boca no meio da noite. E adormece palavras tristes. A rua Maria Antônia fechada dos dois lados. Tudo cairá no esquecimento. A história verdadeira é esquecer. A história verdadeira sempre adormece dentro do cérebro que morre e da boca que nunca vai falar,

costurada com arame e fiapos de balas. Sinal de ataque! um apito. Homens armados com cassetetes, revólveres e socos ingleses depredam o Teatro Ruth Escobar. Quebram poltronas, invadem os camarins dos atores, espancam quem encontram pela frente, arrebentam o cenário de *Roda Viva.* Marília Pera, bela mulher de 25 anos. É despida, estapeada. Sinal de retirada: dois apitos. Cena de três minutos. Flávio de Carvalho constrói o monumento (*) partindo de um desenho de Federico García Lorca. Mas onde colocar o monumento nestes tempos violentos? Praça das Guianas, cheia de árvores, escondida num pedaço da Nove de Julho. Neruda passeia pelas ruas de São Paulo. Um poeta amável, de olhos grandes. Poetas espanhóis estão aqui para a inauguração. Trazem no bolso poemas comoventes. O Centro Democrático Espanhol distribui fotografias de Lorca varado de balas. Há pessoas que choram. Outras pessoas discursam. Lorca está aqui, tenho certeza: *un día los caballos vivirán en las tabernas y las hormigas furiosas atacarán los cielos amarillos que se refugian en los ojos de las vacas. Otro día veremos la resurrección de las mariposas disecadas y aun andando por un paisaje de esponjas grises y barcos mudos veremos brillar el anillo y manar rosas de nuestra lengua.* A praça das Guianas é grande. Somos um punhado de gente com palavras ardentes. Depois tudo passa. O monumento a Lorca fica entre as árvores paulistanas da Nove de Julho. Mas numa noite de sombras, o CCC serra os canos negros que sustentam o monumento. García Lorca não existe mais. Nem sua poesia. Resta na praça o pedestal retangular de cimento. Um túmulo. No QG do II Exército, o presidente defende as Forças Armadas *das provocações já intoleráveis que lhe são freqüentemente dirigidas*, ele diz. O presidente afirma que as Forças Armadas constituem uma de nossas classes produtoras, porque produzem aquilo que mais vale, a segurança nacional. (Palmas). A morte desliza nestes ódios plurais, punhais feridos, filmes antigos, aflitos, a flauta toca talvez o choro que ninguém sabe, ou a marcha fúnebre do compositor desconhecido, a morte desliza, a cabeça varada, a palavra morta, o gesto imóvel, as bocas que se movem devagar, cinema absurdo, personagens anônimos, paisagem que engolimos. Voaram do Mackenzie mil molotovs contra a Filosofia. O CCC diz que não tem nada com isso. Um dirigente da organização garante que

(*) Anos depois, o monumento a Lorca foi encontrado num depósito da Prefeitura Municipal de São Paulo e reconduzido à praça das Guianas, onde está até hoje.

seu grupo de universitários treinados em karatê e no uso de metralhadoras nada tem a ver com a invasão. Argumento: *em primeiro lugar, não foi uma ação planejada à altura do nível técnico do CCC. Nós teríamos arrasado o teatro.* O presidente de terno escuro, gravata escura, bem-humorado. O presidente está sempre bem-humorado. Dom Agnelo Rossi, arcebispo de São Paulo, se recusa a aceitar do presidente a Ordem Nacional do Mérito. Dom Agnelo diz que quer evitar atrito com alguns dos seus diocesanos. Costa e Silva apaga a velinha colocada no meio do bolo branco. Norma Bengell atende o telefone: *Você é uma comunista suja. Vamos ver se tem coragem de dizer aquelas indecências que diz no teatro quando a gente for quebrar a sua cara.* Além de recusar a medalha, o cardeal Rossi deixou de celebrar no Palácio Episcopal a missa de ação de graças pelo aniversário do presidente. Uma hora antes, viajou para o Acre. Disse que ia inaugurar um hospital. Rapazes e moças enrolados em cobertores coloridos. Sujos de lama, foram presos em Ibiúna. 30.º Congresso da UNE, que os jornais chamam de ex. 920 pessoas, entre estudantes e jornalistas, cansados e sujos, junto a um galpão da Cooperativa Agrícola de Cotia. Nove ônibus, um microônibus, cinco caminhões, duas kombis e uma rural-Willys. Na rural: Travassos e Dirceu. O comandante da Operação Anti-Congresso, coronel Ivo Barsotti, grita as ordens. Palavras cortadas, as mãos unidas, assembléias intermináveis, as pedras caem de todos os lugares, não há como sair do prédio da Filosofia, não há como escapar da fúria, da dor, há um país calado caminhando de joelhos, o presidente ri nas fotografias. O presidente sempre ri nas fotografias. Nota da Cúria: *O cardeal agiu por razões pastorais, já que setores católicos davam à distinção um sentido mais político e partidário que cívico e patriótico.* O delegado Otávio Camargo, orgulhoso do seu feito, fala à reportagem o que viu no sítio em Ibiúna: moços e moças amontoados na casa, dormindo em camas de lona ou no chão. Como não cabiam todos na casa, muitos foram aproveitar a cobertura dos currais desocupados. Ficava porco num chiqueiro, gente no outro. Eu anoto com minha caneta esferográfica que enterrarei no coração. Vladimir Palmeira foge do ônibus parado diante do QG da Força Pública. Corre descalço. O soldado o alcança. Volta silencioso. O cobertor não cobre toda a angústia. O olhar não alcança o outro lado da rua, onde talvez resida a ferida mais aberta nesses tempos fechados como essa tarde que nunca chega. O pôr-do-sol é uma bola de fogo, como esse vento amarelo que bate

nas paredes e espirra tantas línguas queimando os acenos que tentam nascer. Todos os gritos são silenciosos. Os escombros não contam histórias, mas as histórias ainda serão contadas, os livros guardarão a memória possível, se todos não forem mortos. Há muito por vir, manhãs incendiadas, auroras cortadas a faca, o anoitecer cobrindo a palavra dos que perderão a voz e talvez peçam clemência no último ato do desespero. Aqui os gritos se abafam. Policiais caminham passos largos, botas pesadas, baionetas profundas, andam sobre os jardins, esmagam as flores e destroem a lua com um tiro de fuzil. Nada resta neste silêncio de coisas imóveis. A morte é imóvel. Cheiro de sangue e pólvora. Mas isto não terminou. As lágrimas são azuis. Todo azul é derradeiro. Haveremos ainda de sonhar com praças tomadas pelo povo. Bandeiras do Brasil. Haveremos ainda de soluçar o soluço que nos prendem na garganta. Haveremos ainda.

O BONDE DA FILOSOFIA (1)

Aspectos da cultura filosófica uspiana nos últimos anos da rua Maria Antônia (1965-1968)

Paulo Eduardo Arantes *

> *"Foi o momento mais feliz da minha vida universitária — da minha vida talvez. Eu tenho certeza de que todas as pessoas que conheceram essa época não podem deixar de ter saudades da Maria Antônia".*
>
> GÉRARD LEBRUN

A geração de segunda mão a que pertenço já tomou andando o bonde da Maria Antônia, e bem perto do fim da linha. Confesso de saída uma grave falha de formação: chegando atrasado, em 1965, perdi o bonde da Filosofia, que subindo a Consolação, dobrava à direita na direção da faculdade, o bonde real que deixara de trafegar, hoje emblema mítico da memória coletiva. Acresce que naquele período terminal fui sobretudo aluno — verdade que temporão e razoavelmente escaldado pela finada ressaca populista — e muito pouco professor. Convidado a opinar, vejo-me na situação anômala de remanescente de um ciclo de que fui testemunha parcial sem jamais ter sido protagonista. As observações que seguem devem por certo padecer dessa posição em falso, da qual o mais saliente sintoma é o mal-estar da pessoa gramatical encarregada de enquadrar estas notas. "Nós" quem? Não só minha condição de figurante recomenda moderação no emprego da primeira pessoa do plural, como o abuso desse expediente pode mascarar o ponto de vista da presente recapitulação. Explico-me: aqui ainda fala um pouco o aluno siderado pelo espetáculo do funcionamento da filosofia francesa em São Paulo; em razoável parte, o que sobrou do professor empenhado em copiar com a incompetência dos estreantes a lição dos mais velhos; fala sobre-

(1) Título de um conto de Hamilton Trevisan.

* Bacharel em Filosofia pela FFCL/USP (1967). Doutor em Filosofia pela Universidade de Paris (1973). Desde 1968 leciona no departamento de Filosofia da USP. Publicou *A Ordem do Tempo.*

tudo o veterano interessado em ver claro na sua árvore genealógica. Em qualquer dos casos, uma associação indevida que apenas o tempo foi atenuando.

Encontrei em 1965 um departamento muito jovem, mesmo para os padrões da faculdade. Na época, se tamanho continuava não sendo documento, juventude podia ser argumento. A geração intermediária fora engolida, justamente a que em princípio corresponderia à geração que em outras seções se agrupara no início dos anos 40 em torno da tarefa de converter em moeda corrente do país o espírito de reflexão organizado pelo que havia de melhor naquela instituição um pouco fora de eixo. Curiosamente um dos patronos daquele programa crítico foi um filósofo, verdade que sem obra, o professor Jean Maugüé, encarregado dos cursos de Filosofia de 1935 a 1944, secundado no mesmo propósito pelo amigo e depois sucessor João Cruz Costa. A verve de Maugüé perdeu-se, não estava ao alcance de todas as bolsas; já a maneira de Cruz Costa (ou a falta dela), uma espécie de piadismo "nacionalista" muito empenhado em chamar as coisas pelo nome, porém marcado por uma desoladora inapetência especulativa, logo deixou de comover o zelo científico dos mais jovens. Para assinalar melhor o desencontro, lembro de passagem que o departamento ainda contava em seus quadros um representante do grupo mencionado acima, Gilda de Mello e Souza. Se ainda fosse necessário demonstrar que nem sempre a linha dura filosófica implica desprovincianização, bastaria recordar o quase exílio da ex-aluna de Maugüé entre nós, uma ilha da melhor prosa de ensaio do país cercada de especialistas por todos os lados, cuja incompreensão polidamente desculpava alegando o cunho artesanal de sua formação à antiga. Em resumo, na ausência daquele elo e como os dois pais fundadores, Cruz Costa e Lívio Teixeira, abrindo mão generosamente das prerrogativas da cátedra, se retirassem para um discreto segundo plano, Giannotti, Bento Prado Jr. (livre-docente aos 28 anos), Oswaldo Porchat e Ruy Fausto davam o tom no pequeno departamento. O figurino era evidentemente francês, mas tinha a vantagem inestimável de ser visível a olho nu na pessoa de Gérard Lebrun(*), do qual não cheguei a ser aluno mas

(*) Não alcancei Michel Debrun, que se desligara para ingressar na UNESCO, e mais tarde voltaria para a UNICAMP.

de cujo magistério exemplar não poderia escapar, tal o fascínio que exercia sobre os demais professores. A fôrma francesa por assim dizer descia em cascata até o primeiro degrau em que me encontrava e de onde podia acompanhar o ritual cumprido por uma outra geração, novíssima esta, que se preparava naquele momento para retomar o caminho da França. Outro traço de juventude era a especialização ainda incipiente. Todos se obrigavam a não repetir cursos, em parte por fidelidade ao molde francês (alguns chegavam ao extremo de redigi-los), mas também como expediente para levar adiante estudos começados de véspera. O mesmo espírito que mandava tapar buracos recomendava igualmente o revezamento nas diversas disciplinas. Uma formação que ainda não se completara favorecia assim a versatilidade (verdade que numa esfera limitada), que poderia no entanto redundar em anacronismo caso se perpetuasse sem mais. Naquela primeira hora, contudo, o sopro utópico da descompartimentação encontrava-se onde não devia, no ponto de partida, para desaparecer em seguida com a morna competência da maturidade.

A essa altura sempre haverá alguém para lembrar que nem tudo era risonho e franco nos tempos da Maria Antônia, que nos poros daquela distribuição cooperativa de encargos entre iguais no aprendizado, também grassava a peste da concorrência. Uma praga universal que não nos distinguia, salvo quem sabe o ardor e o zelo que jovens precocemente desembaraçados da tutela da cátedra punham na construção da carreira a que o talento tinha direito. Embora carreira intelectual e ascensão social no Brasil raramente se ajustem aos padrões clássicos, não creio que nesse terreno a contribuição do departamento tenha sido abundante e original. Até porque importáramos o princípio da emulação desatada, como estímulo à excelência, dos colegas de Ciências Sociais, que com muita conseqüência e inegável realismo estendiam o diagnóstico sociológico do Brasil tradicional que se modernizava — um processo reconhecidamente doloroso, porém imperativo — ao pequeno mundo acadêmico, a ser então enquadrado nos "padrões" da "ordem social competitiva". Se por vezes faltamos com a amenidade no trato e ferimos o decoro das normas cultas, foi talvez por nos falhar a escola daquela geração intermediária de que falamos, compêndio do equilíbrio singular que deu origem à faculdade, liberal na forma, oligárquica no fundo.

Seja como for, compreende-se que tanta juventude estudiosa reunida, estreitamente associada ao prestígio do pensamento

francês, oferecesse uma imagem sedutora da vida filosófica, ainda que confinada e produzindo para consumo interno. Reinava uma curiosa atmosfera de aquiescência generalizada. Os colegas de outras seções celebravam o dinamismo do grupo, invejavam-lhe a liberdade de movimentos, encareciam a perícia metodológica recentemente demonstrada ao longo do Seminário Marx. Os alunos respondiam a esse clima de simpatia pelo acatamento incondicional, ou quase, pois a cada ano sempre havia o pequeno contingente desenganado dos que queriam "filosofia" e não comentário de texto. E não falo apenas do esnobismo por vezes produtivo dos hipersensíveis (quem não gostaria de penetrar no círculo mágico dos *happy few*?), mas sobretudo do convencimento de todos quanto à excelência da rotina que aos poucos nos moldava.

Naquela quadra o departamento era sobretudo um "método". E tão arraigado que se sobrepunha às preferências filosóficas dos que o adotavam ou mesmo faziam restrições às elocubrações um tanto rasas que costumavam acompanhar o enunciado técnico dos seus autores franceses. De resto, já era conseqüência da impregnação pelo método — mais o espírito do que a letra — esse primeiro achatamento das doutrinas, uma questão de gosto ou inclinação, e sobre as quais não valia a pena discutir. (E quem fosse pesquisar, possivelmente depararia um tique nacional nobilitado sob as asas de mais uma ave de arribação).

Dois anos antes de minha estréia como aluno da Maria Antônia filosófica, em 1963, Oswaldo Porchat finalmente traduzira, prefaciara e fizera publicar na intenção dos estudantes, além de programar como seminário introdutório aos seus cursos de Filosofia antiga, um estudo de Victor Goldschmidt (oráculo da casa, porém relativamente desconhecido no seu país de origem) sobre o problema do método em História da Filosofia, o qual, juntamente com outro ensaio de Martial Guéroult sobre a mesma questão e mais ou menos da mesma época (meados dos 50), constituía, na opinião muito enfática e de época do mais estrito dos discípulos paulistas, o momento mais alto da metodologia científica em História da Filosofia, uma jovem disciplina que o método dito "estrutural" afinal elevara à real objetividade das ciências rigorosas e em torno da qual gravitaria o ensino da filosofia entre nós. O termo "estrutura" parece anunciar a próxima temporada da ideologia francesa ainda por vir, mas na verdade a última pa-

lavra em matéria de método que abraçávamos era de fato a derradeira figura do velho espiritualismo universitário francês, com o qual rompera o que havia de mais vivo na filosofia francesa do pós-guerra. Passáramos ao largo desta última tentação atualíssima, uma iniciativa ascética que contaria a nosso favor, empurrados, é verdade, por Gilles-Gaston Granger, que implicava com o existencialismo. De qualquer modo, fosse Sartre, que era tudo, professor, ensinaria à maneira de Goldschmidt (e talvez nem tão bem), que era apenas um obscuro professor de província, tal a força plástica da tradição que estávamos transplantando. Vinha, portanto, de muito longe a convicção de que residia na leitura dos clássicos o único meio de se aprender a filosofar — na realidade, uma adaptação institucional de remota máxima kantiana. Leitura comandada pelos olhos do espírito, esforço de compreensão interna, como se dizia então (até Merleau-Ponty), de costas para a matéria bruta da experiência social. Quando Bréhier, passando a limpo a lição de Boutroux, Delbos e Cia., afirmava que o essencial de uma filosofia é uma certa estrutura, pensava por certo nos desmandos das explicações ditas genéticas, mas também na violência das "refutações" de doutrina — isso tudo em nome daquela ruminação espiritual de cuja interioridade brotava o ser diáfano da estrutura. O passo adiante da geração "estruturalista" que nos servia de horizonte, a um tempo desabusado e bem enquadrado nessa tradição, consistiu em decretar senão a falência pelo menos o desinteresse pela verdade material das doutrinas, afinal assimiladas à estrutura que lhes organizava as teses: perguntava-se doravante pelo sentido e não pela verdade de um sistema filosófico, a respeito do qual se suspendia o juízo. Ressaltada a indecidibilidade das proposições filosóficas, ia ficando clara a conversão da filosofia, que obviamente não se ensina, numa questão de método.

Devíamos, assim, nossa prosperidade acadêmica a um breviário de fachada anticonvencional, porém de raízes comprometedoras. Alguém acostumado a observar o movimento das marés numa cultura dependente como a nossa, e, portanto, sabedor de que nela o processo intelectual costuma andar com as bolas trocadas, louvaria o tirocínio de quem preferira a trilha batida de uma cultura escolar, porém organizada, à quimera das grandes adivinhações avulsas. Os benefícios não foram pequenos quando se tem em mente o imperativo de acertar o passo com o mundo moderno. Penso sobretudo no cunho *coletivo* que a ênfase na aquisi-

ção ordenada de uma técnica intelectual de fundo imprimiu às ambições filosóficas uspianas. Por outro lado, à medida que a disciplina cinzenta do método se impunha e adiava o momento consagrador dos grandes investimentos "dogmáticos", formava-se uma rotina que por seu turno revelava o caráter *cumulativo* que, aos poucos, estava assumindo o conjunto dos nossos cacoetes: por assim dizer iam passando de mão em mão esquemas conceituais, argumentos, maneiras de dizer, frases bem ou maltorneadas, textos já explicados e convertidos em manancial de dissertações, periodizações, repertório de citações, artigos exemplares etc. Os que chegavam depois viam-se condenados a ruminar esse espólio que servia um pouco de anteparo aos ventos fortes que periodicamente sopravam da Europa, e portanto aliviados da carga de invenção improvisada que embaraçara os primeiros tateios de seus maiores. Variando a procedência do impulso mimético, ora metropolitana, ora local, de pastiche em pastiche era uma *linha evolutiva* que se esboçava.

Em resumo, adotávamos um método de inegável valor propedêutico e profilático, porém especializado em produzir o vácuo histórico em torno do discurso filosófico, cuja autonomia se devia preservar. Esta última, a rigor, era menos um ponto de honra do que um resultado histórico da modernização social, fenômeno sobre o qual nada nos incitava a refletir. Está visto que semelhante artifício, à contracorrente na Europa, onde em princípio um filósofo de verdade não falava sozinho, estava em casa, num mundo ideológico veleitário como o nosso. Dar certo na periferia podia ser mau sinal. Mas também vinha a calhar um procedimento que, ao escamotear a continuidade social das idéias, barrava-lhes o caminho dogmático natural. À medida que mantinha à distância a ganga das "vivências" e outros dengues, além do vezo doutrinário característico da mera curiosidade filosofante, pondo entre parêntese a verdade-de-juízo dos sistemas, era o que melhor nos convinha, pois carecíamos não só de vacina contra o vírus do dogmatismo, mas de um pouco de senso das idéias gerais, de uma certa desenvoltura na abstração, que era um dos efeitos daquele distanciamento metódico. Em contrapartida, o que se ganhava de um lado perdia-se de outro: a literalidade de um método que mandava interpretar os sistemas *ad mentem auctoris*, do qual o leitor era convidado a tornar-se discípulo fiel embora provisório, anulava em parte a perspectiva afastada e esfriada entreaberta pela sobriedade do método, deixando entrar pela porta

dos fundos da identificação com o autor a reiteração pura e simples, ampliada e glosada conforme o gosto, da mitologia da obra lida assim bem rente às suas razões.

Era inegável, tudo bem pesado, que atribuindo um tal privilégio à História da Filosofia, mesmo com o anticlímax da ressalva de que as razões dos filósofos interessavam menos do que a ordem delas, estávamos mais ou menos condenados ao disparate: *éramos filósofos que estudavam filosofia.* Apenas servidão escolar? Estratagema da acumulação primitiva que o tempo apagaria sem deixar restos? Qualquer que fosse o desenlace, importáramos por assim dizer um ponto de vista destinado a antepor pelo menos um filtro a todas as importações vindouras, visto que o famigerado influxo externo com certeza continuaria predominante: a organização da cultura filosófica em função da História da Filosofia que os professores franceses traziam na bagagem seria o antídoto mais eficaz contra a praga dos surtos, das viragens súbitas, que na Europa da cultura burguesa estabelecida correspondiam a fraturas reais e lentamente meditadas, e aqui, à febre novidadeira de algumas cabeças-de-vento. Para essa falta de modos congênita, o melhor corretivo encontrava-se justamente naquela disciplina que passamos então a cultivar como profissionais e que o olho clínico de Jean Maugüé apresentara desde a primeira hora como uma escola do tato histórico e do senso de proporções de que os seus alunos estavam tão precisados. O gosto filosófico assim apurado, se se curvava com mais discrição às vogas, cuja irrupção arbitrária extirpava possibilidades mal plantadas pela maré anterior, podia distinguir-se nos espíritos mais impressionáveis — e com mais intensidade durante aqueles anos de aprendizagem — por uma acentuada falta de caráter filosófico: uma certa inconstância ditada dessa vez pela alternância, imposta pelo vezo historiográfico em questão, das identificações com o ideário dos autores explicados, uma espécie de disponibilidade intelectual muito próxima do ficcionista desprovido de ponto de vista próprio por força do ofício de pensar por fantasia alheia interposta. (Um ramal quase obrigatório trilhado, entretanto, apenas por alguns poucos.)

Dessa feliz convergência terapêutica de remédio francês e vício de origem nacional, os resultados foram variados, das mais corriqueiras providências didáticas aos mais inesperados enquadramentos de nossa fé de ofício. Como filosofia não se ensina — pois sabíamos desde Kant que não é teoria —, quando muito se

ensina a filosofar, isto é, a refletir reproduzindo ponto por ponto as proezas arquitetônicas dos clássicos, ficam abolidos os manuais e instituídos os cursos monográficos, juntamente com a dissertação francesa padrão, aparentemente invulnerável aos sarcasmos de Lévi-Strauss e Piaget. Ficava banida também a polêmica filosófica, na exata medida em que os sistemas eram irrefutáveis e imperecíveis. Assim sendo, o assunto em filosofia tornava-se indiferente por força de uma constelação insólita: o corolário tácito de uma técnica precisa de contenção dos palpites filosóficos a reboque vinha favorecer a conjunção de uma tendência histórica — há mais de século a filosofia fazia de necessidade virtude, e não tendo mais parte com o saber positivo, por assim dizer, alinhava com o eclipse modernista da mímese — com um constrangimento local, espécie de *falta de assunto crônica* no campo minado das cogitações transcendentes. Método providencial sob todos os aspectos.

Ao contrário da literatura, a filosofia — ou melhor, a leitura de livros de filosofia — sempre ocupou um lugar subalterno na evolução de conjunto da cultura nacional; não se prestando à representação da realidade, compreende-se que ficasse à margem do empenho construtivo do qual a atividade literária era a viga mestra. Vinha dessa posição deslocada seu permanente girar em falso, abundantemente ilustrado pelas bisonhas digressões de nossos homens de cultura no domínio das letras filosóficas. Costuma-se desculpar esses tropeços vexatórios alegando-se falta de preparo específico, datando-se, em conseqüência, a vida filosófica do seu enquadramento acadêmico. A explicação não é tão magra quanto parece, já que pelo menos indiretamente leva em conta a transformação da filosofia — desde os tempos dos clássicos alemães — em matéria técnica que se aprende na escola. Com uma diferença, justamente a distância que vai da sempre lembrada tenuidade nacional à densidade européia: na falta do que pôr na fôrma filosófica, invertíamos a ordem natural das coisas e principiávamos por onde os europeus terminavam, pela filosofia universitária, a qual, carente de chão histórico próximo, devia mesmo parecer funcionar para uso próprio. O nosso Discurso do Método salvava as aparências: à falta de assunto congênita, que se espelhava numa indiferença pelo conteúdo doutrinário que poderia passar por afetação sendo, no entanto, real, conferia a envergadura vanguardista de uma emancipação do fardo naturalista da representação, enquanto, por outro lado, invertia o sinal

de um lugar comum de nossa crítica, segundo o qual éramos um povo sem cabeça filosófica, demonstrando finalmente que reencontrávamos nossa verdade apresentando-nos mais modestamente como técnicos da inteligência filosófica.

É possível que este apanhado muito sumário não faça justiça a todas as vocações filosóficas da época. Assim, anos mais tarde, na hora dos balanços, não faltará quem declare que o seu negócio (leia-se *Sache*, em alemão) sempre fora a filosofia, e não a história dela, em que até então se destacara. O que a experiência retém, todavia, é menos a brasa dormida das ambições do que o estilo de época configurado no caminho entre meios e fins, manifestamente induzido pela preponderância dos primeiros. É que o método incluía uma cláusula restritiva severa, explicitamente enunciada pelo mestre: deixemos a filosofia para os filósofos, dizia Goldschmidt, que sem dúvida falava com conhecimento de causa e *grano salis*. Quando muito a filosofia, se viesse, viria por acréscimo. De nossa parte, traduzíamos a lição, abrandando-a numa direção meramente profilática: visto que o mal a prevenir era o dogmatismo precoce, cumpria represar, multiplicando os anos de aprendizagem, a natural inclinação especulativa de cada um. Para alguns, essa abstinência fazia as vezes de teoria. O certo, porém, com raríssimas exceções, é que tanta prudência foi aos poucos se convertendo em franca timidez. Consagrando um mal-estar na cultura local — a vaga sensação de irrelevância que nos assediava —, o método na verdade promovia um sistema de inibições, funcionando ao mesmo tempo como álibi e carapaça protetora. No fundo, temia-se mais que tudo o ridículo, tinha-se medo mesmo era de parecer metido a besta, profundérrimo, num país de letras quase sempre amenas. Mais uma vez, não quero sugerir que esses escrúpulos atingissem a todos por igual — falo um pouco por conta das vítimas dele, que conheci mais de perto. Desse ângulo restrito menciono o zelo, possivelmente o mais paralisante de todos os que nos tolhiam: escrever pouco e raramente. De fato escrevia-se muito pouco, até por que não havia mesmo onde publicar. As penas torrenciais não eram bem vistas, o autor prolífico suspeito — bastava reparar a asneira abundante e derramada de nossos rivais municipais, os bacharéis em letras jurídico-filosóficas, os *rentiers* filosofantes etc. A escrita escassa e sofrida combinava bem com a modesta consciência metodológica que nos cortava as asas das teses dos maiores à mais desajeitada dissertação de aluno principiante. Na

verdade, o aparato rigorista de técnicas intelectuais que nos justificava sancionava um nó objetivo, ainda hoje por desatar: o que vem a ser de fato boa prosa de ensaio filosófico no Brasil moderno? Um problema de forma que não só resumia o âmago de nosso desconforto, mas constituía o fundo mesmo do interesse filosófico, tão difícil de juntar com a técnica sem concessões que em boa hora havíamos transplantado.

Foi portanto um estilo coletivo, sabiamente situado aquém das grandes sínteses solenes e inúteis, sedimentado ao longo dos anos e por assim dizer funcionando como uma espécie de força produtiva intelectual, que tive a sorte de encontrar, atendendo pelo curioso nome próprio de Maria Antônia, em meados dos anos 60. Ora, assim concebido o seu desempenho, compreende-se que o desconcerto do mundo tenha custado a alcançá-lo.

Quando ingressei no curso de Filosofia, o golpe militar estava completando um ano. Soube depois que a Congregação da Faculdade fora a única a não soltar manifesto de apoio aos generais. Recordo a explicação simpática de Antonio Candido: o ato de discreta resistência devia-se menos a convições — a maioria dos titulares era favorável aos militares —, do que ao prestígio de uma instituição que encarnava de maneira superlativa o espírito de crítica e livre exame; pois esta atmosfera progressista — em que prosperou o sempre lembrado pensamento radical de classe média, responsável, entre outros feitos, pela primeira visão não-aristocrática do Brasil — teve peso suficiente para desestimular demonstrações reacionárias ostensivas. Mas de qualquer modo a guerra fria chegara à Vila Buarque, paradoxalmente branda no início, com a brutalidade que se sabe na grande queima de 68. Salvo uma ou outra situação de constrangimento pessoal (por exemplo, Cruz Costa intimado a cantar o Hino Nacional por algum coronel de IPM), o novo regime deixara o departamento em paz, sobretudo com a consciência mais oposicionista do que nunca. Mais de um professor, todavia, sentiu-se ligeiramente vexado por não encontrar nada em casa, biblioteca ou gaveta, que pudesse atiçar o entendimento obtuso dos golpistas. Remorso que não mordia fundo, pois confortava-nos a boa consciência do profissional em dia com as obrigações. O consolo não devia ser tão magro assim: a fé de ofício devidamente instruída pelos franceses incluía a certeza animadora de que a leitura dos clássicos tam-

bém fortalecia, com o espírito de razão e a honestidade artesanal, o inconformismo político. Nisto cifrava-se nosso entroncamento na modesta cultura do contra descrita acima. Não é menos verdade, porém — se não desfiguro a lição de Antonio Candido, nem faço muita injustiça à vocação para a responsabilidade patente em alguns de meus maiores —, que o anteparo dessa aura radical favorecia na vigilância intelectual dos mais tímidos um certo "absenteísmo compensatório".

Mas não foi apenas a esquerda transcendental (como nos batizara na ocasião uma língua viperina) que a ditadura poupou. Analisando mais tarde o panorama cultural brasileiro entre 64 e 69, Roberto Schwarz principiava revelando o segredo de polichinelo de nosso relativo desafogo: de caso pensado ou não, o fato é que na primeira hora a direita triunfante tolerou a cultura — onde os derrotados da véspera continuavam a dar as cartas —, desde que celebrasse seu ritual em circuito fechado. Inútil precaução: quanto a nós, a camisa-de-força vinha de longe. Como se viu, era o jugo lisonjeiro de uma disciplina européia cujo efeito civilizatório deixava na sombra a incômoda proximidade do meio acanhado. Aliás, temíamos enturmar com um meio que desde sempre nos dera as costas. Não custa repetir que também vinha de longe a quase nenhuma influência da cultura filosófica na desconjuntada evolução da vida ideológica nacional e não se poderia esperar do recente enxerto uspiano, que tinha a vantagem já assinalada de ser organizado, a restauração de uma ascendência que declinava no resto do mundo. Por outro lado, como a nova cultura de oposição, mesmo confinada, desaguava de preferência nos gêneros públicos, não havia mesmo lugar para uma longínqua especialidade universitária como a nossa. Num certo sentido, tudo nos confirmava. Até o mesmo golpe, que não só não nos decapitara como nos prestara um serviço tão inesperado quanto embaraçoso. Como a imensa reviravolta de 64 tirara de cartaz a esquerda nacionalista, que nunca deixara de nos pedir contas, nossa maneira uspiana — segundo Mário de Andrade, muito mais amiga de pesquisar que de concluir — pôde afinal triunfar sem esforço e sem remorso, como se no decoro acadêmico de que fazíamos praça pressentíssemos o fiasco da fraseologia isebiana. Éramos sem dúvida mais afiados em tudo que envolvesse idéias de fino trato, porém desastradamente míopes para as questões que não constavam de nossa bibliografia, aliás sempre completa e atualizada. Um descompasso, na verdade mal-

formação congênita, cuja percepção o dito revertério veio ofuscar e a fratura de 68 reavivar.

Sem nada a corrigir no seu curso bem traçado pela missão francesa, a Filosofia prosseguia assim no rumo de sempre: coração à esquerda, onde o têm os espíritos bem formados, porém suficientemente elevado para inibir qualquer promiscuidade mais generosa entre rigor e interesse. A ponto de um amigo da casa reparar certa vez o quanto era raro um professor de filosofia na rua Maria Antônia levar uma vida razoavelmente arejada pela reflexão. Não é que não aspirássemos comover um público letrado mais amplo e afinado com os ares do tempo. É que o imaginávamos europeu. Repito que nos sobravam razões para alimentar tal miragem: sem ela jamais reuniríamos a energia necessária para romper com o indiferentismo ambiente.

Curioso tropismo, o dessa planta de estufa, pois longe de definhar à mais leve aragem, o que se viu, naquele breve e vivíssimo período da vida nacional comprimido entre dois golpes, foi pelo contrário um primeiro instante de quase fastígio de uma linha evolutiva cuja marcha em surdina exasperava gregos e troianos. Não era ainda a maioridade perseguida com tanta aplicação, e no entanto alguma coisa madrugava nas teses afinal desovadas, nas aulas inaugurais em que leituras recentes e tópicos clássicos começavam a ceder o passo a cogitações programáticas. Começou-se até a escrever para fora, pois foi à sombra dessa floração inicial que me criei, e dela passo então a dar notícia, inevitavelmente, sumária e lacunar.

Ainda era calouro quando Bento Prado Jr. me passou uma pasta contendo uma dezena ou mais de artigos inéditos de Gérard Lebrun, com uma recomendação expressa: leia, estude e procure imitar, pois é assim que se deve pensar e escrever. Cumpri à risca apenas a primeira metade do programa; a segunda parte não estava ao alcance do primeiro que aparecesse, como outrora a verve de Maugüé: nem mesmo no mais despercebido trabalho de aproveitamento arrisquei o pastiche aconselhado, o que não me facilitava a vida, pois tinha sempre diante dos olhos o abismo que separava o arremedo que ficara no tinteiro do brilho inimitável do modelo. Meio caminho andado, pois era essa a moral austera da lição. Como disse, não cheguei a ser aluno de Lebrun, que retornou à França um ano e meio depois de minha zigueza-

gueante iniciação na carpintaria uspiana. Por puro atrevimento sapeei algumas aulas, mas infelizmente não acompanhei o mais célebre dos seus cursos sobre Hegel, em 1965, ao qual assistiram todos os professores e futuros professores do departamento — presumo que o efeito tenha sido análogo ao curso de Kojève sobre a *Fenomenologia do Espírito,* no limiar do renascimento contemporâneo da filosofia francesa. À distância, porém, ia registrando os principais lances graças à sinopse semanal que me fazia Bento Prado. Lembro o ponto culminante: proposta, como tema de dissertação, uma tirada despudoradamente otimista de Hegel "as feridas do espírito curam-se sem deixar cicatrizes". Depois de comentada em classe, pondo um fecho a toda a sorte de elocubrações preparatórias, tornou-se emblema das falsas promessas da Dialética, além de alimentar muitas bocas durante várias temporadas. O mesmo Bento reproduziu-me uma outra demonstração lebruniana: os limites do método estrutural, postos a nu pelo sistema hegeliano, impermeável ao tempo lógico da "ordem das razões". Um ano depois, numa aula magistral que refiro logo adiante, mais esperto do que o Mestre e num passe de mágica muito francês, Bento inverteria os termos da equação, revelando ao gueroultiano atônito que sua verdade brilhava no âmago do canibalismo do discurso hegeliano.

Quanto à pasta de inéditos, até onde posso me lembrar passados mais de vinte anos, por mais que variassem os assuntos ou pretextos — dos mais especializados, como o problema do espaço em Kant, aos menos usuais, como as reflexões desenvolvidas num longo estudo sobre Sade, até então autor raramente lido pelos professores de filosofia —, ou a circunstância — tanto uma conferência na Aliança Francesa, malbaratando o seu latim como Malraux falando do nascimento da pintura moderna diante dos caciques gaullistas, quanto uma aula redigida por extenso —, o tema era constante, como o leitor verificará se repassar os dois ou três artigos que foram publicados, ou se for esquadrinhar as notas que acompanham a tradução brasileira das *Obras Escolhidas* de Descartes: uma crítica muito mais insinuada do que armada às claras, o que lhe aumentava a força persuasiva, do racionalismo e família, apresentado como uma liga pouco atraente de platitude de pensamento e utopia ameaçadora. Também a implicância com Sartre, ao qual dedicara dois artigos, anunciava a maré estruturalista a caminho, de resto chamada pelo nome numa conferência sobre Althusser, onde elogiava o esforço desse

professor desconhecido em desencalhar o marxismo do atoleiro humanista. Destaco ainda, naquela antologia de ocasião, um ensaio que deu a volta em nosso pequeno mundo, revelando o uso filosófico que se poderia fazer do *Sobrinho de Rameau*, outra deixa que rendeu muito, sobretudo depois que graças a ela redescobrimos as páginas que Foucault dedicara ao diálogo de Diderot na *História da Loucura*, entronizando de vez o indigitado sobrinho na galeria dos personagens malditos de nossa especial devoção. Está visto que um *scholar* como Lebrun dosava e distribuía sobriamente suas estocadas, mas era quase inevitável que as erigíssemos em sistema e que passássemos, em conseqüência, a conviver em permanente *tête-à-tête* com as maiores crises do pensamento ocidental, aliás uma especialidade bem brasileira: não havia conversa ou trecho de prosa escolar em que a *Ratio* não estivesse na berlinda e sua falência, decretada, para ser ressuscitada mais adiante, por certo sob uma forma mais abrangente e reconciliada com o seu Outro. Não digo isso com más intenções (mesmo porque sou filho daquela balda), mas para salientar uma contingência de aclimatação, onde os problemas antes de tomarem corpo costumam ser apenas uma maneira de dissertar. Mais adiante não faltaria quem sublinhasse de bom grado esse *apenas* do glosador contumaz, convertendo um cacoete de nascença em golpe de vista bem calibrado. Se dou notícia assim tão rápida desse caso particular de "desrecalque localista" é porque sua cristalização sem remorso se deve justamente ao desfecho nominalista do ensino de Lebrun: refiro-me ao ideal retórico de filosofia que se desprendia de seus livros sobre Kant (1971) e Hegel (1972), os quais, embora à distância e noutra década, arrematavam de fato sua passagem (que perdi) pela Maria Antônia. Um encurtamento que nos nobilitava, embora se ajustasse apenas a alguns irredutíveis da escola francesa.

Para que se tenha uma idéia menos pálida da influência multifacetada de Lebrun naqueles idos de 60 (e repito que não sou o mais autorizado para evocá-la), recordo que também lhe devemos uma contribuição insólita no campo da polêmica local. Em fins de 1962, publicava uma extensa análise da *suma* filosófica do período, *Consciência e Realidade Nacional*, de Álvaro Vieira Pinto, ao longo da qual, no calor da hora e com um tato exemplar para um intelectual europeu recém-desembarcado nos trópicos em ebulição, ia desfazendo os equívocos palmares da "realidade nacional" e do correspondente monumento ao despropósito filo-

sófico que lhe fora consagrado. Com a mão de gato de Lebrun economizávamos uma batalha ingrata, da qual saíamos fortalecidos por procuração em nossas certezas epistemológicas e políticas. A algaravia fenomenológica do professor Vieira Pinto, dizia mais ou menos Lebrun, não é obviamente de sua lavra, mas decalque arrevesado do pensamento francês que se formou na escola do existencialismo alemão, por certo uma cultura de oposição, porém fundada em conceitos éticos e ontológicos sem qualquer base científica. Era o argumento que queríamos ouvir: os desmandos nacionalistas do pensador carioca deviam-se a uma escolha filosófica infeliz, mal ancorada no campo minado das metafísicas da consciência, contra as quais em boa hora nos vacinara a lição de método dos professores franceses, fonte da base científica alegada linhas atrás e em cujo topo madrugava a temporada estruturalista do departamento.

Ela estava no auge quando Bento, em meados de 68, há poucos meses do fim da era Maria Antônia, voltou ao assunto, na verdade um assunto morto que só retomava por encomenda de uma publicação européia. Era natural que prolongasse a linha de tiro de Lebrun, e ainda mais natural que submetesse o desatinado jargão nacional-existencialista ao crivo da nova língua geral. Não é que entre um arremedo e outro preferíssemos o mais recente, mas o único que já tinha lastro local, embora emparedado na cultura universitária. Num certo sentido, era um progresso considerável. Acresce que a hora, sendo gauchista, pendia para o internacionalismo: cosmopolita e de esquerda, a cultura filosófica uspiana contava com a maré a seu favor. Um outro elemento de acerto involuntário, agravando a verossimilhança do cenário, devia-se a um alinhamento de fundo que também alimentava a nossa glosa. É que na reviravolta que lançara a inteligência francesa na trilha do estruturalismo também pesara o colapso das promessas de redenção pelo Terceiro Mundo (e o último Sartre fora o principal ideólogo delas), do qual justamente o nosso capítulo 64 da Guerra Fria fora um episódio estratégico, bem como o subseqüente processo de modernização conservadora. Sem muito exagero, desse nexo mundial também se encontrava a glosa na Filosofia da rua Maria Antônia. Dito isso — uma enormidade, cujas atenuantes ficam para outra ocasião —, atropelo um pouco a marcha do presente relato para referir uma particularidade do artigo de Bento (o último que escreveu antes de partir para a Europa depois de cassado pelo AI-5), condensação exemplar dos

procedimentos retóricos que nos singularizavam. As páginas consagradas ao tratado de Vieira Pinto eram um breve inventário muito respeitoso de uma variada gama de disparates cometidos em nome do ponto de vista nacional, uma resenha tanto mais deferente quanto semeada de referências eruditas ao repertório filosófico mais eminente. Assim, com a maior naturalidade, Bento passava em revista aquela odisséia da consciência nacional à luz da *Fenomenologia do Espírito*, um modelo que se impunha, não se poderia negar, pela própria natureza da obra examinada, além de lisonjear qualquer mortal: no caso, a Nação ocupava o lugar da Substância e assumia proporções de "universal concreto", enquanto o subdesenvolvimento via-se elevado ao céu especulativo das idéias na forma de uma "inadequação entre o *em-si* e o *para-si*", sem falar em todas as variantes locais da dialética do senhor e do escravo, presente, por exemplo, nas relações antagônicas entre pensamento europeu e pensamento nacional. E por aí vai. Quem se criou na escola da dissertação francesa sabe que o primeiro mandamento dela consiste na multiplicação do cotejo com os grandes do passado — o pensamento filosófico alimenta-se preferencialmente de sua própria tradição, a qual fornece os termos de comparação obrigatórios. Seguindo à risca o preceito, o artifício de Bento produzia um efeito cômico devastador. Por outro lado, ficava difícil precisar onde principiava o cinismo do confronto desmoralizador e terminava o propósito de refutação filosófica em regra, aliás sem distinções, pois a artilharia estruturalista alvejava, um na figura do outro, tanto o hegelianismo do Sartre tropical quanto o titanismo do *sujeito* hegeliano. Uma faca de dois gumes, portanto: cortava pela revelação de um decalque disparatado ou pela incongruência complementar de tomá-lo ao pé da letra? Seja como for, salvava-nos sempre uma espécie de sexto sentido de universitário cosmopolita: enquanto os nativistas isebianos perdiam-se na transposição descalibrada da fraseologia fenomenológica para os sintomas clássicos do complexo colonial, evitávamos o ridículo de tal impropriedade guiados por uma sorte de desconforto íntimo (tantas vezes evocado nestas notas) que faz pressentir a proximidade do passo em falso. O impulso mimético campeava dos dois lados, com a diferença nada desprezível de que não nos passava pela cabeça a transcrição local de tais empréstimos, sem prejuízo de empregá-los na forma da ficção simpática do sucedâneo encarnado pelo compatriota (assim como em Hegel, a consciência em Vieira Pinto etc.).

Mas voltemos ao caso da pasta com os artigos de Lebrun, para lembrar que tal lição de pastiche consciente era devidamente pontuada por Bento Prado. Deu-se naturalmente o inevitável: de decalque em decalque, não só me rendia à excelência do modelo proposto porém inacessível como um Himalaia, mas sobretudo à personalidade intelectual de quem o trocava em miúdos para governo do principiante por desasnar. Inútil acrescentar (em primeiro lugar para os que o conhecem de perto) que a rendição nesse caso foi incondicional, sem exagero uma revelação análoga à experimentada nos primeiros tempos da "transplantação mágica da cultura". Um progresso apreciável na arte da imitação, pois a rigor não se perdia nada com a segunda mão, ou melhor, ganhava-se um pouco de cor local na aclimatação da alta costura universitária francesa encarnada por Bento. Noutras palavras, tive a chance de pensar a reboque de alguém que não fora alfabetizado exclusivamente pela Universidade. Tirante os tropeços de praxe, não havia aplicação chapada da nova língua geral uspiana à matéria viva da cultura independente que se reproduzia extramuros. Dentre os tropeços, relembro um de primeira juventude: por um breve instante de fervor de cristão-novo, Bento chegou a formar com os colegas que torciam o nariz para o livre ensaísmo de um Milliet, de um Carpeaux etc. que dominavam a arte de camuflar a sólida formação européia que não sabíamos discernir na fluência civilizada deles. Salvo, portanto, esses cochilos logo reparados, em Bento, pelo contrário, primava o filho de família letrada que trazia ao moinho escolar a tarimba literária (era poeta bissexto) do leitor de Drummond e Pessoa, verdade que mobilizados nos momentos de inflexão mais elevados da dicção modernista, deles pois o meu mentor, nas altas paragens em que costumava alçar vôo sua imaginação filosófica, deixava transparecer um fraco, entre espontâneo e refletido, pela musa parnasiana. Assim, quem folhear sua tese sobre Bergson, encontrará no fundo do acerto historiográfico algo ainda mais decisivo, uma justeza de tom que se deve por assim dizer à invenção da prosa filosófica paulistana, em que pese, ou por isso mesmo, a presença muito forte do molde francês de exposição. Não havia lição de casa em que não fosse pilhar naquele texto (uma tese mole, como reclamou Cruz Costa examinando-a, datilografada em papel de seda), indissociáveis, soluções sintáticas e temáticas, sem prejuízo de pô-las a perder ato contínuo.

Quando me tornei aluno de Bento Prado (e isso durante três anos consecutivos), a recém-concluída tese sobre Bergson ainda não era um pecado de juventude (os balanços precoces — por certo o presente incluído — são a norma numa terra de opinião flutuante, assim como a coerência se desenha retrospectivamente por apego às primeiras leituras). A intenção primitiva da tese não podia ser mais uspiana: a propósito do bergsonismo, passar a limpo as relações entre Filosofia e História da Filosofia, sobretudo porque o dito sistema tinha o mérito de elevar esta última à condição de etapa essencial do método filosófico. Já o tema ostensivo que se sobrepunha àquela paisagem familiar deixada em segundo plano, mais os termos de comparação que lhe sustentavam o desenvolvimento, denunciavam as preferências do autor: a gênese da subjetividade ao longo da obra de Bergson, cotejada com o existencialismo, cuja doutrina fenomenológica da consciência aquela anunciava. Em suma, a monografia corria pela pista já consolidada da historiografia, com a vantagem suplementar do cunho reflexivo que punha a questão do método em relevo, a um tempo forma e fundo; a maestria do trabalho (a ser imitada) residia na habilidade de tal trama comparativa, enquanto a atmosfera ficava por conta da impregnação existencialista. E esta última se impunha tanto mais como a marca pessoal do autor, quanto tal idiossincrasia se mostrava compatível com a sobriedade metodológica da casa: afinal, o próprio Sartre fora o primeiro a salientar a austeridade da nova filosofia, estritamente destinada aos técnicos, e apesar do escândalo vanguardista que provocara, fiel no fundo ao original alemão, que era de procedência universitária.

Tudo isso resumia no entanto o desfecho de uma progressão cujos azares não pude evidentemente acompanhar. Em compensação, pude presenciar, desde a primeira semana de aula, o nascimento de uma nova *identificação* — e não há outra palavra para tamanha veemência na simpatia bem brasileira por um autor, promovido no entusiasmo da descoberta à chave mestra da máquina do mundo e centro de gravidade da mitologia pessoal de um leitor siderado pela miragem da alma gêmea. Estou me referindo à substituição (muito em família) de Sartre por Rousseau, ao qual Bento consagraria seu primeiro artigo depois da provação acadêmica da livre-docência, esta último epílogo de um ciclo ainda escolar, não obstante a envergadura precoce de autor e obra. Ignoro o detalhe dos acasos de leitura que o levaram a

uma obsessão cujas variações eram o pão cotidiano daqueles que, como eu, consideravam filosofia e Bento Prado Jr. uma só e mesma coisa. Em 1965, fosse em aula ou mesa de bar ("a euforia que o chope traz!"), Rousseau era antes de tudo um estilo a serviço de um certo sentimento da existência, em cujo âmago brilhava o poder de revelação do imaginário; uma conversão, portanto, que tinha o sabor de uma confirmação. Ao qual se juntaria logo mais o sabor nada desprezível do achado premonitório, pois a estrela de Rousseau começava então a brilhar no firmamento do Estruturalismo. Nos cursos do ano seguinte — de que resultou o artigo de estréia da nova maneira —, Starobinski (primeira bíblia rousseauísta) cedia o passo a um outro leitor do cidadão de Genebra, Lévi-Strauss. Como o autor decifrado segundo o novo código era apenas o nome próprio de uma verdade mais funda e antiga (ainda que, ou por isso mesmo, literariamente construída), atendia-se à voga com naturalidade, sem embargo do desmentido cabal que aplicava ao breviário da finitude, professado até então. Impossível naquele momento ser aluno de Bento sem sorrir dos amigos da Consciência e da Representação, dos paladinos da Totalidade, das toupeiras humanistas, das moscas cegas da Dialética etc. — como outrora Schopenhauer e Nietzsche (que logo adiante entrariam em nosso panteão) diante das "idéias modernas" do estúpido século XIX. Não havia dissertação em que não se arrumasse um jeito de anunciar a *déchéance du Cogito* e outros decentramentos. Mas a pele nova também recobria manias antigas, sobras do velho existencialismo, vertidas em chave estetizante e boêmia ("ali pelo oitavo chope, chegamos à conclusão de que todos os problemas eram insolúveis"), pois a letargia local não comportava, sem gritante nota falsa, a intransigência sem folga do *engagement*: conheciam assim uma segunda juventude implicâncias de outros tempos com o "espírito de Natal"; a vontade reta do escoteiro, o conforto moral do *salaud* e outros horrores acalentados pela grande família filistina. Vinha daí, e da armação literária correspondente, a desenvoltura inimitável com que Bento manejava esse outro bando de idéias novas, como se tivesse nascido dentro delas.

Atrelado à personalidade intelectual proteiforme de Bento Prado, não só era iniciado na sintaxe peculiar do método uspiano, observada, como se viu, pelos mais diversos temperamentos filosóficos, como nos menores sobressaltos da ideologia francesa,

que a natureza vibrátil dele repercutia num grau superlativo de invenção. Foi sem dúvida uma chance para os de minha geração ter atravessado o inevitável sarampão estruturalista sob os cuidados civilizatórios de Bento Prado. Os demais professores, escolados na mesma disciplina evocada anteriormente, mostravam-se entretanto muito menos permeáveis às variações climáticas do pensamento francês, em parte por fidelidade à rotina que se revelara tão fecunda, em parte por já andarem ruminando doutrina própria. Num certo sentido, Bento completava a lição um tanto monocórdia, desprovincianizando nossa propensão ao *esprit de sérieux*. Sempre em dia com a estação (visto à distância, um milagre de perspicácia e senso divinatório, pois não era muito amigo da escrivaninha — lia fora do expediente e escrevia a desoras —, nem tinha paciência para assinar revistas), porém sem jamais transigir (inútil lembrar) com o boato de livraria, não surpreende que a maneira volátil de Bento falasse diretamente à imaginação (por assim dizer) disponível do aprendiz. Quando finalmente a ideologia francesa se apresentou em pessoa entre nós, na figura do seu principal representante, Michel Foucault, enquanto alguns não o entendiam e outros faziam cara feia, compreende-se que pilhássemos tal súmula (uma fonte perene de dissertações — ainda hoje, muito marmanjo recorre como quem respira à periodização algo fantasista de *Les Mots et les Choses*) sob as ordens de Bento Prado.

Não posso passar adiante sem mencionar os dois ensaios subseqüentes, ambos de 1967, uma análise do método crítico de Roberto Schwarz, seguido de uma interpretação de duas narrativas de Guimarães Rosa: neles Bento, com recursos próprios e outros acumulados em nosso departamento francês de ultramar, passava a limpo uma querela de muitos anos, tão fraterna quanto insolúvel, acerca da natureza da literatura, que a seguir esclarecia estudando as relações entre linguagem e existência em duas novelas de *Corpo de Baile*. Como disse, atravessei aqueles derradeiros anos de Maria Antônia aparelhado com um ponto de vista de empréstimo, o melhor que havia, tão plástico e maleável que não parecia de aluguel ao usuário que o adotava como o "verivérbio" da condição filosófica, com a ressalva desnecessária de que não se pode avaliar a maneira inimitável de Bento pelo pastiche raso dos epígonos. Sempre que penso no timbre singular do período, visto do ângulo do aprendizado descrito, é naqueles dois ensaios inspirados que procuro e encontro a nota inconfundível

da maneira em questão. O assunto deles, sendo a natureza da literatura, além de tratado com discernimento de escritor, não podia deixar de comover qualquer brasileiro bem formado, ao qual era servido fora do esquadro habitual, em chave filosófica — naturalmente elevada. Além do mais trazia a marca da casa, juntamente com a desenvoltura na demarcação dos conceitos, o vezo característico da questão de método, na forma da crítica dos pressupostos, ainda mais no caso de Roberto, prisioneiro, evidentemente, de tantas cãibras metafísicas, que o diagnóstico exigia a multiplicação, também tão ao gosto da casa, dos grandes *topoi* da História da Filosofia. Como se tratava de descer ao subsolo das questões cruciais, o enquadramento tinha a radicalidade das perguntas heideggerianas, formuladas porém na linguagem de vanguarda do ideário francês do tempo. E como evoco impressões de época sem poder entrar no mérito, peço apenas que o leitor reconheça como era difícil resistir a tamanha sedução. Tanto mais intensa quanto Bento parecia finalmente oferecer a prova inquestionável de que trilhávamos uma pista real, de que o privilégio atribuído à História da Filosofia na estratégia geral do pensamento (como ele mesmo costuma descrever tal escolha que a tradição nos legara), era na verdade o contrário de uma renúncia, uma via de acesso ao grande ensaio de interpretação da cultura contemporânea. Repito que não cabe agora avançar o sinal, apenas recordar que meus anos de Maria Antônia transcorreram à sombra luminosa dessa certeza, que só não se confirmaria por pura contingência pessoal, irrelevante por definição.

Curiosamente, à medida que o estruturalismo propriamente dito se instalava — e neste passo ainda continuo repassando a marcha doméstica das idéias segundo o prisma do meu cicerone filosófico —, declinava a estrela do método da casa, embora não afrouxasse, pelo contrário, a disciplina que ele exigia nem o tipo de iniciação que propiciava. Nesse ponto, pelo menos, não deveria vigorar a fatalidade da dependência que mandava alternar as doutrinas de plantão num ritmo cujo metro real nos escapava, pois em matéria de "estrutura", como se viu, podíamos até posar de precursores: não só no plano propriamente historiográfico formávamos com a boa causa, opondo à ilusão dogmática (o que a escola de Goldschmidt repudiava como "dogmatismo" era agora com mais razão relegado à condição de "ideologia", na exata medida em que esta se contrapunha ao "saber" ou "ciência" do novo iluminismo) das grandes continuidades de pensamento as "arqui-

teturas conceituais fechadas que escandem o espaço do discurso filosófico" (desnecessário dizer que traduzo do francês), mas também no terreno baldio das grandes escolhas epistemológicas, há mais de uma geração — desde os tempos de Granger, que nos transmitira, entre outras coisas, a incumbência de realizar o programa de Cavaillès — nos propúnhamos desenvolver uma filosofia do conceito, banindo para as trevas da ideologia as metafísicas da consciência. (Essa a origem remota, com a qual custei um pouco a atinar, de um ponto de honra do decálogo professado por Giannotti, que obstinadamente, em classe e por escrito, nos intimava a "triturar" sem piedade o "vivido" e o seu cortejo de quimeras). Bem ancorados no leito mais fundo da tradição francesa, o lado universitário do novo surto — que repudiava a literatice da velha guarda, tanto da ala existencial quanto da comissão de frente dialética, e alardeava o rigor por assim dizer assassino das novas ciências do homem — também nos confirmava em nossa fé de ofício, imprimindo afinal uma chancela a um tempo científica e iconoclasta à inteligência técnica de que fazíamos praça. Em suma, no essencial nada ficávamos a dever aos imperativos da nova ordem do dia. Também fazia tempo que suspeitávamos da quase indigência filosófica dos patronos do método, à qual se aludia discretamente, tomando-se o cuidado de distinguir, como ficou dito mais atrás, a justificação interna dele da que lhe acrescentavam seus autores. Por outro lado, estaria contando a história pela metade se dissesse que Bento precisou do piparote de Foucault, que no ano anterior havia descartado boa porção do nosso credo historiográfico, sob a pecha infamante de psicologismo, para abrir em 1966 o seu curso sobre Rousseau com uma crítica em regra do método estrutural — não da técnica de leitura que ele ensejava, mas da desmesura metafísica alimentada pela crença na responsabilidade do filósofo pela totalidade da sua doutrina. Como uma boa dissertação, a aula de Bento — insuperável máquina retórica — costurava os mais variados autores e argumentos, tendo em mira a demolição do mito filistino do filósofo inteiramente responsável pelo que diz, o tipo mesmo do Joãozinho Fala-Sério descrito mais tarde por Rubens Rodrigues Torres Filho. Àquela altura, os ventos sopravam para os lados do "impensado", do "não-dito", da "latência" etc., em versão heideggeriana ou francesa, geralmente combinadas, desmoralizando o antigo ideal explicativo do pensamento filosófico a ser exposto integralmente em todas as suas juntas. O modesto historiador

goldschmidtiano no fundo tomava-se por um demiurgo, ousando "sobrevoar" (outra expressão de época, mas desta vez procedente do último Merleau-Ponty) a verdade do texto (que não é uma "coisa") como o Saber Absoluto o seu objeto, o Logos infinito o mundo, e assim por diante. Enfim, Bento preferia alinhar com os filósofos decididamente irresponsáveis.

Não me ocorreria prolongar um pouco mais a notícia desse capítulo se ele não espelhasse uma singular coreografia intelectual. Na ocasião, o alvo visado por Bento era a linha dura goldschmidtiana, representada por Oswaldo Porchat, mas, um ano depois, não sei se de caso pensado, projetava sem aviso prévio nos ensaios críticos de Roberto Schwarz os traços fisionômicos que identificara no programa historiográfico do colega, dentre os quais sobressaíam os mesmos sonhos de onipotência da Razão Infinita, a mesma atmosfera de Juízo Final que se condensava em torno do ideal de explicitação completa do discurso: tudo é dizível quando a linguagem reflete a plena positividade do Ser, quando o invisível é apenas uma dobra do visível etc. Sob todos os aspectos, um curto-circuito fulminante. Ficava no entanto a dúvida (mas quem duvidava? eu é que não): quando se penetra assim tão fundo nos subterrâneos das grandes escolhas metafísicas — e não era esta a tarefa da crítica filosófica radical? —, as denominações respigadas no repertório de constelações exemplares a que no fim se resumia o gênero que cultivávamos, sendo muito folgadas ou excessivamente apertadas na sua fluidez impalpável (Bento me dirá que estou exumando um velho lugar comum bergsoniano), podem eventualmente revelar afinidades surpreendentes, mas também colecionar incongruências. Na ocasião, creio que Bento procurava os dois efeitos. Não ignorava, por certo, o insólito da aproximação; antes divertia-se às custas da dupla díspar que forjara, sem no entanto deixar de acreditar que os seus dois amigos encarnavam de fato uma figura do Espírito Absoluto e assemelhados, arrematando a graça, dando a entender assim que os deuses também estavam na cozinha municipal.

Mais adiante não posso ir, apenas anoto outra reviravolta característica desse sistema de identificações, em cuja trama armava-se então um feitio filosófico. Um par de anos depois, enjoado com os excessos da nova língua geral, Bento andava maquinando uma curiosa desforra, que aliás jamais passou para o papel: mostrar que Merleau-Ponty (literariamente muito mais sedutor), e não só nos seus últimos escritos, já havia antecipado (e

isto já valia meio argumento, como qualquer brasileiro sabe), e, obviamente, formulado melhor, o principal do novo pensamento francês, por exemplo, a crítica do "humanismo", como mostrara há pouco, em tese de mestrado, sua ex-aluna e jovem colega Marilena Chauí, em cujo último estudo sobre Merleau-Ponty ainda podemos reconhecer uma derradeira homenagem àquelas longínquas guinadas meditadas por Bento. Graças a tal estratagema, o Estruturalismo também ganhava um motivo suplementar de adesão, acrescido do encanto da reticência. Reabilitando um precursor injustiçado, Bento ao mesmo tempo em que reintegrava suas primeiras leituras no acervo moderno, passava a dispor de um ponto de vista literalmente mais sobranceiro para acompanhar a marcha das idéias do dia. Possivelmente sinal dos tempos: quando um primeiro enxerto fazia as vezes de segunda natureza e tradição local a ser defendida, sem prejuízo do futuro que sabiamente soubera delinear, é porque talvez começasse a se completar o ciclo inicial da aclimatação que estou procurando evocar. Um mecanismo compensatório também, aquela revanche por procuração. Como a França andava muito parecida com o Brasil, solapando em conseqüência o árduo esforço local de formação, que justamente suspirava pela fecundidade da rotina européia, aquela reviravolta bifronte era a que mais nos convinha, pois nos livrava em boa medida do incômodo permanente de cair da cadeira toda vez que os franceses viravam a mesa.

Se nos voltarmos agora para um temperamento avesso às flutuações do tempo, apegado com obstinação exemplar à via traçada pelos pais fundadores, depararemos um outro desfecho daqueles anos de aprendizado de uma técnica intelectual na qual confessávamos encontrar satisfação filosófica plena, um pouco por provocação característica do topete acadêmico, outro tanto buscando o anticlímax preventivo de prováveis demasias. A rédea curta em que nos trazia Oswaldo Porchat, pois é dele que estou falando, era o mais apropriado contrapeso à fertilíssima imaginação mimética com que Bento ia espanando a poeira da província. Em 67, Porchat concluía o seu *Aristóteles*, concebido segundo a mais estrita observância das regras de leitura *ad mentem auctoris*, e logo depois, na aula inaugural de 68, apresentava uma espécie de balanço de sua militância ortodoxa. Mais ainda, ousava filosofar a céu aberto, longe, mas não muito, dos textos, a rigor

um exercício de lógica da filosofia, onde havia também um quê de heresia, pois o tema da conferência era o "conflito das filosofias", reconhecido de fato e direito no âmbito de um quadro de referências, que o autor, longe de repudiar, continuava a observar, no interior do qual, como se sabia, a polêmica filosófica carecia de sentido. Menos uma inconseqüência palmar do que uma espécie de retorno do reprimido, para falar um pouco como Bento, que gosta muito de submeter os escritos do amigo ao infravermelho da psicologia. Divulgava-se um segredo de família? Quantos se reconheciam naquele relato de uma aspiração abortada? Pois era disso que se tratava, ao mesmo tempo em que se revelava uma ambição até então abafada; a de se chegar à filosofia pela via historiográfica, esperança paradoxal de alcançar um desenlace positivo através de um atalho eminentemente negativo, que nos conduzia do "real comum", posto entre parêntese, ao "real filosófico", sobre o qual suspendíamos o juízo, mais ou menos como outrora procediam os céticos antigos, cujos *topoi* Porchat voltara a pôr no diário. Corríamos então atrás de uma concepção do mundo ou da vida, como se dizia na língua confusa dos amadores, original ou de empréstimo, pouco importa, enfim de algo mais do que o indispensável porém muito vago espírito crítico com que tão modestamente nos contentávamos no lugar da teoria — esta última, melhor deixá-la para os imprudentes, os retardatários, os ideólogos etc.? Não havíamos então renunciado para valer ao pecado capital do "dogmatismo"? Fora o expediente propedêutico que recomendava senão extirpá-la, pelo menos pô-la na geladeira, a tentação sobrevivera à asfixia do método estrutural.

Vinda de quem vinha, a reviravolta desnorteava. O que antes fora nosso trunfo, o reconhecimento da indecidibilidade das proposições filosóficas, tornara-se objeto de uma desconsolada descoberta tardia na figura do conflito insolúvel das filosofias, a tal ponto insuperável que se poderia legitimamente "desesperar da validade e sentido da tarefa filosófica" — sem chegar ainda a ser confessional, a impostação tendia para o patético. Deveríamos mesmo ter corrido pela raia falsa, a ponto de um veterano enroscar-se no dilema de barbas brancas da verdade una e da irredutível pluralidade das filosofias. Quando se é apenas espectador da História da Filosofia, constatava Porchat, levado pelo desapontamento a baratear um pouco nosso ofício, quer dizer, quando se sabe que as doutrinas são irrefutáveis, como ensinavam

Goldschmidt e Guéroult, tal reconhecimento da autonomia invencível dos discursos filosóficos rivais e incomensuráveis fará compreender finalmente que todo "empreendimento criador" ou a "simples opção" por um desses universos filosóficos estará vedado a um espectador assim desenganado. Noutras palavras, aliás do próprio Porchat, o historiador da filosofia não se fará filósofo — *tant mieux*, dizíamos antes, carregando no francês —, mas agora se trata da renúncia à realização de um desejo que antes não ousaríamos confessar. Melhor então formalizar de vez tal renúncia dando-lhe o cunho enfático de uma recusa global da filosofia. A demasia oratória do gesto final ("ato heróico", etc.) mal escondia, entretanto, a convicção de que no fundo o protagonista desse epílogo dramático dava as costas a uma forma de pensamento à qual a aporia do conflito indecidível retirara qualquer significado, convicção indemonstrável sem que se reabrisse o círculo vicioso do dogmatismo, sentimento secreto finalmente revelado de que a filosofia era mesmo um "prodigioso jogo de palavras".

Não é difícil atinar com as razões desse desenlace ligeiramente fora de esquadro no seu conjunto, embora simpaticamente verossímil no seu ponto final, dependendo da hora filosófica batendo no relógio doméstico. Bento atribuiria mais tarde essa inesperada reativação de uma concepção decisória da filosofia, que acreditávamos sepultada pelo descrédito que o método estrutural lançara sobre a pergunta pela verdade material das doutrinas, ao temperamento intelectual de Porchat, segundo ele incapaz de conviver com a "incontornável ambigüidade da experiência e a anarquia discursiva que ela abre". Não digo que não, mas observaria que tal singularidade estava muito bem servida pelo vezo formal do método que moldara nossa sensibilidade filosófica e que naquele momento mordia a própria cauda. A idéia de que os sistemas se encontram disponíveis numa espécie de varal embandeirado e que devemos em conseqüência nos decidir cedo ou tarde por um deles como quem prova uma roupa mais ou menos ao seu feitio, ou então acrescentar à fieira em questão algum outro da própria lavra, pode parecer descalibrada, porém muito natural a quem se habituou à idéia correlata de que as doutrinas, irrefutáveis por definição, são monumentos imperecíveis, embora escandalosamente em conflito, de sorte que não há juízo crítico que as subtraia à morna equivalência em que dormitam e as ponha se possível em circulação, salvo a adesão ou rejeição à

queima-roupa. Também é verdade que para um espírito de tal modo convencido de que as proposições são sempre falsas ou verdadeiras, quando muito prováveis, o discurso filosófico indecidível deve parecer oco. É preciso no entanto convir que havia método nessa conclusão, quer dizer, um método, como vimos, especializado em produzir o vácuo histórico em torno do raciocínio filosófico, deveria mesmo cedo ou tarde deixar a impressão de que este último se exerce no vazio. Reencontrávamos assim um demônio familiar. Com inegável zelo, e entendimento por vezes liberal na aplicação de uma disciplina intelectual destinada a remediar os males da dependência, voltávamos a deparar na primeira curva do caminho a sensação de irrelevância que regularmente nos acometia, agora na figura de um jogo de palavras suspenso no ar, falta de lastro social devidamente sublimada pela invocação dos sortilégios de algum Logos maligno e sedutor — pelo menos a retórica havíamos assimilado —, do qual é joguete o filósofo que brinca com as palavras. Tomáramos mesmo o bonde errado? Por mais que em favor da iniciação pela História da Filosofia, limiar que aos poucos se tornara estrela da vida inteira, convergissem imperativos de toda a ordem, a anomalia de filósofos que estudam filosofia, de costas para a origem muito pouco filosófica dos teoremas clássicos, nalgum momento se resolveria na descoberta de um castelo de palavras onde presumíamos existir uma estrutura significativa.

Sirva de contraprova desse desdobramento local do método a conclusão diametralmente oposta, porém simétrica, com que Lebrun algum tempo depois arrematava sua lição de historiador da filosofia. Páginas atrás, aludi ao desfecho nominalista dela, abreviadamente a constatação do colapso do universal (de que o filósofo supostamente é o funcionário) à medida que a autonomia do discurso filosófico se aprofunda em detrimento do seu valor de verdade — descoberta do historiador gueroultiano e condição de possibilidade do seu ofício. O alvo é o de sempre, o filósofo segundo o figurino hiperbólico do clichê platônico, porém a mudança de ênfase do brasileiro ao francês é radical, passando da decepção do aspirante logrado à celebração do filólogo reconciliado consigo mesmo depois de ter freqüentado os "alquimistas do Logos unificador" (como se vê, a língua é geral), pois é com satisfação que o historiador da filosofia constata que se separou de vez do filósofo (mas não era este o destino que nos fora traçado?), rompendo na verdade apenas com um jogo, o "jogo do

sentido a todo o custo", que só é mesmo nefasto quando se comete o contra-senso de levá-lo a sério. Um encontro tão marcado quanto fortuito, marcado pela lógica do método historiográfico comum, todavia tão circunstancial quanto nada poderiam ter em comum espíritos tão divergentes. E malgrado o ponto de encontro no espírito da Maria Antônia, Lebrun, de certa forma naquela maneira de evaporar o ideal de inteligibilidade consagrado pela tradição filosófica, também estava formalizando traços da mais recente configuração da inteligência francesa, ao passo que o meu professor de Filosofia antiga exprimia quem sabe uma velha desconfiança nacional ao renunciar ao "vão" discurso da filosofia. Mas não duraria muito esse período de abstinência. Um ano depois, deixando para trás a finada Maria Antônia, Porchat partiria para os Estados Unidos, de onde retornaria professor de lógica e epistemologia, mas trazendo na mala os sintomas de uma recaída próxima, o embrião de uma filosofia da "visão comum do mundo", de corte inglês, porém no exato feitio de velhas certezas, e à qual Bento Prado, na primeira oportunidade, precisaria dedicar o melhor de sua arte para decifrar-lhe a enigmática bizarria.

Foi ainda durante aquele período politicametne adverso de entregolpes que finalmente começaram a aparecer os primeiros resultados de um outro avatar da rua Maria Antônia, o casamento da filosofia universitária francesa com o marxismo, um capítulo nada desprezível das aventuras deste último na vida nacional. Ou melhor, essa liga muito especial de filosofia e marxismo representava na verdade um dos episódios mais notáveis daquele processo de aclimatação.

Não era aluno há seis meses quando Giannotti apresentou em concurso de livre-docência as *Origens da Dialética do Trabalho*, primeiro ato conclusivo de um roteiro cuja realidade e significado evidentemente me escapavam. Foi então que fiquei sabendo da existência do hoje fabuloso Seminário Marx, que na virada dos 50 para os 60 reuniu um grupo de jovens assistentes da faculdade interessados em "ler" *O Capital*, possivelmente cansados de conhecer Marx por ouvir dizer e certamente empenhados em demonstrar a respeitabilidade científica da Dialética, como exigiam os novos costumes acadêmicos. O propósito não podia ser mais cordato, mas não se diria o mesmo dos efeitos, muito conformes ao destino peculiar da cultura uspiana, daquele jovem

marxismo de cátedra, se pensarmos no respeitável ciclo ensaístico de interpretação do Brasil que promoveu a partir de meados dos anos 60. Por outro lado, era a própria abrangência da obra em questão que exigia para a sua leitura o concurso de várias especialidades universitárias, atestando não só a envergadura de quem a concebera como a idade da sociedade capitalista em que tal pensamento alcançara o seu zênite, enquanto a compartimentação que se procurava sanar assinalava a um tempo a complexidade da nova era e o recuo em ordem dispersa da força explicativa correspondente, como se poderia verificar na indigência dos marxismos oficiais. O cenário acadêmico era indício de baixa temperatura política, mas também sinal de que algo ocorrera no processo de fundo, a ponto de aglutinar em lugar tão inóspito o mais afiado da força produtiva intelectual.

Voltando: a filosofia figurava entre as especialidades convocadas. Deu-se então o inesperado, que registro nas palavras de um remanescente do Seminário famoso: não foi em esquemas colhidos na economia política ou na história social, mas (quem haveria de imaginar?) foi na filosofia que "fomos buscar elementos para uma análise dialética de processos sociais reais". Se de fato as coisas se passaram assim, é difícil dizer. Sobram no entanto indícios da feição que assumiu a presença da filosofia naquela leitura a várias mãos d'*O Capital*. A julgar pelo que disse muito tempo depois, relembrando seus anos de formação, o protagonista citado linhas atrás — "não sou filósofo, mas sei explicar um texto" — podemos presumir o efeito produzido no espírito dos demais por tal imagem da filosofia, pela qual, como se viu, éramos inteiramente responsáveis. Há quem sustente que na época a simples transposição, seja por estreiteza de especialista, seja por convicção, de nossos métodos domésticos, transposição aparentemente indevida — em sã consciência, não ocorreria a ninguém explicar Marx como Goldschmidt comentava Platão —, tendo a força de uma revelação. Não era para menos: até então, se não for presumir demais, a leitura a olho nu vivia comprimida entre os grandes teoremas de economia política e a glosa muito curta dos raros e magros princípios filosóficos assumidos pelo autor e sucessores, via de regra num contexto polêmico; ora, a lupa torta da análise de texto, dita estrutural, vinha revelar e ampliar o funcionamento real da Dialética, por assim dizer apanhada no ato. Ninguém acreditaria que a "compreensão interna" professada pelo velho espiritualismo francês poderia um dia estar a serviço

do entendimento de um autor que passara a vida divertindo-se às custas dos seus ideólogos. A chave do método de que tanto carecíamos parecia finalmente estar ao alcance da mão. Isso não era tudo. Também apurava por esse modo o gosto filosófico da nova ciência social, que era de esquerda e universitária. Ficava para trás o coquetel funcionalista-weberiana dos antigos professores e manuais, torcia-se o nariz para a vulgata, materialista, verdade que em troca de um relativo furor terminológico: inaugurava-se o reino da Totalidade a torto e a direito, via-se dupla negação e universal concreto por todos os lados, "categorias" eram "historicizadas" como se leva empadinhas ao forno, etc.

Curiosamente, a influência parece ter sido de mão única. Saímos ilesos do confronto com as demais especialidades, mais confirmados do que nunca em nossa vocação rigorista de explicadores de texto, e sobretudo ilhados no terreno baldio das Questões de Método. Não dávamos muita atenção às análises de nossos historiadores, economistas, etc. Bento, que bocejava ao ler os sociólogos, mesmo os que não eram torrenciais, tinha a impressão de que o gênero infeliz cultivado por vários amigos de talento não falava das coisas, tal o prolixo cipoal de "padrões", "dinâmicas", "frações de classe", etc., ao passo que os filósofos estavam pelo menos atrelados à materialidade bruta dos textos, daí a liga mais feliz com os críticos literários. Mas em compensação, embalados pela natural fatuidade dos novos ricos, éramos implacáveis com a falta de jeito deles no ramo das idéias gerais, sobretudo quando se apresentavam na forma das famigeradas introduções metodológicas. Na verdade, passado o momento decisivo da lição de texto, parecia que a ninguém mais aproveitava a lição das coisas: de parte a parte prezava-se antes de tudo as grandes filiações epistemológico-políticas, alardeadas em detrimento da construção de problemas a partir da observação miúda de fenômenos sem nome. (Disposição que só se alteraria muito mais tarde, já nos anos 70, como salientou uma vez Roberto Schwarz ao notar a novidade). Sirva de exemplo o próprio Giannotti, contrariando aliás a maneira cuja fertilidade a leitura de Marx comprovara: jamais separar as "teses" dos movimentos que as produziram e por isso mesmo preferir o método anônimo em ato ao discurso em separado do próprio, que nem sempre vem a ser o método alegado. Pois o nosso professor de Lógica e Filosofia Geral destacava num livro recente de Celso Furtado (1964), justamente o que menos importava, os desacertos de conceituação no domínio

incerto da Dialética, que aliás raramente atende pelo nome. Vão ainda nessa direção os dois artigos de estréia de Ruy Fausto — evidentemente estréia no período a que me refiro, pois se tratava de um espírito tarimbado que não aprendera o seu Marx no colégio, mas apenas (o que podia ser tudo) o verniz filosófico que lhe definia a feição propriamente uspiana. No primeiro deles, embora analise um tipo de raciocínio político muito brasileiro pela soma de disparates na contrafação de noções clássicas do repertório de esquerda, tudo mais ou menos a serviço de um confuso embora patente propósito golpista de direita, porém modernizador, de resto um coquetel muito ajustado aos devaneios de província, Ruy não resiste (conquanto soubesse disso tudo e melhor do que eu) à tentação de mostrar por extenso que os decalques pilhados no marxismo emoldurando tais fantasias de mando nunca são "...categorias e análises realmente *fundantes*". No segundo artigo, as teses sociológicas e políticas da *Revolução Brasileira*, de Caio Prado Jr., são revistas como se examinam obras de engenharia lógica. Essa contaminação recíproca de lógica e política traduzia de um modo peculiar o gosto tradicional da casa pela investigação de pressupostos, também presente na maneira sumariamente "*lógica*" de insinuar no fecho do artigo a oportunidade da possível resposta de Debray à quimera de Caio Prado Jr. (um Brasil capitalista avançado como etapa na direção do socialismo). Mas aqui já era um traço de época que falava mais alto.

Relembrando a miséria do marxismo francês durante os anos de stalinismo triunfante, Gérard Lebrun conta que precisou esperar sua primeira viagem ao Brasil em 1960 para assistir a seminários sobre *O Capital*, lido em São Paulo muito antes da voga althusseriana. Quando esta chegou — e começou a pegar no momento em que iniciava minha graduação — esbarrou num grupo refratário, isto é, fora precedida e depois suplantada por uma outra variedade compósita e feita em casa do "marxismo ocidental", na origem da qual a leitura guéroultiana dos textos podia conviver com *História e Consciência de Classe* (recentemente traduzida para o francês) ou com o Sartre da *Crítica da Razão Dialética*, etc. Da parte dos professores de filosofia a acolhida não poderia ter sido mais reticente, o jovem Jacques Rancière que o diga, fustigado durante breve visita, em 1967, com uma veemência inusitada para um mandarim francês em missão. Sinal dos tempos? Sobriedade tanto mais surpreendente quanto

não eram poucos os laços de família, a começar pelo principal deles, o reconhecimento de que era imperativo voltar à coisa mesma, isto é, ao texto lido como mandava o figurino "estruturalista" da escola francesa de História da Filosofia. Também entre nós, sem serem propriamente considerados refugo mitológico, Lukács e Sartre já eram páginas viradas, desbancados pelo novo surto epistemológico e pelo naufrágio recente do ideário dito "humanista". Seduzia-nos muito mais a nova fraseologia do "rigor", trunfo antigo, agora metamorfoseado pelo jargão althusseriano num receituário para a "construção de conceitos", ela mesma sancionada por uma "prática teórica" tão abstrusa quanto oportuna, pois consagrava por igual intelectuais de Partido e marxistas de cátedra. Em suma, era um novo Discurso do Método que tinha tudo para vingar num meio tão propício como o nosso. Como ficou dito, não foi bem o caso, salvo um ou outro flerte ocasional, alguma sobra na forma do lugar-comum, como a conveniência de recusar sempre o Humanismo do jovem Marx ou o rejuvenescimento de Spinoza na condição de precursor do materialismo, etc.

As principais razões para nos declararmos *contra Althusser*, forneceu-as Giannotti num ensaio de inícios de 67, igualmente notável pela independência, pois não era fácil naquele momento ir contra a maré que se avolumava. (E se me for permitida a dissonância da nota anacrônica, esperamos todos que Giannotti repita a proeza em plena temporada wittgensteiniana). Não cabendo obviamente numerá-las por inteiro, limito-me a recordar que a crítica principal visava como sempre à separação de índole positivista entre objeto real e objeto de conhecimento, mas era verdadeiramente inovadora na maneira de introduzir temas especulativos dos mais cabeludos no intuito de restaurar a dimensão ontológica original da dialética marxista; assim, era preciso mais uma vez assinalar a presença real dos universais ditos concretos, demonstrar a objetividade da abstração real e o ser-posto das formas sociais, bem como apresentar a própria realidade como um processo de constituição categorial — e tudo mais que pudesse enfurecer um estruturalista francês, embora não faltem estudiosos do assunto que sustentem que não era preciso ser francês nem estruturalista para sentir-se desgovernado diante daquele texto verdadeiramente exemplar. No fundo, o que mais exasperava Giannotti era a total insensibilidade do pensamento francês dos anos 60 para a origem ontológica dos movimentos de consti-

tuição do objeto, uma aversão a tal ponto natural e tão afinada por outro lado com a velha doutrina comtiana que via na teoria científica apenas um fato lógico a ser estudado em sua autonomia discursiva, doutrina invariavelmente citada e desmentida por Giannotti, que costumava, para começar, contrapor-lhe a evidente intenção tética do discurso, como dizia na língua dos fenomenólogos, que agregara ao seu repertório depois da primeira viagem à Europa —, uma rejeição, portanto, tão intensa e constante que a fenomenologia predominante no ciclo existencialista destronado chega a parecer um enxerto alemão na prosa literária francesa.

Volto ao caso do artigo contra Althusser: um par de anos depois, a artilharia antialthusseriana de Giannotti já era mobilizada em grande escala, verdade que na forma costumeira do parêntese metodológico; por um antigo colega de Seminário, agora sociólogo de fama internacional, que em simpósio concorrido e multinacional fulminava a teoria das classes sociais de Poulantzas. E embora não tenha a menor intenção de ser exaustivo, não posso deixar de lembrar ainda que, na ocasião, Giannotti teve um interlocutor althusseriano à altura, na pessoa do jovem professor de filosofia grega João Quartim de Moraes, que, num estudo crítico das *Origens da Dialética do Trabalho*, não só chamava a atenção para a indecisão literária do livro — oscilando entre história da formação de conceitos e exposição sistemática da dialética de maturidade, Giannotti na verdade exprimia o furta-cor próprio da cultura filosófica uspiana —, como engasgava em todos os momentos em que universal e realidade se cruzavam, conforme era do gosto especulativo do nosso mestre em ciências marxistas.

Completo essa brevíssima notícia do sobressalto althusseriano do marxismo filosófico uspiano mencionando outro artigo característico, embora pouco divulgado devido aos azares políticos do momento; fora programado para o quarto número da revista *Teoria e Prática*, e cancelado pelo AI-5. Trata-se de um pequeno estudo de Ruy Fausto, de 1968, sobre o "destino da antropologia na obra de maturidade de Marx", um primeiro acerto de contas com o althusserismo, embora partisse de uma concordância de princípio com a crítica dele ao humanismo (ideologia, ninguém há de negar) e ao historicismo (pecado epistemológico capital). E não aparecia estampada apenas na escolha dos problemas a impregnação pelo horizonte althusseriano da época, sem embar-

go das divergências de fundo, como a espécie de anulação conceitual da prática política que acarretava, e que podiam até derivar de desentendimentos de pormenor que não deixávamos escapar; como a espantosa ignorância dos textos hegelianos que inspirava os decretos de Althusser. Enquanto Giannotti confundia pela demasia especulativa (como nos grandes idealistas alemães, seus conceitos, dotados de vida própria, pareciam executar mil cabriolas metafísicas, como a mesa-mercadoria de Marx), Ruy desnorteava pela escrita telegráfico-geométrica; de uma maneira ou de outra, produziam ambos uma forte impressão de filosofia em ato, e não só nos mais jovens. Esta última maneira, aliás, além de traço idiossincrático, devia muito às inclinações gauchistas do estruturalismo difuso do momento, uma espécie de estilo guilhotina que no lugar de Virtude alegava Ciência e escarnecia da tibieza dos "humanistas". Construindo "espaços lógicos" e povoando-os a seguir com muitas maiúsculas — História, Sujeito, Discurso, etc. —, o artigo era antes programático do que analítico, anunciando uma espécie de instauração apodítica do saber marxista. A certa altura do texto, uma janela para o mundo: uma alusão à idéia de experiência, chão histórico, interiorizado à maneira hegeliana, dos diversos discursos, com exceção do teórico, que não tinha memória. No calor da hora, cheguei a sugerir à minha ex-condiscípula e depois colega, Helena Hirata, que aproveitasse a deixa e juntasse, à sombra daquela alusão, Lenin e Hegel sob a forma de uma monografia acadêmica; e não é que a insensatez grassasse, mas era esse o diapasão do tempo segundo o qual funcionava nossa imaginação. Para que não se tenha dúvida quanto à data do artigo, lembro que também constava dele uma referência à "originalidade epistemológica da obra de Debray", *Revolução na Revolução*. Eram de fato tempos de fantasia epistemológica acelerada, correndo paralela a um apetite político igualmente tão ativado a ponto de desentranhar poesia da prosa talhada a machado de alguns manuais marxistas de estratégia militar. Quanto a mim, confesso que lia sem sorrir, muito pelo contrário, as elocubrações de um polígrafo parisiense acerca dos fundamentos do cálculo infinitesimal, inspiradas pela leitura althusseriana dos escritos do presidente Mao Tsé-tung, ou então confiava nas revelações prometidas pela redescoberta do inconsciente lacaniano no conceito de número zero em Frege. É que, de certa maneira, continuávamos em casa, francesa evidentemente: tirante a óbvia diferença de qualidade, não eram menos

fantasistas as analogias que um de nossos antigos *maîtres à penser*, Jules Vuillemin, costumava multiplicar entre o Eu absoluto de Fichte, a álgebra dos grupos e as equações de Lagrange.

Antes de passar adiante, não posso deixar de assinalar, sempre para governo dos mais jovens, que a presença muito forte de Giannotti naqueles últimos anos da rua Maria Antônia já não se limitava mais a cimentar a aliança paulista entre a filosofia franco-uspiana e o "marxismo ocidental". Para melhor situá-la naquela quadra, volto a lembrar uma das cláusulas maiores de nossa certidão de nascença: como toda polêmica filosófica estivesse banida, imperdoável falta de tato, devíamos viver às custas de uma moral intelectual provisória que mandava adiar indefinidamente a hora afirmativa da filosofia. Giannotti não pensava assim. Ou melhor, era o único em condições de reverter nosso permanente recuo tático "estruturalista" e agir em conseqüência. Como na minha condição de cristão-novo acreditasse piamente que a História da Filosofia fazia as vezes de filosofia, caí das nuvens em que flutuava — mais ou menos como o intelectual de Mannheim, borboleteando entre os pontos de vista em cena — quando Bento me fez ver que Giannotti a rigor nunca deixara de ruminar um projeto filosófico próprio: nada mais nada menos que uma ontologia regional um pouco à maneira husserliana, mais exatamente uma ontologia do ser social, só que desta vez os noemas brotariam de intenções oblíquas e cruzadas que também eram tramadas pelas relações sociais de produção. Sensato ou não, o fato é que tal propósito anunciava um limiar a ser brevemente transposto, o que podia parecer idéia fixa já era problema em construção, um passo à frente da rotina historiográfica e das leituras ao sabor dos boatos d'além-mar, embora não pudesse jamais ser dado sem a disciplina da primeira e a variedade dos segundos. Não seria prudente reconstituir agora os acasos de formação que foram transformando aos poucos obsessões confusas em complexos temáticos, exemplificações clássicas e recorrentes em ilustração de conceitos inéditos (que não se lembra do vencedor de Iena e do perdedor de Waterloo, da estrela da tarde e da estrela da manhã?), até assumirem a fisionomia um pouco arrevesada porém altamente sedutora que apresentavam seus escritos e cursos naquele fim de década, em que fui a bem dizer atropelado por eles. Não me refiro apenas ao controverso "Logos prático" (que podia se apresentar igualmente em "camadas"), cuja decifração ainda hoje dá muita dor de cabeça aos melhores

especialistas, mas também a curto-circuitos fulgurantes como o que fundia num mesmo conceito de igualdade posta a teoria da forma-valor e tentativas lógicas modernas de identificar funções de mesmo âmbito, tudo em nome do caráter autoprodutivo das significações sociais (mais tarde "reflexão objetiva"), cuja formulação perseguia desde os tempos em que ultrapassara as fronteiras da epistemologia de mestre Granger, introduzindo indiscretamente a "mercadoria" no pacato campo transcendental dos fenomenólogos. Para tanto reunira ao longo dos anos as mais diversas competências. Da lógica formal à economia política, a sua "tirania metodológica", como lembrou um admirador, podia se exercer tanto na lingüística estrutural quanto na antropologia de Lévi-Strauss, às quais começava a juntar incursões no domínio da sociologia clássica. Em suma, estávamos todos convencidos, encerrando-se um ciclo de acumulação coletiva de técnicas intelectuais, que Giannotti acabaria botando um enorme ovo na cultura filosófica do país, como de fato ocorreria quinze anos mais tarde.

As coisas estavam nesse pé quando sobreveio a avalancha do Movimento Estudantil de 68 e, no seu bojo, o enxame das comissões paritárias de alunos e professores. Qualquer semelhança com o maio francês seria coincidência altamente desejada, e só neste sentido as barricadas da rua Maria Antônia também teriam sido erguidas pelo Desejo. Cem mil pessoas, de fato, desfilaram em passeata pelas ruas do Rio de Janeiro e a ditadura, enquanto armava novo bote, ia matando por conta, mas não se pode descartar o efeito do mimetismo na luta de classes, sobretudo na percepção dela. Era inevitável que os acontecimentos de Paris incendiassem as imaginações, a nossa em particular, afinal a jovem filosofia francesa — acompanhando Sartre — estava na rua, fingindo não ter sido apanhada de surpresa. (Pelo menos Marcuse não o fora — sem com isso incluí-lo no rol dos gauchistas dionisíacos —, mas precisou entrar pela porta dos fundos do departamento, meio de contrabando). A Grande Revolução Cultural Proletária chinesa nos chegava igualmente pelo filtro francês, fantasmagoria ao quadrado que a *Chinoise* de Godard cimentava a cada sessão de cinema. Também se contribuía na periferia para o imaginário internacional: enquanto o Vietnã parecia repor em circulação uma derradeira promessa do finado tercei-

romundismo, o malogro do foco boliviano de Guevara não era fonte de reflexão, mas de inspiração. (Bento, desnecessário lembrar, futuro presidente de nossa Paritária, sentia-se como peixe dentro d'água). A realidade, como sempre, recusava-se a colaborar com a imaginação, a quem tudo parecia prometido, inclusive o poder. Estou repetindo o sabido, que na época não sabíamos: andávamos todos na contramão, como os estudantes que nas passeatas driblavam a polícia caminhando no sentido contrário do trânsito engarrafado. Não só o país não estava fervendo como nos tempos do populismo triunfante e da luta de classes ascendente malgrado o primeiro, ebulição reprimida cuja tampa poderia saltar na primeira oportunidade em que o regime cochilasse (o que valia para o mundo encasulado da cultura não valia para o resto da sociedade), como também a suposição muito difundida na época de que a estagnação estrutural do capitalismo brasileiro, agravada pela política econômica da ditadura, levaria a uma crise cujo desfecho só poderia ser a Revolução, era uma outra quimera que a modernização em curso logo desmancharia no ar.

Não me compete evidentemente pôr no lugar as peças desse enorme quebra-cabeça. Entre tantas opiniões e teorias, permaneço fiel aos esquemas de Roberto Schwarz, quando mais não seja porque, sem alarde de ciência, continuam a esclarecer uma experiência de época, na qual se entronca o ramal menos divulgado — *et pour cause* — da vida filosófica paulistana, da qual estou recapitulando alguns episódios. Penso no principal desdobramento político da anomalia estudada por Roberto e mencionada páginas atrás, marca registrada do período em que se desenrolaram os últimos anos da Maria Antônia, a sempre lembrada hegemonia cultural da esquerda num momento em que se firmava a ditadura política da direita, apresentado mais ou menos nos seguintes termos: fruto tardio da era anterior de "*Aufklärung* popular", a cultura de oposição veio amadurecer em plena ditadura, quando seu antigo chão social deixara de existir; frustrado o generoso movimento anterior de ida ao povo, a esquerda não teve remédio senão produzir para consumo próprio; ora, enquanto lamentava o enclausuramento que a reduzia à impotência, a inteligência *foi estudando, ensinando, editando, filmando, etc., e sem perceber contribuíra para a criação, no interior da pequena burguesia, de uma geração maciçamente anticapitalista*; estava assim reunida a massa capaz de dar força material à cul-

tura do contra, só que na forma da propaganda armada da Revolução.

Na década seguinte, não sei se completando a deixa, porém noutro momento de revisão, Giannotti chegaria a incluir a pequena família dos filósofos uspianos no rol dos patronos involuntários da funesta identificação imaginária, como dizia, de uma parcela da juventude com a vanguarda da história. Exagero? Seguramente de olho posto na planta de estufa em que nos convertia o rigorismo de estrangeirados, Giannotti por certo sublimava o relativo e ambíguo poder de estranhamento da reflexão filosófica, na qual entrevia uma espécie de Grande Recusa embrionária, condenada no entanto, graças à suposta força encantatória da linguagem cifrada da filosofia, a transformar o encasulado de fato no fantástico cidadão de uma "comunidade de rebeldes imaginários". Em conseqüência propunha — estavámos em meados dos anos 70 — que tratássemos de pôr ordem na casa, começando pela criação de condições de trabalho intelectual tais que tornassem impossível o "radicalismo verbal" cujas "conseqüências mortais" num passado ainda próximo não podíamos deixar de encarar. Um espírito malicioso diria que este balanço de sinal duplo — maldisfarçado elogio da filosofia, que distancia e eleva, e por isso mesmo aliena e exacerba — vem trazer água para o moinho conservador, que desde os tempos remotos da Revolução Francesa costuma amalgamar no mesmo raciocínio, alheamento intelectual, pensamento abstrato e voluntarismo político. Creio que não comprometo a conclusão de Roberto, mas abrando um pouco a ênfase de Giannotti, no fundo insuflada pela confiança na capacidade dos nossos filósofos de desesperar Billancourt (Osasco e Contagem, na época), se lembrar que também devem ter pesado nesse enredo mal-entendidos colossais, como um que presenciei no começo de 68: depois de uma aula de Ruy Fausto sobre a *Fenomenologia do Espírito* (certamente muito mais para Hyppolite do que para Kojève), um aluno o abordou para hipotecar solidariedade com a Dialética, declarando-se disposto inclusive a pegar em armas.

Mas voltemos do último ato ao seu prelúdio: ocorre que a nova massa radical de estudantes se sentia em condições de derrubar o governo militar e elegera a universidade primeiro baluarte natural a ser conquistado. Maio de 68 ia em meio quando uma franja daquele anticapitalismo militante e já formado nas

primeiras letras da luta ideológica batia à porta do departamento exigindo a gestão paritária dos negócios da filosofia uspiana. Pelo exposto acima, compreende-se que Giannotti tenha se sentido como um pai de Turgueniev diante de uma revoada de *rasnotchintsy*, os novos "trabalhadores intelectuais", como se dizia na gíria gauchista do momento, que nos associava por uma convenção que não iludia ninguém ao mundo nobilitador da produção. Se não me engano, por outro lado, a "nova sensibilidade", que daria o tom mais adiante, na hora da vazante, não estava representada na Paritária, quando muito algo aparentado despontara meses antes numa chapa derrotada, porém bem votada, nas eleições do Centro Acadêmico, denominada "Ser e Tempo", sem o menor propósito de fazer a hora, desorganizada por convicção, precocemente letrada e politizada às avessas, que se opunha ao zelo leninista da chapa "Universidade Crítica", vencedora, como o Espírito (que, segundo Heidegger, distingue o "pensador" do intelectual bem-falante) à platitude voltaireana do entendimento, Pascal aos cartesianos inúteis e incertos, Nietzsche (que no ano anterior começara sua carreira francesa no departamento) aos filisteus da cultura, ou ainda do Tropicalismo à canção de protesto. A tendência majoritária adversa, por seu turno, oscilava conforme a conjuntura muito instável do momento, ou melhor, se enredava na retórica dos meios e dos fins: ora a conquista da paridade e a ocupação das faculdades estavam subordinadas à causa maior da Revolução próxima, ora era a regeneração de uma instituição carcomida que se impunha antes de tudo, mas no frigir dos ovos prevalecia mesmo a manobra tática que mandava agitar onde fosse necessário, e afinal, no que concernia à universidade, já não havia mesmo muito o que preservar. Os professores, inclusive os que aderiram ao princípio da paridade e respiravam a plenos pulmões os ares do tempo, pressentiam os riscos da aventura e temiam o pior. Embora ninguém tomasse ao pé da letra nossa contribuição ao aprofundamento da aliança operário-estudantil-camponesa, a ficção no limite exasperava, pois, como estávamos entre iguais no atacado ideológico, a pregação entre conversos tendia ao desforço oratório interminável. O pior, no fim das contas, resumiu-se ao trivial da casa: a querela insolúvel na hora do recrutamento, que pelo jeito há de nos acompanhar até o Juízo Final. Os estudantes afinal também queriam figurar no *vaudeville* de sempre. Encerrada a novela, que se arrastou durante dois meses, retiraram-se de cena, ou

melhor, mudaram de cena, pois a movimentação estudantil passara para outro registro. A Paritária foi definhando, não sem legar à posteridade um repertório de tiradas lapidares, discursos inflamados, renúncias revogáveis comovidas, disputas dialéticas sobre princípios de contratação (se competência e firmeza ideológica sempre andavam juntas; e se fosse o caso, qual a "*dominante*" e qual a "*determinante*"; se Heidegger fosse candidato, seria contratado?; e por que não fulano de tal, renomado bocó progressista?).

Mas sobretudo deu-se novamente o disparate, uma inesperada sanção de nossa rotina intelectual pela opinião gauchista, prova de que todos tinham um sexto sentido para a terapia de choque exigida pela dependência cultural. Houve sem dúvida escaramuças. Os alunos implicavam com nosso juízo eternamente suspenso no ar, queriam opiniões e posições; Porchat, que ainda não advogava a causa do homem comum, tornava a explicar que a filosofia era uma técnica de pensamento que nada tinha a ver com a vida (ainda com minúscula). Como os cursos eram monográficos e anuais, nem sempre as combinações um pouco à deriva dos estudos de cada um tapavam todos os buracos e satisfaziam a todos os gostos: Aristóteles vá lá, mas Bergson o ano inteiro? Diz a lenda que em 68 finalmente o nosso enrijecimento de especialistas sem espírito foi posto a nu e abaixo. Ainda não foi desta vez. Por assim dizer, a demasia correu em sentido inverso. De rédeas soltas, os estudantes queriam sim muito Lenin, Rosa e Mao, mas não abriam mão do método nem de nossas técnicas de aprender, coletivamente acumuladas, tradição acadêmica que chegavam mesmo a considerar revolucionária, só que agora queriam vê-la a serviço de uma causa melhor. Como se vê, não havia mesmo o que temer, salvo a perene ameaça dos nossos brasileirismos comuns.

Finalmente, a indesejada das gentes, a Grande Repressão esperada desde os primeiros dias de ocupação da Maria Antônia, abateu-se em dois tempos: primeiro o incêndio da faculdade, que deixou mais um morto no acervo da ditadura, depois as cassações, incluídas as brancas. Completando-se o ciclo do confinamento, apresentava-se a conta à supremacia cultural exercida em recinto fechado. Retomo a lição de Roberto Schwarz de que partimos: como em 68 estudantes e público da melhor cultura já tomassem a feição inquietante de massa politicamente perigosa,

era necessário agir em conseqüência, liquidando os focos da inteligência viva do momento. Daqueles dois passos dados pelo regime nesse sentido, o primeiro, ao nos expulsar da cidade, também representou uma diminuição intelectual, pois não há vida do espírito que não padeça o choque de tal exílio. Quanto à segunda providência, pela diáspora que provocou, acabou apressando a maturação de uma outra geração, se possível ainda mais afiada nos ideais uspianos, entretanto logo postos na berlinda, menos pelos anos negros do AI-5 (fechar-se em copas e estudar sempre foi nossa maior especialidade), do que pela presença desconcertante de um outro país em nossos anfiteatros.

Saudades da Maria Antônia? Desde que se distinga, por que não? Quando se é de esquerda e de classe dominante, punge fundo uma nostalgia bifronte que sob pretexto de boas maneiras intelectuais, perdidas com o ocaso da faculdade liberal, não perdoa a falta de jeito pequeno-burguesa da massa que invadiu o antigo santuário, os alunos que esqueceram o seu francês, as moças mal-amanhadas, os colegas que não são primos de ninguém. Da rua Maria Antônia ao campus atual, mudou o capitalismo brasileiro. Era natural que se estilizasse a fase pretérita. Daí à bobagem basta um passo, que os paladinos da Cultura não hesitam em dar. Passo em falso, que não salva, da mesma ameaça o sentimento complementar de que não se faz mais luta de classes como antigamente.

Quanto a mim, já que me pediram impressões de época, no arco social daquelas emoções antigas retenho a mais desfrutável, senão o exato avesso do ideal de rigor que nos tiranizava, certamente o seu *supplément d'âme*. Também fui educado pela noite. Estudando certa vez o "noturno aveludado e acre do *Macário*", Antonio Candido fez remontar até Álvares de Azevedo um tema que fascinou gerações, o da exploração artística da vida noturna da cidade de São Paulo. Mal comparando, entre tantas outras coisas, devemos igualmente a Bento Prado Jr. o que se poderia chamar de invenção filosófica da noite paulistana. Guiado com perfeita paciência por aquele híbrido imprevisível de Emílio de Menezes e mentor de romance alemão de educação, era na ronda iniciática das luzes da cidade — que ainda "bruxuleavam indiferentes" à nossa vã filosofia, como nos tempos do poeta — que

minha formação uspiana enfim se completava. Ainda não sei se algum dia chegarei ao extremo de arrematar: *c'est là ce que nous avons eu de meilleur!* — Reconheçamos pelo menos (com outro mestre), dando a todas as saudades o seu quinhão, que nossos antigos projetos de suprema elegância, poder e cultura ficaram reduzidos a um nível bem paulista.

MARIA ANTÔNIA: REBELDIA, INCONFORMISMO E VERDADE

Entrevista de José Dirceu de Oliveira e Silva *
a Maria Cecília dos Santos
Agosto de 1987

Maria Antônia: a alma do movimento estudantil brasileiro

MC — A Maria Antônia representou um importante espaço para a articulação do movimento estudantil brasileiro. Como foi sua vivência lá, nos anos 60?

José Dirceu — Eu não era aluno da Faculdade de Filosofia, mas da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica, portanto meu espaço era a rua Monte Alegre, o prédio velho da PUC.

Quando fui eleito para a presidência do Centro Acadêmico XXII de Agosto, da PUC, passei a freqüentar a Maria Antônia. Nunca me esqueço a primeira vez — numa assembléia — que fui à Faculdade de Filosofia para conhecer José Roberto Arantes, então presidente do Grêmio da Filosofia. O Arantes — depois vice-presidente da UNE — foi uma pessoa muito ligada à minha vida, até ser assassinado, em 1971, em São Paulo. Pela primeira vez tomei contato com o pátio da Faculdade de Filosofia, com o Grêmio, com o Arantes, com Yara Yavelberg — que foi minha companheira entre 66 e 67 —, com o Bar do Zé, enfim com esse espaço central para o movimento estudantil brasileiro.

A Maria Antônia era uma rua privilegiada, concentrava estudantes, conversas, idéias, amores. Depois, há também o aspecto do impacto desse centro de atividade política e cultural sobre a cabeça de um jovem do interior. A Maria Antônia me fez dar um salto para o movimento estudantil brasileiro, porque até então

* Formou-se em Direito pela PUC-SP. Como presidente da UNE foi preso em Ibiúna por ocasião do congresso (1967), saindo do país em 1969. Em 1979, foi anistiado e voltou ao Brasil. Elegeu-se deputado estadual pelo PT em 1986.

eu era apenas um líder do Centro Acadêmico XXII de Agosto, da PUC.

A Maria Antônia foi o centro do movimento estudantil, das discussões sobre a universidade. De lá saíram os professores que tinham levantado a bandeira a favor da escola pública, que tinham lutado contra o caráter centralizador da lei de Diretrizes e Bases e do Conselho Federal de Educação. Lá estava a maior parte dos professores que estavam se opondo à ditadura militar, entre os quais Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Leôncio Martins Rodrigues, etc.

Foi na Maria Antônia que passei a compreender o real significado do movimento estudantil. Não se trata apenas de um movimento contrário a uma política educacional, a um governo com objetivos estratégicos que pretende adequar a universidade ao sistema capitalista.

MC — Então, qual é o significado do movimento estudantil?

José Dirceu — O movimento estudantil é uma manifestação de um setor social da juventude brasileira. A juventude é dividida conforme sua posição social, na produção, na cultura, na educação. Combinando o espaço jovem com as lutas que vinham se travando na universidade, se criou uma manifestação sociocultural, que é o movimento estudantil. Essa manifestação trouxe uma renovação de costumes, dos padrões e da cultura. Foi uma geração que começou a usar calça rancheira e cabelo grande, no início dos anos 60; que acabou com a discriminação da mulher estudante dentro da classe e que introduziu o cinema-novo, o teatro e a literatura como atividades culturais na Faculdade. Nessa perspectiva, o movimento estudantil produziu cultura, centenas de técnicos, dramaturgos, produtores, atores — de teatro e cinema —, escritores, poetas. O movimento estudantil apoiou o cinema-novo, fez teatro e participou ativamente dos festivais de música. Dessa forma foi uma manifestação cultural de novas idéias que brotaram na sociedade brasileira e que se chocaram contra a ditadura militar.

Como nos anos 60 a sociedade civil ainda estava muito desarticulada, sem expressão nos partidos, o movimento estudantil acabou sendo o porta-voz de toda a oposição à ditadura militar. Havia muita dificuldade de articulação com outros setores sociais, daí porque o movimento estudantil ganhou muita importância e, conseqüentemente, a Faculdade de Filosofia e a rua Maria Antônia.

MC — Qual o papel do espaço da Maria Antônia como aglutinadora de lideranças?

José Dirceu — Nós liberamos a Maria Antônia e a transformamos num território livre. Ela passou a ser um símbolo de um espaço onde se podia criar e recriar idéias que não se pregavam no Brasil. Foi exatamente por isso que a Maria Antônia foi ocupada. Veja, por exemplo, o significado inovador das comissões paritárias.

MC — Maria Antônia: mito ou realidade?

José Dirceu — Ela foi uma realidade. Ela é uma realidade porque o movimento estudantil não foi apenas um lema e uma bandeira. Não foi um sonho. Foi uma realidade que só a força das armas conseguiu acabar.

Na verdade, foi preciso montar uma provocação, uma suposta briga entre o Mackenzie e a Filosofia, que nunca existiu. A direita do Mackenzie era minoritária lá dentro e eles vieram contra 90% dos estudantes da Filosofia da USP. Isso serviu de pretexto para a polícia invadir o prédio e destruir a faculdade. Nesse sentido não é um sonho, foi uma realidade. E vai fazer vinte anos que a invasão ocorreu.

Das cinzas da Maria Antônia e da memória do movimento estudantil dos anos 60, em 1979 foi refundada a UNE. Isso, historicamente, é um fato real. Se a UNE tem problemas, está em crise, com falta de representatividade, trata-se de uma questão relativa à diretoria da instituição.

Universidade: mercado de ilusões

MC — Como você vê a universidade hoje?

José Dirceu — A universidade, praticamente, perdeu a sua função como produtora de ciência e tecnologia; como espaço democrático; como formadora de mão-de-obra qualificada; como produtora de cultura. Hoje ela é um misto de mercado de ilusões, porque para captar e cooptar amplos setores das camadas médias, o governo expandiu as escolas privadas, que atualmente representam 2/3 dos estudantes universitários. São alunos que pagam para estudar em escolas de cuspe e giz, porque não têm laboratórios, não desenvolvem pesquisas e, o pior, a mão-de-obra formada não encontra mercado de trabalho.

Por isso mesmo é que a universidade crítica proposta pela Maria Antônia ainda está vigente. Lancei minha candidatura na Maria Antônia, pedi o tombamento do antigo prédio da Faculdade de Filosofia e acho que é preciso dar continuidade à Maria Antônia dos anos 60.

Maria Antônia e a formação de lideranças políticas

MC — Muitas lideranças políticas representativas saíram da Maria Antônia.

José Dirceu — Isso é verdade, e a Maria Antônia está presente em alguns partidos. Veja por exemplo no caso dos quadros do PT. Por mais que queiram caracterizar o PT como um partido de metalúrgicos, de trabalhadores, ele foi um desaguadouro de várias tendências, de várias lutas e movimentos sociais que se desenvolveram no Brasil nos anos 60/70. Muitos dos membros do partido tiveram sua origem na universidade e na luta estudantil. Isso significa que o PT foi capaz de servir de desaguadouro para os estudantes da década de 60, o Travassos, o Wladimir Palmeira, eu, etc.; para professores como Paul Singer, Florestan Fernandes, Francisco Weffort, Octavio Ianni, etc.; para intelectuais como Mário Pedrosa e tantos outros. Nesse sentido a Maria Antônia está muito presente no PT, que representa a retomada de um ideário da luta estudantil somado à luta dos trabalhadores. O PT traz na essência aquela autenticidade e rebeldia da Maria Antônia.

Revendo a Maria Antônia

MC — Hoje, passados quase vinte anos, como você vê a Maria Antônia?

José Dirceu — O que fica da Maria Antônia é o sentido de rebeldia, o espírito de inconformismo e a necessidade de ser absolutamente verdadeiro. Esses são valores que estão muito presentes também no PT.

Nós aprendemos muito com a Maria Antônia. Não é possível fazer um movimento social no Brasil se não houver uma ampla mobilização e, principalmente, se os trabalhadores não

fizerem parte dele e não forem capazes de se articular e congregar outras forças sociais. A principal lição que tiramos da Maria Antônia é que ela não é o Brasil e que o estudante não é a força revolucionária da sociedade brasileira. Com a Maria Antônia também aprendemos que as formas de luta não podem ser exclusivas e nem totalizadas em razão da complexidade do capitalismo brasileiro e da diferenciação social de classes. O estudante tinha muito um certo vício de extrapolar o seu mundo para o resto do país. Foi provincianismo. Finalmente, com a Maria Antônia aprendemos que é preciso ter um profundo conhecimento da formação econômico-social brasileira. O ativismo estudantil nos fez descuidar desse aspecto.

MARIA ANTÔNIA/68: O OUTRO LADO DA RUA

Entrevista de Lauro Pacheco de Toledo Ferraz *
a Maria Cecília dos Santos
Maio de 1987

A política estudantil no Mackenzie nos anos 60

MC — Você cursou Direito na Universidade Mackenzie entre 1964 e 1968, num período turbulento da história política brasileira. Qual a participação dos estudantes do Mackenzie na política estudantil à época?

LF — Quando entrei para a faculdade logo tivemos o golpe de Estado e, como o Mackenzie era um centro importante de articulação da direita, a repressão interna foi muito grande. Os alunos que tinham posições mais avançadas foram obrigados a se afastar da universidade e assumir posições mais encobertas, uma vez que havia por parte da direção da Universidade Mackenzie uma nítida pressão sobre os estudantes que, antes de 64, se pronunciaram favoravelmente ao processo democrático no Brasil. A primeira manifestação política da Universidade Mackenzie pós-golpe foi durante as eleições da UEE — União Estadual dos Estudantes, em 1964. A urna foi roubada e destruída. A partir desse período enfrentamos várias dificuldades para reconstruir o processo político dentro da Universidade Mackenzie. Deve-se considerar que lá nosso esforço de recuperação do espaço democrático se confrontava com o que havia de mais reacionário: o CCC — Comando de Caça aos Comunistas, apoiado pela própria instituição. Esse aspecto é fundamental para compreender a política estudantil interna no Mackenzie, que era freqüentado por pessoas apoiadas pelo aparato militar para exercer o controle da universidade — como Raul "Careca" — que contavam com o

* Ex-aluno da Universidade Mackenzie, foi eleito presidente do diretório acadêmico no mandato 1967/68. Foi secretário de Estado dos Negócios Metropolitanos no governo Montoro. É vereador eleito pelo PMDB.

absoluto respaldo da reitoria. Na Filosofia, onde a direita era menos articulada, nós tínhamos um confronto de posições que estavam amadurecendo no meio do movimento universitário. Era, em síntese, uma ruptura da aliança entre a AP — Ação Popular e o PC — Partido Comunista. Em linhas gerais, pode-se dizer que, enquanto na USP o processo político se dava numa diferenciação de posições da esquerda, que iria ter conseqüências agudas na história política do Brasil, na Universidade Mackenzie, pela própria dificuldade do confronto, nós estávamos trabalhando no sentido de unificar as mais diversas correntes. Conseguimos trabalhar de forma unitária com os independentes, com a AP, com o PC e com todos os setores que haviam se afastado do PC e formavam outros tipos de organização, até com a IV Internacional. Tivemos um leque de alianças muito amplo que dava sustentação e fortalecimento ao setor mais avançado no confronto com o movimento reacionário.

Universidade Mackenzie: o espaço tradicional da direita

MC — Por que a Universidade Mackenzie sempre foi um espaço tradicional de articulação da direita?

LF — Historicamente a Universidade Mackenzie acompanha a evolução do Instituto Mackenzie, que se organizou com o apoio de um setor da Igreja Presbiteriana articulado com a direita. No âmbito da direção, o Mackenzie recebeu uma montagem conservadora e contrária aos interesses dos estudantes. Isso estabeleceu um confronto permanente, que foi se diferenciando de acordo com a circunstância histórica. Em momentos agudos, o setor mais reacionário dos alunos sempre recebeu apoio explícito e direto da direção e reitoria para atuar contra os setores mais avançados. Esse apoio se manifestava de todas as formas: desde dar sustentação efetiva às organizações políticas universitárias de direita, até fazer vistas grossas para as ações mais truculentas que nunca geraram ação administrativa para averiguação ou punição. O caso mais típico foi a eleição da UEE, em 1967. Nessa ocasião, elementos do CCC do Mackenzie se uniram aos alunos do CCC da Faculdade de Direito do largo de São Francisco, cercaram os organizadores da eleição e travaram a maior batalha campal dentro da Universidade Mackenzie, em frente ao DCE, no pátio central. Essa briga foi registrada numa foto histórica e premiada, que, de forma incorreta, foi republicada vá-

rias vezes na imprensa como sendo um confronto entre alunos do Mackenzie e da FFCL da USP. Não é verdade. Era mais uma das brigas internas dos alunos do Mackenzie, e nessa ocasião utilizaram-se inclusive armas de fogo contra os estudantes que estavam realizando as eleições. No dia da briga, a polícia foi chamada e quem estava sendo agredido foi preso, por estar organizando uma eleição. O mais grave: a polícia foi chamada pelo próprio diretor da Faculdade de Direito e entrou no campus para nos prender. Não bastasse isso, por deliberação da reitoria e com o apoio do Conselho da Universidade, fechou-se o Diretório Acadêmico João Mendes Júnior, então presidido por mim. A alegação é que nós estávamos realizando um ato ilícito: a eleição para a UEE. Só com mandado de segurança conseguimos reabri-lo. Ainda que ele tivesse atuação política e reconhecimento dos estudantes, a Universidade Mackenzie não o reconhecia e éramos impedidos de participar de todas as representações discentes da universidade.

A luta na Maria Antônia em 68

LF — A luta que se travou na Maria Antônia em 1968 não foi um confronto entre universidades. Foi um confronto de posições políticas. Na USP as posições se expressavam através de um confronto entre a própria esquerda, na sua divisão e fragmentação. No Mackenzie, exatamente pela fragilidade do movimento mais avançado, houve uma experiência muito interessante de aglutinação das forças mais politizadas num único bloco para estabelecer um confronto com a direita. Isto é, o Mackenzie possuía uma história muito particular da formação de consciência da necessidade de somar forças para se opor à direita. O grupo de direita, ligado ao CCC, era relativamente pequeno, bem estruturado, extremamente violento, e pela intimidação impedia que as relações mais naturais da sociedade se expressassem no interior do movimento estudantil. Nós tínhamos confrontos internos quase que diários. Muitas vezes as assembléias terminavam em pancadaria, desencadeada pelo CCC, para impedir que se chegasse ao final com resultados favoráveis aos setores mais avançados. Essa situação foi mudando progressivamente a partir de 65/66. Em 67 fui eleito presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito, travamos aquela grande briga pelas eleições da UEE e conseguimos realizar inúmeras assembléias nos

anos de 1967/1968, todas com início e fim sem tumultos. Na Universidade Mackenzie, os anos de 1967/1968 foram de intensa participação política, sendo que sua atuação influía inclusive na vida da UEE e UNE. A luta universitária se centrava na democratização da sociedade, portanto contra a ditadura militar, e no plano mais específico contra o acordo MEC-USAID, que não correspondia aos interesses nacionais. Essa maior participação dos estudantes do Mackenzie ocorria em compasso com a própria história brasileira. Afinal, nós estávamos vivendo um momento de grande ascensão do movimento de massas, apoiado, fundamentalmente, nas classes médias. Com as forças mais avançadas tomando a liderança da política estudantil na universidade, o Mackenzie experimentou um período de crescimento político e de mobilização, com os setores progressistas ganhando cada vez maior respaldo interno, ainda que do ponto de vista administrativo os órgãos centrais da universidade permanecessem nas mesmas posições de absoluto confronto com as entidades de representação discente. Foi justamente nesse contexto que se deu o confronto com os alunos que estavam na Faculdade de Filosofia da USP. Para exemplificar a intencionalidade da reitoria do Mackenzie em criar dificuldades e problemas, basta citar a conferência do general Mourão Filho, então presidente do Supremo Tribunal Militar, promovida pelo Diretório Acadêmico em 1967. À época ele fazia uma pregação democrática, e a reitora da Universidade Mackenzie — Esther de Figueiredo Ferraz — criou vários empecilhos para a realização da conferência: horas antes a reitoria expediu um ofício informando que não se responsabilizaria pela segurança do general e que eu, então presidente do Diretório Acadêmico, seria o único responsável. O ofício foi devidamente respondido. Deixei claro que a segurança pessoal do general era da competência da Secretaria de Segurança Pública e que a responsabilidade administrativa era da Universidade Mackenzie, isto é, da reitoria. Portanto, caso ocorresse qualquer ação violenta dentro do campus durante a conferência seria de responsabilidade da reitoria. Esses ofícios foram lidos no início da sessão, que transcorreu com tranqüilidade. Esse fato mostra com clareza como se efetuavam as tentativas de intimidação, provocando posições de confronto e dando margem e sustentação às violências do CCC. Com relação ao CCC e ao sistema repressivo, pode-se dizer que a universidade propiciava ao setor policial a cooptação de alunos e sua instrumentalização contra

o movimento universitário. Vem daí uma certa imagem que o Mackenzie ganhou extramuros acadêmicos, que não leva em consideração a própria riqueza do processo político interno que se estabelecia nesse período.

MC — Você estava dizendo que no auge do fortalecimento do processo político interno do Mackenzie se deu o confronto com a Faculdade de Filosofia. Mas há uma série de aspectos que precisam ser considerados. O Mackenzie estava situado tradicionalmente na Vila Buarque, enquanto que a Faculdade de Filosofia só se estabeleceu na rua Maria Antônia em fins dos anos 40. Além disso, o Mackenzie levava vantagens porque topograficamente estava mais bem situado, o que possibilitava maior visibilidade em termos de confronto.

LF — A Faculdade de Filosofia já tinha uma existência com muito peso e ela passou a ser um dos pólos da articulação universitária do setor mais avançado, até pela forma como ela começava a discutir o problema nacional. Apesar de sua instalação mais recente na Maria Antônia, ela era um ponto essencial de referência. Não há dúvida de que o Mackenzie tinha maior número de alunos e estava melhor posicionado para a batalha campal, mas não foi isso que ocorreu. Quem entender assim tem uma visão distorcida. Não era um confronto entre Universidade Mackenzie e Faculdade de Filosofia. Era um confronto entre setores reacionários, que tradicionalmente lutavam dentro do Mackenzie com o movimento universitário, e que naquele momento específico entraram em conflito com os alunos que estavam na Faculdade de Filosofia. Basta vermos as fotos para comprovar que os alunos do Mackenzie armados com revólveres, fuzis etc., que atacaram a Filosofia, eram os mesmos que promoviam as agitações internas no Mackenzie. Outro fato que deve ser considerado é que na noite anterior ao 3 de outubro, a Universidade Mackenzie abriu sua Faculdade de Química para que os alunos — utilizando todo o material do laboratório — fabricassem bombas químicas e coquetéis molotov que foram usados contra a Filosofia. A pedido da Universidade Mackenzie houve ocupação do campus pelas forças policiais, ou seja, a mobilização de uma força pública na defesa de uma universidade particular, deixando o patrimônio público da Filosofia totalmente desguarnecido. O fundamental é que pudemos assistir a toda a polícia postada no Mackenzie observando com absoluta complacência os alunos utilizarem armas de fogo, bombas químicas etc.,

contra os que se encontravam na Filosofia. Nessas condições ocorreu um verdadeiro massacre, com muita violência contra os que se encontravam na Filosofia — entre eles secundaristas e até mesmo muitos mackenzistas — e contra o patrimônio público, com absoluta conivência policial. Esse desfecho final não pode ser considerado uma vitória de alunos do Mackenzie sobre os alunos da Filosofia. Imaginar que nós vivemos ali um confronto entre universidades é não perceber o que efetivamente ocorreu naquele episódio. É muita simplificação reduzir o acontecimento a uma briga entre estudantes de escolas rivais. Foi um confronto político como tantos outros que tivemos internamente no Mackenzie. No caso da Filosofia, o confronto estendeu-se para além do Mackenzie e teve como especificidade o grau de violência qualitativamente superior aos embates anteriores. Não foi um confronto de todos os estudantes do Mackenzie contra a Filosofia. Pelo contrário, foi um grupo relativamente pequeno, muito bem municiado, com apoio ostensivo da polícia e da direção da universidade. Esse fato foi o anúncio histórico de que as forças paramilitares estavam se organizando para a repressão que viria a seguir. Enquanto não esteve legalizada, a repressão foi paramilitar; posteriormente, com o AI-5, muitos elementos passaram a ser funcionários de carteirinha da polícia. Finalmente, é preciso considerar que essa não foi a primeira vez que o CCC invadiu a Faculdade de Filosofia; houve outros ataques anteriores. Além disso, o CCC não era um privilégio da Universidade Mackenzie. Também na Faculdade de Direito do largo de São Francisco havia muitos elementos do CCC, que costumavam dar e receber apoio dos seus colegas do Mackenzie nos respectivos confrontos internos. O que diferenciava o grupo Mackenzie era o tamanho do campus, que possibilitava articulações com todas as unidades da universidade e o fato de ele contar com o apoio irrestrito dos órgãos centrais e da reitoria. Nós, alunos, nunca dispusemos de instrumentos capazes de mudar o curso da direção da universidade: ela se auto-reproduziu com a característica de sempre estar ao lado da extrema direta, em todos os momentos da história de São Paulo e do Brasil. Essa não é uma peculiaridade dos alunos, mas da instituição.

Maria Antônia anos 60: a ansiedade de transformações

MC — Gostaria que você falasse sobre a vivência do espaço da Maria Antônia nos anos 60.

LF — Nesse período estavam explodindo muitas coisas no Brasil... Ali na Maria Antônia estávamos assistindo ao nascimento de uma nova forma de relação humana. Começamos a assistir grandes mudanças nos costumes, no pensamento e nos hábitos e uma grande ansiedade de transformações, quase que num eco dos movimentos juvenis internacionais. Havia uma efervescência no movimento cultural, que era acompanhado com grande interesse pelos jovens: o cinema-novo, os grupos de teatro Arena e Oficina, as publicações da Civilização, da Brasiliense, as revistas especializadas, tudo com propostas expressas ou implícitas de renovação, de modernidade. Também se discutia acaloradamente a realidade nacional, seus problemas e soluções. Entretanto, apesar do interesse e das discussões, não se enxergava com clareza muitas das questões vividas naquela época. Não havia nitidez, por exemplo, sobre o peso real dos sindicatos, enquanto organizações de classe representativas de um tipo de interesse na sociedade; ou sobre a extensão e o enraizamento do capitalismo como agente econômico e político na sociedade brasileira. Essa falta de compreensão permitia que houvesse uma esperança de transformação mágica, uma transformação ao estalar dos dedos, imediata. Obviamente, nós não tínhamos uma estrutura e sequer articulação política efetiva, real e madura que trouxesse a possibilidade de transformação desejada. Quem viveu esse momento sabe quanto foi dramático ficar com o salto interrompido no ar. Foi uma fase de grande aprendizado, principalmente após o AI-5, quando vivemos um confronto absolutamente desigual entre os setores que procuravam articular saídas políticas para o Brasil e a ditadura militar. Muitas das dificuldades de articulação do movimento político naquele período originaram-se do próprio movimento universitário, de seus desvios e equívocos e da vivência ensimesmada na rua Maria Antônia. Nesse sentido, o confronto entre Mackenzie e Filosofia foi um dos primeiros enfrentamentos efetivos entre um grupo paramilitar, apoiado pela polícia, com a esquerda que discutia dentro de seus muros suas dificuldades, semelhanças e diferenças. As discussões e rupturas da esquerda vividas nesses anos na rua Maria Antônia expressavam e de certa forma antecipavam o surgimento de muitos equívocos que irromperam em seguida na luta travada contra a ditadura militar. Por tudo isso é importante rever o episódio da Maria Antônia nos anos 60 em seus múltiplos significados. E dos dois lados da rua.

OS ACONTECIMENTOS DE 1968. NOTAS PARA UMA INTERPRETAÇÃO

Irene de Arruda Ribeiro Cardoso *

"Nós já fomos quase tudo na vida: um outro sem eu; um eu perseguido pelos (seus) outros; um eu que na verdade era outro, ou um outro que na verdade era eu, filhos de um espaço controverso e convulso onde de repente todo mundo era do mundo todo; nós já fomos um nós em busca deles que deviam ser nós, ou que nós devíamos ser; agora, penso (logo hesito) somos um nós, paciente da anomia redentora dos últimos vinte anos, em busca de um eu que passou e nos espera, de uma outra margem, de uma ilha afortunada que não sabemos qual seja, e cujo olhar já cego para as coisas deste mundo nos encara com sua ironia civilizadora" [1].

FLÁVIO AGUIAR

Esquecimento e memória

Impossível falar de 68, em que fomos de algum modo protagonistas, sem antes tentar elaborar os modos de aproximação com aqueles acontecimentos. Essa questão torna-se absolutamente central à medida que o silêncio e o esquecimento foram as constantes da "anomia redentora" (e da repressão) dos últimos anos. Trata-se, como nos diz Davi Arrigucci, de "recompor um rosto contra o horror à memória e assim penetrar no sentido (ou nos sentidos, I.C.) do que se escoou", através de recordações dispersas e fragmentárias [2]. Mas trata-se também de um acesso bastante peculiar a uma documentação que ficou clandestina.

* Professora de Sociologia da FFLCH/USP. Entre outros, escreveu: *A Universidade da Comunhão Paulista, projeto de criação da Universidade de São Paulo.*

(1) Flávio Aguiar, "Visões do Inferno", apresentado na 36.ª reunião da SBPC, em São Paulo, e publicado com o título de "Os Enredos da Cultura Brasileira", *Revista do Brasil*, Edição da Secretaria de Ciência e Cultura do Governo do Estado do Rio de Janeiro e da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, ano 2, n.º 4, 1985.

(2) Davi Arrigucci Jr., "Recompor um Rosto", *Discurso 12*, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1981, p. 69.

Essa preservação, às ocultas, da documentação (ao lado das inúmeras destruições provocadas pelo terror da repressão) torna o trabalho de recuperação de documentos também fragmentário [3].

As temáticas do esquecimento e da memória são de fato o núcleo das reconstruções da experiência brasileira do final dos anos 60, início dos anos 70, tendo tomado forma na Campanha da Anistia, na imprensa alternativa, na ficção, nos livros-depoimento, em memórias, em relatórios, e mais recentemente na grande imprensa e revistas. Essas temáticas não se restringem à experiência brasileira, mas são comuns, às também comuns experiências traumáticas repressivas sofridas pelos países latino-americanos do chamado Cone Sul. Assim é que Beatriz Sarlo, refletindo hoje, num instigante texto, "Uma alucinação dispersa em agonia", sobre a situação da Argentina nos últimos dez anos, referindo-se à necessidade de restauração de uma "subjetividade destroçada", nos fala sobre os obstáculos para a memória — "obstáculos duplos e triplos (...): morte, cárcere, fragmentação dos indivíduos, barreiras intersubjetivas". Se se vive hoje a hora da recordação, esta é marcada por um sentimento: "devemos recompor os pedaços dispersos de uma subjetividade que não sabe como avaliar seu passado, nem conseqüentemente como reatá-lo. O passado, claro está, não pode ser a pura negação do acontecido, porque a pura negação é simplesmente a outra face do esquecimento e não da memória. Recompor os fragmentos não significa tampouco inventar uma nova unidade imaginária, que nos restitua as convicções da década anterior ou as substitua por um outro sistema de certezas inamovíveis" [4].

Nos modos de aproximação com os acontecimentos ocorridos em 68 e seus desdobramentos são absolutamente recorren-

(3) A minha experiência de acesso à documentação tem sido a de encontrar pacotes de recortes de jornal e documentos selecionados a partir de óticas diversas e sujeitos a trajetórias de preservação que passaram pela clandestinidade. Em alguns casos, como, por exemplo, o de uma mala, a que tive acesso, ficava difícil não se levar em conta o fato de que trajetórias pessoais estavam inscritas no conjunto da documentação. Encontrei bilhetes e desenhos de crianças misturados a recortes e documentos. Em outros casos, ainda, cópias de documentação, ainda que incompletas, foram preservados do mesmo modo: as relativas aos acontecimentos dos dias 2 e 3 de outubro de 68 na Maria Antônia, à "guerra da Maria Antônia". Em relação a esses documentos até o momento não foi possível localizar os originais.

(4) Beatriz Sarlo, "Uma Alucinação Dispersa em Agonia", *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.º 11, janeiro de 1985, pp. 34-35.

tes imagens como esquecimento, silêncio, memória, recomposição, fragmentos, perda, vestígios, cacos. Algumas passagens nos permitem um contato, ainda aproximativo, com essas imagens.

> "Se há razão para lembrar é que o silêncio e o esquecimento são as constantes da repressão dos últimos anos. É preciso furar o segredo e o pavor, fazer de recordações dispersas a reflexão comum na consciência coletiva." (5)

> "Vencer o esquecimento e a morte onde se perderam os traços de Ana, e grande parte de sua vida e da vida de todos nós. Arrancar do fundo, 'onde as idéias dançam mais livremente'. 'Recompor o tempo que nos escorreu pelos dedos, como fumaça que vai deixando seu perfume no ar'. Recompor um rosto." (6)

> "Nossa geração teve pouco tempo
> começou pelo fim
> mas foi bela a nossa procura
> ah! moça, como foi bela a nossa procura
> mesmo com tanta ilusão perdida
> quebrada
> mesmo com tanto caco de sonho
> onde até hoje
> a gente se corta." (7)

> "Até hoje, o estigma do ano maldito exige, em vez de ódio ou esquecimento, uma recuperação de seus vestígios, a redação de suas memórias, a decodificação de seus símbolos que ainda assombram o imaginário político do país; (...) o estigma de 1968 continua intacto, escuro, fechado, como o quarto de um falecido ilustre, onde ninguém ousa entrar para não incomodar os fantasmas." (8)

A dificuldade maior ao tratar de 68, desafio para a interpretação, é a de encontrar o sentimento generalizado de se ter

(5) Herbert Daniel, *Passagem para o Próximo Sonho*, Rio de Janeiro, CODECRI, 1982, p. 32.

(6) Davi Arrigucci Jr., *op. cit.*, p. 82.

(7) Alex Polari, citado por Alfredo Sirkis, *Os Carbonários — Memórias da Guerrilha Perdida*, São Paulo, Global Editora, 1984.

(8) Nei Duclós, "1968 — O Estigma do Ano Maldito", resenha crítica sobre o livro de Josué Alves Diniz, "Calabouço 1968 — O Cerco das Trevas", *in Senhor*, São Paulo, n.º 278, 15-7-86.

sido protagonista daquela história. E esse sentimento é, por um lado, o de realização de idéias e desejos, e por outro, de perda — separação e morte. Novamente os sentimentos são comuns à experiência argentina e brasileira: "O exílio mutilava os argentinos que ficavam e mutilava os que partiam. Se a trama da sociedade argentina precisa ser novamente tecida, a causa não está apenas nos vazios deixados pela morte, mas também na fragmentação produzida pelas separações" (9). Na experiência brasileira: "Uma vasta matéria que se estende do golpe de 64 aos dias cruéis do final da década de 60 e começo de 70, vivida e narrada por alguém que traz no corpo e no espírito o corte doloroso desse tempo que nos queimou e marcou. Um tempo que tentaram deter a todo o preço e em que perdemos, entre tantas pessoas e coisas, a pouca liberdade que tínhamos e o que só nela floresce — o prazer e a alegria de viver e conviver" (10).

"1968 — a alegria de viver" e "1968 — a sorte de viver", imagens de vida e de morte, tão radicalmente contrárias, marcam aquele ano.

1968 — a alegria de viver: "Em maio, junho e julho o cenário é idêntico. Assembléia da UEE no conjunto residencial da Cidade Universitária presidida por José Dirceu. Assembléias nas faculdades. Passeata no centro da cidade. Os estudantes fazem as manchetes dos jornais. Para quem participa e organiza, o clima é embriagante. O que você decide estará na primeira página dos jornais, falado no rádio, comentado na televisão. Você mal pode imaginar a felicidade nesta vida movimentada. De noite a Quitanda e outros bares lotavam. Alguém puxava o violão e a batucada começava. Cantávamos Noel Rosa, Chico Buarque, Edu Lobo, velhos sambões. Sessenta e oito também foi o ano dos festivais da música popular, da explosão da Tropicália, do surgimento de Caetano e Gil. Foi o ano dos teatros Oficina e Arena que levavam as suas peças musicais de esquerda. Foi um ano de poesia e revolução cultural. Os teatros haviam sofrido ataques de grupos da direita e pediram a nossa colaboração. Íamos 'ser segurança' no Arena, ou seja, assistir à peça de graça e estar prontos para reagir em caso de provocação. 'É preciso estar atento e forte... Tudo é perigo', cantava Caetano" (11).

(9) Beatriz Sarlo, *op. cit.*, p. 38.
(10) Davi Arrigucci Jr., *op. cit.*, p. 69.
(11) Daniel Fresnot, "1968 — A Alegria de Viver", *O Cerco de Nova York e Outras Histórias*, São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1984, pp. 57-58.

1968 — a sorte de viver: "O Ato Institucional fechou o Congresso, acabou com o *habeas-corpus* e todas as garantias individuais. A repressão já não tinha mais limites legais. As diversas polícias assim o entenderam e teve início para o país um período de terror e arbitrariedades que só vai terminar muitos anos depois. Dia 13 de dezembro começou para nós o pesadelo". (...) "Um amigo de infância me procurou para entrar na organização. Não o encaminhei. Isto talvez lhe tenha salvado a vida". (...) "Os amigos sumiam e sumíamos para os amigos. Foi então que passei mal pela primeira vez. A angústia, o medo sempre recalcados vieram à tona à minha revelia. (...) Não sabia que ficaria um ano e meio num hospital psiquiátrico e dez no exterior" (12).

A presença de imagens de vida e morte faz de 68 uma situação limite, política e existencial e traz para a interpretação questões que só poderão ser elaboradas de um modo que ultrapasse o enfoque estritamente disciplinar. Citando ainda Beatriz Sarlo: "Estamos justamente no limite onde uma reflexão sobre a sociedade e a política se converte em reflexão filosófica, e toca aqueles pontos obscuros e ocultos que deram origem às religiões, ao mito, à literatura, e aos projetos da Razão e seus Sonhos" (13).

Perda e melancolia

As imagens de perda e melancolia definem modos de aproximação com os acontecimentos de 68 (ou modos de reconhecimento de 68). Na aproximação melancólica a perda é desconhecida, ou não se pode ver claramente o que foi perdido: "Um nós (...) em busca de um eu que passou e nos espera, de uma outra margem, de uma ilha afortunada que não sabemos qual seja". Algumas vezes até, existe a consciência que sabe *quem* perdeu, mas não *o que* perdeu nesse alguém (14).

A imagem melancólica da perda é decorrente, talvez, da imposição do esquecimento — como imposição externa ou como

(12) Daniel Fresnot, "1968 — A Sorte de Viver", *op. cit.*, pp. 66-68-69.

(13) Beatriz Sarlo, *op. cit.*, p. 35.

(14) Para pensar a questão da melancolia uma das obras centrais é o texto de Freud, "Luto e Melancolia", edição Standard Brasileira das *Obras Psicológicas Completas*, de Sigmund Freud, vol. XIV, Rio de Janeiro, Imago Editora Ltda., 1974, p. 275 e seguintes.

postura interna de sobrevivência [15]. Mas a imagem melancólica da perda é também a inquietude da nostalgia. E nesse sentido, "a nostalgia não é uma 'algia' inteiramente imotivada nem inteiramente indeterminada". É uma melancolia que expressa a "consciência de um contraste entre passado e presente, entre presente e futuro". Nostalgia — *nóstos*, regresso; *álgos*, dor — expressa também a consciência da irreversibilidade do tempo, daí a inquietação do nostálgico. Ele está, "ao mesmo tempo aqui e lá, nem aqui nem lá, presente e ausente (. . .)" [16].

Há uma passagem de Herbert Daniel que expressa bem esta inquietude da melancolia-nostalgia:

> "1968 — As lembranças seriam demais para uma crononogia. Que isso são lembranças, não memórias. Não se guarda o tempo que rolou na água e na sede de antigamente. O tempo, por seu modo e modelado, acontece para ser perdido. Elementar perdição, a perda está nele mesmo. As coisas se perdem na perda, mesmo as coisas de gente. Mas gente já é outra coisa, que ao perder ganha a perda como herança. Não só lembrança, memória: não apenas água velha de sede antiga, mas nova sede sem nome de uma água sem idade, que se procura e não se encontra. Não que a procura por isso venha a ser inconseqüente. Se a busca nunca encontrará uma água que já se perde no encontro, origina a invenção duma água imaginária que só será, nunca é, pra atender uma sede que sempre é, nunca foi" [17].

Há ainda uma outra imagem, presente na construção da idéia moderna de melancolia, a *acedia*, que define um modo de aproximação que merece ser trabalhado. Um dos sentidos de *a-kédia*, em Homero, que conflui para o sentido moderno, é o do "abandono de um cadáver sem sepultura" [18]. Essa imagem permite, talvez, a aproximação com uma das questões mais difíceis de ser elaborada, a questão dos desaparecidos. O desapare-

(15) Para pensar a questão da sobrevivência, como postura interna, consultar, Christopher Lasch, *O Mínimo Eu*, São Paulo, Brasiliense, 1986.

(16) Vladimir Jankélévitch, *L'Irréversible et la Nostalgie*, Paris, Flammarion, 1974, pp. 340-346.

(17) Herbert Daniel, *op. cit.*, p. 26.

(18) Yves Hersant, "Acedia", *in* "Tradition de la Mélancolie", *Le Débat — Histoire-Politique-Société, Paris,* Gallimard, n.º 29, março, 1984.

cimento configura uma experiência de morte sem sepultura, ou seja, uma experiência de morte que se carrega em vida. A impossibilidade da realização do ritual do luto — a sepultura — configura uma situação de perda em que não se consegue renunciar ao objeto perdido, o que produz a melancolia [19]. As mães da Praça de Maio na experiência argentina e o caso Rubens Paiva, que simboliza na experiência brasileira a questão dos desaparecidos, são evidências daquela dificuldade de elaboração.

Os acontecimentos de 68

1968 é o ano em que culmina e, ao mesmo tempo, é brutalmente silenciado o movimento pela reforma universitária, que teve início nos primeiros anos da década de 60. Mas 68 é também marcado por acontecimentos que extravasam a universidade, e ganham as ruas, como uma das únicas vozes de protesto contra a ditadura. Foi o ano dos festivais de música popular, do surgimento da Tropicália, das produções dos teatros Oficina e Arena, mas foi também marcado pelo início das ações armadas. A repressão ao movimento estudantil passa a tomar nova dimensão com uma morte de estudante, em março, no Rio, e outra, em outubro, em São Paulo. Ainda em fins de 68 têm início as articulações para a montagem de um organismo de combate à subversão, aquele que viria a ser conhecido, depois, como a "Operação Bandeirantes", a OBAN [20].

Embora 68 tivesse a sua especificidade no Brasil, ecoavam aqui, de algum modo, os acontecimentos que marcaram aquele

(19) Para trabalhar a questão do ritual do luto consultar Freud, *op. cit.*, e Phillippe Ariès, *História da Morte no Ocidente*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977. Para trabalhar a questão das separações como experiência de morte, Igor Caruso, *A Separação dos Amantes*, São Paulo, Cortez Editora, 1981.

(20) Como diz Gabeira: "O ano de 68 foi um ano em que aconteceram tantas coisas e num ritmo tão vertiginoso que não é fácil reproduzi-lo satisfatoriamente sobretudo para quem se lançou na tempestade, deixando para trás lápis e caderno de anotações. Foi um ano em que a própria noção de tempo se ampliou. O tempo passa, todos nós sabemos. Mas de um modo geral o sabemos diante da ruga no espelho, da morte de um avô remoto, das obras municipais. Mas naquele ano o tempo não se deixava tanto ler no corpo, na família ou no município. O tempo deu um salto como se um relógio disparasse atualizando os sonhos de muitos anos depois". "Conversação sobre 1968", originalmente publicado no *Pasquim* n.º 493, de 8-12-78 e publicado em *Carta sobre a Anistia — A Entrevista do Pasquim — Conversação sobre 1968*, Rio de Janeiro, CODECRI, 1980.

ano no mundo inteiro: a revolta dos estudantes europeus, em especial o "maio de 68" francês; as revoltas estudantis e a revolta dos negros nos Estados Unidos; os guardas vermelhos na China; a luta dos vietnamitas (na ofensiva do Tet, o Vietcong toma a embaixada norte-americana, em Saigon); a primavera de Praga. Ecoava aqui, ainda, em 68, de modo forte, a imagem de Che Guevara, morto na Bolívia, em 1967.

Ao retomar os acontecimentos de 68, na experiência brasileira, é impossível não estabelecer as conexões com os acontecimentos que se sucederam a partir do início dos anos 60. A grande greve do terço, no movimento estudantil, em 1962 (em que se exigia a participação dos estudantes nos órgãos colegiados na proporção de 1/3); a intervenção na Universidade de Brasília, que se inicia logo após a queda de Goulart; o incêndio do prédio da UNE, na praia do Flamengo; a lei Suplicy, que incide sobre o movimento estudantil, em fins de 64, que transforma as entidades estudantis em apêndices do Ministério da Educação; o boicote estudantil à lei Suplicy; o acordo MEC-USAID; as passeatas do ano de 1966 contra a ditadura, contra o imperialismo, contra a infiltração estrangeira no ensino superior, pela soberania nacional; o movimento pelos excedentes em 1967.

Se em 62 a grande bandeira do movimento estudantil era o "terço", em 68 era a paridade. No intenso debate que se travou sobre a universidade brasileira, várias experiências surgiram ao longo daquele ano, em São Paulo. Experiências de natureza diferente: de gestão paritária de departamentos e, o que era diferente, comissões paritárias de estudo que apresentaram propostas alternativas de organização da universidade [21].

O que é importante verificar, no entanto, é que essas discussões e propostas realizaram-se no clima convulso e controverso daquele ano: o de faculdades ocupadas pelo movimento estudantil, que tentava realizar, ainda, a experiência nova dos cursos livres. Mais, ainda, num clima de grande ascenso do movimento estudantil, a partir da morte de Edson Luís, no Cala-

(21) Várias faculdades da USP apresentaram propostas estruturadas: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (que naquela época tinha na sua estrutura a maior parte dos atuais institutos e faculdades da USP, hoje); a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (que teve a participação na sua comissão paritária, de Hélio Lourenço, aposentado depois pelo AI-5 como reitor da USP, em abril de 69); Faculdade de Agronomia de Piracicaba; Faculdade de Higiene; Faculdade de Engenharia de São Carlos; Faculdade de Ciências Econômicas.

bouço, no Rio, em março, seguida de grandes manifestações de rua: o enterro do estudante, acompanhado por perto de 50 mil pessoas, seguido de outras manifestações em outros Estados; o grande movimento de protesto de 1.º de abril no Rio (4.º aniversário do golpe), que pôs na rua 5 mil elementos da Polícia Militar e DOPS, que teve o saldo de duas mortes e provocou a ocupação da cidade por tropas federais; a passeata dos cem mil no Rio, simultaneamente realizada em São Paulo e outros Estados (22).

No clima vertiginoso de 68, se, em setembro fica pronto e é publicado na imprensa, a 22 de setembro, o projeto de universidade da comissão paritária da Faculdade de Filosofia, em São Paulo, apenas onze dias depois eclode a "Guerra da Maria Antônia" (nos dias 2 e 3 de outubro), que culmina com o incêndio e destruição seguidos de desocupação e definitivo abandono do prédio. Num certo sentido, naquela "guerra", estão presentes elementos que passarão a definir a luta política no pós-AI-5: foi uma luta "armada", que embora tivesse de um lado rojões, paus e pedras, tinha, de outro, revólveres, rifles, metralhadoras e bombas molotov. Em cima dos telhados do Mackenzie estava o grupo paramilitar CCC (Comando de Caça aos Comunistas) protegidos pela polícia civil que dava segurança ao patrimônio daquela escola (23). Novamente uma morte, a do estudante secundarista José Guimarães, cuja camisa ensangüentada foi levada em "passeata trágica" (24) pela rua da Consolação, rumo ao centro da cidade. Nesse percurso, carros da polícia foram incendiados pelos estudantes.

"Nós também vamos ter armas. Eles vão saber quem é mais forte." Assim diz a personagem de Renato Tapajós, em seu ro-

(22) Artur José Poerner, *O Poder Jovem*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979). É importante inserir, ainda, nesse conjunto, as greves operárias de Contagem e Osasco e a profunda alteração no perfil das esquerdas produzido a partir do início dos anos 60. Cf. também: Fernando Gabeira, "Conversação sobre 1968", *op cit*; João Roberto Martins Filho, "Movimento e Militarização do Estado no Brasil — (1964-1968)", tese de mestrado, Unicamp, mimeografado, 1986; Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá, *Imagens da Revolução*, Rio de Janeiro, Marco Zero, 1985.

(23) *Livro Branco sobre Os Acontecimentos da Rua Maria Antônia (2 e 3 de outubro de 1968)*, documento oficial da Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, elaborado por uma comissão especialmente designada.

(24) Daniel Fresnot, *op. cit.*, p. 63.

mance, *Em Câmara Lenta*, que descreve aqueles acontecimentos [25]. Por outro lado, conforme relata Antônio Carlos Fon, na sua análise sobre os preâmbulos da OBAN, elementos do CCC tinham presença direta na assessoria do ministro Gama e Silva e pressionavam o quartel-general do 2.º Exército, especialmente depois da "guerra da Maria Antônia", no sentido de uma "intervenção do Exército para desarmar e desbaratar os grupos de extrema esquerda" [26].

Os últimos acontecimentos de 68, antes do AI-5 (logo depois do AI-5 ainda houve a invasão do CRUSP, em São Paulo), foram as prisões dos estudantes e das lideranças estudantis, na tentativa de realizar o XXX Congresso da UNE, em Ibiúna. Da liderança, presos: Vladimir Palmeira, José Dirceu, Luís Travassos e Jean-Marc van der Weid. "Os três primeiros só foram liberados em setembro de 1969, sendo enviados ao México, juntamente com 12 outros presos políticos, como resgate exigido para a libertação do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, seqüestrado, dias antes, pela Ação de Libertação Nacional (ALN) e pelo Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Quanto a Jean-Marc, somente saiu da prisão em janeiro de 1971, quando foi enviado ao Chile, com 69 companheiros, em troca do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, seqüestrado em 7 de dezembro pela VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) do capitão Lamarca [27].

Nos últimos meses, ainda, tinha surgido a "guerrilha urbana". Assaltos a bancos em São Paulo, Rio e Minas; captura de armas de guerra e explosivos. Em meados de outubro, a morte do capitão Chandler, através de uma ação armada (teria sido morto por pertencer à CIA e organizar grupos do CCC na Universidade Mackenzie, onde era bolsista, além de ter tido envolvimento na morte de Che Guevara, em missão anterior na Bolívia). A bomba do QG do 2.º Exército, e a explosão da perua com dinamite contra o quartel-general, em São Paulo [28]. Em outubro ainda explode, na imprensa, o caso PARA-SAR (denúncia da con-

(25) Renato Tapajós, *Em Câmara Lenta*, São Paulo, 1979, p. 37.

(26) Antônio Carlos Fon, *Tortura — A História da Repressão Política no Brasil*, Comitê Brasileiro pela Anistia, São Paulo, Global Editora, 1979.

(27) Artur José Poerner, *op. cit.*, p. 303.

(28) Alfredo Sirkis, *op. cit.*, p. 107

vocação, em abril, do PARA-SAR para participar de missão permanente política — à paisana, armado e sem identidade — a fim de dar cobertura à tropa que reprimia agitações de rua; denúncia ainda de missões incomuns que deveriam ser realizadas — o de eliminação física ou desaparecimento de elementos considerados inconvenientes nas órbitas política ou militar) [29].

(29) "Documento Sigiloso Reabre PARA-SAR". *Folha de S. Paulo*, outubro de 68, s.d.

UM LUGAR CHAMADO MARIA ANTÔNIA (1)

Marilena Chauí *

Na pequena sala 7, no primeiro andar, a aula é pontuada pelo tilintar do marcador quando, lá fora, o cobrador registra as passagens pagas ou avisa o motorneiro para prosseguir caminho. Ligando a Consolação e a Angélica, o bonde atravessa a Maria Antônia. Quem subiu lá pelos lados da Biblioteca Municipal, desce em frente à faculdade.

Colunas greco-romanas sustentam a fachada avarandada. No hall de entrada, painéis com as fotografias dos primeiros professores e formandos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Um pequeno lance de escada. O saguão: um balcão, o livro e o relógio de ponto, um telefone e uma instituição: Dona Floripes, desde sempre e para sempre na recepção. Cadeiras circundam o saguão, encostadas às paredes, sob os amplos vitrôs. Professores, estudantes e funcionários transitam, conversam, esperam pelo momento de entrar em classe, quando soar a campainha, acionada pelo "seo" Zé Miguel. Comentam-se notícias de jornal, o último filme, um comício, as disputas estudantis no Grêmio. Ensaia-se perante os colegas o seminário, trocam-se livros, bibliografias, notas de aula, enquanto professores passam pela saleta da correspondência, entregando e recebendo cartas, livros, revistas. À direita e à esquerda, salas de aula: sobre um pequeno tablado, a cátedra (modesta mesa, cadeira de espaldar alto), mesas onde se instalam os alunos, dois a dois. O tratamento de professores e estudantes é cerimonioso — senhor, senhora (nunca, porém, o "Vossa Excelência" do largo de São Francisco).

(1) Este texto foi originalmente publicado no *Folhetim* de 22 de janeiro de 1984.
* Professora de Filosofia na FFLCH/USP. Entre outros, escreveu: *Da Realidade sem Mistérios ao Mistério do Mundo* e *O que é Ideologia*.

À esquerda de quem entra, a escada branca, corrimão de ferro. Subindo, no primeiro andar, à direita, a secretaria, onde reina o "seo" Miranda. Corredores para onde se abrem as salas de aula. Na maior delas, conferencistas estrangeiros ou outros convidados são ouvidos. Nela é ministrado o curso de Didática Geral para todos os licenciados da faculdade. O velho professor de Pedagogia explica o princípio do terceiro excluído: "Ou é cadeira ou é banco, não há terceiro termo". Lá do fundo, o gaiato, aluno de Filosofia, replica: "E o banquinho?" No segundo andar, salas de professores, bibliotecas dos departamentos, a sala dos fundos onde, quando for chegado o tempo, serão ministrados cursos de pós-graduação de Filosofia e Ciências Sociais. No terceiro andar, diretoria, reitoria, secretaria geral, salão nobre onde se reúne a Congregação, defendem-se teses, ministram-se aulas inaugurais. No último andar, sala de estar, cafezinho dos professores e funcionários, jardim.

De volta ao saguão, descendo a escada, almoxarifado, centros estudantis. Um pátio. À direita, biblioteca central. Em frente, Grêmio e restaurante. Pelo interior do Grêmio, um lance de escada conduz ao prédio vizinho, instalação das Exatas e das Letras. Prosseguindo pelo pátio, mais à esquerda, Economia e Administração, instalação moderna, porta da frente abrindo para a Dr. Vila Nova.

Em torno, livrarias, repúblicas de estudantes, o Bar do Zé, o Querência (depois, Científico), o Bar Sem Nome, a imponência protestante do Mackenzie nos seus tijolinhos "... e o vento levou". A guerra ainda estava circunscrita aos torneios esportivos, o Mackenzie cedendo o auditório para ciclos de conferências da Filosofia, um deles aberto por Caio Prado Jr. ...

Numa ponta, a Vila Buarque com seus palacetes, na outra, a Consolação: cursinho do Grêmio (na Martinico Prado), Redondo, Arena, Estadão. Que acontecimento, o primeiro número do *Jornal da Tarde*, lido ainda quente das prensas, tão intelectual... . Avenida São Luís, Barba-Azul, Pari Bar, ponto de encontro das celebridades, dos professores estrangeiros. Cinemas. Praça da República. Ipiranga-esquina-da-avenida-São-João. Salada Paulista, Bar do Jeca. Lá longe, o filé do Moraes, depois da sessão da meia-noite, dedicada aos filmes "de arte".

— Mas, afinal, quem é essa tal de Maria Antônia de quem vocês não param de falar?

— Não é *quem*, é *quê*.

— Não é uma pessoa?

— Era uma rua, lá em São Paulo. Foi um tempo, sabe? Já faz tempo.

(Diálogo do exílio, inverno dum ano dos anos 70.)

Começavam os anos 60. Na Biblioteca Municipal, o grupo dos *Desajustados da Vida*, beatniks existencialistas, sentenciava: "Deus está morto. Vimos seu enterro. Oficiado por Sartre que O lançou ao Sena". No final da década, numa exposição do Exército, no saguão dos Diários Associados, um cartaz: *Sartre e Marcuse conduzem ao vício.*

Sartre veio. Simone também. Cuba. Polêmicas inflamadas sobre a pretensão de conciliar marxismo e existencialismo, oficialmente definido pela esquerda como ideologia pequeno-burguesa decadente. Todo mundo lá, ouvindo e discutindo: o pessoal das Exatas, das Ciências Sociais, da Filosofia, médicos, advogados, jornalistas, direita, esquerda, franco-atiradores. Como lá estiveram todos quando, durante um mês, Foucault apresentou *Les Mots et les Choses*, ainda inédito. Chegara a hora e a vez do estruturalismo, das descontinuidades e das rupturas epistemológicas, do "discurso" e das "leituras", das cesuras. "Não tem história no que esse cidadão faz Já nem parece o autor da *História da Loucura*. Foram-se Braudel e Soboul?" Escândalo epistêmico que prosseguiria para tormento de muitos quando os livros de Althusser despejaram a maquinaria do althusserismo, ousando ser estruturalista e marxista. Querelas de antanho, quando os debates giravam em torno da cientificidade, finalmente indubitável, do materialismo histórico e dialético, pondo cobro aos humanismos vários, separando de vez ideologia e ciência. Seminários para ler rigorosamente *O Capital* — historiadores, sociólogos, filósofos, literatos, economistas, físicos, matemáticos. Gente da faculdade, que não iria sucumbir à "moda Althusser". Hegel os protegia. Ou, no comentário galhofeiro de alguém: "Setz, Gesetz e Re-Gesetz".

De tocaia, no saguão, os rapazes do recém-criado departamento de Psicologia estão à cata de quem aceite submeter-se aos testes, demonstrando haver uma ciência psicológica. "O teste é objetivo, sabe? Puramente científico. Não vamos invadir sua intimidade. Olhe, nem precisa dar seu nome." O pessoal das Exatas sorria. A turma da Filosofia tecia sabidas considerações sobre os limites epistemológicos da psicologia, deixando por conta do gru-

po de Ciências Sociais a crítica da falta de rigor nos questionários e nas "medidas". Todo mundo encontrava um jeito safadinho de escapulir dos testes, dos quais, afinal, o que se tinha era medo mesmo. Sabe-se lá o que revelariam? O gosto pela psicanálise viria só um pouco depois. Por enquanto, ainda era um "grosseiro biologismo positivista", apesar de os antropólogos lidarem com as estruturas elementares do parentesco. "São uns funcionalistas." *Dixit.*

No Rio, tempos do ISEB. Na Maria Antônia, os sociólogos explicavam a diferença conceitual e política entre as expressões "país atrasado" e "país subdesenvolvido" (ainda não chegara o momento do "país em vias de desenvolvimento" nem do "país dependente"). Desenvolvimento desigual e combinado, ainda não, mas quase chegando lá. Debatia-se o projeto (a palavra correspondia, para fins de localização no universo pensante, ao uso que, mais tarde, seria feito do termo "leitura", esquecidos, os que a usavam, de sua origem existencialista pequeno-burguesa decadente). Coisas do tempo da revolução democrático-burguesa, do nacionalismo. Há ou não um pensamento brasileiro? É preciso criá-lo, se não existir. Qual é o caráter nacional brasileiro? Quem é o povo no Brasil? Artigos na *Revista Brasiliense* e no Suplemento Literário do Estadão. No curso de Ética e Política os alunos de Filosofia, História e Ciências Sociais enfrentavam a dissertação: "Quais os problemas éticos de um indivíduo de um país subdesenvolvido?" E a meninada do CPC entoava o "Big Ben", repetindo o refrão: "subdesenvolvido, subdesenvolvido, subdesenvolvido". Discutia-se Brecht e Lukács, enquanto, no Grêmio, acirravam-se as disputas entre as chapas da direita, do PC, da Polop, da JUC. "Ela é corajosa mesmo. Sabia que os pais dela são do PC e ela é da Polop?" "Não diga! Menina de fibra." A revolução se faz por etapas? É aceitável a aliança de classes? O pessoal das Exatas, às voltas com a questão abissal: há ou não uma dialética da natureza?

E vieram *Gimba, Eles não Usam Black-tie, A Semente.* O Grêmio apinhado: Gianfrancesco Guarnieri debate a última peça. "É isso mesmo", declara convicta a estudante de longos cabelos flamejantes, "aquela mulher só conhece o amor pequeno-burguês, pegajoso, contra-revolucionário". Pronta e zangada, a réplica de um professor: "Que bobagem é essa de amor pequeno-burguês? Qual o amor que não é pegajoso? Que tolice é essa de amor contra-revolucionário?" O que era o amor? Extasiados, víamos ses-

sões seguidas de *Hiroshima, mon Amour. Nouvelle vague.* Cinema italiano — *La Dolce Vita* é um filme cristão". "Não é, não." "Ora, o que você pensa que é o peixe no final do filme?" Kurosawa. Cinema-novo. Na Bienal, em companhia de Vlado Herzog, reverentes, acompanhávamos a projeção de *Outubro* e de *O Encouraçado Potemkin.* Depois viriam *Oito e Meio* e *O Ano Passado em Marienbad.* O Arena inventava o sistema do Coringa. O Oficina encenava *Os Pequenos Burgueses.* Um dia, que nem sonhávamos possível, pois contrariava a marcha da história, uma outra marcha nos faria ver *Terra em Transe,* nós que havíamos visto *Rio 40 Graus*... O TUCA ganharia o prêmio do Festival de Nancy com *Morte e Vida Severina* e, alguns anos depois, no tecido de uma outra história impossível, o TUSP arrancaria aplausos, no mesmo lugar, com *Os Fuzis da Senhora Carrar,* dirigido por Flávio Império, atores seus indo protagonizar *Os Herdeiros* de um mundo que não viria. Estavam por vir as polêmicas em torno de Godard, os festivais da MPB, as canções de protesto desalojando o intimismo da bossa-nova. Mas, ainda não. Seria depois. Um pouco muito depois.

O cerimonial das defesas de tese. Salão nobre abarrotado. As becas negras engalanadas nas cores das diferentes escolas e disciplinas. As pesquisas concluídas, atestando que o propósito da fundação — criar pesquisadores de "alto nível" — se cumpria, malgrado a férrea oposição das Grandes Escolas à Maria Antônia.

Entre a recíproca emulação de grupos auto-referidos, confiantes em sua excelência, e os ressentimentos nascidos de disputas e discriminações; em meio ao despotismo da cátedra e à louca competição por ela desencadeada, destroçando impiedosamente vidas, carreiras e esperanças tanto quanto estimulando o florescer de outras; laica, livre-pensadora, racista, machista, mesquinha e fecunda, ciosa de sua autonomia e liberdade, conflituosa, distribuidora de privilégios contestáveis e, no entanto, malgrado injustiças, também capaz de reconhecimento pelas obras que fazia nascer, a Maria Antônia se preparava, na gestão de Ulhoa Cintra, para sua primeira reforma universitária. Sob sua orientação, almejava-se criar verdadeiramente uma universidade em sentido pleno e não mero nome para um conglomerado de escolas rivais. O sinal de partida fora dado pelo "baixo clero". De um lado, a criação da Associação dos Assistentes (de onde nasceria, anos depois, a ADUSP), e de outro, a célebre greve "do terço": reivindicação da representação estudantil de 1/3 nos órgãos cole-

giados, até então restritos a professores. "É o comunismo! É o comunismo chegando!", bradavam horrorizados os conservadores naquele ano de 1963. Viriam à forra em 64.

— Gente! O Jânio renunciou!

— Impossível! De onde você tirou isso?

— Acabou de dar no rádio, agorinha mesmo.

— Mas, por quê?

— Ele disse que foi pressionado por forças ocultas.

— Foi o Lacerda, pessoal. Foi coisa do Lacerda, vocês vão ver.

— E agora? Com o Jango na China, ainda por cima. É golpe, na certa.

— Já estão dizendo que não vão empossá-lo.

— Mandaram que ele voltasse imediatamente.

— Que nada, parece que mandaram dizer pra ele ficar por lá até as coisas ficarem claras por aqui.

— O rádio está dizendo que o Jango vem vindo.

Interrompidas as aulas, abandonados os livros, esquecidos no balcão o cafezinho e na mesa o chope, subindo a Consolação, descendo a Vila Buarque, partindo do centro da cidade, pequena multidão se apinha na Maria Antônia, falando, gesticulando, discutindo. Pequenos grupos cochicham enquanto outros iniciam quase-comícios no saguão da faculdade. Suposições correm o risco de virar certezas e certezas desmoronam em indagações sem resposta.

Parlamentarismo. Plebiscito. Presidencialismo. Reformas de Base. Plano Trienal. Movimento de Educação Popular. "Abaixo o imperialismo!" Ligas Camponesas. "Senta a PUA!" Greve dos 100 mil. "Brasil, Urgente". AP. Revolta dos sargentos e marinheiros. Sobe ministério, cai ministério. "Os magnos interesses da Nação...". Operação Popeye. Operação Brother Sam.

— A marcha com Deus vem vindo! Tem gente que não acaba mais!

Os estandartes da TFP tremulam ao ritmo da ladainha.

— O Adhemar e dona Leonor estão na frente, puxando o terço da família-que-reza-unida.

— Escutem! O Adhemar está invocando a "adorável criatura".

— A Igreja em peso! Estão cantando:

"Salva a Mãe de Deus e Nossa/ sem pecado concebida... Protegei os vossos filhos, ó Mãe terna e compadecida/ Protegei a nossa gente, ó Senhora Aparecida..."

— Invadiram a casa do prof. Schenberg. Foi preso de pijama. Destruíram quadros, a biblioteca. Rasgaram a Enciclopédia Britânica dizendo que era comunista.

"O professor de Filosofia acredita em Deus? As meninas da Filosofia praticam o amor livre?"

— Estão interrogando o prof. Cruz Costa. Mandaram que cantasse o Hino Nacional para provar que não é comunista. Ele disse que só cantaria se o coronel cantasse primeiro. Desistiram.

"O professor sabe se meu nome estava na lista dos que iam para o paredão?"

— Um delegado de Rio Claro apostou que prenderia um professor. Prendeu o prof. Raw, só para ganhar a aposta. Prenderam o professor Kérr também...

— Estão instalando IPMs. Dizem que vão expulsar estudantes. E Fernando Henrique, Florestan, Fidelino de Figueiredo. Muita gente. Querem acabar com a Maria Antônia.

— Está correndo um abaixo-assinado na Câmara dos Deputados para liquidar o curso de Ciências Sociais porque é subversivo. O Gama e Silva está mancomunado com o DOPS. A coisa está saindo daqui de dentro mesmo. É a tal Comissão Geral de Investigação.

"Há um grandioso trabalho à frente da Comissão Geral de Investigação."

— Leram o artigo do Paulo Duarte? Incrível! Duma coragem. Duma dignidade. Diz que há dedo-duro em toda parte, que são professores fazendo o serviço sujo. Uma vergonha.

— Disseram que vão "limpar" as bibliotecas, tirar os livros imorais. Como no Paraná, quando rasgaram Eça de Queirós.

Anoitece, nos primeiros dias de abril. Golpeada, a Maria Antônia procura conservar o ritmo. Aulas. Debates inflamados na Congregação e no Conselho Universitário. Gente no saguão, nas calçadas. Correria: "Vão invadir a faculdade!" Alguns guardam as janelas, outros vigiam a rua e o pátio. Professores, alunos, funcionários fecham as portas e nelas se apóiam para protegê-las. Ruído de carros e botas. Inútil guarnição desprotegida: portas e janelas são arrombadas aos pontapés. Estilhaçados vidros e madeirames. Salas de aulas invadidas, professores, alunos e funcionários revistados, alguns expulsos, outros presos, enviados ao DOPS para interrogatório. Livros destruídos, papéis rasgados e

espalhados pelo chão, máquinas de escrever destroçadas a pancadas. O vandalismo que arrombara o edifício começa, agora, o arrombamento de vidas, idéias, carreiras e consciências. Tem início o expurgo, fundado em denúncias anônimas, calúnias, delação, rancores dos medíocres aspirando pelos cargos aos quais não poderiam chegar senão pela força e pela ignomínia. O medo cimenta as relações. Sob vigilância, idéias são censuradas, programas alterados, cursos cancelados. Na reunião da SBPC prisões. Vai-se abrindo a trilha dos anos vindouros: o exílio. Está institucionalizada a sanha do terrorismo cultural. Mas era véspera, ainda.

Todavia, quão cheia de presságios para quem, com os olhos turvados de hoje, lê o que o olhar incrédulo de ontem não houvera de enxergar: "o setor estudantil é um daqueles que a Revolução (sic) não logrou ainda introduzir o seu processo de saneamento". Mais uma vez o *Estadão* soava as trombetas do "bravo matutino": no início do século, contra a "toxina negra" que conspurcava a pura raça bandeirante; em outubro de 64, contra estudantes "exóticos" e seus irresponsáveis professores.

Ato Institucional n.º 2. Eleições indiretas para a presidência da República, extinção dos partidos políticos, direito de cassação de mandatos parlamentares. Fora dado "o golpe dentro do golpe".

— Fecharam o Congresso!

— Tem golpista querendo criar uma Frente Ampla. Coisa do Lacerda, já se sabe. Dizem que o Adhemar está se ralando de medo porque vão mexer na corrupção...

Lá na cidade, a Maria Antônia não morrera. Antes de sua agonia final, houve 1968.

> "O governo chegou à conclusão de que a agitação estudantil que se observa neste momento tem inspiração comunista e alcance subversivo e vai agir em conseqüência."
>
> *Marechal Castelo Branco*, abril de 66

> Vem, vamos embora.
> que esperar não é saber.
> Quem sabe faz a hora
> Não espera acontecer.
>
> *Vandré.*

Música de protesto, literatura empenhada. *Terra em Transe*. Doutrina da Segurança Nacional.

O Arena emite sua *Opinião* e *Canta Zumbi.* Artistas comem cru o coração do cantor de televisão que acaba de morrer — o Oficina entra na *Roda Viva* e acende *O Rei da Vela.* Não há como calar *Quarup.* Sob luz ofuscante, range o carro de boi de *Vidas Secas.* Vem vindo o Nordeste de *Os Fuzis* — "Rui Guerra filma a miséria como uma aberração. Tira força dessa distância". Invasão do Pop. País absurdo da Tropicália — "que coisa é essa de botar guitarra elétrica? Importação sem imaginação". "Que nada. Não entendeu que é o choque do tradicional e do moderno? Estão escrachando o mau gosto nacional." Irreverentes dadaístas: "O monumento é de papel crepom e prata... Carmem Miranda, da, da". Pelas ruas, "o povo unido jamais vencido", pois "povo organizado derruba a ditadura". Latino-americanidad, paradoxo de um nacionalismo continental — Soy loco por ti America, cambalache. Lá vem vindo o *Pasquim.*

No Rio, *Revista Civilização Brasileira.* Na Maria Antônia, "Teoria e Prática", nossa "New Left Review". — Tentativa de "Aparte".

— No fundo, essa produção cultural não está adiante de seu público.

— Emulação de palco e platéia intelectualizados. Classe média. Weimar?

Terminam os IPMs com estudantes e professores absolvidos, mas muitos já estão a caminho do longo exílio. São inaugurados os cursos de pós-graduação. Na pequena escadaria da varanda da Maria Antônia, os "excedentes" acampados. Exigem as vagas a que têm direito, aprovados que foram nos vestibulares. Às pressas, a ditadura procura satisfazer à classe média que lhe dera apoio: a reforma universitária está na ordem do dia, ameaçando o ensino público e gratuito (cobrança de anuidades, taxas, criação de "fundações"), tentando transformar as universidades em empresas e modificando os vestibulares. Incauto em sua onipotência, o Conselho Federal de Educação deixa cair a bomba: relatório de Mr. Atcon e Acordo MEC-USAID. "Abaixo a ditadura!/ Viva a liberdade!/ Fora, fora MEC-USAID", replicam os estudantes.

— A polícia reprimiu a manifestação da Universidade de Brasília, contra o embaixador americano. A "linha dura" está ganhando a parada.

Ganhara. Maio de 68: relatório Meira Matos propondo que o governo ajude a organizar os estudantes da "maioria democrática" em diretórios que neutralizassem a ação nefasta da "minoria

esquerdista e instruída". Respondia às manifestações estudantis de abril. Na Maria Antônia explode o Relatório Ferri. Não é esta a reforma almejada.

Abrir vagas, ampliar o corpo docente, aumentar verbas e recursos, criar cursos básicos para integração de toda universidade, pôr um fim na tirania da cátedra, instaurar os departamentos com seus colegiados. "Fora com a universidade elitista e de classe!" Universidade crítica. Livre, aberta. Essa a reforma que apaixonadamente se discute dia e noite, na Maria Antônia ocupada.

"Sexta-feira Sangrenta". Vinte e oito mortos. Enlutada, caminha a Passeata dos 100 Mil. Choram estudantes e professores, no Rio. E no Brasil.

Da lágrima ao grito: "A forma das últimas manifestações é condizente com a concepção da revolução brasileira, através de um longo processo de luta armada, que vá acumulando forças até a tomada do poder político", declara a UEE de São Paulo. Na Maria Antônia, a polêmica: "luta política" ou "luta específica"? Mobilização reivindicatória ou violência revolucionária?

Guerrilha urbana. Guerrilha no campo. Foco ou partido? A guerrilha é o agente revolucionário ou apenas o braço armado da revolução? A revolução deve partir do campo ou da cidade? "Viva Guevara!... Um, dois, muitos Vietnãs." Debray. Mao. "A revolução cultural não virá depois da revolução, mas se fará ao mesmo tempo que ela." Expropriação. Aparelho. Um novo léxico para uma nova estratégia. Ou seria uma tática?

— Tá uma confusão danada! O diretor, o Erwin, sabe?, viu casais dormindo na diretoria, enrolados na bandeira do Brasil! Tá fulo de raiva.

Liberação sexual. Sim, as meninas e os meninos da Maria Antônia praticam o "amor livre", coronel. Não, a maioria não "praticava amor livre" nos anos 50, capitão. "Virgindade dá câncer", pipocam os muros pichados. Sim, "é proibido proibir". Pensar e viver, subitamente reconciliados numa ética libertária, fazem da Maria Antônia espaço livre de uma experiência revolucionária: suas paredes, vitrais da sociedade, ganham transparência para receber a luz vinda de longe e emitir lampejos do que imaginara ser o possível cumprindo a marcha do tempo. Começa a campanha pela representação paritária dos estudantes. "É o fim do mundo! Querem acabar com o princípio da hierarquia e da autoridade. O que esses fedelhos estão pensando?" Democracia direta. O departamento de Filosofia é o primeiro a tornar-se pari-

tário, dirigido por um professor e uma aluna. "Abaixo a repressão/Mais pão e mais feijão."

A imprensa reage, bradando contra o caos, a anarquia, a imoralidade dos costumes. Ordem! Ordem!, esbraveja, em nome da Pátria conspurcada. É preciso acabar com a subversão. "Sartre e Marcuse conduzem ao vício." A imaginação no poder? *Stultifera Navis!* Família e Propriedade ameaçadas. É preciso pôr um cobro nessa loucura comunista. Libertinos. Devassos.

"Sejamos realistas: peçamos o impossível."

Outubro de 68. Domingo, dia 3. Fervilha a Universidade Crítica: seminários, mesas-redondas, conferências, grupos de trabalho analisam os caminhos abertos pela guerrilha, inventam-se "codinomes", em segredo passa-se "o ponto". Isolada por guarnições militares que ocupam suas duas pontas, a Maria Antônia está inundada de sol e pelos acordes da *Internacional*. Será a luta final. Mas não aquela que libertaria os filhos da terra. . .

Ruído de carros pesados, cães a latir, estrépito de botas pelo calçamento, sirenes, gritos, palavras de ordem, comandos.

— Estão vindo! O Exército e a polícia estão chegando!

— Atenção! Cada qual procure um lugar para defender a faculdade. Rápido, rápido.

— Olhem, olhem! Estão subindo na torre e nos telhados do Mackenzie! O CCC os chamou para lá! Vão metralhar, gente, vão metralhar!

— Estão jogando bombas. Depressa, coquetel molotov aqui, depressa.

— Mas temos poucos. Ninguém pensou que iriam ser necessários.

— Pedras, pessoal, jogar pedras.

— A Esther Ferraz abriu o Mackenzie pra OBAN! Veio ajudar o CCC! Olhem, olhem! Tão chegando aos montes!

— Estão metralhando! Tem um morto! Tem um morto!

— Mataram um estudante!

— Mataram um!

— Mataram. . .

— Fogo! A Maria Antônia está pegando fogo! Água, pessoal, água, pelo amor de Deus!

— Fogo, fogo! A faculdade pegou fogo! Todo mundo tem que sair. Não pode haver mais mortos.

Sob gritos furiosos e fogo cerrado — incêndio de um lado, metralhadoras e bombas, de outro — é esvaziada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Seus ocupantes, submetidos ao "cor-

redor polonês", são lançados em camburões, rumo ao DOI-CODI, ao DOPS e à OBAN. Quem dera a ordem? O governador Abreu Sodré garante ter recebido a ordem de invansão do ministro Gama e Silva, mas recusando-se a cumpri-la. O reitor, Mário Ferri, por seu turno, assegura ter-se recusado a obedecer à ordem do governador. Talvez tenha sido uma ação voluntária e espontânea das "forças da ordem", sem carecer de ordens, sob a ordem do Partido da Ordem?

12 de outubro de 1968: presos os participantes do 30.º Congresso da UNE. Dissolvida e posta na ilegalidade. Ainda viria o 477.

Dezembro. Sexta-feira, 13: Ato Institucional n.º 5.

20 de dezembro de 1968 e 29 de abril de 1969: decretos presidenciais aposentando professores. Há erros: docentes de outras universidades aposentados como membros da USP; outros são aposentados sem que sequer fossem professores. Caça às bruxas no meio estudantil. Prisões, torturas, mortes, desaparecimentos, exílio. Clandestinidade. Perseguição dos "suspeitos". Campeia a delação.

— Por que Bento e Giannotti?

— Por que aceitaram a paritária?

— Não se sabe. O decreto não dá motivos. Não há acusação. Portanto, não há defesa.

— Leram o *Diário Oficial?* Dois colegas depuseram contra a Emília Viotti. Disseram que espalhava idéias prejudiciais para a juventude.

— Por causa das propostas para a reforma universitária?

— Que nada! Pretexto. Rancores. Uma patifaria.

Imenso FEBEAPA. Mas o horror estanca o riso. O grotesco faz sangrar. O bonde já não atravessa a Maria Antônia, indo da Consolação à Angélica.

1969 — 1984

De longe em longe, um edifício. Desiguais, aqui um grande, ali um pequeno. Há palácios em estilo mussoliniano (omitido o balcão da Piazza Venezia). Acolá, uma arrojada criação arquitetônica, lançada na leveza do espaço. Há sóbrios e pesados quadrados, há retângulos, medrosamente agarrados ao solo. Esqueletos dos prédios da residência estudantil, roídos pelo tempo, pela incúria e pelo medo da subversão. Há barracos pré-fabricados,

sem acústica e sem isolamento térmico — no verão, corpos e mentes entorpecidos pelo calor; no inverno, gente encolhidinha a tiritar; quando chove, o telhado é um bumbo dissonante, as águas inundam salas de aula a bibliotecas. Umidade e mofo, nuns, secura quebradiça, noutros. Largos vãos cortam os ares, mas as salas de aula são exíguas. Raros os que possuem centros de vivência para estudantes, professores e funcionários. Quando os possuem, estão sabiamente segregados, evitando o "perigoso" contato das três categorias.

Geometricamente racional, topologicamente significativo, o espaço, dividido em feudos dos senhores gerentes, se reparte como se sob a ação de um demiurgo ensandecido, Gênio Maligno a dispor as construções e as ruas encurvadas numa obra devida "mais ao acaso do que à vontade de homens usando da razão". Entre uma escola e outra, terrenos vagos onde o olhar poderia encontrar repouso, se fizessem paisagem em vez de desolação. Avenidas desembocam em praças circulares, curva atrás de curva. "Me disseram que é de propósito. Pra diminuir a velocidade dos automóveis que poderão ser alcançados por carros pesados do Exército ou da polícia, em caso de subversão e fuga." Cada país tem o Haussman que merece.

O isolamento é a regra. Cada unidade, centrada em si mesma, nada sabe do que vai pelas outras. A informação não circula, as idéias não se comunicam. Sem a bela recolhida quietude do claustro, sem o vívido burburinho da cidade, uma favela habitada por pequenos funcionários, num extremo, a Escola de Polícia, na entrada, agora cercada de grades e portões, ergue-se o *campus* universitário: poucos transeuntes, muitos carros e muitas motos, de quando em vez, um ônibus. Nele não há lazer nem relação com o mundo circundante. Apressadas, as pessoas o atravessam rumo ao trabalho, uma divindade taylorista tendo tomado todas as precauções para que aí reine o ritmo de uma empresa. Mas diabretes interferem nessa racionalidade operosa: a agitação não ultrapassa a barreira dos sisifos da burocracia. "Antigamente, universitários se encontravam nas catedrais. A gente se encontra no saguão do Banespa." A ética calvinista, tardia como o capitalismo nacional, invade o *campus* (ou seria o *pastus*?) para impor-lhe a faina dos predestinados. Tempo é dinheiro; não seja tolo fazendo pesquisas demoradas. "Produza, produza!"

Desfeita a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. A modernização, identificada com a eficácia produtivista e com a divisão administrativa dos conhecimentos, além de proteger-se contra o surgimento do coletivo, fragmentou a antiga faculdade em institutos, escolas e numa Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Esta última, continuamente ameaçada de nova fragmentação para atender aos desejos de mando de alguns.

Expulsos como criminosos da Maria Antônia, professores, estudantes e funcionários da nova faculdade são lançados em barracos (exceção para História e Geografia, que haviam conseguido um prédio próprio). Porém, se as instalações são precárias para os recém-chegados, compartilham com os demais a experiência do mundo vigiado. Em todo o campus, telefones "grampeados"; em algumas salas (de aula, de congregações, de conselhos departamentais, de secretarias), microfones ocultos, à escuta de nosso pavor. Policiais transformados em professores, funcionários e estudantes, ou professores, estudantes e funcionários transformados em policiais, transitam em toda parte. Todo dia, a terrível expectativa: "Virá? Não virá? Onde está?" Todo dia, o alarme: "Vão invadir o campus!" Todo dia, a indesejada notícia: "Prenderam".

Decisões emanam de autoridades desconhecidas. "Senhor Antonio Candido: O que consta é que em algum lugar da universidade, mas não pertencendo à universidade, estão instalados agentes de segurança... Oficialmente, esses agentes não existem, portanto, é lógico que seja negada a sua existência oficialmente. O que se diz, e há indícios disso, é que há na universidade uma comissão chamada 'comissão especial'. É formada de professores da universidade... O que se diz é o seguinte: quando essa comissão recebe os processos, ela os encaminha aos agentes de segurança... sem nenhum despacho escrito, de modo que não fica vestígio nenhum." Cassações brancas. Expulsão de alunos. Processos engavetados. "Olhe, você está me vendo, mas lembre-se: não existo."

Fala-se pouco e o pouco que se fala é cifrado. Medo da própria sombra. Solidários na dispersão. Isolados, temerosos, controlados, vigiados. "Senhor Alberto Goldman: É um trabalho policial?" "Senhor Antônio Guimarães Ferri: É um trabalho policial." "Senhor Alberto Goldman: Então existe uma espécie de uma triagem policial sobre os professores ou..." "Senhor Antônio Guimarães Ferri: Eu não diria policial, mas profissional."

— Bem, professora, não posso lhe dizer o que está seguran-

do o processo de contratação desse professor. Confidencialmente, só lhe digo que sabem que ele andou no Congresso de Ibiúna. Ingênuo. Lambari, não peixe graúdo, que esse soube fugir, não é? A senhora sabe... Mas apareça para um cafezinho, a senhora é tão... hã... simpática.

O processo de contratação de um jovem professor encontra-se bloqueado há meses, sem explicação. Ninguém sabe coisa alguma, mas todos guardam reservado ar conspiratório. Paranóicos, nós?

— Escute professor, vejo que o senhor está com jeito de gente honesta. Nem barbudo ou cabeludo o senhor é! Só que nada posso fazer. Foi um mal-entendido que o trouxe aqui, sabe? É. O senhor não me viu nem me falou. Esta sala não existe. Nem eu, professor.

Sobre o silêncio e o medo, entre 1969 e 1984, ergue-se a universidade modernizada, onde se fará dos conselhos departamentais e interdepartamentais, das congregações, das comissões, do Conselho Universitário, da administração, uma intrincada rede de poder burocrático fortemente centralizado, em nome da "eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país", graças a um "repertório de soluções realistas e de medidas operacionais que permitem racionalizar a organização das atividades universitárias, conferindo-lhes maior eficiência e produtividade". Cidadela da ordem, inculta e estúpida, parece habitada por uma seleção de futebol vitalícia, o goleiro de hoje sendo o centro-avante de amanhã, à espera do momento em que jogará nas pontas, depois de haver sido o capitão do time. Dada a idade provecta, quem sabe lhe farão presente duma lasquinha do que restou da Jules Rimet. Só não nos peçam para servirmos de torcida.

No entanto, se acreditarmos que o saber é interrogação, interpretação conceitual e invenção do novo a partir do material bruto oferecido pela experiência imediata, acreditaremos que o saber, mergulhado na história cultural, social e política, dotado de auto-reflexão que lhe faz constituir também uma temporalidade interna, é trabalho a pensar o ainda não-pensado, a dizer o ainda não-proferido, a fazer o ainda não-realizado. Se assim for, resta uma esperança de criação, de invenção de caminhos, de perda de certezas e de recusa do existente pela liberdade do possível. Neste lapso de tempo em que nos é dado respirar, que também nos seja dado pensar, dizer e fazer uma outra universidade onde a alegria das descobertas, o trabalhar dos conflitos, a aco-

lhida do que, em nosso tempo, pede para ser efetuado dêem sentido e recebam sentido à busca da emancipação, nossa e alheia. Para isso lutaram bravamente os estudantes e muitos professores, no correr sombrio dos anos 70. Que a resistência não tenha sido vã.

RETRATO CALADO: A VIDA COTIDIANA NOS CÁRCERES DO MILAGRE

Luiz Roberto Salinas Fortes *
(1937-1987)

Vinte anos de obscurantismo não foram suficientes para liquidar a presença cultural daquela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que foi eliminada do mapa de São Paulo depois de uma memorável "batalha", graças aos esforços conjugados dos meninos do CCC e das autoridades competentes, num dia já longínquo do ano da graça de 1968. Depois da diáspora, aqueles que conseguiram sobreviver ao massacre, e que tinham sido formados pela Maria Antônia, continuaram — e continuam — a manter viva a chama acesa durante aquele momento marcado por um clima único de liberdade política e efervescência cultural, que deu vida à faculdade desde os últimos anos do governo Goulart até 1968.

O depoimento que reproduzo a seguir é parte integrante de um relatório mais amplo, meio autobiográfico, meio ficcional, em vias de publicação e intitulado *Retrato Calado.* Nesse trecho, os episódios relatados, embora transcorridos alguns anos depois da queda da Maria Antônia, guardam certamente um parentesco muito grande com o passado imediato. Redimi-los do esquecimento é também uma maneira de homenagear todos os nossos colegas de curso da faculdade, trucidados pela repressão que dominou o período.

"O magricela sorri dentro do elevador. Sorri o magricela, irônico, dentro do elevador. O sorriso irônico, quase debochado, acompanha o pequeno grupo no qual, obviamente contrafeito, desempenho o papel de paciente, ao longo do trajeto tortuoso pelos corredores que ligam a sala de recepção da Ordem Social ao pequeno compartimento usado como câmara de tortura no ve-

* Professor de Filosofia da FFLCH/USP a partir da década de 60. Em 1983 recebeu o título de livre-docente. Entre outros, escreveu: *A Constituinte em Debate* (org.) e *Retrato Calado* (Marco Zero, 1988), de onde foi extraído este texto.

lho edíficio do largo General Osório. Antes de chegar ao destino então ignorado, iludo-me, embalo-me com a esperança de que o cortejo só vai me acompanhar até uma sala, onde, como pouco antes me assegurara um dentre os eficientes agentes de segurança, na pior das hipóteses ficarei "detido", como se diz, por alguns dias, tal como — espero — ocorrera da outra vez, na OBAN, de onde há alguns meses fora liberado depois de dez dias de detenção. Mas as coisas agora seriam bem diferentes e logo, logo, seria dado ao protagonista que vos fala a ocasião única, o privilégio imerecido de vir a conhecer o famoso instrumento de tortura já há muitos e muitos anos utilizado por nossas forças policiais em toda a vastidão do território nacional.

Só quando chegamos percebo, de repente, o que me espera e entendo o sorriso. É que o tal do magricela nervosinho e gozador me mandara carregar, envolto em jornais, para disfarçar, nada mais nada menos do que o aparelho de choque a cujas iluminações, dali há pouco, paudearizado, viria eu a ser submetido graciosamente. O grupo explode em gargalhadas quando o pacote é desembrulhado, deixando a descoberto aquela sorte de pequeno realejo, cubo de madeira com uma manivela pendurada de um dos lados. E eu, atônito, catatônico, arremessado de repente em meio ao inferno, transferido de súbito para esta dimensão nova onde tudo se passa velozmente embora dure uma eternidade e embora se propague pela eternidade afora.

Cessados os efeitos da piada, o mesmo frenético funcionário ordena:

— Tira a roupa... Vocifera. Fera.

— Como, por quê?...

— Tira a roupa... Vocifera. Fera.

— Mas, por quê, será mesmo preciso?...

A insólita pergunta tem como efeito imediato irritar o tira que, redundante, exclama ainda:

— Tira a roupa, poooorra...

Diante da minha inércia, ele mesmo toma a iniciativa com alegre ajuda dos companheiros, que vão, entre safanões pouco delicados, arrancando-me a roupa, peça por peça, apesar dos protestos despropositados e das queixas anódinas. Carlinhos Metralha: é assim que o chamam, desde que topei com o bando instalado, algumas horas antes, no meu apartamento. É com este nome de história em quadrinhos que a figura comanda o espetáculo,

substituindo momentaneamente o delegado Zildo depois que o dito delegado, depois que o jamesbonde Zildo se quedou na sala de recepção a interrogar a pobre amiga de tantos anos que tivera a desastrada idéia de me acompanhar, justamente naquela noite, ao Cine Bijou e, terminada a sessão, até o meu apartamento.

Nu, completamente nu. Obrigam o paciente a sentar no chão. Amarram-me as mãos, que protegem com uma cobertura de pano, uma contra a outra. Forçam-no a manter os joelhos unidos, dobrados contra o peito e envolvido pelos braços amarrados. No vão entre os braços e o joelho enfiam uma barra de ferro e penduram-na — penduram-me — em dois cavaletes. Rápidos, eficientes, bem-treinados.

Conversando depois com o Zildo, quando a tormenta amainara, na fase em que até confidências de ordem "técnica" pareciam querer compensar o mau jeito inicial excessivo — ou então em conseqüência de um refinamento de cinismo —, este genial sociólogo amador me explicou muito seriamente que a "proteção" dos braços, aperfeiçoamento recentemente adotado nas delegacias de polícia, representava uma verdadeira "conquista social" (sic)... O sorriso era indefinido e o jeito, muito composto, digno, como o de qualquer dos untuosos burocratas revestidos de alguma parcela de poder que se vêem aos montes espalhados pelo país.

A grande conquista, como é óbvio, destina-se à anulação dos vestígios da tormentosa passagem pelo famigerado pauzinho. Minhas mãos continuaram pretas ainda durante algumas horas depois que dele fui retirado. Já no dia seguinte, voltariam ao normal. Em razão direta do tempo de permanência naquela pouco exaltante posição de cócoras, os traços não só nas mãos como por todo o corpo ainda perduram por numerosos dias, tal como me foi dado igualmente comprovar graças à convivência com outros desditosos praticantes daquele esporte extravagante.

Enquanto estive *pendurado* — como se diz na linguagem técnica — numa repetição monótona da macabra cena inaugural do espetáculo pirotécnico do Brasil Grande do fim da década dos anos 60 e do começo dos 70, os choques elétricos aplicados generosamente sobre os dedos dos pés — tendo sido poupadas, no meu caso, outras extremidades particularmente sensíveis — alternaram-se com o regulamentar desfile de perguntas. Um dos valentes meninos pegou da minha caderneta de endereços e, calmamente, pôs em marcha a Questão suscitada, na espécie, exclusivamente pelos nomes, nomes tão próprios e tão próximos de amigos até

íntimos e tão distantes da encocorada postura e por isso mesmo repercutindo na estreita sala também como um samba da bênção proveniente do outro mundo longínquo do qual me haviam para sempre escorraçado. Enquanto o inquisidor inquiria, querendo saber quem era fulano ou sicrano, o Japonês, sentado em um banquinho do meu lado esquerdo, fazia funcionar o aparelhinho que eu mesmo carregara como um perfeito idiota. Com o inconfundível brilho de satisfação nos olhos orientais diante de cada berro, de cada grito de dor e ódio — e pavor — e o sorriso não menos irônico, esse perigo amarelo ajudava a completar de maneira canônica o quadro alucinatório tradicional do sadismo. Por quanto tempo ainda teria eu que suportar o suplício? Com seu paciente trabalho junto à manivela, o hílare servidor, arrebatado por formidável furor científico, ia buscando estabelecer a verificação empírica da veracidade das proposições que eu formulava e respondia e vomitava em meio à dor, ao pânico e à reconfortante revolta que não mais me abandonaria. Pois não é que o referido instrumento, além da sua eficácia demonstrativa, teria também algo a ver — de um ponto de vista, digamos, ontológico-formal — com um instrumento musical? Pensar o pau-de-arara não seria, então, a mesma coisa que investigar, à maneira do século XVIII, a "origem das línguas"?

Terei falado demais? Terei sido um... *bunda-mole*???

— Herói ou covarde? Bunda-mole?

Bunda-mole. Que expressão tão rica, que força de expressão tão formidável, que conquista não menos social e não menos notável, dessa vez para a nossa antiga companheira, a língua portuguesa. Mas ainda é cedo, como diria Hegel, para responder a todas essas perguntas que não deixam de se impor e insistir o tempo todo. É certo que o perfeito herói não colocaria jamais tais questões, o que significa, talvez, que pelo simples fato de enunciá-las como guerreiro pouco valente, já me denuncio ou me desqualifico para as finais da copa do heroísmo. Deixemos, pois, que os fatos se contem, os sucessos se sucedam e a história se refaça.

A escalação do time dos bandidos? Ei-la. Além dos já mencionados — Zildo, Carlinhos Metralha, Japonês —, um outro que mais se destacou e do qual me foi possível captar o apelido: *Tigrão*, o sinistro. E mais alguns outros, cujos nomes ou codino-

mes já não me lembro, mas cujas fisionomias se imprimiram definitivamente na paisagem da memória.

Bunda-mole? Foi o que observou um deles diante da minha insistente reivindicação, ainda pendurado, por um tratamento mais brando. Pô, exclamou ele, tem gente que agüentou muito mais que você, cara!!!

Tais perguntas ou dúvidas, talvez suspeitas ou supérfluas aos olhos do entendimento, só se justificam, nessa sua configuração hiperbólica, se o que pretendemos é justamente nos dedicar às questões radicais ou se o que nos inquieta é a radicalização das questões que prolongam no espaço da reconstituição a "Questão" primeira, tornando tão difícil a exposição dos eventos e toda a investigação lítero-analítica a que nos conduz obrigatoriamente a necessidade do exorcismo.

Em maio já passara dez dias, dez longos dias, na já célebre, embora clandestina OBAN — hoje [1] rebatizada como DOI —, disfarçada sob as aparências de uma vulgar delegacia de bairro e plantada tranqüilamente, em meio à pacata vida pequeno-burguesa circundante, ali na rua Tutóia. Chamaram-me para "prestar declarações" e, suponho, tentar extrair alguma informação suplementar ou então conhecer melhor o ex-marido de Ana, que haviam detido dois dias antes, dado o seu envolvimento, na verdade também pouco profundo, com a subversão que atormentava naquela época as imaginações a serviço da ordem. E sob este título assim, como direi?, indireto, dar-se-ia a primeira edição da desventura.

A violência propriamente dita, a violência pra valer, ser-me-ia poupada neste batismo na acidentada, embora curta, carreira por detrás das grades a que, de súbito, me via encaminhado. Não fui torturado, mas apenas esquecido durante dias e horas, minutos e instantes e horas e dias no interior de uma minúscula cela na companhia de uma população flutuante de algumas dezenas de outros infelizes. O segundo interrogatório apenas, no dia seguinte à detenção, foi um pouco mais áspero que os demais. Mas os outros dois que a ele se seguiram, conduzidos pelos chefes das duas outras equipes, que se sucediam em rodízio todos os dias, foram tão "amenos" como os primeiros.

(1) Escrito em 1976.

Eu voltava da faculdade onde acabara de dar uma aula no curso de Filosofia antiga, noturno, 1970, primeiro semestre. Eram mais ou menos onze horas da noite quando cheguei ao prédio da avenida Ipiranga. Ao entrar pelo corredor não podia imaginar que estava entrando pelo cano quando fui abordado por três desconhecidos que já algum tempo, segundo suponho, esperavam por mim em conversa inocente com o zelador. Um deles avançou em minha direção, perguntou pelo meu nome e exibiu o documento policial, avisando-me polidamente que deveria acompanhá-los até a Operação Bandeirantes, pois que haviam prendido Ana, e eu, na condição de ex-marido, era convocado para esclarecimentos complementares, mas que não me preocupasse, coisa de rotina que em breve se resolveria. De repente cortavam-se minhas locubrações, tão distantes da rotina e se interrompia de maneira brutal a mal começada carreira helenística.

Já o coração cavalga diferente e a angústia me esfria o ventre quando subimos até o apartamento naquele vigésimo andar do Edifício Copan. Deixo a pasta, visto um paletó, o gesto mais lento que de hábito, arrumo inutilmente um pouco as coisas em cima da escrivaninha, percorro ainda uma vez com os olhos as estantes como à espera de socorro daquele numeroso exército aliado inerte enquanto os três indivíduos me observam atentamente. Examinando os livros um deles pergunta, sem rir, se eu os possuo subversivos... Já não me lembro muito bem da resposta... Mas a curiosidade pelas coisas do apartamento não iria além disso nessa primeira vez.

— Pronto, senhores.

(...) A angústia apertando e o desespero sufocando na perua que percorre as ruas banais em direção à Tutóia. O primeiro a me interrogar, depois de uma longa espera em uma saleta no andar térreo do prédio do fundo, situado depois do pátio e reservado para as diferentes salas de interrogatório, foi o delegado Gaeta. Um liberal, digamos, dentro dos padrões da rua Tutóia: até se comentava, entre os prisioneiros, que ele teria sido da "segurança" do Jango, vejam só. Em um tom meio indiferente, que me perguntava se não seria fingido, queria saber das minhas eventuais ligações com o grupo parisiense que esteve nas origens da VPR, a respeito do qual parecia informado até nos mínimos detalhes, o que só fez aumentar minha preocupação. Quantos seriam

os elementos do grupo? Quem era o chefe? O que é que eu dizia sobre o camarada Antônio? E o tal de Alberto, que veio para cá com a missão de trabalhar pela ligação com um grupo que aqui já atuava e de cuja junção com o grupo de Paris resultaria a Vanguarda?

O que é que eles já sabiam até àquela altura? Era difícil dizer: neguei tudo, pois estava disposto a admitir apenas, caso não tivesse outra saída, a atuação política anterior e manter até o limite do possível a condição de envolvido só por ser ex-marido, Pilatos no Credo.

O interrogatório não durou muito e logo o delegado mandou que me acompanhassem até a cela, onde passaria a noite, não sem antes avisar que as coisas agora se transferiam para as mãos dos militares. Mas, seu delegado, será que tenho mesmo que ficar preso? Não posso ir para casa com o compromisso de voltar amanhã pela manhã para me submeter aos novos interrogatórios? A ingenuidade era tamanha que o delegado sorriu: não posso fazer nada, o negócio agora é com os militares.

Dois investigadores se preparam para a escolta. Onde tá a peruca, cara?, troça um deles, como para me deixar mais à vontade, pondo fim às formalidades. Deixamos a sala. Escadas abaixo. O andar térreo. O pátio, de novo. As celas. O *Xis 1*, as portas de grade que rangem e se fecham deixando-me em companhia de outros três.

Na manhã seguinte, bem cedo, o carcereiro, batizado de *Marechal*, pelos próprios habitantes do lugar, veio me chamar e me conduziu até a presença do capitão Albernaz, chefe da equipe mais temida, segundo me contaram depois e a respeito do qual corriam as histórias mais tenebrosas. A essa altura eu não sabia de nada disso e começava a me familiarizar com o ambiente depois da noite maldormida, durante a qual o pior se agigantara na imaginação em delírio incontrolável.

O capitão, solidamente custodiado por um punhado de bravos, acareou-me com outros dois prisioneiros — o célebre Jamil e um outro —, os quais, também ligados à VPR, apesar disso não me conheciam. Jamil, naquela altura, era dentre os detidos na OBAN, a personalidade política mais importante, ao que parecia, de que se ocupavam com dedicação os valorosos defensores do Ocidente em pânico. O autor, também algemado ao lado de Jamil e que conheci melhor depois no *Xis 1*, teria sido, segundo me informaram, "motorista" do Lamarca e também fora preso há pou-

cos dias. Naquele período, esse outro capitão, cuja legenda crescera incomodamente para o regime, passara a ser furiosamente caçado em todos os Estados da Federação e, depois de tantos reveses, a lenda era o que restava daquele sonho dos que nele ainda restavam.

Os dois confirmaram que não me conheciam e com isso salvaram a pátria: daí por diante não haveria razão para me tratarem como elemento perigoso; na pior das hipóteses, apenas como provável "esquerdista" adversário do regime. O corpulento capitão deles, cabelinho cortado rente, voz tonitroante, com o ar polido de alguém que sabia se comportar em um salão, mas que podia muito bem virar fera de uma hora para outra, caso necessário, queria ainda saber, uma vez mandados para outra cela os outros dois prisioneiros, se alguma vez na vida eu já participara de atividades políticas. Pensei a duzentos por hora e resolvi reconhecer minha vinculação à Polop até 1962, pois o que é que eles poderiam estar sabendo? E, além disso, quem é que se interessaria por Polop naquela altura dos acontecimentos? A curiosidade dos inquiridores parece ter sido provisoriamente satisfeita e o chefão mandou que me retirasse. Volta à cela. Agora, cenário novo. As coisas mais claras à luz da manhã primaveril, as caras dos novos companheiros começando a se tornar reconhecíveis caras de pessoas. O aprendizado da vida na cela e a troca cruzada de perguntas que chovem de todos os lados, dessa vez presentes divinos que acolhem o noviço cambaleando das primeiras ainda metafóricas porradas... (...)

A vida quotidiana nos cárceres do milagre. Monotonamente análoga à que se consome nos cativeiros políticos pelo mundo afora espalhados e de que nos dá notícia a crônica inflacionada deste século enfermo. Espaço obviamente diminuto: a cela propriamente dita e um estreito corredor ao lado, onde se dispõe ao meio uma pia, numa das extremidades a cloaca, dessas de se cagar em pé e, na outra, um cano de onde se chuveira a água para o nosso asseio diário. Assim é a paisagem interna na cela da OBAN.

Um refrão se repete ao longo do dia, recitado a cada vez por um de nós.

— Seu guarda, olha a descarga...

E lá vem o PM, guarda de plantão, que aciona a descarga instalada no muro do corredor e do lado de fora da cela. Perder a liberdade é também ser privado, sem jogo de palavra, de qualquer controle sobre os odores próprios e alheios dos companheiros amontoados nos aromáticos aposentos. Às vezes o guarda demora, não ouve ou anda ocupado demais em conversa fiada com outros comparsas. Infantilização impiedosa e indesejável intimidade, quase cumplicidade entre vítima e algoz, empenhados na mesma tarefa de reprodução quotidiana da celestial mecânica. Promiscuidade infamante, elemento adicional no processo de trituração: como resistir? (...)

(...) Para dormir, cada qual possui um canto próprio e há momentos em que ficamos quase comprimidos, dada a superpopulação do espaço reduzido. A luz elétrica em estado de vigília democrática noite adentro. De vez em quando, o implacável, o insuportável fundo musical, as dissonâncias da dor que combina horas a fio algum grito mais agudo com sucessivos gemidos abafados, impropérios do torcionário que se irrita com o insucesso nessa hora avançada do trabalho. Ou então o interminável blablablá das sentinelas pouco preocupadas em poupar o sono dos seus vigiados e cujas vozes se alternam na troca de impressões relativas às últimas proezas de macho.

E, de repente, de novo meu nome pronunciado pelo carcereiro. E lá fui eu para outro e mais outro interrogatório. Dessa vez, a equipe comandada pelo coronel Dalmo. Mais calmo. Deixou até, durante o interrogatório, que Ana e eu nos avistássemos um pouco e até conversássemos, é claro, em sua frente. Profetizou, já no final do interrogatório: Quando sair daqui você vai escrever um livro!

Foi quando começaram a se esboçar os primeiros indícios favoráveis. Três ou quatro dias depois, o delegado Gaeta, o mesmo do primeiro dia, veio anunciar, ficando alguns momentos a conversar com a gente, que provavelmente eu e alguns outros, (...) seríamos liberados no dia seguinte. Mas não deixou de observar que, afinal, eu bem que merecia uma surra, pois onde já se viu abandonar a mulher — transição natural para o domínio da vida privada de que esses indivíduos acima do bem e do mal se erigem com a maior naturalidade em juízes. E sorriu:

— Você vai sair amanhã. A polícia não descobriu provas...

E, com efeito, não mentia. No final do dia seguinte, quando um dos companheiros e eu já nos desesperávamos, vieram buscar-nos e mandaram que arrumássemos as coisas. As despedidas calorosas e ainda uma última passagem pelas malhas da burocracia de que resultaria a devolução de relógio, dinheiros, cintos e outros objetos contra as assinaturas de recibos e compromisso de não nos ausentarmos do Estado nos próximos meses, além de denunciarmos às autoridades qualquer incauto subversivo que doravante cruzasse nossos caminhos. Eis-nos afinal devolvidos às ruas... (...)

(...) Lá fora, na rua, o melhor dos mundos, como se nada ocorrera. Os generais prosseguiam meticulosos na patriótica azáfama, e o chamado povo brasileiro deixava-se salvar ao som estridente do eu te amo meu Brasil e se preparava para a fruição do grande espetáculo, aprestando-se seus pacíficos esquadrões, sob o comando de Pelé e Tostão, para as próximas batalhas que os vídeos transmitiriam do México, alicerçando, cimentando, sedimentando os milagrosos benefícios que os magos do poder pretendiam estar produzindo. O regime atacando em várias frentes, por exemplo, no setor "psicossocial", como diriam os iluminados pensadores da segurança nacional e a euforia alastrando-se. Ninguém segurava a juventude do Brasil ame-o ou deixe-o enquanto prosseguiam os êxitos no combate à subversão: apesar de algumas ações espetaculares a oposição armada já se mostrava incapaz de pôr seriamente em xeque o poder. A subestimação da determinação do inimigo que a cada dia evidenciava não estar brincando em serviço vinha sendo fatal para a esquerda que se queria revolucionária.

Lá fora a vida normal, as aulas a partir do segundo semestre. Sem excluir, na verdade, a possibilidade de novos confrontos diretos com as autoridades. Mas não acreditava em complicações maiores. Deveria ter saído do país? Não sei. Partido para a clandestinidade e me comprometido com a luta armada, dessa vez para valer? Talvez. Mas que perspectiva nos oferecia, outra além da suicida, a ação violenta contra o regime? Não estaríamos antes obrigados a resistir sobrevivendo do que morrer reforçando ainda mais o inimigo ao pretender lançar a força contra a força nesse combate desigual? Regime hipócrita e todo-poderoso, de um lado. De outro, grupos de combatentes decididos, mas amadorís-

ticos, com escasso apoio popular, cegos pelas suas estreitas categorias teóricas ou pela fé ingênua nas virtudes do militantismo radical, acreditando que um assopro seria suficiente para conduzir à conflagração geral, à avassaladora explosão das massas enfurecidas, pondo abaixo o edifício da iniqüidade.

As prisões se sucediam. Não passava semana sem a notícia de uma nova "queda", e as organizações se desmoronavam. Entre uma dúvida e outra, o balanço, o esforço para extrair os ensinamentos da provação, o desengano, o trabalho de reconstrução.

Outro tempo. Mero intervalo fugaz que dali há pouco iria desaparecer sob o efeito de um raio fulminante. Como esquecer? Era uma sexta-feira como outra qualquer e eu convidara a amiga para o cinema. O filme: *A Pequena Loja da Rua Principal*. Ali, no Cine Bijou, praça Roosevelt, bem perto do meu apartamento. Durante aquela sessão de cinema já iriam se apossando dos meus domínios. Já estariam lá prontos para o bote. E a saída do cinema, despreocupado, o corredor do prédio, sem vestígio de nada, o elevador, ingrato, funcionando como de hábito. Junto conosco entra um desconhecido e sobe até o décimo nono andar, um antes do meu. Depois reapareceria no apartamento e tornar-se-ia bem conhecido durante todos os interrogatórios, no DOPS. Saímos do elevador. Vou na frente. Chave na fechadura, mas estranho, a porta parece aberta. Como é possível? Empurro-a. Da escuridão brota uma mão, outra, mais outra e me vejo de repente imobilizado, que que é isso? As luzes se acendem e alguém me bota uma metralhadora na cara. São mais ou menos dez homens, à paisana, alguns de paletó e gravata, outros em mangas de camisa, todos superarmados. Outro me aponta um revólver. Outros mais me seguram os braços, botam-me algemas e me empurram em direção à sala, jogam-me sobre a cama desarrumada. Imediatamente começam a chover perguntas, pois o monstro tem pressa, não pode parar!

— Onde ceis tavam? Vamo, fala logo...

— No cinema...

— Mentira, que filme? Que cinema? Vamo... E lá vai bofetada. A primeira. Falo o nome do filme.

— Que cinema?

Falo o cinema.

Aos poucos vou saindo do espanto e começando a me inteirar da cena na sua totalidade. Os meus convidados, cerca de uma dezena, como já disse, já andaram, ao que parece, em amplas

atividades. Livros espalhados pelo chão misturam-se às roupas esparramadas, às gavetas reviradas, os papéis jogados por toda parte. Os armários, escancarados.

— Vai dizendo logo onde é que tá escondido o berro...

Que berro, que berro, que berro? Berro? Viro-me para o engravatado, ar distinto, jeito de poderoso chefão:

— Quem é o senhor?

Ele se volta meio surpreso diante do inusitado da questão atrevida, encara-me por alguns instantes, mas é como se olhasse através, volta-se para outro lado e dá ainda uma ordem, tranqüilo, burocrático, para um dos subordinados. Depois, voz mansa, pausada, ameaça:

— Você já vai ver logo quem sou eu...

Quero protestar, mas, diante de tamanha segurança e de semelhante desembaraço no trato da propriedade alheia, faltam-me palavras, embora até esquecida, sob efeito da comoção, a natural timidez, transformada agora em engasgo e sensações de impotência. A amiga não foi algemada, noto com satisfação. Apenas obrigaram-na a sentar na outra extremidade da cama onde é mantida sob respeitosa vigilância, seu ar bem família parecendo conter em grande parte os furores desencadeados. A porta permanece escancarada desde o início. Novos personagens, provavelmente instalados em outros pontos estratégicos velando pelo bom andamento da captura, entram em cena, falam com o chefe, contemplam a presa, saem novamente, voltam e de novo desaparecem. Os que ficam ainda procuram alguma coisa apartamento afora, escaninhos adentro, vãos, cantos, recantos. E o dinheiro... e a grana, que cê fez com a grana?, clama o outro. Um deles fez questão de apagar no assoalho e por todos os lados os diferentes charutos que consumiu enquanto esperava, nervoso.

Alguns se dedicam ao enchimento, com livros, de várias malas. Também papéis, material que parece comprometedor, tudo para dentro, fotografias idem. Enquanto isso, não cessam as perguntas, em sua maioria inteiramente surrealistas. Um tira pega uma revista *Veja* que tem na capa foto do "Esquadrão", ainda o "Esquadrão". Na foto, vários policiais.

— Olha só, Tigrão, diz para o colega ao lado, o nosso amigo aqui é quente mesmo. Tem até foto tua. Olha aí... Gargalhadas gerais.

Nesta altura dos acontecimentos, penso, até que minha experiência anterior já começa a ter sua serventia. Conheço um pou-

co os truques e os procedimentos de intimidação, o que me permite até certo ponto guardar uma parcela do sangue-frio e não me deixar esmagar definitivamente pelo terror. Façanha sem dúvida das mais proveitosas nesta singular situação, em que o menor dos gestos pesa de modo especial, em que qualquer hesitação desencadeia uma lógica imperturbável que conduz a outros gestos, propícia ou não em função das nuanças quase imperceptíveis que separam premissas sutilmente díspares.

O delegado rege as operações como um maestro. Se não aprecia devidamente o conteúdo dúbio de uma aflita resposta e, irritado, eleva um pouco mais a voz, os executantes, dispostos à sua volta e sensíveis às menores oscilações da voz convertida em batuta, põem em ação os seus vigorosos instrumentos em acordo com as alterações de entonação. O tom um pouco mais elevado reclama sonorosa bofetada, como se se tratasse de uma silogística conseqüência. É fácil imaginar o que acontece quando o homem se zanga, como ocorreria, verdade seja dita, poucas vezes no meu caso, quando o regente se exalta, quando fica mesmo bravo e encolerizado exprime seus sentimentos através de um melodioso "seu filho da puta". Por exemplo" (...)

(...) Em meio à confusão passa, acelerado, o vídeo-tape cruel da indigente carreira de militante "revolucionário" onde predominam a hesitação, o dilaceramento incontornável entre os imperativos da fé e a falta de entusiasmo pela via violenta a que parece nos obrigar e que o superego sádico cobra impiedosamente como manifestação doentia da subjetividade pequeno-burguesa, tara insuperável a minar os passos já travados, de outro lado, pela repulsa instintiva diante da disciplina imposta pelas vinculações ditas orgânicas. (...)

(...) O fato é que eis-me de novo enredado nas malhas do bicho leviatânico, veterano, *curriculum* aumentando. Mas o ambiente não é dos mais propícios às meditações tardias, e eis que as operações se encerram dentro do apartamento e já me conduzem, novas algemas desta vez afiveladas nas mãos cruzadas às costas, para fora, aos empurrões, enquanto o tira me joga o paletó aos ombros quando saímos à rua dizendo que era para disfarçar, oh!, quanta ironia. E já me encontro de novo diante de uma

viatura — e daqui por diante não será sem o frio na espinha que me cruzarei, nas ruas, com uma perua Aero-Willys. Igual a esta que agora atravessa a cidade e nos conduz, a mim e à amiga, para onde?

— Sabe pra onde a gente tá indo?

O esboço de negativa é interceptado:

— DOPS! cidadão, DOPS!!! — E o brilho significativo nos olhos, no qual se lêem o infinito respeito, o desmesurado prestígio de que goza a sigla perante o seu fiel servidor. Esclarecido o mistério do destino da madrugada, não deixo de notar o progresso. (...)

(...) A sala de recepção é ampla, espaçosa como em qualquer repartição. De cada lado, em sentido perpendicular à grande janela dos fundos, dois sofás velhos, esburacados como na sala de visitas de subúrbio. No fundo, debaixo das janelas, duas mesas sobre as quais se espalham papéis em desordem e repousam velhas máquinas de escrever que dentro em pouco começarão seu labor ruidoso sob a regência do intelectual do bando, o escrivão com ares mais amenos do que o resto da companhia, aquele mesmo, agora reconheço, sim, aquele mesmo que subira conosco no elevador, por ocasião da captura.

— Olha aqui, garotão, a gente vai te dar uma chance... Se você colaborar, tudo bem. Vou te pôr uma caneta e papel na mão e você vai escrever tudo, mas tudo mesmo. Depois a gente te manda embora e fica tudo legal. Certo? Entendido?

É o Tigrão, ainda manso, que me passa caneta e papel, enquanto os outros, diligentes, vão esvaziando as malas em busca dos indícios da minha periculosidade. (...)

(...) Novas perguntas que já me atordoam até que resolvem, alívio, encerrar o primeiro estágio, esgotados que parecem os seus recursos e já extorquidas as primeiras informações gerais que permitirão o desenvolvimento ulterior da pesquisa.

— Bem, tá bom. Já que é assim, tá bem. Vamo embora. Agora cê vai em cana. — Fico em pé, esperando, já sem as algemas, aliviado, acreditando que o pior já passou. O delegado fica na sala enquanto o grupo vai me conduzindo para fora, corredores afora, e o Carlinhos Metralha manda que eu carregue um pacote,

embrulho de jornais e vamos caminhando, silenciosos, pelos corredores até o elevador e até... E agora?

Tudo se precipita e eis-nos enrolados em espirais a nos enrolarem espiraladamente, eis-nos confundidos em sendas várias, caminhos obscuros em que nos desencaminhamos confusamente.

— Quem é a mexirica que tava com você?!!! Explica tudo! A gente acabô com a tua festa... Desculpa o mau jeito. Mas não é por nada não, quem é a mulher?

E tome choque... Foi quando me dominou uma espécie de indignada explosão:

— Vocês querem incriminar minha amiga, porra?! Ela não tem nada a ver com nada...

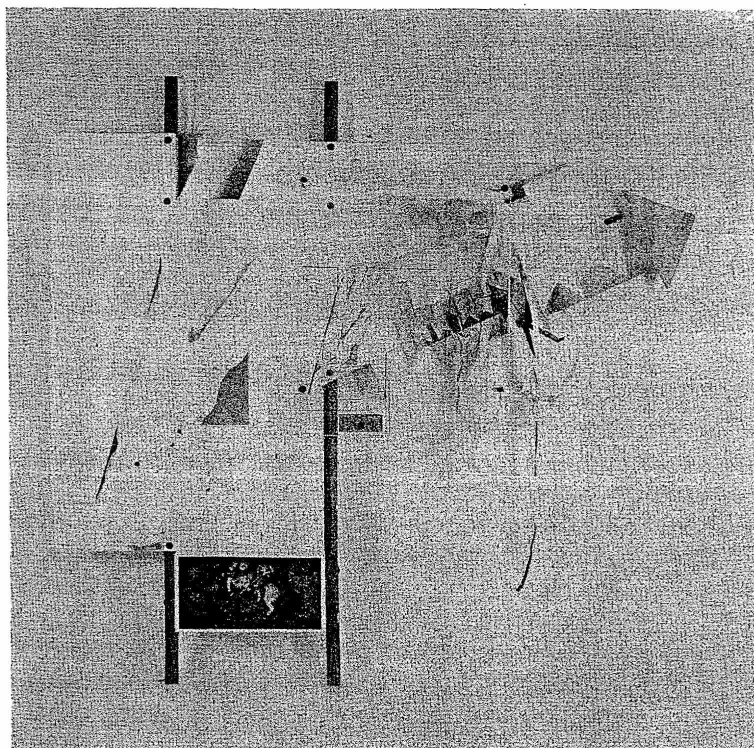
Não sei o que funcionou, talvez o tom inesperado, talvez aquela palavrinha ali tão de escrivão, *incriminar*, aquela simples palavrinha funcionando qual verdadeira evidência. O fato é que se acalmaram as dúvidas sobre a amiga, que viria a ser solta dois dias depois. Mas até se agravaram, parece, as suspeitas quanto a mim, pois se eu dizia que ela não tinha nada com nada não significaria isso que eu então tinha alguma coisa a ver com alguma coisa?

A busca vai se organizando. E outros nomes despertam a curiosidade. Perguntas. Gritos. Choques. Berros. Grunhidos. Choques. Perguntas. Passado algum tempo resolvem deixar que o paciente repouse e me dependuram, depositam o fardo no chão, embora continuando a conservar as mãos e pés atados. Aparece então o Zildo para uma espiadela no andamento dos trabalhos. Olha-me no chão e fica decepcionado.

— Comé isso? O cara aí no chão, assim numa boa? Qual é a de vocês, até parece que vocês nem são da pesada... e até o Tigrão tá aqui. Assim não dá.

O que é suficiente para que me pendurem de novo e desta vez por um tempo que parece infinito. E de novo o ciclo pergunta-choque-grito-resposta ao qual em breve se acrescenta um novo elo: as fezes do paciente que se derramam e espirram em monumental diarréia. Todos fingem indignação e me insultam, mas, na verdade, não parecem lá tão surpresos, pois devem estar habituados e logo há os que se movimentam em busca de jornais e se encarregam de recolocar tudo em ordem. Novos choques. Os gritos aumentam, agora já é ódio puro. O delegado, jeito cúmplice e compreensivo, mas de qualquer maneira responsável, diz que não, que isso não pode, e manda que providenciem mordaça logo

aplicada firmemente sobre o orifício causador daquela entropia perturbadora do bom andamento da operação. O movimento na sala, contínuo, vai e vem incessante. E mais choque. E mais outro. Os gritos desta vez abafados e os trabalhos mais dentro dos regulamentos ao mesmo tempo em que a mordaça acentua o aspecto clandestino da cena, enquanto também se multiplicam as angústias e o medo diante da perspectiva do suceder de novos ciclos ou de um aumento na dose do martírio. De vez em quando tira-se a mordaça, passado algum tempo depois da dor e do choque, e os ouvidos atentos ficam à espera das respostas devidas, tudo agora diante da supervisão científica do bacharel bem-vestido... (...)



São Sebastião (A Morte de Marighella), *1969/1970, de Sérgio Ferro. Técnica mista, 253 x 267 x 27,8 cm. Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo. Foto: Gerson Zanini.*

Este trabalho, começado logo após o assassinato de Marighella, teve outros títulos, adaptados à censura: *S. Jorge, Ícaro* etc. Más metáforas.

Formalmente, pretende pertencer ao que chamávamos pintura (e arquitetura) "nova", em clara referência ao cinema novo: meios simples, nas idéias na cabeça.

Mais que variantes estéticas, estas opções refletiam o debate ético e político que animou a FAU destes anos: grosseiramente, o confronto entre a busca prioritária do desenvolvimento das forças produtivas em arquitetura (Artigas) contra a crítica das relações de produção e de exploração (Flávio Império, Rodrigo Lefèvre e eu). Apesar de ter participado ativamente da "Maria Antônia" (fui diretor da revista *Teoria e Prática*, participei do II Seminário sobre *O Capital* etc.), acho que a FAU, espécie de travessa da Filosofia, e talvez porque permanecesse próxima da prática operária, contribuiu então com proposições que ainda precisam ser estudadas. A FAU pagou pesado tributo por elas.

Fui preso (e torturado) antes que terminasse esta homenagem ao amigo morto. Como não acredito em novas repúblicas, acho que ainda não há condições para completá-la.

Sérgio Ferro *

* Arquiteto, pintor, formado em 1961 pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, onde lecionou de 1962 a 1971. Preso de 1971 a 1972, viaja para a França neste ano, a convite do Ministério da Cultura Francesa, onde permanece até hoje lecionando na Faculdade de Arquitetura de Grenoble.



Roda-Viva, *peça de Chico Buarque de Hollanda.*
*Cenografia e figurinos de Flávio Império.**
Teatro Princesa Isabel, Rio de Janeiro, 1968.
*Foto: Arquivo Sociedade Cultural Flávio Império.***.

* Flávio Império (1935-1985), arquiteto, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, artista plástico, diretor e cenógrafo.

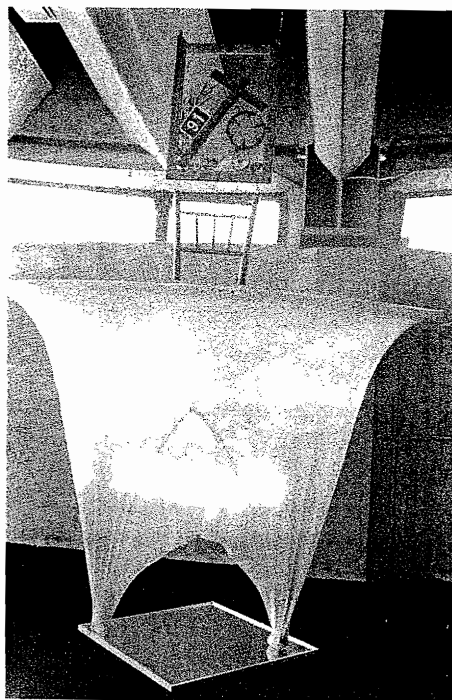
** Agradecimentos à Sociedade Cultural Flávio Império pela escolha e cessão das fotos e textos.

Sobre Roda-Viva... E aí, no mesmo hotel, cada um num andar, a gente se falava pelo telefone: "Sabe o que que eu acho? Que a gente podia fazer como uma missa". Claro que essa idéia é do Zé Celso. Eu falei: "Uma missa? Tudo bem. Se você acha, eu embarco. Não tenho nem porque achar que dá, mas se você acha, é porque você teve uma intuição. Vamos lá". Então eu fui percorrer todo o baixo catolicismo carioca. Saí a campo. Fui a tudo que era capela de vela, santuário de santinho, as coisas mais próximas de candomblé, de baixo espiritismo. Também juntei um santo que, não sei porque, eu achava que tinha a cara de cantor de iê-iê-iê, que era o Menino Jesus de Praga. Talvez porque tivesse um manto todo prateado e uns grandes punhos em volta da mão. Um microfone naquilo resolvia, para mim, a imagem do santo glorificado por uma platéia que confunde muito gente com herói. O Zé montou a estrutura em cima da missa e a gente começou a trabalhar os intervalos, que vão desde a coisa mais conservadora do pensamento brasileiro até aquilo que parece ser a coisa menos conservadora do pensamento brasileiro, a chamada vanguarda. E, entre um e outro, foi ficando caracterizada uma visão distante e crítica dos momentos de glória do cantor de rock, do cantor nordestino, do cantor festivo, dos momentos de glória dos cantores todos, do processo de venda desses cantores, que era a televisão. Então o palco era uma grande boca de televisão. No alto, tinha o São Jorge e um vasinho com uma rosa grande como se fosse uma coisa pop, e no outro lado uma grande garrafa de coca-cola com o Pereio sentado numa mesinha que era o bar. Nesse universo que eu via como se fosse uma mesinha brasileira de canto de sala, desde as saletas da favela até os salões onde houvesse uma televisão. E a coisa acontecia. Só que cada espectador estava refletido, de algum modo, no personagem que estava em cena. E foi uma leitura, digamos, mais sociológica, que eu comecei a fazer em cima dos personagens, criando, para cada um, um imaginário simbólico. Então tive o melhor prazer de trabalhar com uns artesãos incríveis, que inventavam as roupas do Chacrinha, que eu fui procurar. Além deles, com as costureiras convencionais de teatro, montei uma equipe para me ajudar a fazer as coisas, que muitas vezes a equipe do Chacrinha começava e eu terminava. Outras vezes a própria equipe montada no atelier *do teatro começava e eu terminava, para que o acabamento contasse com muitas origens, e tivesse uma linguagem mais ou menos unificada, que eu chamaria, assim, de "kitsch nacional".*

Entrevista de Flávio Império a Mariângela A. de Lima e Maria Thereza Vargas, por ocasião da exposição *Rever Espaços,* de trabalhos cenográficos do artista, realizada no Centro Cultural São Paulo em 1983. Arquivo Multimeios — PMSP.

Somos os filhos de uma geração forte que lutou entre si para definir e realizar o mundo do nosso tempo. Recebemos de herança um pacote, muito bem embrulhado para presente. Dentro dele uma pomba branca e uma granada. Recusamos os dois. Preferimos o próprio mundo e suas contradições reais. Preferimos o perigo da realidade. "Vivemos num tempo de guerra." Em tempo de guerra não se dá presentes, nem há tempo para se adorar símbolos esvaziados. Queremos saber e aos poucos descobrimos os significados da guerra. Construímos os nossos próprios símbolos a partir desses significados.

In *Acropole*, 319, ano 27, jun. 1965, p. 42.



Relembrando o Realismo dos Anos 60*, *1983, de Flávio Império.*
Exposição Rever Espaços, *Centro Cultural São Paulo.*
Foto: André Boccato, Arquivo da Sociedade Cultural Flávio Império.

* "Elemento espacial", malha de algodão que toma a forma sob o peso de duas pedras, é a mesma idéia de obra apresentada em julho de 1985 em homenagem a Villanova Artigas com o nome de *Aprendi a Aprender com Você* (Exposição da Obra de Artigas e Homenagens de Artistas — Centro Cultural São Paulo, 1985).

Foto: Agência Estado

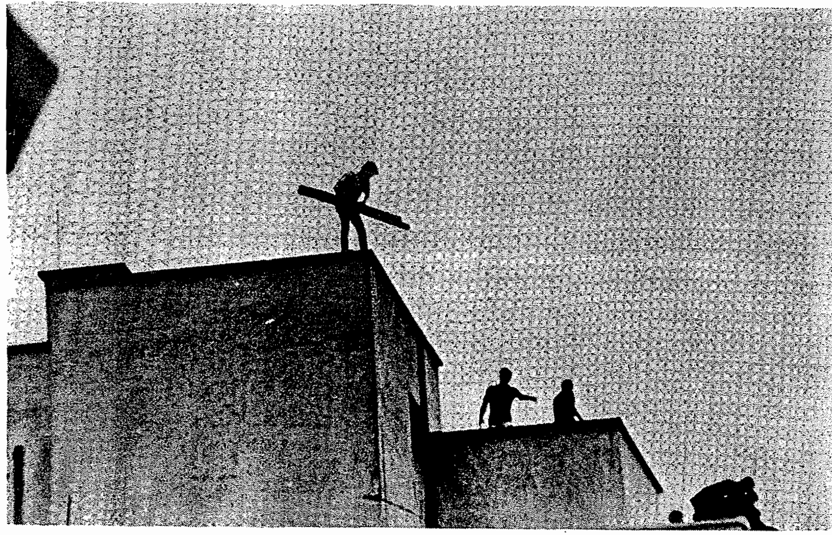
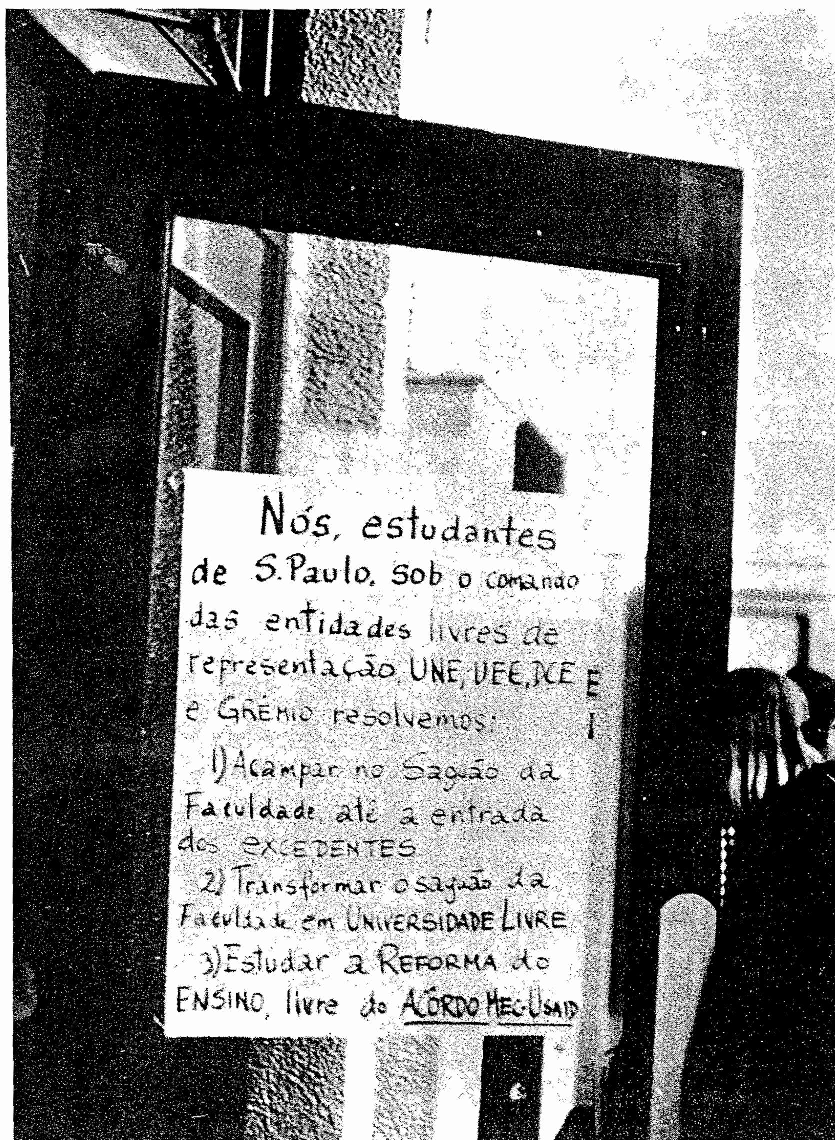


Foto: Iconographia



Cenas do dia 3/10/1968

Foto: Agência Estado



Interior da Faculdade de Filosofia

Foto: Iconographia



Cena do dia 4/10/1968

Este livro foi composto pela
Linoart Ltda. e impresso
na Lis Gráfica e Editora Ltda.

"(...) os movimentos de 68 foram o apogeu cheio de méritos e deméritos de um processo de revisão da cultura e do comportamento na universidade, a fim de situá-la no centro da grande aventura modernizadora que, nesta segunda metade do século, veio se processando sobretudo no terreno dos valores sociais e da conduta em sociedade. Apesar de suas fraquezas e incoerências, a Maria Antônia foi um marco histórico."

Antonio Candido

"Como nos anos 60 a sociedade civil ainda estava muito desarticulada, sem expressão nos partidos, o movimento estudantil acabou sendo o porta-voz de toda a oposição à ditadura militar. Havia muita dificuldade de articulação com outros setores sociais, daí porque o movimento estudantil ganhou muita importância e, conseqüentemente, a Faculdade de Filosofia e a rua Maria Antônia."

José Dirceu de Oliveira e Silva

"Acho que a rua Maria Antônia foi um marco que significou a transformação de um movimento estudantil meramente reivindicativo para um movimento ativo, dotado de propostas alternativas, ainda que precárias e ingênuas. A Maria Antônia representou a expressão máxima do compromisso revolucionário de jovens brasileiros ao longo de nossa história."

Frei Betto

"Minha juventude se chamou violência, mas também se chamou solidariedade, paixão: Maria Antônia. Quando passo por lá me ataca uma nostalgia danada."

Consuelo de Castro

ISBN-85-213-0520-6